

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM SERVIÇO SOCIAL

Ubiratan de Souza Dias Junior

**Dataficação da pobreza: a centralidade do trabalho
profissional em torno dos dados e informações sociais na Política de
Assistência Social**

Doutorado em Serviço Social

SÃO PAULO
2024

Ubiratan de Souza Dias Junior

Dataficação da pobreza: a centralidade do trabalho
profissional em torno dos dados e informações sociais na Política de Assistência
Social

Tese apresentada à Banca Examinadora
da Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo, como exigência parcial para
obtenção do título de Doutor em Serviço
Social sob a orientação da Profa. Dra.
Raquel Raichelis Degenszajn.

SÃO PAULO
2024

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos a reprodução total ou parcial desta tese de doutorado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura:

Data: 02/05/2024

E-mail: ubiratan.dias.junior@gmail.com

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

Dias Junior, Ubiratan de Souza

Dataficação da pobreza: a centralidade do trabalho profissional em torno dos dados e informações sociais na Política de Assistência Social / Ubiratan de Souza Dias Junior. - São Paulo: [s.n.], 2024. 216p. il. ; 15 cm.

Orientadora: Raquel Degenszajn Raichelis.

Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós Graduados em Serviço Social.

1. Serviço Social. 2. Dataficação da Pobreza. 3. Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação. 4. Estado. I. Raichelis, Raquel Degenszajn. II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós Graduados em Serviço Social. III. Título.

CDD

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Raquel Raichelis Degenszajn - orientadora
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Profa. Dra. Carola Carbajal Arregui
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Profa. Dra. Maria Carmelita Yazbek
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Prof. Dr. Sérgio Amadeu da Silveira
Universidade Federal do ABC (UFABC)

Profa. Dra. Tânia Maria Ramos Godoi Diniz
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 – 88887.474255/2020-00.

*Dedico esta tese a todas as mães trabalhadoras,
que sempre sonharam em ter um filho/a doutor/a.
Foi uma caminhada colegiada,
realizada com muita gente,
da gente.
Conseguimos!*

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Célia (*in memoriam*), pela semente germinada e regada, de sua forma, que fez florescer a realidade de um sonho que jamais pensei ser real. Minha gratidão por tamanha generosidade e esforço para que um dia isso pudesse ser realizado.

Ao meu pai Ubiratan, à minha irmã Raquel e ao meu sobrinho Rafael por acompanharem esta jornada e incentivarem a conclusão deste ciclo.

À família que construí, e a todos/as aqueles/as que passaram por ela, gratidão por cada etapa deste ciclo, por serem o chão que sustenta esta trajetória. Não foi uma jornada simples, mas só foi possível porque vocês (as) a seguraram. Minha eterna gratidão, por tanto. José Ricardo, Mariana, Kelly, Laressa, Larissa, Nicole, Anne, Paula, Beatriz, Juliana, Valdécio, Camila, Aila e seus agregados.

À Raquel Raichelis, orientadora, professora, amiga e querida. Minha gratidão pela paciência, pela generosidade, pelo afeto e pela cumplicidade nesta caminhada. A universidade é dura, mas você faz florescer uma ponte através de um lindo arco íris nesta travessia.

Aos amigos e colegas de trabalho, de profissão e de militância, ao Coletivo Ampliações, gratidão pelas inspirações, aspirações, camaradagem e colo. Esta jornada não teria sido realizada se não houvesse vocês.

Ao programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP por possibilitar tamanha experiência, no campo teórico, de pesquisa e de extensão. Minha gratidão a todas e todos docentes que fizeram parte desta trajetória.

À Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Aos/Às entrevistados/as durante a pesquisa, minha gratidão pela confiança e partilha das angústias, experiências, opiniões. Vocês foram tão generosos/as que tornaram certamente esta jornada mais tranquila. Espero ter contribuído de alguma forma também com vocês.

À banca de defesa pelo carinho e generosidade das contribuições à essa tese. Vocês foram a bússola que nos ajudaram a chegar até aqui. Sem vocês, ficaríamos perdidos no mar das reflexões. Minha gratidão por serem âncoras! Vezes barco, vezes mar.

Dias Junior, Ubiratan de Souza. Dataficação da pobreza: a centralidade do trabalho profissional em torno dos dados e informações sociais na Política de Assistência Social / Ubiratan de Souza Dias Junior. -- São Paulo: [s.n.], 2024.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a dataficação da pobreza a partir da Política de Assistência Social enquanto uma responsabilidade pública do Estado. Partimos da premissa de que o trabalho social no campo desta política social tem sido reduzido aos procedimentos de cadastramento de dados sociais a partir de uma massiva produção de dados, o que tem gerado preocupação sobre o lugar dessa Política na sociedade e as consequências desta coleta na vida da população usuária dos programas, benefícios e serviços. A partir de pesquisa documental e bibliográfica, buscamos analisar e problematizar a quantificação da vida por meio da instituição da lógica instrumental como pressuposto da racionalização da realidade, refletindo sobre o atual estágio capitalista em sua expressão de vigilância, na qual os dados têm ganhado centralidade enquanto um ativo de produção de valor e mais valor, no contexto do neoliberalismo como impulsionador da mercantilização de dados e da informação pública. Buscou-se apresentar a construção da Política de Assistência Social na lógica do Estado Neoliberal gerencial, em que se tem observado práticas de empresariamento da gestão social pública. Para o desenvolvimento da pesquisa qualitativa realizamos também entrevistas semi-estruturadas (roteiro no anexo 1), com 6 pessoas trabalhadoras de instâncias de tratamento de dados no campo da Política de Assistência Social com o objetivo de encontrar pistas acerca das transformações do trabalho nesse âmbito. Concluímos que a dataficação da pobreza transformou-se em uma função desta política e que os/as trabalhadores/as, com frágil apropriação crítica, cada vez mais, desconhecem os rebatimentos do uso de informações na vida da população usuária e na sua própria, na medida em que seu trabalho tem sido reduzido a coleta e organização dos dados. Estima-se, a partir dos indícios levantados por esta tese, que exista um movimento maior de implementação de sistemas de automação digital no campo da Política de Assistência Social que ao mesmo tempo avançam em quesitos como transparência e controle da informação, mas também nos alertam para um processo crescente de mercadorização dos dados públicos para os grandes nichos mercadológicos de vigilância dos comportamentos, gostos e costumes da camadas da população brasileira mais expostas às desigualdades sociais. Em resumo, esta tese objetiva oferecer reflexões de caráter ético-político que venham a contribuir para minimizar os efeitos colaterais da dataficação da pobreza, seja na relação com o mercado, no acesso a direitos sociais e/ou na proteção dos dados pessoais.

Palavra-Chave: Trabalho Social; Serviço Social; Dataficação da Pobreza; Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação; Estado gerencial.

ABSTRACT

This work aims to reflect on the datafication of poverty from the perspective of Social Assistance Policy as a public responsibility of the State. We start from the premise that social work in the field of this social policy has been reduced to the procedures of registering social data through massive data production, raising concerns about the role of this Policy in society and the consequences of this data collection on the lives of the population using the programs, benefits, and services. Based on documentary and bibliographic research, we seek to analyze and problematize the quantification of life through the institution of instrumental logic as a premise for the rationalization of reality, reflecting on the current capitalist stage in its surveillance expression, where data has gained centrality as an asset for the production of value and surplus value in the context of neoliberalism, which drives the commodification of data and public information. We aimed to present the construction of Social Assistance Policy within the logic of the managerial Neoliberal State, where practices of business-like management of public social management have been observed. For the development of the qualitative research, we also conducted semi-structured interviews (script in Appendix 1) with six individuals working in data processing within the field of Social Assistance Policy, aiming to find clues about the transformations in work within this scope. We concluded that the datafication of poverty has become a function of this policy and that workers, with weak critical appropriation, increasingly fail to recognize the repercussions of information use on the lives of the population and their own lives, as their work has been reduced to data collection and organization. Based on the evidence raised by this thesis, it is estimated that there is a larger movement towards the implementation of digital automation systems in the field of Social Assistance Policy, which simultaneously advances in aspects such as transparency and information control, but also warns us of a growing process of commodification of public data for large market niches of behavior, taste, and custom surveillance of the segments of the Brazilian population most exposed to social inequalities. In summary, this thesis aims to offer ethical-political reflections that contribute to minimizing the side effects of the datafication of poverty, whether in relation to the market, access to social rights, and/or the protection of personal data.

Keyword: Social Work; Social Service; Datafication of Poverty; Digital Information and Communication Technologies; Managerial State.

LISTA DE SIGLAS

AWS - Amazon Web Service
BPC - Benefício de Prestação Continuada
CECAD - Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico.
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CETIC.BR - Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação
CGE - Centro de Gerenciamento de Emergências;
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais
CRAS - Centro de Referência em Assistência Social
DRADS - Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social
ECA - Estatuto da Criança e Adolescente
E-gov - Governo Eletrônico
FHC - Fernando Henrique Cardoso
FMI - Fundo Monetário Internacional
GAFAM - *Google, Apple, Facebook, Microsoft e Amazon*
GSUAS - *Software* para gestão do Sistema Único de Assistência Social, o Prontuário SUAS digital e *on-line*
ID CRAS | CREAS - Indicador de Desenvolvimento
LAI - Lei de Acesso à Informação
LBA - Legião Brasileira de Assistência
LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados
LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social
LOS - Lei Orgânica da Saúde
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC - Ministério da Educação
NIS - Número de identificação social
NOB/SUAS - Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
OMS - Organização Mundial da Saúde
PAEFI - Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PMAS WEB - Sistema dos Planos Municipais de Assistência Social
PNAS - Política Nacional de Assistência Social
RELCAD - Relatório de Informações Gerenciais do Cadastro Único
RMA - Registro Mensal de Atendimentos
RNDS - Rede Nacional de Dados em Saúde
SAA - Sistema de Autenticação e Autorização
SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SENARC - Secretaria Nacional de Renda de Cidadania
Serpro - Serviço Federal de Processamento de Dados
SIBE - Sistema Integrado de Benefícios
SIBEC - Sistema de Benefícios ao Cidadão
SICON - Sistema de Condicionalidades
SIGAF WEB - Sistema Integrado de Gerenciamento da Assistência Farmacêutica;
SISC - Secretaria Nacional de Assistência Social
SISU - Sistema de Seleção Unificada
SUAS - Sistema Único de Assistência Social
SUS - Sistema Único da Saúde
TDICs - Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação
TI - Tecnologia da Informação
TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Domicílios sem acesso à internet

Figura 2 - Como são utilizados os dados e a quantidade de entidades envolvidas no tratamento de dados pessoais no âmbito de uma política pública

Figura 3 - Rotas de navegação da era colonial

Figura 4 - Mapa de cabos submarinos

Figura 5 - *DataCenter* imersível da *Microsoft*

Figura 6 - Localização do domínio ConectSUS em busca realizada em janeiro de 2024

Figura 7 - Localização do domínio MeuSUSDigital em busca realizada em março de 2024

Figura 8 - Mapa da infraestrutura global da AWS consultado em março de 2024

Figura 9 - Localização do domínio Aplicações MDS, busca realizada em março de 2024

Figura 10 - Localização dos domínios dos sistemas dos municípios São José do Rio Preto e da DRADS, respectivamente, busca realizada em março de 2024

Figura 11 - Localização dos domínios do sistema do município de Vinhedo/SP, busca realizada em março de 2024

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil dos entrevistados

Tabela 2 - Quadro comparativo da concepção de vigilância social

Tabela 3 - Quadro comparativo da concepção de Vigilância Socioassistencial

Tabela 4 - Ideias forças das entrevistas

Tabela 5 - Roteiro da entrevista semi-estruturada

Tabela 6 - Sistemas utilizados pela Vigilância Socioassistencial nos municípios entrevistados

Tabela 7 - Sistemas utilizados pela DRADS a partir do relato da entrevistada

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1: DADOS, LÓGICA E A CAPTAÇÃO DA REALIDADE SOCIAL.....	45
1.1 A transição do fordismo para a acumulação flexível.....	46
1.2 Dados enquanto tradução lógica da realidade.....	56
1.3 A expansão capitalista e as costuras dos tempos.....	66
CAPÍTULO 2: O SISTEMA QUE SOBREVIVE POR APARELHOS E DE APARELHOS: O CAPITALISMO EM SUA EXPRESSÃO DE VIGILÂNCIA.....	72
2.1 O sistema que sobrevive por aparelhos.....	73
2.2 O mar como itinerário da mercantilização: dos navios mercantilistas aos cabos de expedições e de colonialidade no sul global.....	88
CAPÍTULO 3: O MAR DA HISTÓRIA É AGITADO: A ONDA DE CATALIZAÇÃO DOS DADOS NA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	102
3.1 O ideário neoliberal e seus impactos na Política de Assistência Social brasileira.....	103
3.2 Ondas de reestruturação administrativa na gestão social do Estado brasileiro.	112
3.3 As marolas na organização da Política de Assistência Social no Brasil: a gestão da informação no SUAS.....	127
CAPÍTULO 4: DESAFIOS E POSSIBILIDADES: A CONCEPÇÃO DOS TRABALHADORES DAS INSTÂNCIAS DE TRATAMENTO DE DADOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SOBRE O FLUXO E CIRCUITO DOS DADOS NO SUAS.....	144
4.1 Sobre a gestão e o planejamento público.....	148
4.2 Sobre a concepção de dados e tipos de uso.....	159
4.3 Trabalho profissional na relação com os dados.....	161
4.4 O relacionamento entre o Estado e as empresas no campo do tratamento de dados.....	170
4.5 Instrumentais e sistemas de interlocução.....	174
4.6 Mas e a população? Os rebatimentos no cotidiano da classe que vive da venda de sua força de trabalho.....	177
CONCLUSÃO: A CENTRALIDADE DOS DADOS E INFORMAÇÕES PARA A DATAFICAÇÃO DA POBREZA E DA VIDA.....	179
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	195
ANEXO 1 - ROTEIRO DE ELABORAÇÃO PRÓPRIA DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS.....	205
ANEXO 2 - PRONTUÁRIO SUAS.....	209
ANEXO 3 - MEMORANDO DTI 23022024-01 REFERENTE A VINHEDO-SP.....	217

INTRODUÇÃO

“Eu sei que existem brasileiros aqui dentro de São Paulo que sofre mais do que eu. Em junho de 1957 eu fiquei doente e percorri as sedes do Serviço Social. Devido eu carregar muito ferro fiquei com dor nos rins. Para não ver os meus filhos passar fome fui pedir auxílio ao propalado Serviço Social. Foi lá que eu vi as lágrimas deslizar dos olhos dos pobres. Como é pungente ver os dramas que ali se desenrola. A ironia com que são tratados os pobres. **A única coisa que eles querem saber são os nomes e os endereços dos pobres**”
(Jesus, 2014)¹.

A partir da provocação de Maria Carolina de Jesus, embebido de minha trajetória acadêmica² e profissional³, viemos pensando sobre o aumento da produção de dados em todo o contexto da vida social, em especial no trabalho profissional de assistentes sociais e dos demais trabalhadores⁴ das políticas públicas que têm tido suas atividades de trabalho reduzidas às requisições institucionais com ênfase na coleta, produção, elaboração e gestão de dados e informação da população atendida nos serviços socioassistenciais.

A redução do trabalho à captação de dados sociais tem sido o resultado de um processo em franca expansão, impulsionado pelo ideário neoliberal que adentra a forma de ser do Estado⁵, refletindo diretamente nas políticas públicas e sociais. É

¹ JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014.

² O trabalho de conclusão de curso da graduação: “Meios Técnicos da Informação e o Exercício Profissional no Âmbito da Política Nacional de Assistência Social” orientado pela Profa. Dra. Rosângela Batistoni; A dissertação de mestrado: “Tecnologias da Informação e Comunicação no Serviço Social: Um estudo de trabalhos apresentados nos Congressos brasileiros de Assistentes Sociais”, sob a orientação da Profa. Dra. Tania Maria Godoi Diniz, respectivamente.

³ Trabalhador do SUAS terceirizado durante 5 anos, entre outras experiências profissionais no campo da pesquisa, habitação de interesse social etc.

⁴ Ao longo do texto, usaremos expressões e palavras no masculino, mas compomos a luta por reconhecimento e valorização das dissidências de gênero e sexualidades nos gêneros textuais.

⁵ O Estado, nestes escritos, é considerado como Estado burguês em seu regime de democracia liberal de massas. Nessa perspectiva, nas palavras de Paula (2013, p.122-123), apoiado em Mandel (1982 apud Paula, 2013) é função do Estado, por um lado “lidar com os conflitos de interesses das classes, mas não das classes fundamentais, antagônicas, burguesia e proletariado, mas sim das frações da classe burguesa. Isto é, considerando a tendência exponencial da concorrência entre capitalistas e a variedade de interesses que encerram - uns representam o capital industrial, outros o comercial, outros o capital bancário, e assim por diante -, o Estado tende a ser o grande harmonizador desses interesses, tendo como fim último a reprodução ampliada e genérica do capital, beneficiando os capitalistas no seu conjunto, ainda que haja prevalência de uma fração sobre outra. (...) Por outro lado, [o Estado] é responsável pela manutenção da ordem burguesa e pelo controle ideológico da massa subjugada. Tal controle pode, desta forma, ser sustentado na ideia de um Estado acima das classes, ou seja, a heterogeneidade dos interesses burgueses passa a ser identificada com a heterogeneidade dos interesses de toda a sociedade. (...) Com tal legitimidade, o Estado credencia-se para regular a vida social, e, nessa regulação estende seu braço de modo oscilante, ao sabor das conjunturas, ora interferindo na economia - para preservar os interesses dos proprietários -, ora interferindo na organização civil da sociedade. Esta última função (intervir na sociedade) é até mesmo entendida como uma necessidade premente, considerando que a organização da classe trabalhadora afeta o desenvolvimento livre e desimpedido do capital”.

possível notar que os serviços sociais têm priorizado a coleta de dados para cumprir requisitos burocráticos e regulatórios impostos para o acesso a direitos sociais, negligenciando o trabalho social ampliado que não se limita a cadastramento, mas que contribui na emancipação das pessoas em maior situação de desigualdade social.

Percebemos ainda que a falta de recursos materiais, humanos e políticos têm sobrecarregado os trabalhadores sociais com tarefas administrativas, como a coleta de dados, devido à escassez de pessoal ou financiamento adequado. Além disso, as mudanças nas formas de acesso às políticas públicas e sociais, por meio da digitalização, têm influenciado o foco do trabalho priorizando-se a coleta de dados para fins de monitoramento e avaliação. Ainda, os avanços tecnológicos, principalmente os de suporte digital, tem automatizado tarefas e simplificado leituras de realidades com base em diretrizes que servem aos sistemas informacionais, desprezando-se as múltiplas determinações que compreendem a dinâmica da realidade social.

Tudo isso para dizer que o mundo do trabalho não para. Entre movimentos, tempos, ideologias, formas e requisições, as respostas vão sendo construídas na medida em que conseguimos observar e registrar a realidade. “É que a memória é contrária ao tempo. Enquanto o tempo leva a vida embora como vento, a memória traz de volta o que realmente importa”⁶.

Movimento que é, o mundo do trabalho tem se apresentado em constante transformação. Na concepção materialista, ao refletirmos sobre maquinaria e grande indústria, as elaborações sobre tecnologia têm como contexto o homem enquanto “animal que fabrica ferramentas” (Benjamin Franklin no capítulo 5 *apud* Harvey, 2013, p.188). Isso quer dizer que somos sujeitos produtores do nosso tempo histórico⁷ e, a partir de cada ciclo conjuntural, construímos e reconstruímos o *como* fazemos – com que meios do trabalho e circulação – para além *do que* fazemos – como mercadorias e produção.

⁶ Trecho do poema “O que a memória ama, fica eterno”, da poetisa brasileira Adélia Prado.

⁷ “O desenvolvimento da sociabilidade implica a (re)criação de necessidades de formas de satisfação, do que decorre a transformação do ser social e do mundo natural, isto é, do sujeito e do objeto. Uma necessidade primária, como a fome, torna-se social na medida em que suas formas de satisfação são determinadas socialmente e em que, ao serem criadas formas diferenciadas de satisfação, transformam-se os sentidos, habilidades e potencialidades do sujeito” (Barroco, 2010, p.26).

Esta noção nos leva à história das revoluções industriais que nos fazem apreender as características de cada ciclo industrial, pois “a necessidade técnica e social para a continuidade do fluxo do capital” é indispensável para o fortalecimento do sistema do capital industrial – unidade entre capital produtivo⁸ e capital-mercadoria⁹ (Harvey, 2014, p.72).

Enquanto a era da Primeira Revolução Industrial se

caracterizava por novas tecnologias como a máquina a vapor, a fiadeira, o processo Cort em metalurgia e, de forma mais geral, a substituição das ferramentas manuais pelas máquinas; a segunda, aproximadamente cem anos depois, destacou-se pelo desenvolvimento da eletricidade, do motor de combustão interna, de produtos químicos com base científica, da fundição eficiente de aço e pelo início das tecnologias de comunicação, com a difusão do telégrafo e a invenção do telefone (Castell, 2013, p.71).

O contexto em que vivemos hoje têm como traço característico a intensificação do trabalho em todo o contexto da vida – produtivo ou reprodutivo - e tem na circulação do que se produz a sua transformação em capital. Observa-se que “a relação capital-trabalho não é o único lócus de contradição no interior das leis de movimento do capital, há algo inerentemente frágil e vulnerável no interior da circulação do capital industrial” (Harvey, 2013, p.73) que permanece como tarefa do nosso tempo compreender, pois conforme Marx assinalou “a circulação das mercadorias é o ponto de partida do capital” (Marx, 2011, p.177).

Na Terceira e Quarta Revolução Industrial, especialmente após o término da Segunda Guerra Mundial, presenciamos marcos significativos, como a criação da *internet*, a qual possibilitou a comunicação entre pessoas ao redor do mundo. Além disso, houve a descoberta de novas fontes de energia, com destaque para a energia nuclear, bem como o desenvolvimento do telefone celular e grandes avanços científicos e tecnológicos, culminando na era digital.

Sendo assim, as revoluções industriais já apresentavam fortes traços do que se observa hoje, um cenário em que a mundialização do capital, ou seja, a centralização do capital aliada à descentralização das operações produtivas, comerciais e financeiras, reorganizam a economia e a geopolítica do mundo (Chesnais, 1996), sendo esta a tônica do nosso tempo.

⁸ Aquele que cria valor por meio da transformação de insumos, incluindo a força de trabalho.

⁹ O ciclo na forma de nova mercadoria que, ao ser vendida, transforma-se na forma de capital dinheiro.

Vive-se hoje uma terceira revolução industrial acompanhada de profundas transformações mundiais. Assim como em etapas anteriores do desenvolvimento industrial, radicais mudanças tecnológicas envolveram uma ampla expulsão da população trabalhadora de seus postos de trabalho. [...] Essa é a raiz de uma nova pobreza de amplos segmentos da população, cuja força de trabalho não tem preço, porque não tem mais lugar no mercado de trabalho. Fenômeno que se observa hoje, inclusive, nos países considerados desenvolvidos, cujos índices de desemprego estrutural eram comparativamente baixos. [...] Existe - gente demais para as necessidades da acumulação capitalista [...] (Iamamoto, 2009, p.33).

Este movimento, como nos diz Antunes (2018), afeta a classe que vive do trabalho, ao consolidar uma nova morfologia do trabalho – precarização, terceirização e desmobilização das formas de organização política dos trabalhadores – e a divisão sexual e racial do trabalho, ocasionando a sociedade dos adoecimentos no trabalho.

O trabalho profissional de assistentes sociais, inserido nesta lógica, reproduz as tendências gerais dessa nova morfologia na área de Serviço Social (Antunes, 2014; Raichelis, 2018), ao terceirizar e/ou quarteirizar as contratações¹⁰ desses profissionais para a prestação de serviços pontuais ou de frágil vínculo de trabalho. Nota-se uma alta rotatividade do corpo de profissionais nos serviços sociais que são terceirizados ou quarteirizados, pois a produtividade intensiva das requisições institucionais acaba por causar desgaste mental; fragmentação ou não processualidade do trabalho profissional; limitação das requisições profissionais; fragmentação da organização política das/os trabalhadoras/res; jornadas de trabalho flexíveis; subordinação do trabalho profissional às determinações institucionais; precarização das condições de trabalho e de mediações profissionais para a prestação dos serviços e o atendimento ao público dos serviços; uso excessivo das tecnologias digitais de informação e comunicação dentro e fora das jornadas de trabalho, com invasão do tempo de trabalho no espaço doméstico, entre outras.

Neste cenário, tem sido difícil discernir o que é competência da profissão e o que são responsabilidades das instituições. Esse nó visceral – requisições

¹⁰ Para este momento, não aprofundaremos a análise das tendências da nova morfologia do trabalho. Mas cabe registrar que há características mais nocivas aos profissionais que estão em curso, como a pejotização (contratação de assistentes sociais na modalidade empresa individual para mascarar a relação de emprego); contratação por pregão eletrônico (pelo menor preço), entre outras formas aviltantes de “vínculos” de trabalho, sem falar do “trabalho voluntário” enquanto expressão maior da precarização do trabalho.

institucionais x requisições profissionais – têm afetado a forma como costumamos, fio a fio, o trabalho social desenvolvido com os demandantes das políticas públicas e sociais, principalmente vinculado às formas de registros profissionais – através dos dados –, que têm influenciado **o como; o quanto; o para quem e qual** trabalho desenvolvemos nos espaços sócio ocupacionais.

O **como** perpassa pela condição de vínculos institucionais a que os profissionais estão submetidas/os, que vai desde a flexibilização das formas de contratação – que influencia diretamente a processualidade do trabalho, desde o acompanhamento de usuários ao estabelecimento de redes – como também das insistências e resistências da autonomia (relativa) profissional que não se resume à liberdade do fazer, mas à possibilidade de escolha das mediações necessárias para o cumprimento das requisições institucionais que demandem o Serviço Social (regularização de documentação; acesso a benefícios alimentícios/alimentares; inserção em benefícios de transferência monetária; fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; acesso à informação, entre outros).

O **como** também tem relação com as atribuições que as políticas sociais definem para o trabalho profissional, sendo que o Serviço Social, por si só, não se limita às determinações das políticas, pois fragmentar o sujeito em prol dos limites dos serviços soa contrário à natureza do trabalho de assistentes sociais, que têm na atenção integral dos indivíduos sociais, sua atuação, o que ultrapassa os limites de determinadas políticas em que estamos atuando.

Então, o **como** acaba por influenciar as formas de captação dos dados das famílias e seus membros, assim como o da realidade, uma vez que os profissionais possuem frágil vínculo de trabalho e alta rotatividade nos serviços terceirizados/quarteirizados, tendo nos sistemas informacionais (plataformas) a processualidade do acompanhamento (controle) da população atendida, e não mais o referenciamento em equipes técnicas, uma vez que estes fazem registros pontuais a partir de seus repertórios individuais e tempo nos serviços.

Nota-se, ainda, que pela lógica da terceirização e quarteirização, muitas vezes quem sai de cena não é só o assistente social, e sim a Organização da Sociedade Civil – OSC – por um tempo determinado à frente de um serviço. Embora

saibamos que no Brasil não é todo município que tem seus serviços terceirizados – no âmbito da Política de Assistência Social, nota-se um crescente processo de terceirização em curso, com base na

suposição de que há um processo latente de crescimento de novos nichos de mercado no campo das políticas sociais, determinados pela prestação de serviços, privados e lucrativos, na oferta dos serviços sociais públicos brasileiros, que afetam as modalidades de execução e a força de trabalho especializada mobilizada para tais finalidades, dentre elas, o trabalho das/os assistentes sociais (Araújo, 2022, p.22).

O **quanto** tem relação com o tempo. A inserção das plataformas digitais nas políticas públicas e sociais tem impulsionado uma intensificação e um ritmo de trabalho incompatíveis com o trabalho profissional na área social, pois o tempo para o Serviço Social é relativo porque trabalha com o tempo dos sujeitos, que têm limitações de acessos (à informação, ao maquinário, à interpretação), além do tempo da vida de sujeitos que lutam cotidianamente pela sobrevivência¹¹. Portanto, outros ritmos colocados pelas suas formas de viver e conviver; pela (falta de) liberdade e do poder de escolhas.

O **quanto** tem sido o ritmo desta costura – sujeito atendido e instituição, pois na medida em que se tem o retorno das intervenções sociais, é possível alimentar as expectativas institucionais, que nem sempre estão alinhadas com as demandas dos sujeitos atendidos, e sim com a natureza da atividade fim das instituições – fragmentada, fraccionada, desestruturada, desfinanciada – e com uma lógica liberal de desresponsabilização de sua função de proteção social enquanto Estado. Como os serviços e benefícios não são universais, são definidas condições discricionárias para este acesso – as ditas condicionalidades para a proteção “social” – o que se faz por via da captação de dados socioeconômicos, educacionais, de saúde, de moradia, de segurança pública, entre outras políticas públicas, por meio dos serviços, ao tempo que o Estado não devolve uma resposta de proteção adequada

¹¹ Ferreira (2017), em sua tese intitulada “Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social: uma análise de suas tendências” trata, justamente, da apropriação do tempo das mulheres pelas políticas públicas, especialmente a Política de Saúde. Em linhas gerais, as mulheres “são, por via dos cuidados e encargo físico dos membros do grupo (GUILLAUMIN, 2014) a mediação entre ação do Estado e sujeitos a quem se destinam. A precarização das políticas sociais impacta, sobremaneira, as mulheres, ampliando o tempo despendido na busca por atendimento nos serviços e em outras tarefas inerentes à manutenção do cotidiano das famílias” (Ferreira, 2017, p. 181). Nesta perspectiva, “a apropriação sistemática do tempo deste grupo social é, a um só tempo, um elemento de sobrevivência (reprodução) das relações sociais de sexo e de classe e uma mediação estruturante da ação do Estado nas sociedades periféricas” (Ferreira, 2017, p. 10).

às necessidades da população usuária, limitando-se à captação de dados sem a necessária “contrapartida”. Poderíamos nos referir aos benefícios de transferência monetária ou eventuais, ou acolhimento institucional, ou algum tipo de acesso a serviços, dentre outros. Mas a questão que permanece é: enquanto profissional, captei o dado, o benefício é deferido ou não, e o dado permanece armazenado no banco de dados do governo (ou de empresas do ramo).

O quem dialoga com o quanto, a partir do momento em que se tem pré-definido quem são os sujeitos elegíveis ao “trabalho” social, ou à “proteção social”. As plataformas das políticas sociais, por meio das inserções dos dados alimentados pelo trabalho profissional, classificam as pessoas elegíveis às ações sociais, seja o de monitoramento, acesso ou exclusão de programas, benefícios e serviços utilizados/elegíveis. Em outras palavras, há uma tendência a robotização/automação do processo de triagem dos sujeitos elegíveis a atenção e/ou prioridades de intervenção, a partir de indicadores pré-definidos pelos sistemas (gestão), que mais engessam as possibilidades de trabalho social do que contribuem com a finalidade dos serviços, além de promover maior exclusão dos beneficiários pela gestão algorítmica que dispensa o trabalho humano de avaliação de cada situação, embora seja o trabalho humano sob determinada ordem do poder institucional que tenha estabelecido a equação com as instruções que irão comandar o algoritmo.

O qual está vinculado justamente ao objetivo concreto deste processo de captação de dados para a gestão social. Qual é a função das políticas sociais? Assistir às necessidades humanas a partir de suas escolhas ou garantir a manutenção do progresso e ordem pelos pressupostos liberais, que de maneira geral, possuem o trabalho como medida do mais valor – de desempenho. De qual trabalho – enquanto classe que vive do trabalho e suas combinadas organizações – nós estamos falando?

O trabalho é a relação social e o fio condutor deste processo. Para Marx (1982), na perspectiva da ontologia do ser social, o trabalho é a forma pela qual o ser social transforma a natureza para responder às necessidades de reprodução da vida. Nesse processo, passa a desenvolver habilidades comportamentais, intelectuais, emocionais, técnicas, criativas, noções de liberdade, comunicação,

sociabilidades, entre outros, transformando a natureza em valores de uso para o saciamento das necessidades humanas. É por meio do trabalho que os sujeitos desenvolvem teleologicamente ações que impactam e constroem relações sociais, não segundo a sua livre escolha, mas sob circunstâncias socialmente determinadas, legadas e transmitidas pelo passado (Marx, 1985).

Essas determinações que criam realidades, partem de um contexto que unem elementos fundamentais para o convívio sob circunstâncias determinadas, por exemplo, a necessidade de se comunicar. A comunicação enquanto um elo fundamental que liga realidades e os sujeitos de cultura que pertencem a elas, é a forma como se realiza a interação (relações sociais), que se trocam informações, manifestações de desejos e necessidades, dialetos, linguagens, transmissão de pensamentos, entre outras. É a forma pela qual teleologicamente emitimos sinais para outros sujeitos.

O trabalho no capitalismo, ao ser lido pela crítica da economia política, transforma um bem de uso (valor de uso) e o coloca enquanto bem (valor) de troca, estabelecendo relações sociais materialmente determinadas. Essas determinações, no compasso dos tempos do capital, foram sendo sistematizadas e construídas enquanto indicadores de desenvolvimento, a partir de bases conceituais pelas linhas ideológicas dominantes vigentes como, por exemplo, os indicadores de governança do Banco Mundial¹².

O problema, aqui apresentado, parte da padronização das plataformas informacionais que condiciona o trabalho profissional a partir de diferentes referenciais ideológicos, teóricos e políticos, o que faz com que tenhamos dificuldades no processo de trabalho devido aos elementos da realidade que se movimentam em outro ritmo que os das plataformas informacionais; ou seja, as narrativas construídas pelas plataformas tendem a ser disputadas – dentro das possibilidades profissionais – por outras narrativas, o que contribui com os desafios do trabalho profissional colocado numa dada morfologia do trabalho. As

¹² Os indicadores de governança do Banco Mundial são uma série de medidas quantitativas e qualitativas que buscam avaliar vários aspectos da governança em países ao redor do mundo. Esses indicadores são compilados no Worldwide Governance Indicators (WGI), ou Indicadores Globais de Governança, que é uma base de dados pública mantida pelo Banco Mundial. Eles cobrem seis dimensões principais de governança: prestação de contas, estabilidade política, eficácia do governo, qualidade regulatória, estado de direito e controle da corrupção (Khatib, 2019).

determinações do nosso tempo nos impelem a captar dados sociais ao passo que disputamos narrativas informacionais, ou nos recusamos a ocupar este espaço e construir de outra maneira a sistematização do trabalho social.

Outro ponto que costura essa relação de captação de dados e profissão é a mercantilização dos dados gerados pelo trabalho profissional. Qual é o impacto na vida das populações das informações compartilhadas pelos serviços/políticas? Há uma monetização desta relação?

Com base nestas reflexões, temos pensado sobre o lugar do trabalho social, em especial o de assistentes sociais, ao ocupar um lugar estratégico (para as instituições que os contratam) no processo de captação de dados sociais das populações que estão inseridas em territórios – físicos e virtuais – de maior desigualdade social.

O núcleo central da pesquisa são os dados e as informações que, nas palavras de Telles (2003, p. 9), expressam

um notável progresso, em todos os sentidos, da massa e qualidade da informação disponível, dos procedimentos inovadores de registro e processamento de dados, de competências técnicas e profissionais, de sustentação institucional para a produção contínua de informações relevantes (Telles, 2003, p. 9).

Inspirados nessas reflexões, seguimos na trilha de pensar os desafios intensificados pelas tecnologias digitais de comunicação e informação na relação com dados e informações colhidas, elaboradas, processadas, observadas e manipuladas no processo de trabalho de assistentes sociais. Entre a escuta, a visita domiciliar, a leitura da realidade e a sistematização dos dados, de quantas tecnologias se faz o trabalho profissional¹³? Quais são os tempos necessários das sínteses das múltiplas determinações da realidade social? Quais são os símbolos e significados que melhor traduzem as realidades experienciadas?

Impulsionada pelo neoliberalismo, o trabalho profissional no âmbito do Estado tem sido ressignificado a partir da lógica do mercado. Agamben (2015 *apud* Silveira, 2017, p.12) “descreveu como politização crescente da ‘vida nua’, em que os

¹³ Alguns dos instrumentos e técnicas de trabalho profissional, apenas a título de exemplo, para provocar a reflexão.

Estados e as grandes corporações gerenciam cada vez mais todos os aspectos da vida”.

A preocupação em torno da expansão do poder e da influência das instituições governamentais e empresariais sobre os indivíduos e comunidades alertam para a condição do ser humano reduzido a sua existência mais básica e despojada de direitos e liberdades fundamentais (a “vida nua”). A politização da “vida nua” nos leva a pensar que as decisões políticas e econômicas estão cada vez mais moldando não apenas as estruturas sociais e econômicas, mas também os aspectos mais íntimos e pessoais da vida das pessoas. A burocratização do acesso a serviços, através da coleta de dados, significa dizer que o acesso a serviços (desde água potável à proteção social) está sujeito a regulamentações que envolvem um monitoramento e controle de vidas. Essas regulamentações podem ser manipuladas com base nas navegações on-line que as pessoas acessam em suas buscas (seja por informações, ou mercadorias), afetando informações e narrativas, e até mesmo influenciando decisões pessoais, como escolhas de estilo de vida e saúde.

Além disso, a partir de uma leitura política das questões econômicas e financeiras da sociedade hoje, observa-se que os dados têm ganhado uma centralidade nas transações econômicas de geração de valor e mais valor. Diante disso, presencia-se a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (2018) a partir do uso indiscriminado das informações pessoais no circuito dos serviços, além da historiografia da regulação cibernética no Brasil, como a Lei de Acesso à Informação – LAI (2011), o Marco Civil da Internet (2014), entre outros movimentos.

Esses três grandes marcos – LGPD, LAI e Marco Regulatório da Internet – nos permitem refletir sobre o contexto característico de uma nova centralidade de exploração do capital por meio dos dados, sendo estes entendidos enquanto ativos de produção de valor para o capital. Autores como Dantas (2022) ao apresentar a informação como mercadoria, Zuboff (2020) ao refletir sobre a textualização da vida e o superávit comportamental e Silveira (2021) ao denunciar as formas contemporâneas de colonialidade, nos trazem elementos para refletir sobre esta centralidade dos dados, que inaugura novas facetas da economia política da

informação ao captar comportamentos e consumos da “população plataformizada¹⁴”, visando a acumulação de capital a partir da exploração deste ativo de produção de valor. Estamos vivendo em um tempo de dataficação da vida¹⁵.

O dataísmo, conceito criado por Van Dijck (2014) para descrever a ideologia ou visão de mundo que coloca os dados como o elemento fundamental na compreensão e tomada de decisões, nos parece propício para pensarmos o conjunto de determinações contemporâneas do capitalismo, que transcendem sua dimensão estritamente econômica e impregnam o conjunto das relações sociais. Dijck (2014, p.198) trabalha ainda com a ideia de dataísmo para descrever o envolvimento de “confiança nos agentes (institucionais) que coletam, interpretam e compartilham (meta) dados coletados de mídias sociais, plataformas da Internet e outras tecnologias da comunicação”. A crença nos dados e o relacionamento de confiança nos parecem oportunos para dialogar com a Política de Assistência Social, que procede de uma relação de confiança entre o Estado – através de seus profissionais e serviços – e a população usuária desses serviços.

Para os objetivos deste estudo, o de analisar a concepção dos trabalhadores das instâncias de tratamento de dados da Política de Assistência Social acerca do seu fluxo no circuito da proteção social, a relação com o Serviço Social se estabelece a partir do perfil do público usuário desta política social, em sua grande maioria a população empobrecida e subalternizada¹⁶ (Yazbek, 2009), cuja desigualdade social limita o acesso às plataformas de consumo, seja por questões de infraestrutura (maquinário informacional inacessível em função do custo de

¹⁴ Refere-se a pessoas que têm os seus dados captados e inseridos no circuito dos sistemas digitais.

¹⁵ Termo cunhado por alguns autores como Schönberger e Kenneth (2013) e Silveira (2021) para descrever o processo de transformação da vida vivida em dados, o que Zuboff (2020) chamou de textualização da vida (a transformação em texto das experiências da vida).

¹⁶ “Um lugar onde são desqualificados por suas crenças, seu modo de se expressar e seu comportamento social, sinais de ‘qualidades negativas’ e indesejáveis que lhes são conferidas por sua procedência de classe, por sua condição social. Este lugar tem contornos ligados à própria trama social que gera a desigualdade e que se expressa não apenas em circunstâncias econômicas, sociais e políticas, mas também nos valores culturais das classes subalternas e de seus interlocutores na vida social. Assim sendo, a pobreza, expressão direta das relações sociais, “certamente não se reduz às privações materiais” (Yazbek, 2009, p. 73-74). Como categoria multidimensional não se caracteriza apenas pelo não acesso a bens, mas é também categoria política que se traduz pela carência de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidades e de esperanças (Martins, 1991, p. 15). Estamos nos referindo, portanto, a uma forma de inserção na vida social, a uma condição de classe e, portanto, abordamos a pobreza como categoria histórica e socialmente construída, como fenômeno que não pode ser tomado como natural” (Yazbek, 2012, p.289-290).

computadores, smartphones, *internet*, pacote de dados, área de abrangência de *internet* entre outros), seja pela dificuldade de acesso e assimilação à linguagem informacional e seus conteúdos.

Wanderley (2003), ao refletir sobre a dívida social¹⁷ por parte dos grupos de poder dominante, resgata as desigualdades e injustiças cometidas contra a população brasileira desde a invasão dos portugueses no Brasil, como também no contexto da América Latina, que apresenta semelhanças quanto às raízes da questão social, a partir do modo de produção e reprodução social, do desenvolvimento das sociedades capitalistas, da formação do Estado e das cidades. O autor menciona que a questão social

se funda nos conteúdos e formas assimétricos assumidos pelas relações sociais, em suas múltiplas dimensões econômicas, políticas, culturais, religiosas, com acento na concentração de poder e de riqueza de classes e setores sociais dominantes e na pobreza generalizada de outras classes e setores sociais, cujos impactos alcançam todas as dimensões da vida social, do cotidiano às determinações estruturais (Wanderley, 2003, p. 5).

A questão social, para o autor, ganha novas determinações devido às profundas mudanças ocorridas na relação entre capital e trabalho em diversas instâncias da vida, como na esfera dos processos produtivos, no Estado a partir da gestão das políticas sociais, e também enquanto um princípio que o autor chama de “princípio da exclusão, que se concretiza tanto na parte dos excluídos do processo produtivo, do trabalho assalariado, quanto da parte dos excluídos pela origem étnica, pela identidade cultural, pelas relações de gênero” (Wanderley, 2003, p. 5).

Em relação à população subalternizada, o sistema teria a necessidade de prever a necessidade de controlar, monitorar, vigiar, fiscalizar, dentre outros. A exclusão, para Wanderley (2003, p. 5) “se transforma efetivamente em questão social quando é percebida e assumida por um setor da sociedade, que tenta, por algum meio, equacioná-la, torná-la pública, transformá-la em demanda pública, implicando tensões e conflitos sociais”.

¹⁷ O autor interpreta a dívida como “uma obrigação que uma pessoa, um grupo, uma classe, uma instituição, sociedade, Estado tem para com outra pessoa, grupo, classe, instituição, sociedade, Estado. Se partirmos da conceituação dada à questão social, a dívida social dos governantes, das elites, dos grupos e classes dominantes, do Estado para com as majorias da população é imensa, histórica e estrutural. E se acentua, mais ou menos, em determinadas conjunturas, dependendo do grau de consciência e mobilização dos vários setores sociais” (Wanderley, 2003, p.6).

Em nosso entendimento, a Política de Assistência Social é um lugar que aglutina respostas aos chamados “excluídos¹⁸”, lugar em que as iniciativas religiosas e da sociedade civil, historicamente, construíram a atenção social antes mesmo de ser considerada um direito social. A partir da Constituição de 1988, da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (1993) e da implementação da Política de Assistência Social (PNAS) e do Sistema único de Assistência Social (SUAS) (2004), o Estado assume a mediação da atenção à população “excluída” pelas expressões de desigualdades sociais, o que Marx (1996) denominou de superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, especialmente suas franjas mais pauperizadas.

No âmbito da Política de Assistência Social, no contexto do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), essa atenção consubstancia-se por meio de um sistema hierarquizado em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. A Proteção Social Básica visa prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, promovendo o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, enquanto a Proteção Social Especial intervém em situações de maior complexidade e gravidade, oferecendo serviços e apoio especializado às famílias e indivíduos em situação de violação de direitos ou com suas capacidades comprometidas. Ambas modalidades são fundamentais para garantir a efetivação dos direitos socioassistenciais da população em situação de vulnerabilidade.

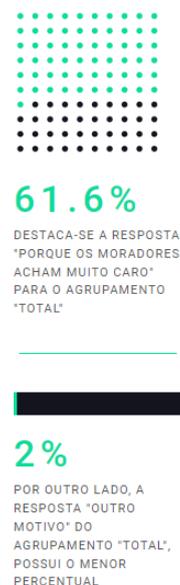
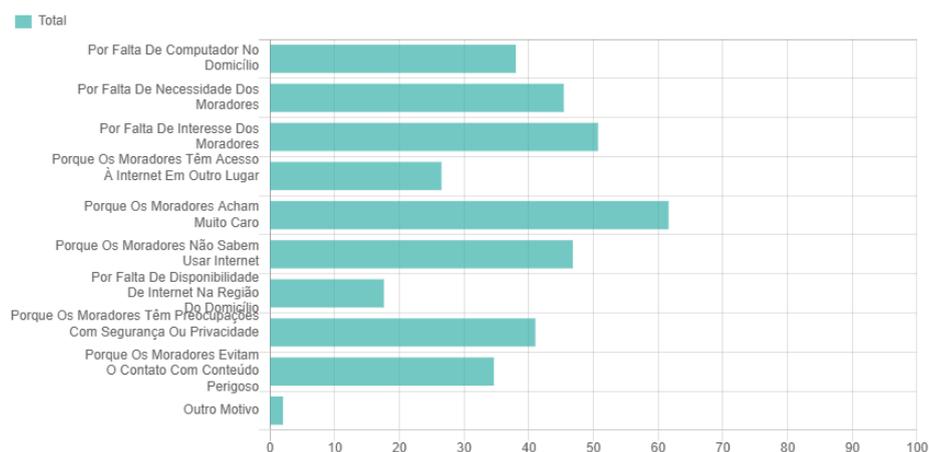
Nos tempos atuais, o acesso a serviços, programas e projetos, majoritariamente tem se dado pelo ambiente virtual, e constata-se que a população que demanda orientação e encaminhamento não possui acesso ao maquinário informacional e/ou dados de *internet*, nem possui fluidez na navegação da rede de *internet*.

¹⁸ Entendemos que no capitalismo não existe exclusão, pois o sistema vive justamente da desigualdade social para a produção de mais valor, para a riqueza. Só existe riqueza porque existe pobreza. Como Karl Marx analisou na lei geral de acumulação capitalista, com o modo de produção capitalista, pela primeira vez na história a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. O pauperismo não deriva mais da escassez, mas sim da abundância. “Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente dos seus membros que, além de não terem acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos até das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente” (Netto, 2013, p. 3). Portanto, a exclusão é parte do conjunto das desigualdades sociais derivadas das contradições entre capital e trabalho, fundadas no caráter explorador da força de trabalho pelo regime do capital.

Dados da Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros - TIC apresenta que 61,6% das famílias pesquisadas alegam não possuir *internet* em casa porque acham muito caro.

Figura 1 - Domicílios sem acesso à *internet*

A10 - DOMICÍLIOS SEM ACESSO À INTERNET, POR MOTIVOS PARA A FALTA DE INTERNET
TOTAL DE DOMICÍLIOS SEM ACESSO À INTERNET



Fonte: CGI.br/NIC.br, Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios 2021.

Por questões de arredondamento, a soma dos resultados pode não totalizar 100%.

Fonte: CGI.br/NIC.br. Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br). 2021. Disponível em: <http://CGI.br/NIC.br>. Acesso em Fev. de 2024.

Em sua maioria, o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), serviço tipificado pela Política de Assistência Social voltado à atenção básica¹⁹, acaba por ser a referência para a população que possui maior dificuldade de acessar seus direitos, informações, etc.

Além disso, a Política de Assistência Social, através de seus serviços, tem sido o lugar estratégico de monitoramento da população em situação de maior desigualdade social, perfil populacional que temos percebido, empiricamente, como de interesse do mercado.

A Política de Assistência Social, assim como o conjunto de políticas públicas, tem sido objeto de reconfigurações pela programática neoliberal do Estado de perfil gerencialista, que adota práticas empresariais de gestão desde a obrigatoriedade da disponibilização de dados pessoais para acessar direitos sociais, como também a

¹⁹ Aprofundaremos no Capítulo 3.

incorporação da lógica de metas, eficiência, eficácia, monitoramento dos processos de trabalho.

A abordagem gerencial do Estado, conforme delineada por Dardot e Laval (2016), tem introduzido desafios significativos para o trabalho social. Além de acentuar a fragmentação na divisão do trabalho, ela também desloca o foco do trabalho no âmbito estatal para uma coleta excessiva de dados nos serviços sociais. Essa postura estatal, paradoxalmente vigilante tanto para proteger quanto para controlar, apresenta uma visão contraditória desse status.

Neste sentido, os aportes teóricos citados, junto à ideia de capitalismo em sua expressão contemporânea de vigilância (Zuboff, 2020), compõem a costura teórica que orienta a análise de nosso objeto, relacionado aos processos de mercadorização das instituições públicas (Druck, 2021; Araújo 2022) através da atuação das grandes empresas de controle e armazenamento de dados, como *Google, Amazon, Microsoft e Apple*, em seus arranjos jurídicos monopólicos.

Entre as múltiplas expressões do capitalismo de vigilância, destaca-se a recente publicação do informe nº 13 de 24 de julho de 2023 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) intitulado: “Pessoa com renda atualizada pelo MDS deve ser excluída somente após atualização cadastral no domicílio”²⁰ que afirma o seguinte:

Após a realização da ação de integração dos dados do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) no Cadastro Único (...) com o objetivo de manter a qualidade da base de dados do Cadastro Único, evitando fraudes e subdeclaração de informações, o MDS orienta que as entrevistas para atualização cadastral em que as famílias solicitem a exclusão de membros que tiveram as rendas alteradas automaticamente no processo de integração sejam feitas nos domicílios das famílias. (...) Caso seja confirmada a omissão de informações ou a prestação de informações inverídicas pela família, o município deve verificar se houve má fé e, em caso positivo ou caso a família se recuse a prestar informações, deverá efetuar a exclusão do cadastro da família, preenchendo a Ficha de Exclusão da Família” (Brasil, 2023).

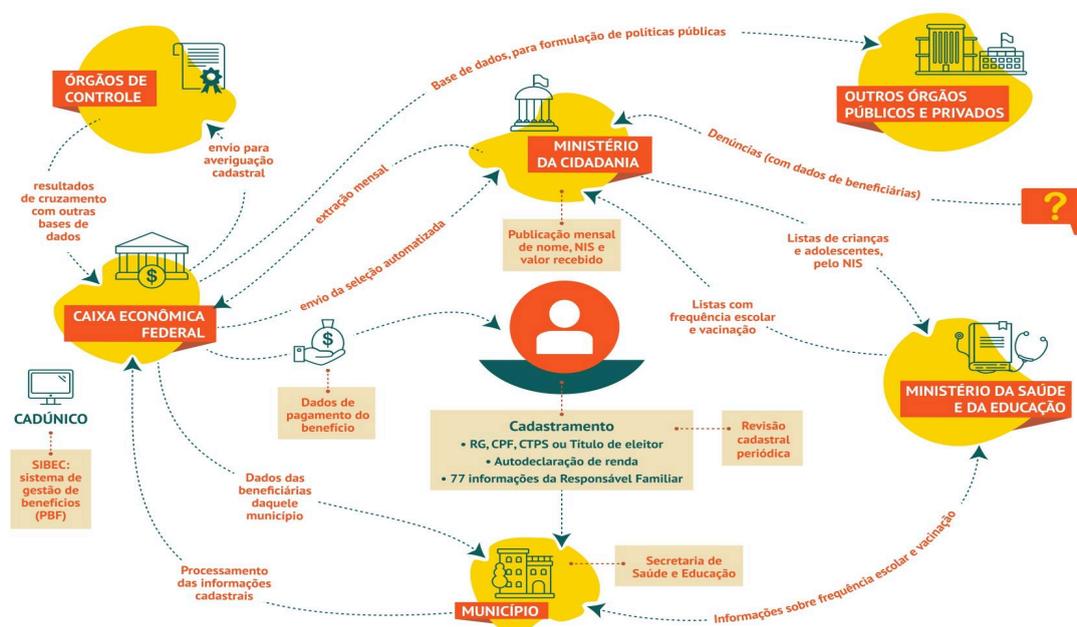
Esse boletim nos acendeu um alerta sobre a obrigação do fornecimento dos dados como condição para estar vinculado ao Cadastro Único, que é a “porta de entrada” obrigatória para muitos benefícios governamentais, desde transferência

²⁰ Disponível em:
https://mds.gov.br/webarquivos/MDS/2_Acoes_e_Programas/Cadastro_Unico/Informes/2023/Informe_Cadastro_Unico_N_13.pdf. Acesso em fevereiro de 2024.

monetária, como é o caso do bolsa família²¹, auxílio gás entre outros, ao acesso a diversas políticas e programas sociais²².

Diante dessas exigências, nos perguntamos: qual é o fluxo que os dados colhidos pelo CadÚnico percorre? Onde ficam armazenados esses dados? Quem controla? Quem tem acesso? Quais são os rebatimentos na vida da população que fornece esses dados? Em buscas de pistas para estas respostas, encontramos em Fragoso, Valente, Langenegger e Ruiz (2021) o fluxo dos dados fornecidos ao Cadastro Único.

Figura 2 - Como são utilizados os dados e a quantidade de entidades envolvidas no tratamento de dados pessoais no âmbito de uma política pública



Fonte: Fragoso, Valente, Langenegger e Ruiz (2021). Proteção de Dados em Políticas de Proteção Social: Contribuições a partir do Programa Bolsa Família. Diagnósticos e Recomendações n. 6. InternetLab. Disponível em: [Protecao-de-Dados-Pessoais-em-Politicas-de-Protecao-Social.pdf](https://protecao-de-dados-pessoais-em-politicas-de-protecao-social.pdf) (internetlab.org.br). Acesso em Fev. de 2024.

Na imagem anterior, começando pelo meio, notamos a ação de “cadastramento”, ou seja, a porta de entrada dos dados pessoais da população atendida que, de maneira geral, é coletada nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), serviço tipificado pela Política Nacional de Assistência

²¹ O Bolsa Família é o maior programa de transferência de renda do Brasil, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

²² Ver mais detalhes em: <https://cadunico.dataprev.gov.br/#/programas-sociais>. Acesso em fevereiro de 2024.

Social. O segundo passo seria a transferência dos dados para a Caixa Econômica Federal que distribuirá para os demais órgãos – públicos e privados – para formulação de políticas públicas, averiguações cadastrais, entre outros.

Percebe-se que por ser um sistema nacional gerido pelo município, os dados teriam então um lugar regional específico para seu tratamento, pois a Política de Assistência Social do município oferece tantos outros serviços de proteção social, para além dos mediados por meio do Cadastro Único do Governo Federal, e possui também outra referência cadastral (como o Prontuário SUAS), utilizado para o registro do trabalho social realizado pela Assistência Social. Este lugar municipal, a base do ciclo do circuito dos dados, nos convoca a pensar a produção, o tratamento e monitoramento dos dados da população atendida, na simbiótica relação entre o público e o privado, entre o federal, estadual e municipal, conhecido popularmente como Pacto Federativo.

O Pacto Federativo, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), foi um acordo estabelecido entre os entes federativos (União, Estados e Municípios) para definir responsabilidades, diretrizes e formas de gestão compartilhada da Política de Assistência Social no Brasil. Esse pacto foi estabelecido com o objetivo de promover uma maior articulação entre os diferentes níveis de governo e garantir uma atuação integrada e eficaz na oferta de serviços e benefícios socioassistenciais à população. Por meio desse acordo, ficaram estabelecidas as competências de cada esfera de governo na execução das ações da Assistência Social, visando garantir a universalidade, a integralidade e a equidade no acesso aos serviços e benefícios oferecidos pelo SUAS. O Pacto Federativo do SUAS foi um marco importante para o fortalecimento e a consolidação dessa política no país e foi estabelecido em 2004, durante a III Conferência Nacional de Assistência Social.

Optamos por pesquisar sobre as instâncias de gestão, tratamento e monitoramento de dados da Política Nacional de Assistência Social – Vigilância Socioassistencial, as Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS) e a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), na relação da base de dados do Prontuário SUAS.

O Prontuário SUAS (Anexo - 2) é uma ferramenta utilizada para registrar informações sobre os usuários dos serviços da Assistência Social desde 2013 (inicialmente em sua versão impressa) e tem por objetivo garantir o acompanhamento das demandas e necessidades das pessoas atendidas. Sua versão digital foi sendo implementada ao longo do tempo e possibilitou a instituição da base de dados do Prontuário SUAS, que pode variar de acordo com a plataforma ou sistema utilizado em cada município ou unidade de Assistência Social. O Prontuário SUAS nada mais é do que uma referência para a captação de dados estratégicos para a compreensão da realidade social, seja dos territórios ou das famílias.

Grosso modo, o foco é coletar, tratar e monitorar: dados de identificação (nome completo, data de nascimento, CPF, RG e endereço do usuário, além de informações sobre sua família e vínculos sociais); situação socioeconômica (renda familiar, ocupação, condições de moradia, acesso a serviços básicos, como saúde e educação, e outras informações relevantes para avaliar a situação de vulnerabilidade ou risco social do usuário); histórico de atendimentos (registro das atividades e serviços prestados ao usuário pela rede de Assistência Social, incluindo datas de atendimento, tipo de serviço recebido e profissionais envolvidos); acompanhamento e encaminhamentos (informações sobre o acompanhamento do usuário ao longo do tempo, incluindo avaliações periódicas de sua situação e encaminhamentos para outros serviços ou programas sociais, quando necessário); histórico familiar e social (registro de informações sobre a família do usuário, como composição familiar, situação conjugal, presença de crianças, idosos ou pessoas com deficiência no domicílio, entre outros aspectos relevantes para compreender o contexto de vida do indivíduo).

Essa base de dados é gerenciada pelas instâncias de gestão – Vigilância Socioassistencial, as Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS) e a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) e entendemos ser estes os espaços estratégicos para nos aproximarmos de pistas que nos levem a compreender o fluxo dos dados, o trabalho social realizado e a percepção dos trabalhadores acerca do rebatimento, da coleta dos dados pessoais no âmbito da Política de Assistência Social, na vida da população usuária,

considerando que essas instâncias de tratamento de dados vem implementando ferramentas digitais para esta gestão da informação²³.

Partimos da hipótese de que a Política de Assistência Social, ao ter como função a vigilância social (entre outras), tem limitado o trabalho social à dataficação da pobreza, que é o trabalho voltado a coleta de dados, ou seja, o trabalho profissional tem se reduzido a um processo de organização de dados sociais ao: 1 - A partir das realidades, extrair dados; 2 - Elaborar as informações coletadas; 3 - Classificar com o propósito da intervenção profissional (visita de campo e/ou atendimento social); 4 - Produzir relatório, parecer ou laudo (padrões); 5 - Apresentar a interpretação e o conhecimento sobre este processo (informação).

Isso nos leva a pensar que está em curso uma mudança no paradigma da profissão: se já fomos apreendidos enquanto uma profissão do consenso, seríamos hoje uma profissão do cadastro?

Iamamoto (1999) ao refletir sobre a prática profissional enquanto trabalho e a inserção do assistente social em processos de trabalho, nos ensina que

O Serviço Social enquanto trabalho especializado, expresso sob a forma de serviço, que tem como produtos: interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica ou ídeo-política dos indivíduos sociais, O assistente social é, neste sentido, um intelectual que contribui, junto com inúmeros outros protagonistas, na criação de consensos na sociedade. Falar em consensos diz respeito não apenas à adesão ao instituído: é consenso em torno de interesses de classes fundamentais, sejam dominantes ou subalternas, contribuindo no reforço da hegemonia vigente ou criação de uma contra-hegemonia no cenário da vida social (Iamamoto, 1999, p. 69).

A nosso ver, parece que fomos reduzidos a mero operadores de captação de dados para alimentar as plataformas digitais, o que nos impossibilita de realizar intervenções nas realidades, através de processos pedagógicos que despertem para direitos e suas ameaças, para os processos reflexivos de elaboração da vida, das necessidades, entre outros, o que se aproxima do que Iamamoto (1999) chamou de profissão que participa dos mecanismos de controle social e da produção de consensos, de difusão da ideologia dominante enquanto produto do trabalho profissional.

²³ Como é o caso dos seguintes sistemas informacionais: **RMA** - Registro Mensal de Atendimentos; **SIBE** - Sistema Integrado de Benefícios; **SIBEC** - Sistema de Benefícios ao Cidadão; **SAA** - Sistema de Autenticação e Autorização; **SICON** - Sistema de Condicionalidades; **PMAS WEB** - Sistema dos Planos Municipais de Assistência Social, entre outros.

Atualmente, vivemos tempos de desconsenso no trabalho profissional, por exemplo, ao ferir o valor ético central do trabalho profissional, a LIBERDADE, ao condicionarmos a coleta de dados da população atendida como requisito para a inclusão nos acompanhamentos pelos serviços e/ou inserção em benefícios assistenciais. Hoje, o principal desafio dos “consensos” no trabalho profissional é o de se cadastrar para acessar. Este processo de cadastro temos entendido como dataficação da pobreza.

A dataficação também pode ser entendida como “mineração de conhecimento a partir de dados” (Han, 2011, p. 6). Este autor apresenta a ideia de que a mineração é um termo que caracteriza processos de descoberta de conhecimentos, ela pode ser entendida tanto como etapa nesse processo, como também como todo o processo. Para ele, a mineração de dados é o processo de descobrir padrões interessantes e conhecimento a partir de grandes quantidades de dados. As fontes de dados podem incluir bancos de dados, a *Web*, outros repositórios de informações ou dados que são transmitidos dinamicamente para o sistema. A etapa de mineração de dados pode interagir com o usuário ou com uma base de conhecimento.

O que tem ocorrido é que, devido à política neoliberal, cada vez mais se reforça a lógica de captação de dados no interior das políticas sociais para o mercado. Hoje, a população que faz uso dos serviços socioassistenciais tem sido alvo deste processo através da lógica da bancarização dos benefícios assistenciais. Há arrojado incentivo para que a população usuária das políticas sociais não contributivas (benefícios oriundos da política de Assistência Social, mas não só) tenham seus dados subsumidos por essa lógica, e conseqüentemente, seja induzida ao consumo de mercadorias fetichizadas pelo capital, distorcendo o sentido dos benefícios assistenciais. É como se deturpassem a lógica da proteção social pela lógica do consumo desenfreado de produtos e serviços, ocasionando o endividamento de uma classe que já é endividada.

Mais uma vez, a LIBERDADE é colocada em jogo: de um lado, parte-se do entendimento de que uma vez obtido o benefício a população pode usufruir da maneira que achar melhor, considerando as necessidades sociais; de outro lado, observa-se expressivo aumento do endividamento que tem inviabilizado a função

dos benefícios sociais, ao não garantir os mínimos necessários para a reprodução da vida.

Em síntese, o trabalho social tem se limitado à captação de dados em detrimento do trabalho com viés emancipatório. Neste sentido, percebemos que o cadastramento, enquanto transformação do trabalho hoje, é a condição *sine qua non* do acesso a direitos, ora parcialmente, ora integralmente. Parcialmente, a partir do momento em que apenas colhemos e preenchemos os dados solicitados pelos sistemas em planilhas já formatadas e padronizadas. Integralmente, a partir do momento em que conseguimos realizar alguma ação a partir da colheita e sistematização dos dados realizados por nós. O que está em jogo é justamente esta disputa: o cadastramento de dados para os sistemas ou para o trabalho social²⁴?

Estamos presenciando um processo de mercadorização dentro das políticas sociais. Estamos captando dados, minerando e alimentando os sistemas apenas atualizando informações sobre a dinâmica da vida da população usuária dos serviços por meio das plataformas digitais, e não temos parado para analisar os impactos disso na vida desses trabalhadores.

Neste sentido, elegemos a Vigilância Socioassistencial justamente pelo seu papel estratégico na organização dos dados. Segundo o Ministério²⁵ do Desenvolvimento Social e Combate à fome (2024), a Vigilância refere-se a um conjunto de práticas e ações voltadas para o acompanhamento e análise da realidade socioeconômica e das demandas da população em situação de “vulnerabilidade” (nos termos da política) ou risco social. Essa Vigilância busca identificar as necessidades e os problemas enfrentados pelas famílias e indivíduos, bem como avaliar a efetividade das políticas e programas sociais implementados. As ações perpassam entre diagnóstico socioeconômico, monitoramento de

²⁴ Vale dizer que são dados extraídos da relação profissional que assistentes sociais (e outros profissionais) estabelecem com usuários (efetivos e potenciais) dos serviços sociais públicos, mas que são manipulados em outras instâncias de processamento de dados (no caso do SUAS as equipes de Vigilância Socioassistencial ou o setor de gestão da informação), prestando-se para a tomada de decisão do poder institucional que visa eficiência e eficácia no uso do orçamento público, especialmente quando se trata das necessidades do capital e não do trabalho social que visa atender as necessidades da população.

²⁵ Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/gestao-do-suas/vigilancia-socioassistencial-1#:~:text=A%20Vigil%C3%A2ncia%20Socioassistencial%20constitui%2Dse,em%20n%C3%ADvel%20municipal%2C%20estadual%20e>. Acesso em fevereiro de 2024.

indicadores sociais, identificação de demandas e necessidades, avaliação de impacto dos serviços, programas e projetos sociais, além do planejamento e gestão das ações sociais. A Vigilância Socioassistencial está alocada nas três esferas do governo, porém neste estudo dialogamos com a esfera municipal.

No âmbito estadual, dialogamos com as Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS²⁶), uma estrutura organizacional que faz parte da Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social (SEADS) que têm a responsabilidade de coordenar e executar políticas públicas de Assistência Social no estado de São Paulo. Cada DRADS abrange uma determinada região do estado de São Paulo e tem como objetivo promover a articulação entre os municípios da sua área de atuação, além de apoiar a implementação de programas e ações voltadas para a população em situação de “vulnerabilidade” social. De maneira geral, as DRADS desempenham a coordenação e apoio técnico aos municípios; realizam o monitoramento e avaliação da execução dos programas e serviços sociais nos municípios sob sua jurisdição, avaliando sua efetividade e propondo ajustes quando necessário; realizam capacitações junto aos profissionais que atuam na área de Assistência Social nos municípios; fortalecem a articulação de redes, entre outros.

Em nível nacional, optamos por traçar contato com a SAGI (Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação), órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) cuja principal função é realizar a avaliação e o monitoramento das políticas sociais implementadas pelo governo federal na área de Assistência Social. De maneira geral, desempenha as mesmas funções das instâncias acima compartilhadas, sendo as principais a análises e estudos para avaliar a eficácia e o impacto dos programas sociais implementados pelo governo, fornecendo subsídios para o aprimoramento das políticas públicas; desenvolve

²⁶ Conforme o Decreto Nº 49.688 de 17 de junho de 2005, é dever da DRADS: “Artigo 47 alíneas V - produzir informações para as Coordenadorias, que sirvam de base à tomada de decisões, ao planejamento e ao controle de atividades de interesse da Secretaria; Artigo 48 alínea VI - levantar dados para subsidiar a formulação da Política Estadual de Assistência Social; VII - fornecer informações ao Grupo de Capacitação de Agentes Sociais e participar do processo de capacitação; XI - observar os indicadores e avaliar os índices obtidos na implementação dos programas e projetos, de acordo com o Sistema de Avaliação e Monitoramento, da Coordenadoria de Gestão Estratégica; XIII - produzir informações que retratem o desempenho da Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social”.

Disponível em <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/78.pdf>. Acesso em fevereiro de 2024.

indicadores e sistemas de informação para monitorar a situação socioeconômica da população brasileira e acompanhar a evolução de indicadores de pobreza, desigualdade, acesso a serviços, entre outros; gerenciar bases de dados e sistemas de informação relacionados à Assistência Social; presta assistência técnica e capacitação para gestores e profissionais que atuam na área de Assistência Social, visando fortalecer as capacidades de planejamento, monitoramento e avaliação das políticas sociais, entre outros.

A Vigilância Socioassistencial, as DRADS (Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social) e a SAGI (Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação) desempenham papéis cruciais na coleta, tratamento e cuidado com os dados da população em situação de “vulnerabilidade”. A Vigilância Socioassistencial coleta e monitora informações socioeconômicas, identificando necessidades e direcionando recursos. As DRADS coordenam e executam políticas sociais, garantindo a correta utilização dos dados nos municípios. Enquanto isso, a SAGI gerencia e analisa dados em âmbito nacional. Em conjunto, essas instâncias promovem uma gestão compartilhada dos dados, que em tese deveria contribuir para a eficácia e a inclusão das políticas sociais.

No processo da pesquisa, iniciamos nossas reflexões por meio da pesquisa bibliográfica e documental. Buscamos refletir sobre a racionalidade que rege os tempos atuais, compreendendo as complexidades e desafios que ela apresenta socialmente, culturalmente e economicamente para as diversas esferas da sociedade. Exploramos obras de autores clássicos (Marx, 1985; Marx, 1994; Lukács, 2018; Bakhtin, 2014, entre outros) e contemporâneos (Zuboff, 2020; Silveira, 2017; Dantas, 2006; entre outros) assim como documentos oficiais e estudos acadêmicos, a fim de analisar criticamente os impactos dessa racionalidade em áreas como políticas públicas, relações de trabalho, desigualdades sociais e o papel do Estado. Essa investigação nos permite não apenas compreender as dinâmicas e tendências presentes, mas também questionar essa razão de ser.

No segundo momento da pesquisa, realizamos 6 entrevistas semi-estruturadas (roteiro disponível no Anexo - 1) com profissionais de municípios diferentes do estado de São Paulo, e também com profissionais que atuaram no Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome, em especial na

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), de forma a encontrar pistas que nos levassem a entender sobre a necessidade da produção de dados no campo da Política de Assistência Social, a relação com o trabalho profissional, a concepção e tipos de usos desses dados, o lugar da gestão da informação no âmbito do Estado, os sistemas e a relação com a população atendida.

De maneira geral, o perfil dos entrevistados é este:

Tabela 1 - Perfil dos entrevistados

PESSOA	LOCAL DE ATUAÇÃO	TIPO DE VÍNCULO	TEMPO DE ATUAÇÃO	FORMAÇÃO
A	Pesquisador na área do SUAS	Autônomo	35 anos	Gestão Pública
B	Vigilância Socioassistencial	Servidor Público	16 anos	Serviço Social
C	DRADS	Servidor Público	12 anos	Ciências Sociais
D	Vigilância Socioassistencial	Servidor Público	12 anos	Administrador de empresas
E	MDS	Servidora Público Cedido para a SAGI	11 anos	Serviço Social
F	MDS	Servidora Público Cedido para a SAGI	5 anos	Matemático

Fonte: elaboração própria, 2024.

Em linhas gerais, trata-se de duas pessoas que trabalham ou trabalharam na Vigilância Socioassistencial, instância no âmbito dos municípios e que majoritariamente trabalha com a captação, monitoramento e gestão dos dados dos serviços socioassistenciais. Entrevistamos uma pessoa do município de São José do Rio Preto/SP e outra pessoa do município de Vinhedo/SP.

A escolha pelo município de São José do Rio Preto deu-se pela experiência de gestão das políticas públicas a partir de uma única divisão territorial comum a

todas as políticas, o que a nosso ver potencializa a gestão de dados²⁷. O município trabalha com uma base de dados comum a todas as políticas, que pela perspectiva do trabalhador entrevistado, evita a sobreposição de ações a uma mesma família, abordada por diversas políticas. A experiência do município foi vital para pensarmos a gestão dos dados pelo município, seu compartilhamento e os rebatimentos na população. Além disso, há uma iniciativa local de *datacenter* próprio para armazenamento dos dados públicos, ação que achamos ser estratégica frente ao cenário de terceirização desta área de trabalho através das empresas de T.I.

A escolha por Vinhedo foi motivada pela recente implementação da Vigilância Socioassistencial por meio da aprovação da lei do SUAS do município²⁸, em 2022. Buscamos conhecer a experiência local pelo uso de *datacenter* terceirizado (*Google*) para armazenamento dos dados da secretaria de Assistência Social. Sobre este ponto, buscamos refletir sobre os riscos, em especial nos capítulos 2 e 3. Ainda, este município está localizado na jurisdição da Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS) da região que também teve uma trabalhadora entrevistada.

Por ser uma instância regional, a trabalhadora da DRADS contribuiu com reflexões acerca do lugar da instituição, em um sentido fiscalizatório junto aos municípios, tanto na criação e implementação de suas leis municipais de Assistência Social, como também a gestão por via dos sistemas de informação, dos dados obrigatórios que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome requer mensalmente, entre outras instituições, como as do sociojurídico que demandam do Estado ações específicas. A trabalhadora apresentou reflexão fundamental em nossas análises: em vez de ser um espaço de análise de dados, a DRADS acaba por ser apenas uma instância de coleta e organização de dados, deixando em aberto a reflexão de quem analisa esses dados e em que sentido.

²⁷ Conforme o Decreto nº18073 de 29 de junho de 2018. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-jose-do-rio-preto/decreto/2018/1808/18073/decreto-n-18073-2018-institui-a-divisao-geografica-da-area-do-municipio-de-sao-jose-do-rio-preto-em-regioes-e-da-out-ras-providencias>. Acesso em fevereiro de 2024.

²⁸ Lei nº 4.075 de 19 de maio de 2022: Dispõe sobre a Política Pública de Assistência Social do Município de Vinhedo e dá outras providências. Disponível em <https://www.legislacaodigital.com.br/Vinhedo-SP/LeisOrdinarias/4075>. Acesso em 05 de janeiro de 2024.

Na região metropolitana de Campinas (área em que está o município de Vinhedo e também a jurisdição de atuação da trabalhadora da DRADS), entrevistamos um pesquisador do SUAS que apresentou, em linhas gerais, sua percepção acerca do controle de dados no campo da Política de Assistência Social. Ainda, compartilhou sua percepção sobre o estilo de gestão, concepções sobre o trabalho e a lógica gerencialista do Estado, além de tecer críticas à falta de investimento em ferramentas tecnológicas que poderiam potencializar e ampliar os direitos sociais no âmbito da Política de Assistência Social.

Em nível federal, foram entrevistadas duas pessoas que trabalharam no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e que estiveram à frente da implementação de políticas de gestão de dados, de organização, de inteligências analíticas dos dados gerados pela Política de Assistência Social. Essa contribuição nos apresentou com perspectivas e correlações de forças que nos despertaram reflexões sobre os desafios da gestão pública não limitada à experiência das políticas setoriais.

Para a apresentação, o texto foi organizado em quatro capítulos:

No capítulo 1 - DADOS, LÓGICA E A CAPTAÇÃO DA REALIDADE SOCIAL buscamos refletir sobre o papel das tecnologias de base digital na transição do fordismo para a acumulação flexível e as profundas transformações que provocaram, seja na automação e nas formas de controle dos processos produtivos, seja na intensificação, na precarização e na flexibilização das relações de trabalho e em todo contexto da vida. Nesse sentido, refletimos sobre o significado da informação e dos dados como produtos do trabalho humano e da forma social que assumem enquanto campo de valorização para o capital. Neste capítulo ainda apresentamos os dados enquanto tradução lógica da realidade, o “dar nomes às coisas” por meio de sistemas de classificações como a linguagem, idiomas, métricas, etc., o que envolve signos (significados) linguísticos da cultura, que refletem as condições sociais e históricas de uma sociedade e os processos de construção das ideologias e sua transmissão pela linguagem. Problematizamos, ainda, o protagonismo dos dados nos sistemas de circulação de mercadorias e enquanto ativo de produção de mais valor para o capital.

No capítulo 2 - O SISTEMA QUE SOBREVIVE POR APARELHOS, E DE APARELHOS: O CAPITALISMO EM SUA EXPRESSÃO DE VIGILÂNCIA tecemos considerações sobre o capitalismo, suas crises cíclicas e estruturais, que tendem a especular sua necessidade crônica de acumulação, a partir do conjunto de determinações contemporâneas que têm no arsenal maquínico – e em suas linguagens – o lugar privilegiado da exploração no trabalho. Apresentamos as ideias de Zuboff (2020) sobre a digitalização do trabalho e a textualização da vida, principais características do capitalismo de vigilância, produtor de ativos de vigilância, ou seja, o conjunto de rastros de dados que deixamos quando navegamos despretensiosamente nos sistemas informacionais. Também neste capítulo, através de mapas e ideias, traçamos um comparativo da mercantilização com a era do capitalismo de vigilância, apresentando traços em comum entre as grandes navegações mercantilistas e a espacialização dos cabeados de dados que conectam o mundo, no contexto de práticas de colonialismo e de colonialidade que se perpetuam até hoje nos países do sul global, bem como as estratégias jurídicas-normativas para minimizar a exploração pelo norte global.

No capítulo 3 – O MAR DA HISTÓRIA É AGITADO: A ONDA DE CATALIZAÇÃO DOS DADOS NA POLÍTICA NACIONAL DE Assistência Social analisamos o ideário neoliberal na construção do Estado gerencial, principalmente no que se refere à gestão social. Apresentamos o percurso da construção da Política de Assistência Social enquanto direito, e os desafios de sua consolidação e relação com o mercado. Problematizamos como o ideário neoliberal adentrou no Estado brasileiro no trato do social e as sequelas desta relação, que têm despertado a construção de outros mercados voltados à captação, armazenamento e controle dos dados públicos. Por fim, buscamos traçar um comparativo sobre a transformação da concepção de vigilância no campo do SUAS, seja enquanto função ou enquanto configuração do trabalho social na relação com a produção de dados a partir do Prontuário SUAS e seus sistemas de organização do trabalho.

No capítulo 4 - DESAFIOS E POSSIBILIDADES: A CONCEPÇÃO DOS TRABALHADORES DAS INSTÂNCIAS DE TRATAMENTO DE DADOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SOBRE O FLUXO E CIRCUITO DOS DADOS NO SUAS apresentamos a sistematização dos dados obtidos nas entrevistas realizadas, momento em que dialogamos com as percepções dos

nossos sujeitos. Exploramos suas considerações acerca do trabalho do setor público no campo da informação e produção de dados, o papel do Estado na contemporaneidade, os impactos na vida da população usuária dos serviços sociais públicos, bem como os desafios e oportunidades relacionados ao tratamento de dados na Política de Assistência Social. Além disso, captamos a visão desses trabalhadores sobre o fluxo e circuito dos dados no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

De maneira geral, objetivamos oferecer, através destes escritos, um conjunto de conceitos, ideias e reflexões que visam destacar as transformações do trabalho no campo da produção e gerenciamento dos dados, a partir da ofensiva na implementação de sistemas automatizados no âmbito do Estado, alertando para riscos e armadilhas do capitalismo de vigilância, ainda mais em se tratando da vigilância social no processo de *dataficação da pobreza*, hipótese analítica que se revelou uma fértil ideia diretriz para a análise do nosso objeto e também para a continuidade de outras investigações. Buscamos resgatar elementos do ideário neoliberal, como a eficiência e eficácia na prestação de serviços públicos, enfatizando a importância de não dissociarmos das relações de poder historicamente estabelecidas, especialmente no contexto das relações entre periferia e centro do capitalismo no norte global. Estimulamos a atenção aos impactos desproporcionais que determinadas políticas e tecnologias podem ter sobre diferentes grupos sociais, alertando para que essas transformações não perpetuem injustiças ou exclusões, mesmo sabendo dos limites colocados pelo próprio capitalismo.

CAPÍTULO 1: DADOS, LÓGICA E A CAPTAÇÃO DA REALIDADE SOCIAL

A vida está sendo processada a todo momento!

Estamos vivendo em um contexto que a todo momento nos leva a questionar a noção de espaço-tempo, a partir da intrínseca relação entre a evolução tecnológica e a nossa capacidade de percepção da realidade por meio de instrumentos e técnicas digitais que costumam as relações sociais.

O tempo histórico, o tempo das instituições, o tempo necessário para a elaboração do que acontece na vida cotidiana, além do tempo de viver, têm sido regulados, acompanhados e controlados, em maior ou menor medida, pelo desenvolvimento da tecnologia de base digital, nos marcos do atual estágio capitalista.

Na transição do fordismo para a acumulação flexível, Harvey (1992) chama atenção para a compressão do tempo-espaço. Para o autor, essa nova processualidade tem como principal característica o “impacto desorientado e disruptivo sobre as práticas político-econômica, sobre o equilíbrio do poder de classe, bem como sobre a vida social e cultural” (Harvey, 1992, p. 257), resultados da chamada globalização e do aceleração dos processos de comunicação.

É importante ressaltar que a globalização é aqui entendida criticamente não como um processo de interconexão e desenvolvimento positivo, mas como a intensificação das disparidades econômicas entre os países, como esforço de homogeneização cultural a partir da centralidade dos valores e modos de vida do norte global, como dependência tecnológica dos países mais desenvolvidos, entre outros elementos que nos levam a pensar sobre as consequências da rápida expansão tecnológica em nível mundial e suas repercussões na vida cotidiana (Harvey, 1992).

Dessa forma, o capitalismo, modo de produção que se estabelece e se consolida a partir de relações sociais mediadas pela troca de mercadorias, produtos do trabalho humano (Marx, 1985), segue (re)produzindo a dinâmica da realidade em um tempo cada vez mais acelerado – e acelerando! – para a obtenção do mais-valor. No mesmo ritmo célere, a sociabilidade característica desse sistema afasta-se da capacidade de se desenvolver autonomamente.

Este capítulo propõe tecer notas sobre a transição do fordismo para a acumulação flexível, conjuntura histórica do surgimento da produção de dados como estratégia de compreensão sobre as características do novo regime de acumulação capitalista. Além disso, propõe-se refletir também sobre o significado dos dados enquanto tradução lógica da realidade, a partir da sua transformação em informação (ou vice-versa) ao circular como uma expressão de capital nas relações tecidas com o Estado, a economia e a classe que vive da venda da força de trabalho.

Por fim, objetiva-se enfatizar as diferentes concepções sobre os dados, apresentando os processos envolvidos na aceleração do tempo de rotação do capital, compreendendo estes fundamentos como centrais para compreender o ritmo da realidade capitalista, a partir das contribuições de Karl Marx.

1.1 A transição do fordismo para a acumulação flexível

Viver no capitalismo é estar sob um sistema econômico que a todo tempo produz, circula e (re)cria novas mercadorias entre valores de uso e de troca, sejam elas produtos, pessoas ou experiências. Nesse processo, somos pressionados a consumir, a buscar produtos ou serviços que atendam tanto às nossas necessidades físicas mais básicas – a exemplo da alimentação – como também aos nossos desejos forjados a partir dos valores culturais dominantes.

Na costura entre os múltiplos tempos que constituem a vida sob o capitalismo, muitos são os agentes que se colocam como mediadores: o Estado, por meio das regulações da vida econômica e social, traduzidas em serviços, programas e projetos; os capitalistas, possuidores dos meios de produção, pela via das empresas e do acesso ao fundo público a partir da privatização das ações do Estado; a classe trabalhadora, por meio das diversas formas pelas quais vende sua força de trabalho para sobreviver e/ou depende de quem vende para ter suas necessidades básicas atendidas²⁹. Nessas relações, a vida vem sendo processada velozmente, a todo tempo, em uma compressão do tempo-espço, processo que Harvey (1992) identificou como típico do novo regime de acumulação flexível, o qual

²⁹ A exemplo de crianças e pessoas impossibilitadas, por motivos diversos, de trabalhar para sobreviver e, por isso, dependem de seus familiares ou membros da comunidade, majoritariamente das figuras femininas, para obter os cuidados mais básicos de sobrevivência.

(...) se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre os setores como entre regiões geográficas (Harvey, 1992, p. 140).

O referido autor traz reflexões em torno do traço flexível da acumulação em vigência em contraponto à rigidez do modelo anterior, conhecido como fordista, cujas principais características eram a produção em massa, padronizada, e a hierarquia marcante na organização do trabalho, entre outras.

Em relação a esse novo “mercado” flexível, novas maneiras de captar o movimento do real foram sendo desenvolvidas, em especial “no espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma”. A partir das tecnologias – principalmente de base digital – teve início a mediação das relações por via de ambientes virtuais, seja para controlar o modo de produção, para premeditar desejos e necessidades de potenciais consumidores e trabalhadores e para intensificar processos de trabalho e acelerar “o tempo de giro do capital” (Harvey, 1992, p. 140).

A aceleração do tempo de giro na produção de mercadorias envolve acelerações nos sistemas de troca, distribuição e consumo, assim como nos sistemas de comunicação e informação, exponenciando a produção e a velocidade de sua circulação. Diante disso, é possível observar a quantidade de dados e informações que produzimos sobre a vida, na esfera do trabalho – para atender as necessidades do estômago –, e também do desejo ou da fantasia, como já dizia Marx (1996, p.165)

“A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa. Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção.” (Marx, 1996, p.165)

Essa produção exacerbada é uma característica do capitalismo de vigilância, no qual os dados e informações acabam por virar mercadorias. Tal noção foi criada por Shoshana Zuboff (2020) para descrever uma nova era do capitalismo

desenvolvida a partir da economia digital, ponto que será aprofundado no próximo capítulo.

Entre o valor de uso e o valor de troca, os dados ganham um novo significado e devem ser discutidos em um contexto mais amplo da economia e da sociedade, pela forma social que assumem enquanto produto do trabalho humano. Embora para Marx (1985) o trabalho seja entendido como atividade perene em qualquer sociedade – é o resultado do sociometabolismo do homem, na transformação da natureza, que gera valores de uso para a satisfação das necessidades humanas – no capitalismo o valor de uso só existe como suporte do valor de troca, pois a finalidade é a valorização do capital e não da vida. Nessa lógica, percebe-se na esfera da produção, circulação e consumo de mercadorias, a centralidade dos dados para a expansão da produtividade capitalista, elevando assim a um novo patamar a noção de trabalho intelectual nas cadeias industriais – revoluções industriais – e de consumo.

Retomamos Marx (1985) na medida em que o autor faz uma importante distinção entre valor de uso e valor de troca. O valor de uso constitui o aspecto qualitativo da mercadoria voltada à utilidade social de um bem ou serviço para a satisfação de necessidades humanas, em qualquer tempo e forma de organização social; enquanto o valor de troca refere-se à sua capacidade de ser trocado por equivalentes de outros bens ou serviços no mercado, no circuito da realização do valor e do mais valor. Enquanto o valor de uso está relacionado às propriedades qualitativas e à utilidade social de um bem, o valor de troca constitui o aspecto quantitativo da mercadoria, determinado pelas relações sociais de produção que permite a troca entre mercadorias, cujo valor é definido pelo quantum de trabalho foi necessário à sua produção.

No contexto em que os dados transformados em informação (ou vice-versa) são considerados mercadorias, seu valor de uso está intrinsecamente ligado, pela concepção teórica construída até aqui, à captação dos interesses do mercado na utilidade de um determinado produto, e\ou à manutenção dos produtos a partir da captação da satisfação de necessidades do “mercado - pessoas”, sem contar a perpetuação dos valores culturais.

A ideia de “mercado - pessoas” é uma elaboração teórica própria, enquanto contribuição desses escritos, para remeter ao chamado mercado de dados que são impulsionados pela interação entre pessoas, ou seja, um ecossistema no qual os dados produzidos por pessoas são comercializados, usados, comprados, vendidos ou trocados entre plataformas, instituições, empresas e/ou Estado. Esse mercado cresceu exponencialmente com a digitalização da vida e a capacidade de coleta, armazenamento e análise de grandes volumes de dados e informações por via das tecnologias digitais de comunicação e informação e tem sua origem na já referida transição do fordismo para a acumulação flexível (Harvey, 1992), processo que trouxe

(...) sérias dificuldades para teorias de toda espécie. Teóricos Keynesianos, monetaristas e do equilíbrio parcial neoclássico parecem tão perturbados quanto todas as outras pessoas. Essa transição também trouxe sérios dilemas para os marxistas. Diante desses problemas, muitos comentadores abandonaram qualquer pretensão de teoria e simplesmente recorreram à caça de dados para dar conta das rápidas mudanças. Mas também aqui há dúvidas - que dados são indicadores vitais, e não séries contingentes? O único ponto geral de acordo é que alguma coisa significativa mudou o modo de funcionamento do capitalismo a partir de mais ou menos 1970 (Harvey, 1992, p. 163).

Entre indicadores vitais e séries contingentes³⁰, o autor supracitado nos provoca a pensar que os dados já possuíam centralidade na década de 1970, seja enquanto estratégia ou referência econômica, para definir o que era fundamental no regime de acumulação e as determinações de valorização econômicas – no campo da cultura – e assim medir e estimar o valor de bens ou serviços.

Nesse sentido, pode-se pensar que o valor de uso que Marx (1985) nos coloca, enquanto utilidade de um objeto ou mercadoria para satisfazer uma necessidade humana concreta e material, foi substituído por uma ideia – desejo ou fantasia – de valorização de algo que não é, necessariamente, real e/ou que não

³⁰ Séries contingentes partem de uma metodologia de valoração econômica para os quais não há um mercado praticado. Nesse método, os indivíduos são questionados sobre suas preferências e estão envolvidos na tomada de decisões hipotéticas de compra ou venda de bens ou serviços. Nas palavras de Belluzzo JR (1999, p.113), a Metodologia de Avaliação de Contingentes “consiste na utilização de pesquisas amostrais para a obtenção do valor de bens públicos, ou de bens que não apresentem sinais de mercado que possibilitem a aplicação dos métodos convencionais, baseados na análise de demanda. Como não há um mercado, cria-se um mercado hipotético em um processo de entrevista pessoal e chama-se o indivíduo a declarar, ou indicar, sua disposição a pagar pelo bem inserido nesse mercado. Desse modo, o valor obtido é contingente ao mercado hipotético apresentado ao indivíduo, daí a denominação do método. Essa metodologia contrasta com outras disponíveis para a valoração de bens públicos principalmente por capturar o chamado valor de existência.”

abarca as necessidades do conjunto da classe trabalhadora, gerando conflito entre realidade vivida e sentida, ou realidade imaginada e ambicionada: o que o pensador alemão chamou de fetichismo da mercadoria – quando as mercadorias aparentam ter vida própria independente de seus produtores e a relação entre pessoas é transformada em relação entre coisas, ocultando o caráter social do trabalho. Nas palavras de Marx (1996, p. 34) “ o caráter alienado de um mundo em que as coisas se movem como pessoas e as pessoas são dominadas pelas coisas que elas próprias criam”.

Na transição do fordismo para a acumulação flexível, Harvey (1992, p. 163) nos diz que uma “primeira dificuldade reside em tentar captar a natureza das mudanças”, e apresenta alguns autores que elaboraram teorias para subsidiar tais transformações, como Halal (1986 *apud* Harvey, 1992), teórico que enfatiza os elementos positivos e liberatórios do novo empreendimento, que ele chama de novo capitalismo; Lash e Urry (1987 *apud* Harvey, 1992), ao se referirem às relações de poder e à política com relação à economia e à cultura; e Swyngedouw (1986 *apud* Harvey, 1992, p. 163), que apresenta “detalhes sobre as transformações no campo da tecnologia e do processo de trabalho, ao mesmo tempo que avalia como o regime de acumulação e suas modalidades de regulamentação se transformaram”.

Halal parece mais próximo da teoria de Schumpeter da inovação dos empreendedores como força motriz do capitalismo e tende a interpretar o fordismo e o keynesianismo como interlúdio infeliz no progresso capitalista. Lash e Urry vêem a evolução, em parte, como o colapso das condições materiais para uma política coletiva poderosa da classe trabalhadora, e tentam descobrir as raízes econômicas, culturais e políticas desse colapso. Pelo próprio uso dos termos “organizado” e “desorganizado” para caracterizar a transição, eles acentuam mais a desintegração do que a coerência do capitalismo contemporâneo, evitando assim o enfrentamento da possibilidade de uma transição no regime de acumulação. Swyngedouw, por outro lado, ao enfatizar as mudanças no modo de produção e de organização industrial, situa a transição na corrente principal da economia política marxiana, ao mesmo tempo que aceita claramente a linguagem da escola da regulamentação (Harvey, 1992, p.163).

Harvey (1992) vai se somar às ideias de Swyngedouw (1986) ao destacar a centralidade da lógica enquanto principal característica, tanto na captação dos aspectos lógicos das transições, quanto no pragmatismo do pensamento regulatório. Para o primeiro autor, “a linguagem da escola da regulamentação sobreviveu melhor do que a maioria (...) pela sua orientação bem mais pragmática”

(Harvey, 1992, p.164). Marx (1985) desenvolveu sua teoria justamente com base na análise do capitalismo sob o modo de regulamentação em que imperavam uma ampla competitividade e o *laissez-faire*³¹ Inglês.

Marx (1982) já apontava os efeitos negativos da economia com base na exploração da classe trabalhadora e sua consequente desumanização enquanto sujeito. Em um sistema econômico baseado na competitividade e vigilância, os proprietários dos meios de produção exploram a força de trabalho alienada de seus proprietários para obter lucros sem limites. Essa organização resulta nas desigualdades sociais “produzidas e reproduzidas na dinâmica contraditória das classes sociais e, na particularidade atual, a partir das configurações assumidas pelo trabalho e pelo Estado burguês no atual estágio mundializado e financeirizado do capitalismo contemporâneo” (Raichelis, 2022, p. 13), ou seja, nas múltiplas expressões da Questão Social, remetidas às contradições entre o capital e o trabalho. Em outras palavras: a alienação do trabalho e a concentração de riqueza nas mãos de poucos são consequências da exploração e intensificação do trabalho. O capitalismo, em sua busca incessante por lucro e competição, inevitavelmente leva a um desequilíbrio de poder entre os capitalistas e os trabalhadores.

Na atualidade, os dados, ao assumirem tal centralidade para os interesses do capital, com a mediação do Estado, constituem uma nova etapa do capitalismo, na perspectiva de Zuboff (2020) nomeada como capitalismo de vigilância. Nessa configuração, o capital consegue encontrar valor no que a autora chamou de resíduos de dados, cujas principais fontes de captação são as transações econômicas apoiadas nos dispositivos e sistemas digitais, como *internet* das coisas, dados governamentais e corporativos, câmeras de vigilância públicas e privadas, além de dados que são resultado de forma não mercantil de produção social, ou seja, do próprio cotidiano, reflexões que serão aprofundadas no próximo capítulo.

Na chamada Economia dos Dados ou Economia da Informação, o valor de uso e o valor de troca ganham novas determinações ao considerar os dados como os novos ativos de produção de valor, principalmente na centralidade da circulação

³¹ *Laissez-faire* é um termo em francês que significa "deixem fazer" e faz referência a uma abordagem política e econômica que defende uma menor intervenção do Estado nas relações econômicas e no funcionamento geral da sociedade.

de informações e/ou mercadorias, momentos nos quais o lucro do capital se consolida.

A determinação econômica da forma, que provém da circulação do valor, com uma propriedade objetiva; como se coisas que em si mesmas não são capital ao todo, mas apenas se tornam capital em determinadas condições sociais, já pudessem ser, em si e por natureza, capital em determinada forma, fixo ou circulante. (...) os meios de produção em todo processo de trabalho, quaisquer que sejam as condições sociais em que se realiza, se dividem em meio de trabalho e objeto de trabalho. Mas só dentro do modo de produção capitalista ambos se tomam capital, e precisamente capital produtivo. (...) . Dessa maneira, a diferença entre meio de trabalho e objeto de trabalho, baseada na natureza do processo de trabalho, se reflete na nova forma da diferença entre capital fixo e capital circulante. Só por isso uma coisa que funciona como meio de trabalho se torna capital fixo. Se ela, por suas propriedades materiais, puder servir em outras funções que não sejam as de meio de trabalho, será capital fixo ou não, conforme a diversidade de sua função. Gado, como gado de trabalho, é capital fixo; como gado de engorda é matéria-prima, que finalmente entra na circulação como produto, portanto não é capital fixo, mas circulante (Marx, 1985, p.119-120)

Em linhas gerais, é possível entender os dados como meio, como um instrumento possível de captar as necessidades, comportamentos, propiciar monitoramento entre outras funções meio, como também pode ser entendido como fins, na medida em que ele mesmo se torna produto/mercadoria. Em outras palavras, os dados ora são entendidos como ativos de valor fixo, ora são entendidos como ativos de valor circulante.

Embora Marx tenha vivido no século XIX e, portanto, não teve a oportunidade de analisar diretamente a economia hoje predominantemente de base digital e sua relação com a produção de dados, empenham-se aqui esforços para encontrar pistas que nos levem à leitura do modo de produção capitalista na contemporaneidade, a partir das contribuições de sua teoria social, para desvendar as engrenagens de funcionamento do sistema capitalista na “era digital”, no qual a informação assume uma centralidade no processo de trabalho.

Ao desenvolver o conceito de valor de troca, Marx (1985) ressalta que a sua determinação está ligada ao tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma dada mercadoria. Assim, ganham centralidade a noção de tempo médio de trabalho e as condições de produção necessárias para produzir esse bem, material ou não material, em uma determinada sociedade, em condições historicamente determinadas.

O valor de troca, em termos marxistas, no contexto da produção de dados, está relacionado ao tempo e aos recursos necessários para coletar, tratar e analisar os dados, uma vez que estes têm significado uma vantagem competitiva extremamente valiosa na economia contemporânea, impulsionando a inovação e criando novas formas de produção de valor e mais-valor. As empresas de tecnologia, em particular, coletam vastas quantidades de dados dos usuários e os utilizam para melhorar seus produtos, direcionar publicidade e gerar receita, movimento que temos presenciado também no campo do Estado a partir das Políticas Sociais, ponto que abordaremos em maiores detalhes nos capítulos a frente.

Como nos adverte Harvey (1992), a transição do fordismo para a acumulação flexível refere-se, portanto, a uma mudança no paradigma econômico e organizacional ocorrido ao longo do século XX, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, base para se pensar a centralidade dos dados na economia hoje. Essa transição representa uma evolução nos modelos de produção e gestão que vem impactando significativamente as estruturas industriais e econômicas em todo o mundo.

A transição mencionada trouxe implicações profundas na organização do trabalho, nas relações laborais, na estrutura das empresas, na esfera do Estado e nas estratégias de produção e circulação de mercadorias. A acumulação flexível representa um modelo mais adaptável e ágil, capaz de responder mais eficientemente às mudanças do mercado e às demandas dos consumidores, em comparação com o modelo de produção em massa do fordismo. O dado, nesse novo contexto, ganha um valor central na mediação dos diversos interesses em jogo.

A influência das tecnologias de informação e comunicação, principalmente as de base digital, nesse processo, são a principal marca da transição ao modelo flexível. Elas estruturam os processos de automatização do trabalho, os chamados

sistemas *just in time*³², marcados pela profunda precarização dos vínculos trabalhistas.

Antunes (2014) discute a emergência de uma nova morfologia do trabalho, caracterizada por mudanças nas formas de contratação, nas condições de trabalho e na organização laboral, consequências do modelo flexível de acumulação do capital. Ele destaca como a tecnologia molda essas novas configurações no ambiente de trabalho e na organização da classe trabalhadora.

É como se todos os espaços existentes de trabalho fossem potencialmente convertidos em geradores de mais-valor, desde aqueles que ainda mantêm laços de formalidade e contratualidade até os que se pautam pela aberta informalidade, na franja integrada ao sistema, não importando se as atividades realizadas são predominantemente manuais ou mais acentuadamente “intelectualizadas”, “dotadas de conhecimento”. Assim, nesse universo caracterizado pela subsunção do trabalho ao mundo maquínico (seja pela vigência da máquina-ferramenta autômata do século XX, seja pela da máquina informacional-digital dos dias atuais), o trabalho estável, herdeiro da fase taylorista-fordista, relativamente moldado pela contratação e pela regulamentação, vem sendo substituído pelos mais distintos e diversificados modos de informalidade (Antunes, 2014, p.14).

A automatização do trabalho não é apenas uma mudança técnica na produção, é sobretudo uma transformação social com implicações nas relações laborais, nas condições de trabalho e na organização da sociedade como um todo. Há uma profunda transformação nas dinâmicas entre tecnologia, trabalho e sociedade na era contemporânea, pois as relações sociais existentes passam a ser geradoras de dados, ligados à produção de mais-valor para o capital.

Antunes (2014) chama atenção para o advento do infoproletariado, novo tipo de proletariado que surge em meio às transformações no mundo do trabalho atravessado pela informatização e pela chamada “sociedade da informação”. O termo refere-se a trabalhadores que estão envolvidos na produção e manipulação de informações, dados e conhecimento. Esses trabalhadores estão inseridos em setores da economia que dependem fortemente de atividades relacionadas à informação, como tecnologia da informação, telecomunicações, serviços digitais, entre outros.

³² “O método *just-in-time* ou ‘método Toyota’ baseia-se na utilização de trabalhadores polivalentes e máquinas multiuso. Busca reduzir, entre outros, os custos de estocagem ao produzir o necessário, nas quantidades necessárias e no momento necessário” (Antunes, 2014, p. 46). Ainda, nas palavras de Abílio (2020, p. 116-117): “a condição do trabalhador *just-in-time* é estar disponível para ser imediatamente utilizado, mas ser remunerado unicamente pelo que produz.” Disponível em <https://www.scielo.br/j/ea/a/VHXmNyKzQLzMyHbgcGMNNwv/#>. Acesso em 30 de janeiro de 2024.

A necessidade de inovar os processos, os produtos e os serviços ampliou em muito a importância da esfera comunicacional para a agilização do ciclo produtivo que agora opera em tempo virtual. Esse processo de mercadorização da informação³³ possibilitou a direta e rápida incorporação dos novos dados e informações ao mundo produtivo, instrumental decisivo para a continuidade das chamadas “inovações produtivas” (Antunes, 2014, p. 20).

É importante destacar que o autor supracitado sinaliza a relevância das mudanças nas formas de trabalho na chamada era da informação, mas reitera a importância e permanência das questões relacionadas à exploração, precarização e organização coletiva para a manutenção da acumulação capitalista. O que ele destaca, portanto, são as novas formas de produção e extração do valor nos processos de trabalho mediados pelas tecnologias digitais.

A partir de Dantas (2014), entende-se que a produção de dados, mediada pelo trabalho humano, é resultado da exploração capitalista, pois as empresas – e o Estado – frequentemente coletam dados sem remuneração³⁴ adequada ao “mercado - pessoas”. Os trabalhadores que processam e analisam os dados também têm sua força de trabalho explorada, recebendo apenas uma fração do valor que ajudam a criar nesta economia em cadeia.

Além disso, a concentração de dados nas mãos de poucas grandes empresas de tecnologia – e suas terceirizações pela via do Estado – também é vista como uma forma de acumulação capitalista, em que o poder e os recursos são cada vez mais concentrados nas mãos de uma pequena elite que controla gigantescas corporações transnacionais, em detrimento da maioria da população.

Em síntese, embora Marx (1985) não tenha se debruçado diretamente sobre a produção de dados, suas elaborações teóricas acerca da mercadoria e da exploração da força de trabalho mantêm-se como referência para analisar a produção de dados, sua valorização e controle neste tempo econômico-social de revoluções técnico-científicas, fruto da transição taylorista-fordista para acumulação capitalista flexível, nos termos de Harvey (1992).

³³ Aprofundaremos essa ideia no capítulo 2.

³⁴ É importante ressaltar que existe uma polêmica sobre o usuário dos sistemas e plataformas digitais, ao inserir dados e navegar nesses ambientes, realizar ou não um trabalho não pago. Ao nosso ver há a realização, porém é preciso demarcar a ausência de consenso teórico sobre essa questão.

1.2 Dados enquanto tradução lógica da realidade

Os dados podem ser entendidos de diversas formas. Segundo o Dicionário Michaelis (2023, *on-line*), podem funcionar como adjetivos ao se referirem ao “que foi concedido ou ofertado; gratuito.; que é afável, tratável; comunicativo, sociável.; que tem tendência a; inclinado, propenso; que foi combinado, predeterminado; que está datado”. Ou ainda, podemos entendê-los como substantivos, enquanto

informação que identifica o indivíduo; representação de fatos, conceitos e instruções por meio de sinais, de maneira formalizada, possível de ser transmitida e processada pelo homem ou por máquinas; aquilo que representa o ponto de partida para uma inferência, um argumento, o desenvolvimento de um raciocínio; o que é característico ou próprio de alguma coisa (Michaelis, 2023, *on-line*).

Se formos na origem da palavra, encontraremos do latim “*dátus.a.um*”, que significa “entregue” (Cruz et. al, 2023, *on-line*). Em linhas gerais, é possível perceber a menção a um sistema de classificação, mas também a expressão material de algo.

Dar nomes às coisas por sistemas de classificação – linguagens, idiomas, métricas matemáticas, conceitos, categorias analíticas – é a forma como nós, seres humanos, nos desenvolvemos ao longo da humanidade, desde as artes rupestres aos diversos alfabetos que dão sentido à percepção e a experiência da realidade.

A realidade social, enquanto transformação da natureza pelo trabalho humano, síntese de múltiplas determinações, carrega por si só uma vasta explanação sobre marcos, origens, extensões, formas do pensamento conceitual em signos (significado), palavras, formas lógicas de pensar sobre os pensamentos e a materialização das ideias. Materiais ou não, este conjunto de ações chamamos de trabalho de transformação, ou seja, da criação de sujeitos por meio de múltiplas mediações.

Mikhail Bakhtin (1895-1975), filósofo e teórico literário russo, marxista e conhecido por suas contribuições à teoria da linguagem, literatura e comunicação, é particularmente famoso por desenvolver a teoria do dialogismo, a qual enfatiza a importância do diálogo e da interação social na linguagem.

Em sua obra “Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas Fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem” (2014), o autor explora aspectos

sobre ideologia e linguagem ao refletir sobre as condições sociais e históricas da sociedade e como as ideologias são construídas e transmitidas através da linguagem. Ele afirma que a dialogicidade, a heteroglossia (múltiplas vozes na linguagem) e a polifonia (coexistência de múltiplas vozes independentes) são as principais marcas dos processos dialógicos. Bakhtin (2014) argumenta que a linguagem é essencialmente social e que o significado é construído na interação entre os falantes. O dialogismo e a carnavalização, na visão de Bakhtin (2014), tem implicações significativas para a classificação da realidade.

Para o autor, no campo do dialogismo, a linguagem e a comunicação são fundamentalmente dialógicas, o que significa que elas são potencialmente relacionais e interativas. Cada expressão faz parte de um diálogo mais amplo e responde a outros enunciados que o precederam, ao mesmo tempo que antecipam respostas futuras. No campo da carnavalização, o autor menciona a subversão e a inversão temporária das posições sociais e culturais tradicionais. Ele defende a carnavalização como um aspecto importante da realidade, um momento em que as normas e regras usuais são suspensas, permitindo uma expressão mais livre e aberta de diferentes vozes e perspectivas.

Outros conceitos chaves na obra de Bakhtin (2014) são a significação e o poder. O autor reflete sobre o significado da linguagem estar vinculado ao poder e como certas formas de discurso são usadas para manter ou desafiar as estruturas de poder existentes. Ele apresenta ainda uma concepção dialógica de linguagem, argumentando que ela é essencialmente um fenômeno social, moldado pelas interações entre os membros da sociedade.

De maneira geral, Bakhtin (2014) contribui com o pensamento dos signos linguísticos, em aproximação com a teoria marxista, destacando a importância das relações sociais na produção de significado e na construção ideológica. O autor também esteve interessado em questões éticas e na relação entre o indivíduo e o outro ao enfatizar a importância da responsabilidade e da resposta ética nas interações humanas e ao ver a realidade como um espaço de encontro ético onde os indivíduos são chamados a responder uns aos outros de maneiras responsáveis e cuidadosas.

Todo signo (...) resulta de um consenso entre indivíduos socialmente organizados no decorrer de um processo de interação. Razão pela qual as formas do signo são condicionadas tanto pela organização social de tais indivíduos como pelas condições em que a interação acontece (Bakhtin, 2014, p. 45).

Nesse sentido, é possível afirmar que há uma linguagem comum na quantificação e qualificação da natureza e da realidade a partir da interação entre povos. Disputar narrativas, concepções de mundo com a mesma base lógica – dados – é dizer que a forma dos dados assume uma concepção hegemônica, ou seja, uma concepção de verdade a partir de uma referência dominante que tende a ser universal. Essa dominância entendida como verdade acaba por ser uma métrica comparativa sobre as demais concepções de verdade, de signos linguísticos.

Todo signo é ideológico, como também, linguístico. Tal compreensão nos leva ao entendimento dos dados como a elaboração primária dos signos linguísticos, ancorada numa dada racionalidade aqui compreendida enquanto expressão da teleologia, do pensar concreto prévio com intencionalidade para ações.

Lessa (2004) nos lembra das contribuições de Lukács sobre prévia-ideação, enquanto ato de antecipar o que se deseja alcançar. Marx (2010) apresenta a capacidade teleológica do indivíduo social, através da qual é possível conceber mentalmente o/um resultado desejado. Esse procedimento é de extrema relevância para a realização de tarefas, uma vez que guiará o processo de concretização, o qual Lukács chamou de objetivação: “essa antecipação na consciência do resultado provável de cada alternativa possibilita às pessoas escolherem aquela que avaliam como a melhor. Escolha feita, o indivíduo leva-a à prática, ou seja, objetiva a alternativa” (Lessa e Tonet, 2011, p. 18-19). Nessa forma do agir, dia-a-dia,

o resultado do processo de objetivação é, sempre, alguma transformação da realidade. Toda objetivação produz uma nova situação, pois tanto a realidade já não é mais a mesma (em algumas coisas ela foi mudada) quanto também o indivíduo já não é mais o mesmo, uma vez que ele aprendeu algo com aquela ação (Lessa e Tonet, 2011, p.19).

Para Marx (2010), ao construirmos o mundo objetivo, também (re)construímos a realidade. Ao transformarmos algo, também nos transformamos, gerando novas necessidades.

Essas novas necessidades e possibilidades impulsionam o indivíduo a novas prévias-ideações, a novos projetos e, em seguida, a novas objetivações. Estas, por sua vez, darão origem a novas situações que farão

surgir novas necessidades e possibilidades de objetivação, e assim, por diante (Lessa e Tonet, 2011, p. 20).

Para Lessa e Tonet (2011), três elementos fundamentais deste intrincado processo são essenciais para a compreensão do indivíduo (ser social) dentro da sociedade:

1 - A objetivação, portanto, não significa o desaparecimento da natureza, mas sua transformação no sentido desejado pelos homens.

2 - A prévia ideação é sempre uma resposta, entre outras possíveis, a uma necessidade concreta. Portanto, ela possui um fundamento material último que não pode ser ignorado. Nenhuma prévia-ideação brota do nada, ela é sempre uma resposta a uma dada necessidade que surge em uma situação determinada.

3 - Como toda objetivação origina uma nova situação, a história jamais se repete (Lessa e Tonet, 2011, p. 20).

A objetivação não implica na extinção da natureza, mas sim na sua metamorfose conforme os anseios humanos, o que significa dizer que a intervenção humana molda o ambiente de acordo com suas aspirações e necessidades. Além disso, a prévia ideação surge como uma reação a uma necessidade determinada, enraizada em circunstâncias concretas. Dessa forma, cada ideia prévia tem uma base material que não pode ser negligenciada. Como resultado, o processo de objetivação gera constantemente novas situações, a partir das respostas dadas através dos acúmulos históricos experienciados pelos indivíduos, o que podemos chamar de conhecimento. Nesse sentido, trazemos a reflexão de Dantas (2006) ao afirmar que

O conhecimento é produto da informação, logo produto do trabalho. É trabalho passado, não deixando de ser, por isto, redundância que a informação reprocessa, enriquece, vivifica em conhecimento novo. Sendo humano, o conhecimento incorpora necessariamente aspectos constitutivamente humanos, como os sonhos de futuro, as emoções e pulsões, as determinações da cultura. Se a informação, no geral, processa sinais, a informação humana, por que orientada pelo conhecimento, processará signos. E o trabalho informacional humano será, por natureza, sógnico, envolvendo toda uma incomensurável gama de possibilidades conotativas e pragmáticas (Dantas, 2006, p. 49).

Assim, dados são representações quantificáveis de informação da realidade — real e/ou virtual. Dados e Informações estão simbioticamente interligados, assim como classes sociais e capitalismo. Se ambas as classes são interdependentes, isto é, se os capitalistas precisam dos trabalhadores para produzir bens e serviços e

gerar mais-valor, e os trabalhadores precisam dos capitalistas para ter acesso ao trabalho remunerado e aos meios de subsistência, dados precisam das informações para sua consolidação e as informações precisam dos dados para gerar novas informações.

Então, de maneira geral, não existe dado puro, neutro, desprovido de valor cultural em nossa sociedade. A ideia de dado já pressupõe um certo parâmetro linguístico, a partir dos signos utilizados para indicar uma verdade (pensamento) humano. O dado é uma construção social exercida pela humanidade a partir dos signos linguísticos de cada época, a partir de cada contexto conjuntural, social, político vivenciado pela humanidade. Parte-se do entendimento de que os dados compõem uma relação direta com a informação, ora entendida como anterior, ora entendida como posterior à informação, ora entendida como a transformação do dado em informação e conhecimento.

Nas entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa, as quais terão seus aprofundamentos realizados no capítulo 3 desta tese, é possível notar várias concepções de dados. Por exemplo, os entrevistados A e D referem-se à coleta de dados primários, a partir de uma coleta inicial na realidade, na esfera relacional com o público, como uma concepção primária de classificação, ou seja, como uma observação transformada em dado. Eles chamam atenção para um entendimento de dados qualificados enquanto ato de juntar as informações coletadas, com utilidade para o trabalho desenvolvido.

O Entrevistado A traz também um entendimento de dados prontos, ou seja, dados disponibilizados por agências e instituições sobre um determinado tema consolidado, enquanto informações de estudos formais.

Já a Entrevistada B trabalha com a ideia de dados crus, brutos. Para ela, seria o dado pelo dado, sem muita serventia de seu uso. Nessa lógica, um dado trabalhado seria uma informação. A Entrevistada C trabalha na mesma perspectiva que a B, isto é, os dados são frios e precisam ser aquecidos com análises de realidade. Ela reflete ainda sobre a ideia de dados relevantes, a partir de suas demandas de trabalho e o uso de determinados dados enquanto ato de escolhas. Ainda, faz uso do termo “primário” para remeter à ideia de colher a primeira percepção, sem necessariamente utilizá-la.

O Entrevistado D trabalha com a ideia de dados puros, dados que ainda não foram trabalhados, elaborados, analisados. Nesse caso, também é possível dizer que seria uma concepção de dado como “primário”, como extração inicial de concepções da realidade.

A Entrevista E menciona que

Dado é um pingo, como um espirro de um passarinho, uma gota de chuva, etc., e nós só entendemos o dado se a gente agrega ele para que compreendamos se ele é uma chuva, um cocô de passarinho. O dado é um pingo, e vários pingos agregam informação, e eu posso olhar para aquela chuva e caçar uma análise sobre eles. Um bom dado é aquele que justamente permita que a informação possa ser esculpida, que ela sirva para alguma coisa, que ela tenha uma utilidade (Entrevistada E, 2023).

Como é possível notar, a Entrevistada E trabalha com a ideia de dado útil, como dado que serve a uma informação socialmente útil, pois tem sentido e pode dar vazão a uma informação que gera conhecimento. Ademais, ela vai classificar os dados como sujos ou limpos: o primeiro é aquele que não agrega nada a uma informação, já o segundo é aquele que serve para gerar uma informação, que possibilita a produção de um conhecimento para uma tomada de decisão, para uma crítica, etc.

É possível notar, portanto, pela fala dos sujeitos, que não há um entendimento comum sobre a noção de dados. Tem-se, na verdade, um entendimento de que os dados são processualidades que podem conter tanto ideias primárias da realidade, como também ideias secundárias a partir de seus tratamentos. As ideias primárias são aquelas que associamos imediatamente a uma classificação por um sentimento individual, coletivo ou socialmente determinado, por exemplo: observo 3 árvores. A noção do 3 é uma associação imediata ao sistema numérico decimal. Árvore como substantivo, uma classificação gramatical. A ideia de número e substantivo é uma classificação criada ao longo do tempo por diversas culturas e sociedades para dar “inteligibilidade” ao que se observa.

Poderíamos descrever a observação acima de forma genérica – observo coisas – sem classificar a quantidade ou o objeto observado. O dado, enquanto ato individual de classificar a realidade que se observa, a partir de sistemas socialmente vigentes – como é o caso dos idiomas, sistemas gramaticais e números, etc. – é o que aqui entendemos como ato primário, enquanto tradução lógica da ação do

sentir e do perceber a realidade ao primeiro contato com ela, de forma influenciada pelos valores socialmente construídos.

Como ideias secundárias, os dados ganham status de informação a partir do registro do pensamento. Eles são entendidos como ideias registradas no pensamento humano e relacionadas com sistemas linguísticos, providas dos valores culturais, semióticos, políticos da pessoa ou da coisa que o registra. Enquanto no primeiro ato fazemos menção a uma escolha de classificação, o ato secundário faz a ação do registro. Em outras palavras, no primeiro ato a relativização da realidade através dos sistemas classificatórios é o primeiro passo. O segundo ato, seria o processo de elaboração que perpassa por sistemas classificatórios, análises e devolução em forma de resposta. Entre o sentir a realidade e a forma de registrá-la, entra uma noção de coletivização do sentimento inicial do pensar a realidade. O registro do que se pensa, em si, é o que consensuamos chamar aqui de ato de trabalho. A escolha do registro do dado – por meio de um idioma, imagem, gesto, etc. – é a escolha pela ferramenta, pela forma com a qual queremos informar sobre algo e registrar. Isso é relativizado pelas condições concretas dos registros, pelas condições sociais, culturais e econômicas de cada momento histórico.

A perspectiva dos dados enquanto expressão de algo material, real, entre a consciência e a realidade, encontra eco no seguinte entendimento marxiano: “o modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (Marx, 1985, p. 25 *apud* Barra, 2007). Isto nos leva a afirmar que uma sociedade é a expressão de suas condições materiais, concretas, e as manifestações sociais se dão a partir das próprias relações sociais e não de ideias que podem projetar cenários fictícios e idealistas.

Este movimento de prever um futuro com base no que se capta do presente nos parece ser a principal característica do atual desenvolvimento do capitalismo, o qual vem apostando nos dados como ferramenta de captação do real para prever comportamentos futuros. Isso nos leva a pensar que a projeção futura de comportamentos, com base na realidade do hoje e mediada pela incorporação das

tecnologias digitais de informação e comunicação, é um erro tipicamente idealista ao achar que a realidade é um pensamento, uma ideia.

Sob essa lógica vigente, podemos entender que há uma produção de “coisas futuras” que tem adentrado a cadeia produtiva de forma discrepante. E não estamos falando de uma determinação teleológica, ou seja, o que Marx (2010) denominou como o agir com finalidade, uma dada intenção para um determinado fim de forma a suprir necessidades humanas.

A noção de "coisa futura" tem diferentes interpretações, seja como processo de criar ideias futuras, ou como o uso que se faz dos dados para manipulação de ideias – pois para que um dado possa ser visto como uma “coisa”, dentro de um processo ou ele por ele mesmo, é preciso que o contexto e a perspectiva adotados, nas diversas classificações de uso, sofra o que atualmente se convencionou chamar de dataficação.

A dataficação, segundo Mayer-Schonberger e Kenneth (2013), é a transformação da realidade em dados quantificados, o que pode permitir o acompanhamento e/ou monitoramento em tempo real das pessoas e das realidades, elaborando análises preditivas de comportamentos, produtos e serviços.

Dentro do campo da filosofia e da epistemologia, alguns filósofos veem os dados como representações abstratas da realidade, não como expressão de relações sociais, são exemplos Immanuel Kant, em *Crítica da Razão Pura* (1787), Hegel em *Fenomenologia do Espírito* (1992), George Berkeley em *Tratado Sobre os Princípios do Conhecimento Humano* (1710), Jean Piaget em *A Epistemologia Genética* (1896), Luciano Floridi em *A filosofia da Informação* (2011), entre outros.

Estes autores oferecem perspectivas diferentes sobre como os dados se relacionam com a realidade, destacando a natureza interpretativa e construtiva da percepção e do conhecimento humano. Em linhas gerais, os dados são frequentemente vistos como representações abstratas da realidade e não como algo concreto. Eles são construções simbólicas que representam informações sobre o mundo, sobre a realidade e não têm existência física por si só.

Em contraponto a essas ideias, partimos do entendimento de que os dados são expressões de relações sociais, mas que precisam ser desvendados e

interpretados processualmente. Não é possível conhecê-los em sua imediatez, pois seria a aparência dos dados e não sua essência. Para a apreensão profunda dos dados, a mediação necessária é a teoria que desvela as determinações sociais sobre a realidade captada.

De maneira geral, os dados existem de forma concreta, seja em algum tipo de material de suporte, como um disco rígido de computador, *pendrive* ou uma unidade de armazenamento em nuvem. Seja como o registro – por via das diversas formas de comunicação – da realidade. Nesse movimento dialético, o dado é uma informação, e a informação no contexto capitalista, é mercadoria, então ela pode ser um bem físico ou simbólico, assumir uma dimensão material ou imaterial, mas sempre expressando valor uso e valor de troca.

Dessa forma, para os economistas liberais, os dados são considerados "coisas" na medida em que têm uma existência material, embora indireta. Em contraposição a essa concepção, Marx (1985), em sua crítica da economia política, explica que, na produção capitalista, o que interessa é partir da aparência para desvendar a essência dos fenômenos e, portanto, da coisa em si para a relação social envolvida em sua produção. Tratar a produção de mercadorias apenas como coisa em si, para o pensador alemão, é ser capturado pelo *fetichismo da mercadoria*, já mencionado anteriormente.

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quiproquó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais. (...) Esse caráter fetichista do mundo das mercadorias provém, (...) do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias.(Marx, 1996, p. 198-199).

Por essa linha de raciocínio, a análise da reificação como processo que coisifica e desumaniza os sujeitos do trabalho desempenha um papel crítico ao destacar como as relações sociais sob o capitalismo são moldadas pela lógica mercantil, levando à alienação e à perda da consciência das condições sociais concretas que determinam o processo e os produtos do trabalho (mercadoria) no capitalismo.

A título de exemplo, as empresas – e o Estado – compram e vendem dados como uma mercadoria, as quais para Marx contém valor de uso e de troca, e o valor-dinheiro dos dados é, por vezes, determinado por sua utilidade em gerar percepções, previsões, para a tomada de decisões ou a criação de produtos e serviços mais precisos, a partir do conhecimento de seu público, território, mercado, traços culturais, etc.

Se a lógica mercantil é que molda as relações sociais, e a principal arena de disputa na atualidade são os ambientes virtuais, é possível afirmar que existem ideias – leia-se produtos, serviços e valores culturais – que vêm sendo veiculadas como padrão de relações sociais, e que essas determinações têm impacto na forma como temos vivenciado a vida a partir do momento em que entramos no circuito das plataformas digitais.

Embora não seja uma escolha a circulação pelas plataformas virtuais, sejam elas do Estado-Governo, das instituições ou serviços, é possível notar uma mudança nas relações sociais a partir da “adesão” aos circuitos digitais, pois desde que se popularizou a informática no Brasil, por volta do ano de 1992, os aparatos tecnológicos passaram a mediar todas as dimensões da vida social.

No cenário mundial, essa mudança data da década de 1980, com a incorporação do computador enquanto expressão máxima das tecnologias de base digital. Com isso, o capitalismo acelerou o tempo de rotação do capital, movimento necessário para completar seu ciclo de formação em dinheiro, para formação de novas mercadorias e, novamente, de dinheiro (Marx, 1985). Um sistema que respira por aparelhos³⁵, tanto em sua dinâmica estruturalmente propensa a crises, como também por sua necessidade tecnológica organizacional cada vez mais sofisticada.

³⁵ Metafórica e analogicamente falando, esse termo é muito utilizado na medicina para remeter à equipamentos médicos, como ventiladores mecânicos, que auxiliam pessoas a respirarem quando seus pulmões não são capazes de realizar por conta própria essa função. Aqui utilizamos no sentido de que o capitalismo precisa de suporte externo para se manter ativo e funcional. Devido às crises – cíclicas/estruturais do capitalismo – tem-se a ideia de que o sistema econômico vigente “respira por aparelhos”. No contexto de nossa análise, refere-se à necessidade constante de sofisticar os mecanismos tecnológicos para a sobrevivência e (re)produção de capital.

1.3 A expansão capitalista e as costuras dos tempos

O conceito de "tempo de rotação do capital" ou "tempo de circulação do capital" é um elemento central em Marx (1985) para nos ajudar a compreender o protagonismo dos dados nos sistemas de circulação de mercadorias.

O tempo total de circulação de dado capital é igual à soma de seu tempo de circulação e de seu tempo de produção. E o período de tempo que se inicia no momento em que o valor-capital é adiantado sob determinada forma, e termina com o retorno do valor-capital em processo, sob a mesma forma. O objetivo determinante da produção capitalista é sempre a valorização do valor adiantado, que esse valor tenha sido adiantado em sua forma autônoma, isto é, na forma-dinheiro, ou na forma-mercadoria, de modo que sua forma-valor possui no preço das mercadorias adiantadas autonomia apenas ideal. Em ambos os casos, esse valor-capital percorre, durante seu ciclo, diversas formas de existência (Marx, 1985, p.113).

O tempo de rotação do capital é o tempo necessário para que o capital complete um ciclo de sua formação em dinheiro para formação de mercadorias e de volta à formação de dinheiro. Esse ciclo envolve etapas: I - Adiantamento: através da compra de meios de produção e força de trabalho; II - Produção: a utilização do adiantamento do dinheiro para produzir mercadorias (os meios de produção e a força de trabalho); III - Circulação: a venda das mercadorias que se transforma de volta em dinheiro; IV - Início do novo ciclo: o dinheiro recebido é reinvestido no ciclo adiantamento (compra de mais meios de produção e força de trabalho).

O ciclo do capital definido não como ato isolado, mas como processo periódico chama-se rotação do capital. A duração dessa rotação é determinada pela soma de seu tempo de produção e de seu tempo de circulação. Essa soma de tempos constitui o tempo de rotação do capital. Ela mede, portanto, o intervalo entre um período de circulação do valor-capital total e o seguinte, a periodicidade no processo de vida do capital ou, se quiser, o tempo da renovação, da repetição do processo de valorização, respectivamente de produção do mesmo valor-capital. Abstraindo as aventuras individuais, que podem acelerar ou abreviar o tempo de rotação de um capital isolado, o tempo de rotação dos capitais é diferente segundo suas diferentes esferas de inversão. Assim como a jornada de trabalho é a unidade natural de medida do funcionamento da força de trabalho, o ano constitui a unidade natural de medida das rotações do capital em processo. A base natural dessa unidade de medida está no fato de que as colheitas mais importantes da zona temperada, que é o berço da produção capitalista, são os produtos anuais (Marx, 1985, p. 115).

O autor via o tempo de rotação do capital como um fator crucial na dinâmica do capitalismo e na acumulação de capital. A redução do tempo de rotação é uma maneira de aumentar a taxa de lucro. No entanto, ele também argumentou que a busca pela aceleração do ciclo poderia levar à sobreprodução e crises econômicas,

pois a capacidade de consumo da sociedade nem sempre acompanha a velocidade da produção capitalista.

As tecnologias digitais de comunicação e informação aceleram a redução do tempo de rotação do capital. Elas têm o papel crucial de acelerar tanto o tempo de produção como também o de circulação e consumo e, através dos dados e da maquinaria, incidir em toda a cadeia produtiva.

Marx (1994, p. 103) chama atenção para dois fatores fundamentais nesta análise em que a maquinaria ganha destaque para aceleração do tempo de rotação do capital: “primeira, em que medida se distinguem os efeitos da maquinaria daqueles da divisão do trabalho e da cooperação simples. Segunda, os efeitos da maquinaria sobre os trabalhadores que ela mesma elimina e substitui”.

O autor alemão nos diz que a forma social na qual o trabalho é organizado é o principal impulsionador do desenvolvimento da produção capitalista. Essa forma de organização do trabalho encurta o tempo necessário para produzir mercadorias ao mesmo tempo em que reduz a quantidade de trabalhadores necessários para produzir uma determinada quantidade de mercadorias, o que também reduz a quantidade de mais-valia gerada.

No entanto, é na introdução da maquinaria e na implementação de sistemas de máquinas mais avançados que ocorre a substituição direta do trabalho humano (capital variável) por uma parcela do capital constante, o qual consiste nos bens de produção que são reutilizados na produção. Isso resulta em um aumento do desemprego, tendência significativa e observável em larga escala. O trabalho passado, representado pelos investimentos em maquinaria, é utilizado como meio de substituir o trabalho humano vivo e, assim, reduzir o número de trabalhadores necessários à acumulação ampliada do capital. Essa redução do trabalho humano é vista como uma estratégia capitalista para aumentar a mais-valia, ou seja, o lucro obtido com a exploração do trabalho (Marx, 1994).

De fato, isso só tem lugar na medida em que na maquinaria as mercadorias produzidas existem tanto como meio de subsistência para o consumo do próprio trabalhador, quanto como aqueles elementos para a formação e reprodução de sua capacidade de trabalho. Assim, o valor individual das mercadorias produzidas pela introdução geral da maquinaria põe-se diferentemente de seu valor social, e os capitalistas tomados isoladamente apropriam-se da parte referente a esta diferença. Aqui aparece a tendência

geral da produção capitalista tomada em todos os seus ramos produtivos: o trabalho humano substituído pela máquina (Marx, 1994, p.104).

Ao refletir sobre a divisão do trabalho e a cooperação simples, o autor também destaca que

A divisão do trabalho e a cooperação simples nunca se baseiam imediatamente na substituição do trabalho ou na criação de um excedente de trabalhadores; por um lado, sua base é a concentração destes e, por outro, a formação de uma maquinaria viva ou um sistema de máquinas vivas intermediado por este mesmo conglomerado. Em todo caso, porém, um excedente relativo de trabalho é produzido (Marx, 1994, p. 104).

Porém, quando o autor analisa o desenvolvimento da maquinaria e a transição para a grande indústria, faz o seguinte destaque:

Na maquinaria, ao contrário, em que novos ramos de produção são fundados, não se pode, naturalmente, falar em substituição dos trabalhadores por máquinas. Esta situação de difusão aparece de forma geral assim que a maquinaria se desenvolve, numa época avançada em que repousa o modo de produção, mas no interior do qual aquela produção segue sendo ainda extremamente incipiente, seja em comparação com aquelas mercadorias nas quais o trabalho humano mediante a maquinaria é suplantado, seja do ponto de vista das mercadorias substituídas, que anteriormente eram produzidas sob o simples trabalho manual (Marx, 1994, p. 104).

Na dinâmica da maquinaria, por um lado, há a contínua eliminação de trabalhadores, tanto das indústrias já mecanizadas/informatizadas quanto dos diversos setores; por outro lado, há sua contínua reintegração, pois o avanço da produtividade, por meio da inserção de tecnologias, só é possível com o aumento do número de trabalhadores “ocupados”. Esse movimento de expulsão e reintegração é típico e reflete a constante oscilação “da existência do trabalhador” (Marx, 1994, p.107) .

Aqui o trabalho passado também se apresenta - tanto na maquinaria automatizada quanto naquela posta em movimento por ele - visivelmente como independente do trabalho enquanto auto-atividade: ao invés de ser subordinado por este último, o trabalho passado é que o subordina a si. Trata-se do homem de ferro contra o homem de carne e osso. A subsunção de seu trabalho ao capital - a absorção de seu trabalho pelo capital -, que está no cerne da produção capitalista, surge aqui como um fator tecnológico. A pedra fundamental está posta: o trabalho morto no movimento dotado de inteligência e o vivo existindo apenas como um de seus órgãos conscientes. A conexão viva do corpo da oficina não se funda mais na cooperação, mas sim no sistema de máquinas que forma agora, a partir do movimento de um motor primário e do abarcamento da totalidade das oficinas, a unidade ampla à qual estas últimas, ao continuarem sendo compostas por trabalhadores, mantêm-se subordinadas (Marx, 1994, p.107).

Com a inserção da maquinaria e da indústria mecanizadas/automatizadas, conforme o mesmo autor nos alerta, “consolida-se a predominância do trabalho passado sobre o trabalho vivo, não apenas do ponto de vista social, expresso na relação entre capitalista e trabalhador, mas também como sendo uma verdade tecnológica” (Marx, 1994, p. 109).

Pode-se questionar como o uso de máquinas, sem considerar a economia de capital e trabalho, é capaz de resultar em mais “trabalhos”. Mesmo que, conforme Marx (1994) exemplificou, uma vara de linho feita com máquinas exija menos trabalho do que uma feita manualmente, o total de trabalho aumenta quando a máquina produz mil varas em comparação com apenas uma produzida manualmente. Isso ocorre porque há mais trabalho envolvido na produção de mil varas, incluindo o cultivo do linho, transporte e outros trabalhos intermediários. Apesar de cada vara de linho individual ser mais barata com a máquina, a produção em massa ainda gera mais trabalho total, mesmo que seja distribuído de forma diferente.

Marx (1994), em sua análise sobre a maquinaria e o trabalho vivo, destaca a transformação do processo produtivo com a introdução de máquinas, enfatizando como o trabalho humano é substituído pelo trabalho passado incorporado nas máquinas. Essa mudança não apenas afeta as relações sociais, mas também gera implicações tecnológicas significativas. No contexto da reestruturação produtiva e da acumulação flexível, essa dinâmica é frequentemente reinterpretada à luz de novas estratégias dirigidas à busca incessante de eficiência e maximização dos lucros, por meio da ampla incorporação de tecnologias digitais nos processos de trabalho.

Em *A Nova Razão do Mundo*, Dardot e Laval (2016) refletem, a partir do contexto neoliberal, sobre as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) em relação com a propagação e a consolidação da racionalidade neoliberal, com interferências diretas no trabalho. Para os autores, as TDICs não são apenas ferramentas ou meios neutros, mas veículos que comunicam valores e lógicas que moldam as nossas percepções e comportamentos – ao nosso ver, a partir dos dados.

A tese dos autores afirma que o neoliberalismo é mais do que uma teoria econômica ou uma política governamental, é por si só uma racionalidade, ou seja, uma maneira de pensar e agir que permeia todos os aspectos da vida contemporânea e nos leva a afirmar que a razão instrumental é a base de pensamento que costura as relações sociais no tempo presente.

Dardot e Laval (2016) discutem como as sociedades vem sendo remodeladas ao longo do tempo, a partir da lógica do mercado que se tornou um princípio organizador dominante para além da economia, e tem moldado instituições, sejam do Estado ou da iniciativa privada, afetando as políticas sociais e a totalidade das relações sociais. Segundo os autores, em vez de simplesmente promover a desregulação e o encolhimento do Estado, o neoliberalismo tem significado uma reconfiguração do Estado para promover a competição mercantil em todas as esferas da vida.

Como principais características deste tempo – neoliberal –, os autores apontam a competição como norma, não apenas enquanto um mecanismo econômico, mas uma norma social que deve ser aplicada universalmente, como é o caso das condicionalidades presentes nas políticas sociais; ranqueamento de pessoas elegíveis, no limite, instituir uma regra para aplicar processos seletivos a tudo e a todo tempo. Uma outra característica que Dardot e Laval (2016) apresentam é a ideia do empreendedorismo de si, por meio do qual as pessoas devem constantemente se auto promover e buscar estratégias para realizar tudo ao mesmo tempo, misturando as esferas do trabalho e da vida pessoal.

Tudo isso só é possível através das TDICs, as quais adentram o Estado, nas palavras de Dardot e Laval (2016), enquanto uma estratégia de governar à distância, ou seja, enquanto um mecanismo de mercado e de incentivo, em vez de comando direto e controle. Aqui caberiam inúmeros exemplos, como as terceirizações, ou até mesmo as plataformas digitais para a mediação entre o Estado e a classe trabalhadora. Através das mediações digitais (TDICs), a financeirização da economia é facilitada pela disponibilização rápida de créditos e microcréditos à população, influenciando a crescente vigilância da vida das pessoas em torno do consumo e aspirações, provocando o crescimento da economia.

Posto isso, pensar a produção de dados no capitalismo significa pensar a centralidade da captação dos múltiplos aspectos da vida da classe trabalhadora para a mediação de suas necessidades e desejos, influenciando seus padrões de comportamento e suas referências. Neste sentido, os dados têm se transformado em mercadoria, em ativos de valor para o capital o que Zuboff (2020) vai chamar de ativos de vigilância, na medida em que o valor informação entra como um ativo no circuito de valorização e acumulação do capital.

A partir da centralidade dos dados, na relação entre empresas, Estado e a classe trabalhadora, enfatiza-se a tese de Zuboff (2020), trabalho que melhor traduz o movimento do capital a partir da colheita desenfreada e violenta dos dados pessoais do “mercado-pessoas” para a expansão capitalista, como veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2: O SISTEMA QUE SOBREVIVE POR APARELHOS E DE APARELHOS: O CAPITALISMO EM SUA EXPRESSÃO DE VIGILÂNCIA

Uma coisa é nítida: o arsenal maquínico domina o modo de produção capitalista, desde as revoluções industriais à chamada acumulação flexível. Como vimos no cap. 1, o sistema econômico vigente se consolida a partir de relações sociais mediadas pela troca de mercadorias, produtos do trabalho humano (Marx, 1985), e tece a dinâmica da realidade em um tempo acelerado – e acelerando – para acumulação de capital, ao passo que as relações sociais se deterioram e a classe trabalhadora perde a sua capacidade de criar, desenvolver e sobreviver nestes processos.

A partir desse quadro, percebe-se que entram em jogo novos “ativos” de criação de valor, a partir da produção, extração, captação e monitoramento de dados e de informações do trabalho e da vida cotidiana, sendo estas características típicas do atual desenvolvimento da acumulação capitalista flexível e financeirizada.

Neste sentido, dois são os conceitos chaves que nos oferecem pistas para compreender tais características: o primeiro, uma constante vigilância em torno do consumo, dos comportamentos, do monitoramento do trabalho e do cotidiano. E o segundo, as novas expressões de trabalho explorado, não remunerado, que temos presenciado a partir do *boom* da internet, da implementação de sistemas e métodos que costuram a vida, dia a dia, através dos aparelhos celulares, do acesso à rede de internet, plataformas, entre outros.

Neste capítulo, exploraremos as contribuições de Shoshana Zuboff³⁶, autora que apresenta elementos centrais para refletirmos as expressões do tempo presente. Em sua obra, Zuboff (2020) trata da captação dos dados pelas grandes empresas de tecnologia, as quais têm utilizado dados pessoais para seus próprios ganhos econômicos, em um fenômeno que ela chama de "capitalismo de vigilância". A autora alerta para as implicações sociais, políticas e econômicas desse modelo de

³⁶ Shoshana Zuboff é uma professora emérita da Harvard Business School, conhecida por seu trabalho no campo da economia e sociologia digital. Ela pertence à área da psicologia social e é autora do livro "*The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power*" (A Era do Capitalismo de Vigilância: A Luta por um Futuro Humano na Nova Fronteira do Poder), publicado em 2020.

negócio e argumenta em favor da necessidade de proteger os direitos individuais e a privacidade em um mundo cada vez mais digitalizado.

Ainda, apresentaremos as ideias de outros autores sobre a chamada “mais-valia 2.0”, que se refere ao trabalho explorado não pago a partir das navegações despreziosas em redes de internet. Refletiremos sobre o “governo dos algoritmos”, a partir da ideia da implementação de rotinas logicamente encadeadas (Silveira, 2016) nos aparatos do Estado e “tudo sobre tod@s”, e também sobre as análises desse autor sobre as implicações da era digital na privacidade e na comercialização de dados pessoais. Com Silveira (2017), analisaremos como as redes sociais, plataformas *on-line* e sistemas de vigilância digital impactam a privacidade dos usuários e como essas informações são frequentemente comercializadas por empresas.

2.1 O sistema que sobrevive por aparelhos

A vigência do sistema capitalista, ao longo de sua história, é marcada por crises, sejam elas cíclicas – de superprodução do capital (Marx, 1985) – ou estrutural, a qual, segundo Mészáros (1998, p.14), “é a séria manifestação do encontro do sistema com seus próprios limites intrínsecos”. Em suas crises, doença crônica do sistema, o capitalismo tende a utilizar aparelhos (tecnologias) para continuar respirando, isto é, para acumular mais capital, sendo esta uma característica estrutural, inerente a esse modo de produção.

O sistema do capital é caracterizado por uma tripla fratura entre 1) produção e seu controle; 2) produção e consumo; e 3) produção e circulação de produtos (interna e internacional). O resultado é um irremediável sistema “centrífugo”, no qual as partes conflituosas e internamente antagônicas pressionam em muitos sentidos diferentes (Mészáros, 1998, p.11).

Levar em consideração os impactos da crise sobre a produção capitalista é pensar em como a exploração do trabalho – processo pelo qual os capitalistas acumulam capital – se diversifica e se intensifica nas dimensões do controle, consumo e circulação de produtos e/ou mercadorias.

Apoiados em Harvey (1992), problematizamos o fato de que, frequentemente, os impactos negativos das crises capitalistas aparecem como reflexos da falta de crescimento econômico.

O capitalismo é orientado para o crescimento. Uma taxa equilibrada de crescimento é essencial para a saúde de um sistema econômico capitalista, visto que só através do crescimento os lucros podem ser garantidos e a acumulação do capital, sustentada. Isso implica que o capitalismo tem de preparar o terreno para uma expansão do produto e um crescimento em valores reais (e, eventualmente, atingi-los), pouco importam as consequências sociais, políticas, geopolíticas ou ecológicas. Na medida em que a virtude vem da necessidade, um dos pilares básicos da ideologia capitalista é que o crescimento é tanto inevitável como bom. A crise é definida, em consequência, como falta de crescimento (Harvey, 1992, p.168-169).

Nesse sentido, é bastante questionável a ideia de um sistema orientado para o “crescimento” – de que e de quem? – enquanto atributo de saúde do sistema econômico. Crescimento que ultrapassa a produção de respostas às necessidades humanas básicas e que tem, como principais consequências, a degradação da natureza, o desperdício de recursos naturais, a deterioração das relações sociais, o desemprego a conviver com altas taxas de exploração física e emocional de pessoas, a concentração de poder, entre outras expressões de catástrofe.

Ancorada na ideologia de que o crescimento econômico é positivo, independente das consequências que caminham com ele, a ideia de não crescimento ganha o *status* de crise e remete à dificuldade de garantia da taxa de lucros capitalistas, daí a necessidade de diversificar e inovar as formas de controle sobre o trabalho para que a superprodução não desencadeie cenários de não crescimento, além do estímulo ao consumo, momento da extração de dados em todo o contexto da vida social. O autor, ao se referir ao controle do trabalho como característica essencial do capitalismo, vai dizer que:

O crescimento em valores reais se apoia na exploração do trabalho vivo na produção. Isso não significa que o trabalho se aproprie de pouco, mas que o crescimento sempre se baseia na diferença entre o que o trabalho obtém e aquilo que cria. Por isso, o controle do trabalho, da produção e do mercado, é vital para a perpetuação do capitalismo. O capitalismo está fundado, em suma, numa relação de classe entre capital e trabalho. Como o controle do trabalho é essencial para o lucro capitalista, a dinâmica da luta de classes pelo controle do trabalho e pelo salário de mercado é fundamental para a trajetória do desenvolvimento capitalista (Harvey, 1992, p.168-169).

O controle sobre o trabalho – por meio da vigilância e da exploração – é a fonte essencial da riqueza capitalista, e, para isso, como Harvey (1992, p. 168-169) nos disse, “por necessidade o capitalismo é tecnológico e organizacionalmente dinâmico”, sendo esta também uma característica do capitalismo:

Isso decorre em parte das leis coercitivas, que impelem os capitalistas individuais a inovações em busca do lucro. Mas a mudança organizacional e tecnológica também tem papel-chave na modificação da dinâmica da luta de classe, movida por ambos os lados, no domínio dos mercados de trabalho e do controle do trabalho. Além disso, se o controle do trabalho é essencial para a produção dos lucros e se torna uma questão mais ampla do ponto de vista do modo de regulamentação, a inovação organizacional e tecnológica no sistema regulatório (como o aparelho do Estado, os sistemas políticos de incorporação e representação etc.) se torna crucial para a perpetuação do capitalismo. Deriva em parte dessa necessidade a ideologia de que o “progresso” é tanto inevitável como bom (Harvey, 1992, p.168-169).

O autor supracitado, apoiado em Marx, vai dizer que o pensador alemão já previa que as condições "necessárias" ao capitalismo eram propensas a crises. Sua análise não oferecia uma perspectiva em que a combinação dessas três condições necessárias pudesse resultar em um crescimento equilibrado e livre de problemas. Além disso, as tendências de crise do capitalismo eram caracterizadas por fases periódicas de acumulação.

O argumento marxista é, por conseguinte, que a tendência de superacumulação nunca pode ser eliminada sob o capitalismo. Trata-se de um interminável e eterno problema de todo modo capitalista de produção. A única questão, portanto, é como exprimir, conter, absorver ou administrar essa tendência de maneiras que não ameacem a ordem social capitalista (Harvey, 1992, p.170).

Os caminhos para que a ordem social não se transforme em caos, segundo Harvey (1992), passam pela

desvalorização de mercadorias, de capacidade produtiva, do valor do dinheiro (...). Em termos simples, desvalorização significa a “baixa” ou “cancelamento” do valor dos bens de capital (particularmente instalações e equipamentos), a liquidação de estoques excedentes de bens (...)" (Harvey, 1992, p.170).

A transformação do mundo do trabalho ao deslocar, processualmente, o trabalho do locus/mecânico para o trabalho digital/intelectual³⁷ ganhará novos contornos econômicos a partir da economia de dados (ou mercado de dados³⁸), vistos como ativos valiosos que podem ser coletados, armazenados, analisados e monetizados para criar valor econômico, tendenciando hábitos/consumo para a liquidação de estoques excedentes e desencadeando a precarização do trabalho.

³⁷ Aprofundaremos mais a frente.

³⁸ Termo cunhado por Sergio Amadeu da Silveira para descrever o interesse econômico nos dados pessoais da classe trabalhadora, no qual seu maior adversário para essa concretização seria a ideia de privacidade. “Formulado como um direito liberal, a reivindicação do indivíduo poder controlar as informações sobre sua vida e intimidade, de poder recusar aos outros membros da sociedade a observação plena de seus comportamentos e da totalidade de suas opções era considerada pouco importante no contexto econômico nacional e global” (Silveira, 2017, p.34).

Um outro ponto que Harvey (1992) destaca é o controle macroeconômico por meio da institucionalização de algum sistema de regulação:

(...) a virtude do regime fordista-keynesiano foi, com efeito, a possibilidade de criação de um equilíbrio de forças, mesmo tênue, através do qual os mecanismos que causavam o problema da superacumulação (o ritmo da mudança tecnológica e organizacional e a luta pelo controle do trabalho) pudessem ser mantidos sob suficiente controle para se garantir um crescimento equilibrado (Harvey, 1992, p.170-171).

A relação entre as tecnologias e o regime fordista-keynesiano foi uma das principais marcas que culminaram na transição para a acumulação flexível, mas não só. Acompanhada das tecnologias, vieram a precarização, a flexibilização e a intensificação do trabalho, mudanças que Antunes (2014) chamou de “nova morfologia do trabalho”. As inovações tecnológicas foram, ao mesmo tempo, impulsionadoras do crescimento econômico e fontes potenciais de desafios sociais e econômicos que precisavam ser administrados para manter o equilíbrio proposto pelo modelo fordista-keynesiano, já que poderiam apresentar crises econômicas pelo rápido avanço tecnológico na capacidade produtiva excessiva.

Devido à necessidade do controle, seja da classe que vive da venda da força de trabalho ou dos produtos e mercadorias produzidos, as tecnologias ganham destaque na regulação do trabalho na acumulação flexível. Enquanto Marx (1985) apresenta como principal característica do sistema capitalista a divisão do trabalho³⁹, sobre a qual é preciso considerar as determinações de gênero, raça, sexualidade, entre outras, Zuboff (2020) chama atenção para uma nova característica do capitalismo em sua expressão de vigilância e em complemento à divisão social do trabalho. Para ela, há uma concentração na divisão do aprendizado do trabalho, em suas palavras: “o princípio ordenador do local de trabalho passará de uma divisão do trabalho para uma divisão da aprendizagem⁴⁰” (Zuboff, 2020, p. 212).

³⁹ Como dissemos no capítulo anterior, quando se trata da interação com máquinas, a divisão do trabalho e a cooperação simples não surgem diretamente da substituição de trabalhadores ou da criação de um excesso de força de trabalho. Em vez disso, elas são fundamentadas na concentração de trabalhadores e na introdução de máquinas intermediadas por esses trabalhadores, resultando, no entanto, na produção de um excedente relativo de trabalho.

⁴⁰ A autora oferece um exemplo que nos parece estratégico, para a compreensão desta ideia, ao falar dos carros automatizados que dirigem sozinhos por “inteligência artificial”. Ela chama atenção para o fato de que o ato de dirigir é uma ação humana, ou seja, são humanos que dão seta, freiam, sinalizam com farol, etc. Agora, dirigir a partir da mediação do computador transforma todas essas ações humanas em texto para que o computador consiga executar o processo. Em síntese: se conseguimos transformar em textos ações humanas, é possível que um computador execute tarefas humanas (Zuboff, 2019).

Zuboff (2020) apresenta o histórico de implementação dos computadores na dinâmica da vida, seja no trabalho como também na vida privada/social. Desde a década de 1980, a mediação do trabalho – e da vida – pelos computadores vem desencadeando um processo chamado pela autora de digitalização do trabalho, que seria a transformação do trabalho realizado por humanos em texto eletrônico, ou seja, descrevê-lo.

A mudança para a tecnologia da informação transformou a fábrica num “texto eletrônico” que se tornou o foco básico de atenção de todo trabalhador. Em vez das tarefas ativas associadas com matérias-primas e equipamentos, fazer “um bom trabalho” veio a significar monitorar dados em telas e dominar as habilidades para compreender, aprender a partir de e agir por meio desse texto eletrônico (Zuboff, 2020, p. 212).

Este foi o primeiro movimento, para Zuboff (2020), na direção da transformação significativa no mundo do trabalho, pois os trabalhadores começaram a lidar com novas aptidões intelectuais, conflitos e dilemas em torno do conhecimento, da autoridade e do poder, a partir do domínio da informação ou da produção de informação. A autora apresenta três perguntas fundamentais relativas à divisão da aprendizagem.

A primeira pergunta é “Quem sabe?”. Ela aborda a distribuição do conhecimento e se o indivíduo está incluído ou excluído da oportunidade de aprender. A segunda pergunta é “Quem decide?”. Esta refere-se à autoridade: que pessoas, instituições ou processos determinam quem está incluído na aprendizagem, o que são capazes de aprender e como são capazes de atuar com base em tal conhecimento. Qual é a base legítima para essa autoridade? A terceira pergunta é “Quem decide quem decide?”. Trata-se de uma questão acerca de poder. Qual é a fonte de poder que reforça a autoridade para compartilhar ou reter conhecimento?” (Zuboff, 2020, p.212-213).

A autora ressalta que a resposta para “quem sabe?” seriam as máquinas “junto a um quadro de elite capaz de manejar as ferramentas analíticas para solucionar problemas e extrair valor da informação” (Zuboff, 2020, p. 213).

Para a pergunta “quem decide?”: “a forma de mercado restrita e seus modelos de negócios (...)”. E quem decide quem decide, na visão da autora, “se baseia no capital financeiro atrelado às disciplinas da maximização de valor para o acionista” (Zuboff, 2020, p. 213).

A partir dessas ideias, a autora reflete sobre o aumento do desemprego devido à transformação no mundo do trabalho e a centralidade em torno do controle de informações. Ela faz referência a um relatório da Brookings Institution (Muro et

al., 2017) que apresenta uma análise em torno da desqualificação dos trabalhadores⁴¹ diante da rápida digitalização do trabalho, cenário em que as empresas, em vez de investirem no desenvolvimento e na capacitação dos trabalhadores, optaram pela implementação de máquinas inteligentes. Para Zuboff (2020), ao se referir ao aprimoramento dos trabalhadores, em vez de “pessoas inteligentes”, as empresas optaram pela “baixa” ou “cancelamento” do valor dos bens de capital, como também observa Harvey (1992).

Em linhas gerais, a ideia de aprendizagem do trabalho, enquanto uma subdivisão da divisão do trabalho, “reflete a força da ideologia, política, cultura e padrões institucionais do neoliberalismo” (Zuboff, 2020, p.214).

Mais decisivo para nós é o fato de que agora nos encontramos diante de uma segunda fase histórica desse conflito. A divisão da aprendizagem no domínio econômico de produção e de emprego é crítica, mas trata-se apenas do começo de uma nova luta em torno da questão ainda mais ampla da divisão da aprendizagem na sociedade. Os dilemas de conhecimento, autoridade e poder extrapolaram as paredes do local de trabalho para dominar por completo nossa vida diária. À medida que pessoas, processos e coisas são reinventados como informação, a divisão da aprendizagem na sociedade torna-se o princípio ascendente do ordenamento social na nossa época (Zuboff, 2020, p. 214).

Neste novo período referido pela autora, quem (instituições, empresas, pessoas, Estado) conseguir primeiro “textualizar” a ação humana, deterá a possibilidade de comercialização desses dados ou maquinários, dotados de inteligência artificial, a partir da inteligência humana. Dessa forma, se antes a preocupação recaía em quem controlaria os postos de trabalho, Zuboff (2020) afirma que agora – sem excluir a primeira preocupação – o esforço está em quem divide e/ou controla os saberes, transformados em textos, para serem mediados pelas máquinas.

A autora chama a atenção para o fato de que a textualização dos processos de trabalho – e da vida – saíram dos muros da fábrica ou dos escritórios. Com a popularização dos computadores, celulares e do maquinário informacional, a nossa vida – gastos com cartão de crédito e débito, uso de celulares, sensores e câmeras, etc. – começou a ser registrada e codificada. Tudo que fazemos, os detalhes da nossa vida cotidiana, transformaram-se em ativos de produção de valor a partir dos

⁴¹ Como Harvey (1992) nos apontou a partir da ideia da desqualificação da capacidade produtiva para não ameaçar a ordem social capitalista.

dados que geramos sobre nós mesmos. Em apertada síntese, nossas vidas vêm sendo reduzidas à informação e o capital está no centro disso.

Embora este movimento, que tem se alargado cada vez mais, parta de interesses econômicos, Zuboff (2018) enfatiza que as consequências vão além. Para a autora, tal dinâmica societária estabelece a base para uma nova ordem social recheada de conteúdo moral⁴² e normativo, a partir deste movimento de “transcrição” da vida.

Embora seja da área de psicologia social, a preocupação da autora caminha no sentido de alertar para o fato de que a tecnologia tem interferido e impactado a vida das pessoas. A partir da visão foucaultiana de vigiar e punir⁴³, ela aborda esse movimento como uma nova etapa do processo de acumulação capitalista, denominado de capitalismo de vigilância.

Ao se referir a empresa *Google* como a liderança deste mercado, a autora, a partir de Varian em sua obra *Beyond Big Data* (2014), afirma o seguinte:

As empresas de hiperescala exploram o custo marginal da economia digital para rapidamente alcançar uma grande escala a custos quase nulos. Além dessas capacidades materiais, (...) a análise desses dados requer cientistas de dados que dominem os novos métodos associados a análises preditivas, mineração de realidade, análise de padrões de vida e assim por diante. Esses requisitos materiais e de conhecimento altamente especializados separam o significado subjetivo do resultado objetivo. Ao fazê-lo, eles eliminam a necessidade ou a possibilidade de um circuito de informação, ou *feedback loop*, entre a empresa e suas populações. Os dados viajam através de muitas fases de produção, apenas para retornar à sua fonte em uma segunda fase de extração em que o objetivo não é mais lidar com os dados, mas produzir receita. O ciclo começa novamente na forma de novas transações mediadas por computador (Zuboff, 2018, p.40).

Embora o “chão da fábrica”, na atualidade, tenha ganhado novas características – poderíamos chamá-la de fábrica virtual – a chamada “viagem dos dados”, no circuito da produção de mais valor (receita), afirma a hipótese da existência de trabalho humano sendo realizado nesta cadeia de valor, tanto daqueles técnicos que produzem as ferramentas para esta captação, como também dos próprios dados captados em uma lógica estranhada. Como Marx (2004) nos explicou, predomina no capitalismo um trabalho estranhado, em que a relação entre

⁴² Zuboff (2018) reflete sobre os aspectos éticos do capitalismo de vigilância.

⁴³ Em alusão ao livro *Vigiar e Punir* (1987), de Michel Foucault, obra que aborda o conceito de vigilância, principalmente em relação ao poder e ao controle social. Segundo o autor, o poder não seria apenas exercido por instituições formais, como o governo ou a polícia, mas também disseminado de maneira difusa em toda a sociedade.

o trabalhador e o produto gerado é alienada, em outras palavras: o produto é separado do produtor que o gerou por meio do seu próprio trabalho e do processo de produção como um todo. O autor referido afirma ainda que

(...) estranhamento não se mostra somente no resultado, mas também, e principalmente, no *ato da produção*, dentro da própria *atividade produtiva*. Como poderia o trabalhador defrontar-se alheio ao produto da sua atividade se no ato mesmo da produção ele não se estranhasse a si mesmo? O produto é, sim, somente o resumo da atividade, da produção. Se, portanto, o produto do trabalho é a exteriorização, então a produção mesma tem de ser a exteriorização ativa, a exteriorização da atividade, a atividade da exteriorização. No estranhamento do objeto do trabalho resume-se somente o estranhamento, a exteriorização na atividade do trabalho mesmo (Marx, 2004, p.82, grifos do original).

Portanto, em síntese: “o trabalho estranhado é externo ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho” (Marx, 2004, p. 82) de forma voluntária, mas de forma forçada. Os trabalhadores são, então, alienados dos produtos do seu trabalho – no capitalismo de vigilância, levemos em consideração a navegação em rede nas plataformas, celulares e na digitalização do trabalho e da vida –, em vez de possuírem e controlarem a forma com que produzem e o que produzem.

Neste sentido, o ato dos trabalhadores de vender sua força de trabalho vem sendo substituído por um trabalho não pago⁴⁴, o que Dantas (2014), citando Rafael Evangelista, denominou de mais-valia 2.0 – o trabalhador explorado “como laranja da violação de direito autoral proporcionada pelo site” (Evangelista, 2007, *on-line*). Assim, os dados enquanto ativos de produção de valor para o capital, extraídos nas nossas navegações em rede de *internet*, na digitalizado do trabalho, no

⁴⁴ Embora não seja o núcleo central das reflexões trazidas até aqui, também não é de nosso interesse esgotar a análise dessa temática, não ignoramos a polêmica sobre o que alguns autores como Raulino (2022) consideram “trabalho (não pago) da audiência”. Para essa autora, mesmo quando usuários navegam gratuita e descomprometidamente realizando postagens e curtidas, as plataformas sociodigitais como *Google*, *Instagram*, *Facebook* ou *Youtube* estão monetizando essa participação de diferentes formas. Nessa relação entre teoria do valor e tecnologias digitais de informação e comunicação, nos chama a atenção as reflexões da mesma autora sobre o que ela denomina de Economia Política da Audiência. Para ela, “o ciclo de acumulação de capital (geração, realização e apropriação de valor) nas plataformas sociodigitais de audiência” (Raulino, 2022, p.146) materializa-se nos cliques enquanto forma de “atenção” dos espectadores. Mais do que isso, para Zuboff (2020, p.1), o atual estágio do capitalismo “reivindica a experiência humana como matéria-prima gratuita para práticas comerciais ocultas de extração, previsão e vendas”. Se a mercadoria é a capacidade dos espectadores (audiência) de “prestar atenção”, é através dos dados que combinações de comportamentos são evidenciados para a ofertas dos mais diversos produtos e serviços para a população. Para Raulino (2022, p.149) “a audiência trabalha produzindo mais-valor para o capital e, ao mesmo tempo, reproduzindo suas condições de existência – como é próprio da força de trabalho”.

preenchimento de formulários, em plataformas, etc. vêm sendo extraídos gratuitamente e permanecendo em poder dos proprietários dos meios de produção, neste caso, das plataformas, sites, entre outros.

Percebe-se que esse processo, no qual tanto o processo de produção dos dados como os produtos por eles gerados, não são apropriados pelos trabalhadores, intensificando o processo de estranhamento

da atividade humana prática, o trabalho, sob dois aspectos. 1) A relação do trabalhador com o produto do trabalho como objeto estranho e poderoso sobre ele. Esta relação é ao mesmo tempo a relação com o mundo exterior sensível, com os objetos da natureza como um mundo alheio que se lhe defronta hostilmente. 2) A relação do trabalho com o ato da produção no interior do trabalho. Esta relação é a relação do trabalhador com a sua própria atividade como uma [atividade] estranha não pertencente a ele (...). A energia espiritual e física própria do trabalhador, a sua vida pessoal - pois o que é vida senão atividade - como uma atividade voltada contra ele mesmo, independente dele, não pertencer a ele. O estranhamento-de-si, tal qual acima o estranhamento da coisa (Marx, 2004, p.83).

O cotidiano digitalizado eleva o estranhamento ao simples fato da manifestação de desejos – seja em uma busca de *internet* ou em uma conversa despreziosa entre amigos – que se transforme em trabalho alienado. Esse trabalho involuntário e não pago tem gerado ativos de produção para o capital, ativos que se transformam em produto para consumo desta mesma pessoa. Em um curto período de tempo, o desejo se transforma em produto de um trabalho alienado.

Marx (2004, p.83) vai dizer ainda que existe um terceiro elemento a ser considerado no trabalho estranhado: o homem enquanto um ser genérico.

A vida genérica, tanto no homem quanto no animal, consiste fisicamente, em primeiro lugar, nisto: que o homem (tal qual o animal) vive da natureza inorgânica, e quanto mais universal o homem [é] do que o animal, tanto mais universal é o domínio da natureza inorgânica da qual ele vive. Assim como plantas, animais, pedras, ar, luz, etc., formam teoricamente uma parte da consciência humana, em parte como objetos da ciência natural, em parte como objeto da arte - sua natureza inorgânica, meios de vida espirituais, que ele tem de preparar prioritariamente para a fruição e para a digestão -, formam também praticamente uma parte da vida humana e da atividade humana. Fisicamente, o homem vive somente destes produtos da natureza, possam eles aparecer na forma de alimento, aquecimento, vestuário, habitação, etc. Praticamente, a universalidade do homem aparece precisamente na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo inorgânico, tanto na medida em que ela é 1) um meio de vida imediato (...) 2) [e o homem] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ela estranha do homem o gênero [humano]. Faz-lhe da vida genérica apenas um meio da vida individual. (...) 3) do ser genérico do homem, tanto da natureza quanto da faculdade genérica espiritual dele, um

ser estranho a ele, um meio da sua existência individual. Estranha do homem o seu próprio corpo, assim como a natureza fora dele, tal como a sua essência espiritual, a sua essência humana. 4) uma consequência imediata disto, de o homem estar estranhado do produto do seu trabalho, de sua atividade vital e de seu ser genérico é o estranhamento do homem pelo [próprio] homem (Marx, 2004, p. 85).

Um padrão de universalidade enquanto uma relação integral e conectada, entre o ser humano e sua essência na relação com a natureza, permanece distorcida e alienada no capitalismo de vigilância⁴⁵, pois a valorização cultural de compartilhamento de informações pessoais nas redes sociais está cada vez mais impulsionada pelas próprias plataformas, se tornando os principais meios para a coleta dos ativos de vigilância.

Esse exame da combinação feita por Varian entre dados, extração e análise sugere algumas características-chave da nova lógica de acumulação associada ao *big data*, encabeçada pela Google. Em primeiro lugar, as receitas dependem de ativos de dados apropriados por meio de ubíquas operações automatizadas. Essas operações constituem uma nova classe de ativos: os *ativos de vigilância*. Os críticos do capitalismo de vigilância podem caracterizar tais ativos como “bens roubados” ou “contrabando” na medida em que foram tomados, em vez de fornecidos, e não produzem, (...) as devidas reciprocidades. A apreciada cultura da produção social na esfera individual em rede apoia-se nas próprias ferramentas que são agora os principais veículos para a apropriação baseada em vigilância das *data exhausts* mais lucrativas. Esses ativos de vigilância atraem investimentos significativos que podem ser chamados de capital de vigilância (Zuboff, 2018, p.40, grifos do original).

A ideia de dados⁴⁶ como ativos de vigilância (também entendidos como ativos de produção de mais valor) parte da noção de que os dados da população são frequentemente considerados como recursos passíveis de exploração, frutos do trabalho explorado, a partir da desigual relação entre empresas, instituições, Estado e consumidores (trabalhadores).

Zuboff (2020) acrescenta que o capitalismo de vigilância tem duas funções básicas: monitorar o nosso comportamento, como relatado acima, para além do aprendizado do trabalho, abarcando todo o contexto da vida; e o segundo seria o de personalizar os resultados. O monitoramento do comportamento tem como objetivo

⁴⁵ Vimos no cap.1 que, para Marx (1984), o fetichismo da mercadoria transforma uma relação social entre homens em uma relação entre coisas, ou seja, há um processo de reificação que coisifica e desumaniza os sujeitos do trabalho.

⁴⁶ “‘Extração e análise de dados’, escreve Varian, ‘é do que todo mundo está falando quando se refere a *big data*’. ‘Dados’ são a matéria-prima necessária para os novos processos de manufatura do capitalismo de vigilância. ‘Extração’ descreve as relações sociais e a infraestrutura material com as quais a empresa arma sua autoridade sobre essas matérias-primas para conseguir economias de escala nas suas operações de oferta de matéria-prima. ‘Analítica’ refere-se a sistemas computacionais muitíssimo especializados (...) como ‘inteligência de máquina’ (Zuboff, 2020, p.82).

aprimorar, de maneira cada vez mais precisa, quais resultados seriam desejáveis para um indivíduo ou perfil específico. Diante dessa realidade, acrescenta a autora, viveremos um *big other* (Grande Outro [dados]), e não um *big brother*⁴⁷ (Grande Irmão).

Dessa forma, do olho que tudo vê (*big brother*) enquanto tradução da vigilância de governos autoritários, Zuboff (2020) avança para a ideia do Grande Outro para representar as corporações de tecnologia que coletam e utilizam os dados dos usuários para lucro. Em outras palavras, as grandes corporações de tecnologia, como o grupo GAFAM, passam a exercer um poder semelhante ao *big brother*, mas de forma diferente. Enquanto o *big brother* é voltado para a reflexão de governos totalitários, o *big other* é a corporação que exerce influência e controle por meio da coleta massiva de dados pessoais dos usuários da *internet*. Essas empresas não buscam apenas monitorar as ações das pessoas, mas também prever e influenciar seus comportamentos para fins lucrativos, criando um ambiente de vigilância comercializado. Diante disso, confirma-se a importância de compreender o capitalismo de vigilância, ou os capitalistas de vigilância, pois tem se intensificado – a partir das empresas e também do Estado – a coleta de dados não só para fins de trabalho, mas também para controle da vida privada.

Na tese de Shoshana Zuboff (2020), destaca-se, enquanto principais capitalistas de vigilância, o grupo GAFAM⁴⁸, sigla das principais empresas que detém o controle de dados no mundo, como *Google, Amazon, Facebook, Apple e Microsoft*, tanto na esfera do aprendizado do trabalho como também na esfera da vida privada. Quanto mais essas empresas (GAFAM⁴⁹ e Estado) olham para nós,

⁴⁷ Zuboff (2020) resgata a ideia de *big brother* a partir das reflexões de Michel Foucault (1987) em seu livro *Vigiar e Punir*. A visão panóptica que Foucault apresenta se refere a uma estrutura arquitetônica imaginada por Jeremy Bentham no século XVIII, estrutura que inspirou o autor francês em suas discussões sobre vigilância e controle social. No panóptico, a torre de observação central permite que um único observador visualize todas as células onde os indivíduos encontram-se confinados, já os prisioneiros permanecem sem saber se estão sendo observados ou não.

⁴⁸ Zuboff (2020) chama atenção para o fato de que deve ser analisado este conglomerado de empresas por materializarem o monopólio que domina.

⁴⁹ Zuboff (2020) trabalha com a ideia de “coletivo instrumentário” para descrever a infraestrutura tecnológica e organizacional que sustenta o regime de vigilância e coleta de dados das empresas, composto por uma rede de dispositivos, algoritmos, práticas e sistemas de informação que permitem a coleta massiva de dados pessoais dos usuários. Essa infraestrutura não apenas coleta dados, mas os processa, analisa e utiliza para influenciar o comportamento dos usuários, direcionar publicidade personalizada e tomar decisões comerciais e, a partir daí, baseado na extração e exploração de dados pessoais, o valor da informação se torna ativo de produção de valor, para o lucro corporativo, o que Zuboff (2020) também chama de ativos de vigilância.

mais conseguem transformar os nossos dados cotidianos em texto, para daí fazer uma predição do que vamos desejar de modo cada vez mais preciso. Zuboff (2020) enfatiza que essa é a nova questão que estamos enfrentando. Todos os aplicativos, celulares, e todos os dispositivos que são gratuitos e pagos, são programados (algoritmo-receita) para capturar os nossos dados.

Este movimento inicial do capitalismo de vigilância Zuboff (2020) nomeia como superávit comportamental⁵⁰, ou seja, a descoberta, por parte das empresas, sobre a possibilidade de captação dos dados comportamentais para melhoria de seus serviços, sendo essa a principal fonte que alimenta a inteligência de máquinas⁵¹ que, ao mesmo tempo, geram os ativos de vigilância (predições de comportamento). A autora menciona, ainda, que esses dados eram encarados como material residual, referindo-se aos rastros que deixamos nas navegações em rede (*internet*). Em outras palavras, Zuboff (2020) nos permite pensar que a principal característica desta fase do capitalismo é, justamente, encontrar valor em algo que não dávamos muita importância ou não nos atentávamos para as consequências da captura do chamado “resíduo de dados”, ou seja, dos rastros digitais que não tínhamos conhecimentos sobre o seu uso⁵². Esses rastros digitais serão a grande fonte de valor para os capitalistas de vigilância, principalmente no processo de registrar as ações humanas para mediá-las por computadores.

Esses dados são adquiridos, tornados abstratos, agregados, analisados, embalados, vendidos, analisados mais e mais e vendidos novamente. Esses fluxos de dados foram rotulados pelos tecnólogos de “data exhaust”. Presumidamente, uma vez que os dados são redefinidos como resíduos, a contestação de sua extensão e eventual monetização é menos provável (Zuboff, 2018, p.32).

⁵⁰ A autora afirma que a empresa *Google* descobriu o superávit comportamental a partir dos resíduos de navegação que as pessoas deixavam quando pesquisavam algo na *internet*. “O que vinha sendo encarado como material residual — *data exhaust* expelidos nos servidores do Google durante a combustão da busca — foi logo reimaginado como elemento crítico na transformação do motor de busca do Google num processo reflexivo de contínua aprendizagem e aperfeiçoamento.” (Zuboff, 2020, p.86)

⁵¹ Zuboff (2020) as nomeia como meio de produção, ideia com a qual não concordamos.

⁵² A autora também chama atenção para os *cookies* de navegação quando acessamos *sites*. Ou seja, as empresas captam os nossos dados sob nossa permissão, aceitamos os termos de compromisso sem ler muitas das vezes e nossa navegação está condicionada a este aceite. De maneira geral, é por meio dos *cookies* que expressamos a nossa anuência para a extração dos dados, como serão utilizados, etc. A autora chama esse mecanismo de zona cinzenta, principal lugar em que as empresas crescem.

A partir da captura, extração, monitoramento e produção de dados, muitos conceitos, ideias e metodologias foram desenvolvidas. *Big Data*⁵³, Algoritmo⁵⁴, Plataforma⁵⁵, Ciência de dados⁵⁶, Dados⁵⁷, *Machine Learning*⁵⁸, Inteligência Artificial⁵⁹ são expressões que, segundo Zuboff (2018), são utilizadas atualmente para descrever as transformações do mundo do trabalho na relação com a informação, em especial da chamada divisão da aprendizagem do trabalho que, como vimos anteriormente, é a transformação das atividades humanas em textos que podem ser lidos eletronicamente para a execução da máquina, ou seja, para a produção de dados.

A autora chama atenção para o fato de que este conjunto de “ideias” nada mais é do que técnicas que nós construímos, inventamos e desenvolvemos, a partir do trabalho, para mediar o nosso cotidiano. A forma como isso tem sido feito, ou seja, o uso dessas técnicas, ferramentas e meios, depende dos interesses⁶⁰ da pessoa que utiliza, mas o capital tem se apropriado dessa utilização. Como Marx (1984) nos alerta: tecnologias são riquezas socialmente produzidas, elaboradas pela classe trabalhadora, mas apropriadas pelo capital.

Nesse contexto, Zuboff (2020) enfatiza que a expressão *Big Data*⁶¹ é apresentada como uma categoria universal, como se fosse auto explicativa, enquanto uma etiqueta/carimbo para explicar tudo sobre todos⁶². A autora parte do

⁵³ Grandes armazenamentos de dados que Zuboff (2020) chama de união de pequenos dados em grandes dados.

⁵⁴ Ações e/ou procedimentos matematicamente calculados/pensados para serem realizados.

⁵⁵ Sites de *internet* ou aplicativos de celular que garantem navegação em rede e/ou mediam relações de trabalho ou pessoais.

⁵⁶ Processo de coleta, limpeza, análise e interpretação de grandes volumes de dados para obter informações valiosas e informar a tomada de decisões. É um campo interdisciplinar que combina majoritariamente conhecimentos de estatística, matemática e ciência da computação.

⁵⁷ Tradução lógica da realidade.

⁵⁸ Aprendizado de máquinas, termo utilizado para descrever o uso de inteligência artificial que permite aos computadores aprenderem a partir de dados e experiências passadas, sem a necessidade de programação explícita para cada situação.

⁵⁹ Área de conhecimento da ciência da computação que cria sistemas e máquinas capazes de realizar tarefas (algoritmos) que, tipicamente, requerem inteligência humana.

⁶⁰ Silveira (2017, p. 61) reforça a ideia de que “os algoritmos não são neutros e trazem as determinações impostas pelos seus programadores. Por isso, deveriam ser abertos, ou seja, seus usuários deveriam ter acesso ao encadeamento das rotinas que compõem seu código. Algoritmos serão cada vez mais os verdadeiros legisladores de nosso cotidiano.”

⁶¹ Zuboff (2020) reflete junto a contribuições de outros autores.

⁶² Em analogia ao livro Tudo Sobre Tod@s: Redes Digitais, Privacidade e Venda de Dados Pessoais (2017), do autor Sérgio Amadeu da Silveira que, em breve síntese, aborda o impacto das tecnologias digitais na sociedade contemporânea, a partir da transformação do mercado capitalista com a ascensão da sociedade informacional, onde os dados pessoais se tornam valiosos para a indução do

pressuposto de que essa terminologia surge das interações sociais – relações sociais – complexas que são construídas e estabelecidas pela sociedade humana e que merecem uma análise detalhada, dado que não são neutras nem desprovidas de influências culturais. Em nossas palavras, a textualização das atividades humanas de trabalho – e da vida –, que ao transformar *o que se faz e o como se faz* em textos que os computadores conseguem ler, processar e reproduzir, em menor ou maior abrangência, se transformam em novos ativos de produção de capital, o que Zuboff (2020) denomina de capital de vigilância, como já mencionado.

Os atuais proprietários do capital de vigilância declararam uma quarta mercadoria ficcional expropriada das realidades vividas pelos seres humanos cujos corpos, pensamentos e sentimentos são tão virgens e imaculados quanto os campos e as florestas antes de caírem vítimas da dinâmica do mercado. Nessa nova lógica, a experiência humana é subjugada aos mecanismos de mercado do capitalismo de vigilância e renasce como “comportamento”. Este é transformado em dado, pronto para se juntar a uma fila infindável que alimenta as máquinas para fabricação de predições e eventual transação nos novos mercados futuros comportamentais.

A transformação em mercadoria sob o capitalismo de vigilância nos vira na direção de um futuro social no qual o poder do mercado é protegido por fossos de sigilo, indecifrabibilidade e expertise. Mesmo quando o conhecimento derivado do comportamento nos é retroalimentado como *quid pro quo* pela nossa participação, como no caso da chamada “personalização”, operações secretas paralelas buscam a conversão do superávit em vendas, operações estas que vão muito além dos nossos interesses. Não temos qualquer controle formal porque não somos essenciais para essa atividade de mercado.

Nesse futuro, somos exilados do próprio comportamento, nos é negado o acesso ao conhecimento — ou o controle dele — resultante da sua despossessão por parte de outros e para outros. Conhecimento, autoridade e poder permanecem com o capital de vigilância, para o qual não passamos de “recursos naturais humanos”. Somos agora os povos nativos cujas reivindicações tácitas de autodeterminação sumiram do mapa da própria (Zuboff, 2020, p.121).

Em síntese, Zuboff (2020) entende que o capitalismo de vigilância é um novo momento no modo de produção capitalista⁶³, momento no qual a informação sobre a ação humana, ou a textualização da ação humana, passa a ter um valor muito importante para a produção de mais valor, por isso a sua consideração enquanto ativo de produção de valor (ativos [dados] de vigilância). Ainda, percebe-se que

comportamento social, a partir da relação entre tecnologia, privacidade e capitalismo. Aprofundaremos essas ideias no decorrer deste capítulo.

⁶³ Não desconheço que esta afirmação é polêmica, e não é nossa intenção esgotar este debate, pois não se trata do objeto da tese, mas entendemos que a dimensão econômica do capitalismo, em seu estágio monopolista, sobrevive das mesmas bases do que Zuboff (2020) chama de vigilância. Podemos entender como um conjunto de determinações contemporâneas, não alterando, necessariamente, o estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista.

novas empresas que antes não eram tão grandes começam a surgir e a controlar esse novo mercado⁶⁴, o de dados.

Nas palavras de Zuboff (2018, p.18), “essa nova forma de capitalismo de informação procura prever e modificar o comportamento humano como meio de produzir receitas e controle de mercado”. Nessa nova fase do modo de produção capitalista, a autora aponta para um conjunto de transformações radicais na vida da classe trabalhadora:

O capitalismo de vigilância reivindica de maneira unilateral a experiência humana como matéria-prima gratuita para a tradução em dados comportamentais. Embora alguns desses dados sejam aplicados para o aprimoramento de produtos e serviços, o restante é declarado como superávit comportamental do proprietário, alimentando avançados processos de fabricação conhecidos como “inteligência de máquina” e manufaturado em produtos de predição que antecipam o que um determinado indivíduo faria agora, daqui a pouco e mais tarde. Por fim, esses produtos de predições são comercializados num novo tipo de mercado para predições comportamentais que chamo de mercados de comportamentos futuros (Zuboff, 2020, p.18-19).

Refletir sobre a produção de dados no capitalismo nos leva a pensar na centralidade da subsunção real do trabalho ao capital⁶⁵ e da vida social da classe trabalhadora aos interesses do capitalismo, pela mediação de suas necessidades e desejos, influenciando seus padrões de comportamento e suas referências culturais. Para Bolaño (2002, p. 55),

(...) o aspecto tecnológico envolvido, como na Revolução Industrial inglesa original, é central basicamente porque permite o avanço da subsunção do trabalho. Esta é a chave para a compreensão do processo. A subsunção real do trabalho significa que o trabalhador perdeu a sua autonomia e o controle que tinha sobre o processo de produção, cuja estrutura e ritmo passam a ser ditados pela máquina. Esta condensa o conhecimento que o capital extraiu do trabalhador artesanal no período da manufatura e desenvolveu, com o apoio das ciências. Assim, é a máquina que passa a usar o trabalhador — e não mais o contrário — e o capitalismo pode expandir-se, revolucionando o modo de produção (Bolaño, 2002, p.55).

A subsunção real do trabalho ao capital representa uma transformação completa na própria eficiência e produtividade do trabalho, ressignificando “o saber” do trabalho dos trabalhadores, a partir do seu modo de fazer na própria maquinaria, tornando este saber como parte do capital, expressando a nova morfologia do

⁶⁴ No próximo capítulo refletiremos sobre a entrada de pequenas empresas de tecnologia na gestão dos dados públicos, também fruto deste movimento que Zuboff (2018) sinaliza.

⁶⁵ Raichelis (2022, p. 40) considera, apoiada em Marx, “o processo de subsunção real do trabalho ao capital (Marx, 2013), como expropriação de conhecimentos e de energias vitais das/ os trabalhadoras/es.”

trabalho no capitalismo da era digital. Nesta lógica, o trabalho passa a ser ditado pela maquinaria (na atualidade, pelo sistema maquínico - informacional - digital) em uma inversão da mediação do trabalho, pois em vez de ser uma ferramenta de trabalho e servir ao trabalhador, agora o trabalhador serve a maquinaria por meio de seu trabalho intelectual, também como referência de aprendizado das máquinas a partir da textualização do trabalho, ou seja, a transformação do processo de trabalho em textos/dados.

De fato, os dados têm se transformado em mercadorias valiosas, ativos de produção de mais valor, que a cada tempo ganham destaque na cadeia produtiva do capital informacional mundializado, um sistema que tem feito uso de aparelhos para sua manutenção, em um tempo onde o imediato – “*just in time*”- é valorizado.

2.2 O mar como itinerário da mercantilização: dos navios mercantilistas aos cabos de expedições e de colonialidade no sul global⁶⁶

O capitalismo de vigilância nos abre a seguinte reflexão: há uma intenção de colonização por trás da produção, extração e monitoramento dos dados? Ou trata-se de expedições (des)pretensiosas de controle sobre o sul global? Em ambas as questões, a centralidade em torno da colonialidade vem à tona. Inicialmente pelo uso do mar como itinerário da mercantilização, como nas grandes navegações do século XV. Se a colonização, antes, dava-se por cima do mar, agora ela se realiza por baixo dele, através de um sistema de colonialidade disfarçada, “encoberta”, no qual muitas pessoas⁶⁷ nem sabem que os continentes são interligados por fios.

Na história das grandes navegações do período mercantilista, os navios e as caravelas eram os meios de exploração, extração e circulação de mercadorias⁶⁸ e, de certa forma, também de armazenamento. Hoje, percebe-se que os cabos submarinos substituíram os navios e cumprem a função da rota de mercantilização internacional, principalmente dos dados do/no mundo, da informação e da comunicação. O interessante é pensar que a propriedade desses cabos é, de

⁶⁶ Termo cunhado para descrever os países periféricos, de capitalismo dependente, enquanto o norte global abarca os países de capitalismo central.

⁶⁷ Empiricamente na interação entre amigos e familiares, muitos narram que desconheciam essa informação.

⁶⁸ Destaca-se aqui a escravidão, na qual o tráfico de pessoas estava baseado na utilização de seres humanos como mercadorias. No entanto, a rota de comércio pelo mar, no mercantilismo, abrangia outras mercadorias, como metais preciosos, especiarias, produtos agrícolas e tropicais, entre outros.

maneira geral, de empresas de telefonia⁶⁹ cujos principais investidores⁷⁰ são o *Google, Apple, Facebook, Microsoft e Amazon*. Olha o grupo GAFAM⁷¹ aqui novamente!

Dos navios aos cabos, é possível perceber que há uma certa similaridade entre as rotas de mercantilização do período das grandes navegações marítimas mercantilistas⁷², durante a colonização, e o atual período de vigilância do capitalismo, problematizado por Zuboff (2020). Seis séculos depois, velhas práticas continuam da mesma forma, mas com ferramentas diferentes.

Pensar o período mercantilista em relação com o que se vivencia hoje, o capitalismo de vigilância, nos parece estratégico pelo uso da rota marítima, da ideologia econômica e do controle do fluxo das riquezas socialmente produzidas. Para Huberman (1981, p.111-112),

O mercantilismo não era um sistema em nosso sentido da palavra, mas antes um número de teorias econômicas aplicadas pelo Estado num momento ou outro, num esforço para conseguir riqueza e poder. Os estadistas se ocupavam do problema não porque lhes agradasse pensar nele, mas porque seus governos estavam sempre extremamente interessados na questão - sempre quebrados e precisando de dinheiro. O que torna rico um país não era, portanto, uma pergunta ociosa. Era coisa real. E tinha de ser respondida. A Espanha foi, no século XVI, talvez o mais rico e poderoso país do mundo. Quando os homens inteligentes de outros países perguntavam a razão disso, julgavam encontrar as respostas nos tesouros que ela recebia das colônias. Ouro e prata. (...) A maioria dos autores da época se apegava à idéia de que um país rico, tal como um homem rico, deve ser um país com muito dinheiro; e juntar ouro e prata num país deve ser a mais rápida forma de enriquecê-lo (Huberman, 1981, p.111-112).

Se o ouro e a prata materializavam a riqueza da era mercantilista, poderíamos dizer que os dados têm ocupado esse lugar na esfera global da

⁶⁹ No site <https://www.submarinecablemap.com/>, é possível visualizar, cabo a cabo, os proprietários, suas regiões de tráfego e os seus pontos de pouso, ou seja, os *datacenters* que armazenam e controlam o fluxo dos dados. Acesso em fevereiro de 2024.

⁷⁰ Segundo o Tecnoblog, site de notícias, trocas e informações sobre tecnologias. Disponível em <https://tecnoblog.net/responde/como-funcionam-os-cabos-submarinos/#:~:text=Cabos%20submarinos%20s%C3%A3o%20conex%C3%B5es%20submersas,mares%20e%20conectando%20o%20planeta>. Acesso em fevereiro de 2024.

⁷¹ Em janeiro de 2024, o blog Tecnoblog produziu uma matéria com o seguinte título: “Google construirá primeiro cabo submarino entre América do Sul e Austrália: Humboldt faz parte de iniciativa do Google para melhorar conectividade no Pacífico”. Parece que estamos no começo de uma nova era, em que os processos de vigilância se intensificaram. Disponível em <https://tecnoblog.net/noticias/2024/01/11/google-construira-primeiro-cabo-submarino-a-ligar-america-do-sul-e-australia/>. Acesso em fevereiro de 2024.

⁷² Datado entre os séculos XVI e XVIII, o mercantilismo foi entendido por alguns autores como a primeira fase do capitalismo.

atualidade, pois a disputa por seu acúmulo – armazenamento – por parte dos países nos leva a esta ideia. É importante demarcar que Zuboff (2020), ao apresentar o capitalismo de vigilância como um novo estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista, não está afirmando que se trata de um novo sistema, mas sim de uma nova etapa do capitalismo, ou seja, de um novo movimento de produção de riqueza e poder, que tem na extração dos dados para a transformação em conhecimento e informação, a característica central desta atual etapa econômica.

Ao nosso ver, tal etapa refere-se a um conjunto de determinações contemporâneas que não alteram, necessariamente, o estágio monopolista em que se encontra o modo de produção capitalista. Não à toa, a localização dos *data center*⁷³ do mundo, como podemos ver na figura 4, estão no norte global, ou seja, nos países ditos desenvolvidos e que detêm o maquinário necessário para o armazenamento físico dos dados, retendo um poder maior no fluxo, controle e domínio dos dados mundiais.

Os dados entendidos como ativos para produção de mais valor, por via do trabalho, inscrevem-se na cadeia de valor da mercadoria, ora antes da mercadoria, ora depois da mercadoria, ora no processo de fabricação da mercadoria. Os dados devem ser entendidos como processo de acumular mais riqueza. Huberman (1981, p.111-112) vai resgatar a ideia de que

os governos acreditavam nessa teoria de que quanto mais ouro e prata houvesse num país, tanto mais rico este seria, o passo seguinte era óbvio. Baixaram-se leis proibindo a saída desses metais do país. Um governo após outro tomou essa medida, e as "Leis contra a exportação de ouro e prata" tornaram-se comuns. Eis uma delas, na Inglaterra: "Ordena-se pela autoridade do Parlamento, que ninguém leve, ou faça levar, para fora deste Reino ou Gales ou qualquer parte do mesmo, qualquer forma de dinheiro da moeda deste Reino, ou de dinheiro, e moedas de outros reinos, terras ou senhorias, nem bandejas, vasilhas, barras ou jóias de ouro guarnecidas ou não, ou de prata, sem a licença do Rei" (Huberman, 1981, p.111-112).

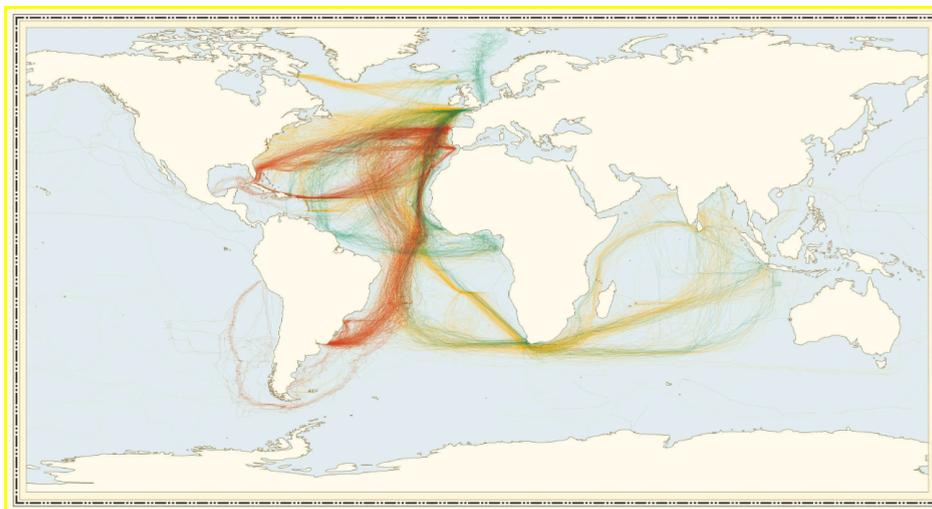
O valor que os dados têm assumido impulsionou, a exemplo do Brasil, a criação da Lei Geral de Proteção de Dados - LGDP, criada justamente para controlar o uso, tratamento, armazenamento e o consentimento dos dados pessoais dos

⁷³ Ironicamente, citamos a própria Amazon: "Um *datacenter* corresponde a um local físico que armazena máquinas de computação e seus equipamentos de hardware relacionados. Ele contém a infraestrutura de computação que os sistemas de TI exigem, como servidores, unidades de armazenamento de dados e equipamentos de rede. É a instalação física que armazena os dados digitais de qualquer empresa." Disponível em <https://aws.amazon.com/pt/what-is/data-center/>. Acesso em fevereiro de 2024.

cidadãos brasileiros, afinal, é por meio dos dados que se torna possível, na atualidade, colonizar um povo. O Estado – por meio das reivindicações sociais – tem sido pressionado a criar mecanismos de proteção a este bem valioso, no entanto, percebe-se morosidade nas ações e baixo investimento em maquinário tecnológico, abrindo ao mercado a possibilidade de suprir esta função.

Do mercantilismo⁷⁴ ao capitalismo de vigilância, a exploração do sul pelo norte global permanece estruturalmente a mesma. Ao consultarmos o mapa de navegação (figura 3) utilizado durante as grandes navegações mercantilistas, extraídas de diários de bordos das marinhas britânica (representadas pela cor amarela), holandesa (cor verde) e espanhola (cor vermelha), é possível notar que possuem – praticamente – o mesmo desenho do mapa dos cabos submarinos (figura 4) que ligam os continentes. As “rotas de navegações” continuam as mesmas, assim como o controle do sul pelo norte global, em uma transição de colonialismo à colonialidade, expressão cunhada por Cassino (2021, p.15 *apud* Ballestrin, 2021) para abordar os “mecanismos de dominação que se mantêm em funcionamento pelos países ricos mesmo após as independências.”

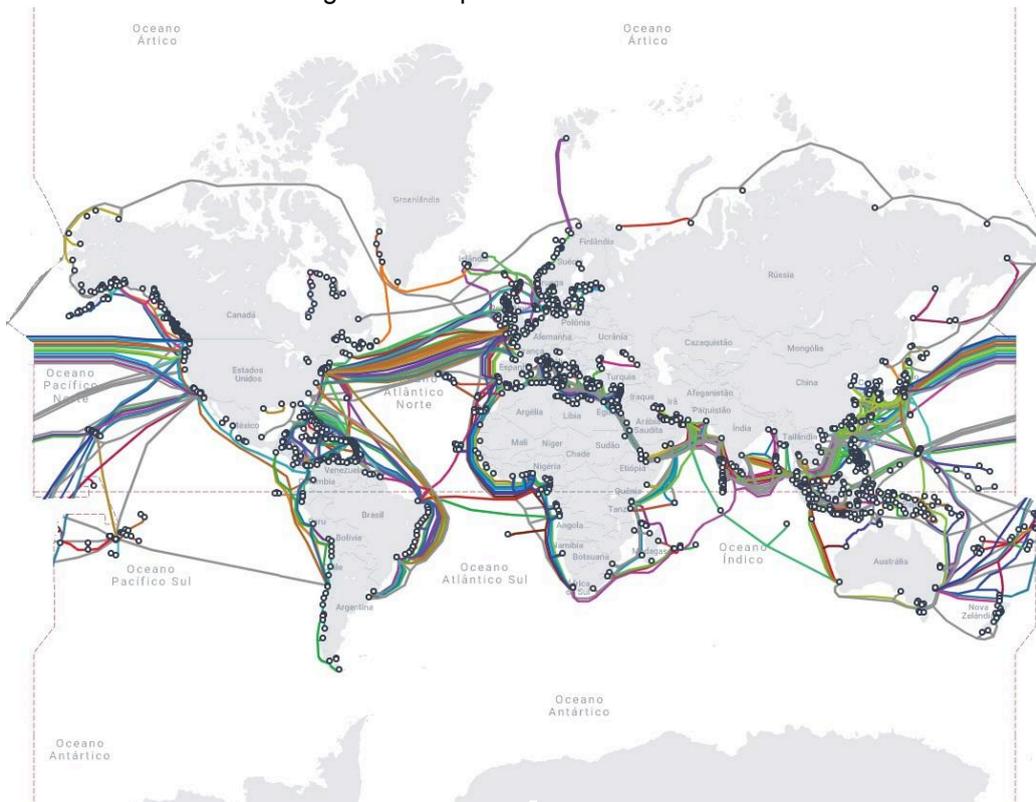
Figura 3 - Rotas de navegação da era colonial



Fonte: D'Efilippo (*on-line*). [Colonial Era Shipping Routes]. 20 Fev. de 2020. Disponível em: <https://www.movehub.com/blog/colonial-trade-routes/>. Acesso em Mar. de 2024.

⁷⁴ As origens do mercantilismo remontam à **transição da Idade Média para a Idade Moderna**, entre os séculos XIV e XV, e compreende o conjunto de práticas e **ideias econômicas** em vigência na Europa, entre os séculos XV e XVIII. Constitui o período de transição do feudalismo para o capitalismo, marcado pela expansão marítima liderada por Portugal e Espanha, no contexto do colonialismo europeu apoiado pela monarquia absolutista e financiado pela burguesia, em busca da exploração de metais preciosos, notadamente ouro e prata (traço conhecido como “metalismo”).

Figura 4 - Mapa de cabos submarinos



Fonte: TeleGeography. [Submarine Cable Map]. 15 Abr. de 2024. Disponível em: <https://www.submarinecablemap.com/>. Acesso em Fev. de 2024.

A integração entre os principais mercados produtores – norte global –, conforme as imagens, é também a integração entre os maiores consumidores de mercadorias. Percebe-se que quanto mais cabeamento um continente possui, maior é o seu controle (poder e riqueza) sobre os interconectados com ele.

Cassino (2021) apresenta os primeiros ensaios de organização do sul global em contraponto à moderna forma de colonizar. Os países subdesenvolvidos realizaram um conjunto de eventos nos quais os países que tinham suas colônias – ex colonizadores – foram vedados de participar, o que gerou desconforto aos colonizadores pelo início da perda de “controle”, se é que podemos dizer assim. Nestes eventos,

as novas nações trataram de assuntos como soberania e integridade territorial, igualdade entre raças e nações, não intervenção e não ingerência em assuntos internos (autodeterminação dos povos). Foi um encontro chocante para a antiga aristocracia europeia, acostumada a ter esses territórios sob seu domínio. A conferência também irritou estadunidenses e soviéticos, pois se defendeu equidistância das duas superpotências – Estados Unidos e URSS (Cassino, 2021, p. 15).

Ainda, o autor apresenta um diálogo entre alguns autores – Nick Couldry e Ulises A. Mejias – sobre a implementação do termo colonialismo de dados: “um novo tipo de dependência surgida neste capitalismo da era digital. (...)” (Cassino, 2021, p. 26-27).

eles ressaltam que o uso da palavra colonialismo, nesse caso, não é mera metáfora, mas realmente uma nova forma de colonialismo diferente da que vimos nos séculos anteriores. O colonialismo de dados combinaria as mesmas práticas predatórias do colonialismo histórico com a quantificação abstrata de métodos computacionais. Trata-se de um novo tipo de apropriação no qual as pessoas ou as coisas passam a fazer parte de infraestruturas de conexão informacionais. A apropriação da vida humana (por meio da captura em massa de dados) passa a ser central. Nada deve ser excluído nem apagado. Nenhum dado pode ser perdido (Cassino, 2021, p.26-27).

Nas palavras de Silveira (2021, p. 35), a esta “colonialidade ampliada pelas tecnologias”, das velhas navegações por barcos passa-se a navegação por computadores interconectados por cabos, em nível global, e o seu desenvolvimento em implementar inteligência artificial por via da captação – textualização da vida – do aprendizado do trabalho. A ideia de colonialismo não é apenas simbólica, mas sim uma prática predatória histórica repaginada pelos instrumentos e ferramentas deste tempo.

Silveira (2021) em seu capítulo intitulado “A hipótese do colonialismo de dados e o neoliberalismo⁷⁵”, trabalha uma série de ideias já expostas até aqui. Primeiro, apresenta o caso do Tribunal de Justiça de São Paulo – o maior do Brasil – que firmou um contrato junto a *Microsoft* para que os processos pudessem ser tramitados em rede e armazenados em nuvem. O autor chama atenção para o descaso com a entrega dos dados (civis, criminais, empresariais, de crianças e adolescentes, entre outros) à empresa do norte global – estadunidense: “o objetivo seria hospedar na empresa estadunidense uma plataforma digital que agregaria serviços de inteligência artificial e permitiria o registro, o arquivamento e a tramitação de todos os processos do maior tribunal do país. (Silveira, 2021, p.33). O silêncio por parte dos governantes e até mesmo da sociedade civil assusta o autor pelo conformismo colonial – expressão nossa – ou podemos chamar, inclusive, de alienação a este processo.

⁷⁵ SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; SOUZA, Joyce; CASSINO, João Francisco (Orgs.). Colonialismo de Dados: Como Opera a Trincheira Algorítmica na Guerra Neoliberal. Autonomia Literária: São Paulo, 2021.

Além disso, Silveira (2021) aponta duas reflexões que gostaríamos de destacar: a primeira é a da “despreocupação” em relação aos dados pessoais dos cidadãos brasileiros; e a segunda é o agregamento de serviços de inteligência artificial pelo contrato firmado entre o Tribunal e a *Microsoft*. Essas duas questões, também discutidas por Zuboff (2020) em sua reflexão sobre os ativos de vigilância e do aprendizado do trabalho, concretizam o novo estágio do capitalismo. O autor acrescenta, também, que o projeto da chamada Plataforma da Justiça Digital foi isento de licitação – e custou bilhões de reais – e que o Conselho Nacional de Justiça opinou pela suspensão do contrato sob

o argumento principal de que o acordo com a Microsoft iria na “contramão de privilegiar um sistema único para tramitação processual”, uma vez que os tribunais brasileiros estariam buscando um desenvolvimento integrado para a digitalização e tramitação de processos. Curiosamente, o destaque não foi a proteção de dados sensíveis da população, nem mesmo a necessidade de avançar a inteligência nacional na área de inteligência artificial (Silveira, 2021, p.35).

E diria mais, curiosamente não houve questionamento sobre a ausência de licitação, o que conota a livre circulação das empresas no âmbito do Estado, e do próprio interesse em uma base única de dados dos cidadãos. Esse é apenas um caso de muitos outros, nos quais as relações firmadas entre o Estado e as grandes empresas⁷⁶ de tecnologia são realizadas sem grandes medidas de proteção dos dados, sem mensurar os riscos do uso pelas empresas.

Silveira (2021) cunhou um termo⁷⁷ que nos parece bastante acertado: estamos vivendo um tempo de *epistemicídio*⁷⁸, a partir de um

regime de verdade da colonialidade que está justaposto com práticas acríticas e normalizadas pelas infraestruturas de submissão que se baseiam na alienação técnica e são fundamentais para o ordenamento neoliberal em uma sociedade fortemente dataficada. Quais seriam as questões importantes encobertas e ofuscadas, tornadas não-questões, pela colonialidade em um cenário de capitalismo informacional, organizado em uma economia de dados neoliberal? (Silveira, 2021, p.36)

Como vimos no capítulo anterior, a dataficação enquanto a transformação da realidade em dados quantificados – textualização da vida – é a principal ordem

⁷⁶ Conhecidas também como “*Big Five*”: *Amazon, Apple, Google (Alphabet), Meta (Facebook) e Microsoft*.

⁷⁷ Inspirado nas reflexões da grande intelectual negra brasileira Sueli Carneiro, a qual também inspirou Boaventura de Sousa Santos.

⁷⁸ Mecanismos constituídos para negar a existência do racismo, e impressões nossas, através da colonialidade dos dados.

econômica deste tempo. A dominação do mercado de dados, do seu armazenamento, é tamanha que, recentemente, foi divulgada na mídia, por Felix (2020), a existência de um *datacenter* da *Microsoft* embaixo d'água do mar, um projeto que funciona desde 2015. No mesmo mar que se navega – por cima ou por baixo – agora também se armazena os dados do mundo.

Figura 5: *DataCenter* imersível da *Microsoft*



Fonte: Banks (*on-line*). 8 de Abr. de 2021. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2020/09/15/noticias/microsoft-recupera-data-center-que-estava-embaixo-d-agua-ha-dois-anos/>. Acesso em Fev. de 2024.

A reportagem discute que

os primeiros resultados mostraram que os servidores armazenados no cilindro tiveram bem menos problemas do que os que ficam em data centers convencionais. “A taxa de falhas na água é um oitavo do que vemos na superfície”, informou o coordenador do Projeto Natick, Ben Cutler.

Dos 855 servidores que funcionavam no data center, apenas oito apresentaram defeitos. “Nós acreditamos que tem a ver com essa atmosfera de nitrogênio que reduz a corrosão e é fria, e também por não ter pessoas batendo nas coisas”, completou Cutler (Felix, 2020, *on-line*).

Há em curso, na história, um apelo à expansão da capacidade de armazenamento dos dados gerados. Silveira (2021) chama essa tendência de sociedade dataficada.

Zuboff (2020) alerta para o superávit comportamental que, no contexto neoliberal, priorizará os interesses do mercado em detrimento do bem estar social. Como Silveira (2021) nos diz, não há neutralidade por parte das empresas em coletar esses dados e armazená-los, tampouco há interesse em não interferir no dia a dia das pessoas. Além disso, é preciso lembrar que as empresas não respeitam o

contrato previamente firmado entre as partes ao fazer o uso oculto (segundo Zuboff, 2020), por meio dos rastros digitais dos dados.

O colonialismo hoje

se apresenta como a imposição de modelos de pensamento, de agenciamentos, de comportamentos que negam ou desvalorizam epistemes, modos de aprender e conhecer das comunidades e das sociedades não ricas, também expulsa do que deve ser considerado normal à ideia de autonomia, de busca por caminhos diferentes, de toda tentativa daqueles que fogem aos interesses da economia e das suas principais corporações. Como aponta Paola Ricaurte, em uma sociedade baseada em dados, a colonialidade de poder é realizada e amplificada também por meio de dados e das suas tecnologias de tratamento (Silveira, 2021, p.37).

De maneira geral, a doutrina neoliberal, sistema pelo qual se pratica a colonialidade por meio dos dados, “se empenha em definir as empresas como elemento crucial da existência e a concorrência como o objetivo maior de qualquer agregado humano” (Silveira, 2021, p.37). Um exemplo estratégico, sobre essa questão, trazido pelo autor, foi o caso do Sistema de Seleção Unificada⁷⁹ (SISU), do Ministério da Educação (MEC), implantado em 2020.

A direção do MEC decidiu entregar os dados do SiSU para serem processados na nuvem da Microsoft, chamada Azure. Ou seja, hospedou os dados do desempenho escolar de milhões de estudantes brasileiros para serem tratados na plataforma estadunidense. O principal argumento foi o do alto custo em manter esses dados em um data center próprio. Além disso, segundo a Rede Nacional de Pesquisa, a solução da Microsoft atendeu 1,8 milhão de estudantes, que realizaram 3,5 milhões de inscrições, com 210 mil usuários conectados ao mesmo tempo, perfazendo 7 mil inscrições por minuto e a média de 1,5 milhão de acessos diários. Outro importante argumento é de que, além de aumentar a segurança do processo, espera-se uma economia de aproximadamente 22 milhões de reais em cinco anos de projeto. Dados dos estudantes que cursaram o ensino médio, como a renda familiar bruta mensal de cada um, os valores recebidos em diversos programas sociais, a nota no Enem, as médias populacionais relacionadas à cor declarada e a deficiências, entre outras informações sensíveis, foram entregues à plataforma Microsoft Azure. Não consta dos debates públicos ou entre gestores do governo a constatação de que a corporação estadunidense de tecnologia possui interesses econômicos no país e na própria área educacional brasileira, nem que, provavelmente, hospedou os dados em servidores localizados nos Estados Unidos, em sua denominada nuvem pública. O acesso e a manipulação desses dados não aparecem como problema. As notas das autoridades não destacam nem mesmo a importância das normas contratuais específicas de proteção de dados de adolescente (Silveira, 2021, p.37).

⁷⁹ “É um sistema eletrônico gerido pelo MEC para as vagas ofertadas por instituições públicas de ensino superior de todo o Brasil. O sistema executa a seleção dos estudantes com base na média da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) até o limite da oferta das vagas, por curso e modalidade de concorrência, de acordo com as escolhas dos candidatos inscritos e perfil socioeconômico para a Lei de Cotas”. Disponível em: Portal Único de Acesso ao Ensino Superior (mec.gov.br). Acesso em fevereiro de 2024.

A concepção de Estado enquanto maior serviçal do Neoliberalismo é histórica. Marx (2017) já dizia que o Estado é uma espécie de comitê executivo dos interesses da burguesia, para o manejo dos negócios comuns à toda a burguesia. Não é de se estranhar o interesse privado em torno dos bens públicos, no caso acima narrado, nos dados do sistema educacional, da política de educação brasileira.

Um exemplo importante a se considerar também é o da digitalização da política de Saúde. Souza e Maldonado (2024), ao discorrer sobre este processo, mencionam que muito deste estímulo se dá pelos organismos internacionais, como é o caso da Organização Mundial da Saúde, que desde 2005 vem empenhando esforços para construir estratégias globais de saúde digital.

A OMS elenca a importância de haver uma estreita colaboração entre atores que ela chama de interessados em implementar a estratégia global de saúde digital em âmbito internacional, regional e global, que seriam os agentes estatais junto aos não estatais, contemplando desde o mercado financeiro, grupos de seguros de saúde e outros financiadores de cuidados de saúde até desenvolvedores de tecnologia (Souza e Maldonado, 2024, *on-line*).

O interesse do mercado mundial em criar uma visão internacional dos países de capitalismo dependente⁸⁰, não é novidade. No entanto, Souza e Maldonado (2024) chamam atenção para o fato dos dados – enquanto ativos de valor para o capital – serem o grande interesse desses países, principalmente por comportarem

⁸⁰ Marini (1973, p. 03-04) em seu texto *Dialética da Dependência*, afirma que “forjada no calor da expansão comercial promovida no século 16 pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria. A revolução industrial, que dará início a ela, corresponde na América Latina à independência política que, conquistada nas primeiras décadas do século 19, fará surgir, com base na estrutura demográfica e administrativa construída durante a Colônia, um conjunto de países que passam a girar em torno da Inglaterra. Os fluxos de mercadorias e, posteriormente, de capitais têm nesta seu ponto de entroncamento: ignorando uns aos outros, os novos países se articularão diretamente com a metrópole inglesa e, em função dos requerimentos desta, começarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e — quando a exportação supera as importações — de dívidas. É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida.”

uma infraestrutura para a reserva desses dados. Acima, vimos o exemplo da *Microsoft*, mas no campo da saúde, o *datacenter* da *Amazon* é a que hospeda todos os dados da saúde brasileira. Souza e Maldonado (2024), em janeiro de 2024, realizaram uma busca para saber a localização do provedor do ConecteSUS, hoje conhecido como Meu SUSDigital.

Figura 6 - Localização do domínio ConecteSUS em busca realizada em janeiro de 2024



Fonte: Souza e Maldonado (2024). Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/sus-digital/>. Acesso em Jan. de 2024.

Souza e Maldonado (2024, *on-line*) afirmam que no final de 2022, o SUS firmou parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) para que esse assumisse “a gestão de suas infraestruturas de sistemas e de armazenamento de dados. O contrato, com vigência de 36 meses, visava a migração da RNDS para a plataforma Serpro MultiCloud”. O RNDS é a Rede Nacional de Dados em Saúde, uma plataforma que gerencia os dados da saúde, oportunizando a troca de informações entre os setores públicos e privados. Os autores complementam que

A notícia gerou expectativas sobre uma possível mudança na trajetória da saúde digital. À primeira vista, isto poderia significar uma guinada estratégica em direção ao desenvolvimento de tecnologias digitais nacionais públicas ao invés da privatização do setor, cujos efeitos consistiriam no avanço da soberania da tecnologia digital. Contudo, não obstante o entusiasmo inicial, o cenário real aponta exatamente para a direção oposta. Atualmente, o serviço Serpro MultiCloud consiste numa

parceria entre a infraestrutura própria do Serpro com os serviços das gigantes multinacionais de tecnologia do mundo, a saber, Amazon Web Service (AWS), Azure Stack (Microsoft), Google Cloud, Huawei Cloud, IBM Cloud e Oracle. Na prática, isto significa que o armazenamento dos dados da RNDS continua em infraestrutura da AWS, podendo, ainda, ser alocado em outras corporações internacionais a partir da gestão do Serpro (Souza e Maldonado, 2024, *on-line*).

Ao realizar uma consulta no site LocalizIP, é possível notar que a base de dados continua com a Amazon, porém agora em território nacional, conforme mostra a imagem a seguir.

Figura 7 - Localização do domínio MeuSUSDigital em busca realizada em março de 2024



Fonte: LocalizIP. Disponível em: <https://localizeip.com.br/>. Acesso em Mar. de 2024.

É possível notar que as grandes gigantes multinacionais de tecnologia do mundo já estão construindo data center em território nacional, com a parceria do Estado brasileiro no armazenamento de seus dados. No caso da figura acima, o provedor dos dados do SUS ainda é a *Amazon*, só que agora em território nacional. Ao aproximar a localização, a infraestrutura está situada na região central do município de São Paulo, desde 2011. Em consulta ao site da *Amazon*, acerca da localização da infraestrutura global, obtivemos o seguinte cenário:

Figura 8 - Mapa da infraestrutura global da AWS⁸¹ consultado em março de 2024



Fonte: *Amazon Web Services* (2023). Disponível em: <https://aws.amazon.com/pt/about-aws/global-infrastructure/>. Acesso em Mar. de 2024.

É possível notar, através dos pontos em verde no mapa, que grande parte da infraestrutura chamada de “zona de disponibilidade⁸²” está no norte global, porém, no contexto da América Latina, está situada apenas no Brasil. Os pontos vermelhos indicam previsões de novas instalações, o que não há previsão para a América Latina.

Os exemplos das políticas de saúde e educação despertam muitas perguntas, reflexões e preocupações que nos levam a pensar como estariam sendo tratados os dados no âmbito da política de Assistência Social.

A nova forma de colonialismo tem se mostrado perversa. Os dados pessoais, que antes eram considerados de pouco valor ou interesse, conforme Zuboff (2020) nos explica, agora se tornaram preciosos no contexto do capitalismo de vigilância. Essa transformação adentrou nas políticas sociais. O mesmo interesse pelos dados pessoais, pela digitalização do trabalho e pela intensificação da parceria com empresas de tecnologia na gestão, coleta e tratamento de dados públicos é o que

⁸¹ “A Amazon Web Services (AWS) é a plataforma de nuvem mais adotada e mais abrangente do mundo, oferecendo mais de 200 serviços completos de *datacenters* em todo o mundo. Milhões de clientes, incluindo as startups que crescem mais rápido, as maiores empresas e os maiores órgãos governamentais, estão usando a AWS para reduzir custos, ganhar agilidade e inovar mais rapidamente”(Amazon Web Services, 2023). Disponível em: O que é AWS? Como funciona Amazon Web Services. Acesso em abril de 2024.

⁸² Segundo Fernando Lima, as Zonas de Disponibilidade (AZs) “(...) são basicamente data centers independentes, mas interconectados por redes de alta velocidade e baixa latência. Cada AZ é projetada para ser isolada e altamente resiliente, minimizando os impactos de falhas locais”. Por não ser o tema desta tese, não aprofundaremos esses detalhes. Disponível em <https://www.dio.me/articles/desvendando-as-regioes-pontos-de-presenca-e-zonas-de-disponibilidade-da-aws-o-segredo-por-tras-da-infraestrutura-de-nuvem>. Acesso em março de 2024.

veremos no próximo capítulo. De maneira geral, apresentaremos como estes elementos têm adentrado na Política de Assistência Social, uma política de menor investimento social, mas que parece ser “a bola da vez”.

CAPÍTULO 3: O MAR DA HISTÓRIA É AGITADO⁸³: A ONDA DE CATALIZAÇÃO DOS DADOS NA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Desde a década de 1990 do século passado, com a implementação das recomendações do Consenso de Washington⁸⁴ (1989), o Estado brasileiro vem sofrendo ondas de reestruturação que vão desde a mudança de sua racionalidade (Dardot e Laval, 2016) à relação entre o público-privado, perpassando pela mercadorização da instituição pública (Druck, 2021; Araújo, 2022).

A partir dessas ideias, durante a pesquisa de campo, pudemos perceber, através das entrevistas semi-estruturadas com os trabalhadores das instâncias de tratamento de dados da Política de Assistência Social, questões que versavam sobre a concepção de gestão pública, a relação do Estado com as empresas, a centralidade em torno dos dados e o controle da população, os sistemas informacionais e o “trabalho social” que o Estado vem desenvolvendo. A partir dos relatos, foi possível notar o comportamento dos agentes públicos nos moldes de uma empresa, seja em seus processos organizativos como também no cumprimento de ações a partir de seus “acionistas⁸⁵”.

Em nossa pesquisa, a leitura do Estado foi realizada a partir de uma política social não contributiva: a Política de Assistência Social. Nesse contexto, foi possível notar a implementação de uma lógica gerencial nos últimos anos, com a instalação de um arsenal maquínico-tecnológico que tem burocratizado o acesso a direitos, monitorado a população e ressignificado o trabalho social no Estado, questionando sua função, a qual, a partir da Constituição Federal de 1988, é a de oferecer proteção social e defesa de direitos. No entanto, observa-se que há, historicamente, uma construção da mercadorização de dados e informações públicas no diálogo entre Estado, empresa e a população usuária dessa política social.

⁸³ Em alusão ao poema de Vladimir Maiakovski, musicado pelo artista brasileiro João Bosco em sua música *E Então, Que Quereis...?*, lançada em 1989.

⁸⁴ Nas palavras de Batista (1994), trata-se da visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Ou seja, um conjunto de recomendações econômicas que tinham como base a liberalização econômica, privatização, desregulamentação e estabilidade macroeconômica, promovido por instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

⁸⁵ Termo adotado por Dardot e Laval (2016) para remeter ao interesse do mercado, dos capitalistas, no Estado, entendido como serviçal do neoliberalismo, ou como Marx (2017) escreveu: como comitê executivo dos interesses da burguesia.

Nesse sentido, a que Estado estamos nos referindo? Quais são as influências que levam a um comportamento gerencialista baseado em sistemas informacionais e na exploração dos dados como centrais em sua atuação? Diante destas perguntas, buscamos compreender em que momento a Política de Assistência Social surge como um direito social e quais são as determinações conjunturais que influenciam esta perspectiva de Estado que, no interior da Política referida, colide com seus princípios e objetivos.

Este capítulo busca apresentar breves considerações acerca dos rebatimentos da política neoliberal no âmbito do Estado brasileiro, apresentando suas principais características e a relação com a Política de Assistência Social. Ainda, problematizamos a incorporação dos sistemas informacionais e da lógica dos dados na mediação dos direitos sociais na Política de Assistência Social.

3.1 O ideário neoliberal e seus impactos na Política de Assistência Social brasileira

A Política de Assistência Social no Brasil foi instituída enquanto um direito social e dever do Estado em 1988, promulgada pela Constituição Federal. Antes da Constituição de 1988, a Assistência Social no Brasil, por meio do Estado, era destinada somente aos trabalhadores contribuintes da Previdência Social.

No âmbito do Estado brasileiro, as ações de Assistência Social tinham um caráter assistencialista e eram marcadas pelo primeiro damismo, por meio da (extinta) LBA - Legião Brasileira de Assistência fundada por Darcy Vargas para apoiar as famílias dos brasileiros que foram à guerra. E também através do (também extinto) CNSS - Conselho Nacional Serviço Social, criado no mesmo período, com o objetivo de subvencionar as entidades filantrópicas privadas que também promoviam assistência, em grande parte ligada a entidades confessionais que concebiam as desigualdades sociais enquanto expressão de desvio moral, em uma perspectiva de ajustar os “desajustados”⁸⁶ (Iamamoto, 2012).

⁸⁶ Marilda Villela Iamamoto, em seu clássico livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma Interpretação Histórico-metodológica* (2012), afirma que, sob a influência da Doutrina Social da Igreja, o pensamento do Serviço Social brasileiro, em sua gênese, esteve orientado pela filosofia neotomista e caráter doutrinário, pautado em abordagens que direcionavam a intervenção para a individualização dos “casos sociais” e o reajustamento dos indivíduos, em detrimento do reconhecimento da situação social comum vivida pelos segmentos sociais que constituem a “clientela” do Serviço Social.

A promulgação da Constituição de 1988 representou uma mudança significativa, pois reconheceu a Assistência Social como um direito social não contributivo, sendo um dos pilares do Sistema de Seguridade Social brasileiro, ao lado da Saúde (enquanto uma política social não contributiva) e da Previdência Social (enquanto uma política social contributiva).

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu princípios e diretrizes fundamentais para a política de Assistência Social, como a universalidade dos direitos, a descentralização político-administrativa, a participação da população na formulação e controle das políticas sociais e a integração das ações nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal). Fruto de mobilizações sociais e do processo de redemocratização após o período de repressão desencadeado pela ditadura militar, a constituição da Assistência Social como política pública integrou um esforço mais amplo para garantir direitos sociais e promover o “bem-estar” da população, reconhecendo-a como um instrumento essencial na redução das desigualdades sociais e na promoção da inclusão social.

Em 1993, foi promulgada a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), a qual complementou o arcabouço legal estabelecido pela Constituição, definindo diretrizes específicas e, em 2003, foi criado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que organiza e articula a oferta de serviços e benefícios socioassistenciais em todo o território nacional. Segundo Couto (2009, p. 206), esse arcabouço legal “refere-se à retomada da centralidade do Estado na garantia da existência de serviços estatais como articuladores dos serviços socioassistenciais necessários”, o que veremos mais à frente.

No cenário mundial, a década de 1970 foi palco de crises econômicas, privatizações, desregulamentações e redução do papel do Estado frente ao agravamento da questão social, principalmente nos países de capitalismo desenvolvido, no norte global. Tal contexto promoveu profundas transformações ao longo do século XX, que desarticularam os avanços na proteção social, particularmente após a Segunda Guerra Mundial, com a consolidação do chamado Estado social (Salvador, 2010, p.607). Esta conjuntura, marcada por crises e transformações no campo dos Estados de Bem Estar Social e das políticas públicas,

mais tarde serviria como base para os países dependentes, aqueles que estão localizados no sul global.

Perto do final dos anos 1960, o liberalismo embutido começou a ruir, internacionalmente e no nível das economias domésticas. Os sinais de uma grave crise de acumulação eram em toda parte aparentes. O desemprego e a inflação se ampliaram em toda parte, desencadeando uma fase global de “estagflação” que duraria por boa parte dos anos 1970. Surgiram crises fiscais de vários Estados (...), enquanto as receitas de impostos caíram acentuadamente e os gastos sociais dispararam. As políticas keynesianas já não funcionam. (...) A porosidade das fronteiras dos Estados com relação aos fluxos de capital pressionava o sistema de taxas de câmbio fixas. (...) O liberalismo embutido que gerara altas taxas de crescimento pelo menos nos países capitalistas avançados depois de 1945 estava claramente esgotado e deixará de funcionar. A superação da crise requeria alguma alternativa (Harvey, 2014, p. 13).

A crise enfrentada pelo liberalismo desde meados do século XIX, analisada por Dardot e Laval (2016), levou ao nascimento do neoliberalismo e acabou por manifestar tensões entre diferentes correntes de pensamento⁸⁷, sendo as que mais repercutiram, segundo os autores, o ideal do bem comum e da liberdade individual como fins absolutos. “Essa revisão, que às vezes parece conciliar-se com as ideias socialistas sobre a direção da economia, forma o contexto intelectual e político do nascimento do neoliberalismo na primeira metade do século XX” (Dardot e Laval, 2016, p. 36).

Para os autores, a crise do liberalismo não se expressa apenas no plano das ideias, mas estaria voltada principalmente a uma crise de governabilidade liberal, em que o desafio prático da intervenção política se refletia em questões econômicas e sociais. A necessidade de intervenção governamental para lidar com mudanças no capitalismo, como as lutas de classe e as novas dinâmicas internacionais, foram as que colocaram o liberalismo dogmático⁸⁸ em questão (Dardot e Laval, 2016).

O cenário do norte global despertava grandes reflexões: “como restaurar as condições para a retomada da acumulação ativa do capital?” (Harvey, 2013, p.14). A ascensão do neoliberalismo como abordagem dominante para dar respostas aos problemas econômicos e sociais acabou por assumir um conjunto de experimentos formulados pelas grandes potências econômicas com base em suas experiências e

⁸⁷ Como o direito natural, a liberdade de comércio, a propriedade privada, entre outros (Dardot e Laval, 2016).

⁸⁸ Dardot e Laval (2016) afirmam que cada país encontrou sua própria maneira de restaurar o liberalismo, influenciado por suas tradições políticas. Na França, isso se manifestou através da adoção do republicanismo do final do século XIX e das doutrinas solidaristas, que moldaram uma abordagem singular na reavaliação das responsabilidades governamentais.

projeções, pois, segundo Harvey (2013), ninguém tinha certeza de que tipo de abordagem seria eficaz ou como funcionaria. O mundo capitalista, então, gradualmente adotou o neoliberalismo como resposta à crise, como um ideário, passando por um processo de tentativa e erro, até que, nos anos 1990, ele se solidificou como uma nova ortodoxia. Esse movimento culminou na formulação do Consenso de Washington, que articulou os princípios fundamentais do neoliberalismo, e na consolidação de uma nova razão de ser do Estado.

Passou-se a admitir abertamente e sem nuances a tese da falência do Estado, visto como incapaz de formular política macroeconômica, e conveniência de se transferir essa grave responsabilidade a organismos internacionais, tidos por definição como agentes independentes e desinteressados aos quais tínhamos o direito de recorrer como sócios. Não se discutia mais apenas, por conseguinte, se o Estado devia ou podia ser empresário. Se podia, ou devia, monopolizar atividades estratégicas. Passou-se simplesmente a admitir como premissa que o Estado não estaria mais em condições de exercer um atributo essencial da soberania, o de fazer política monetária e fiscal.

Começou a se pôr em dúvida se teria o Estado competência até para administrar responsabilmente recursos naturais em seu território, sempre que, como no caso da Amazônia, viessem a ser considerados em nome do equilíbrio ecológico mundial, um "patrimônio da humanidade". Caso em que esses recursos naturais estariam sujeitos, em princípio, a no mínimo um regime de co-gestão com participação de organismos multilaterais e de organizações não governamentais dos países desenvolvidos (Batista, 1994, p.9).

O entendimento predominante era de que o Estado não conseguia desempenhar suas funções – em especial a de regulação monetária e fiscal – de maneira eficaz, o que, na perspectiva liberal, deveria permitir que os interesses dos grandes blocos econômicos mundiais fossem contemplados. Para isso, seria preciso admitir suas limitações e instituir práticas e modelos organizacionais nos moldes das recomendações das grandes instituições financeiras internacionais. Essa incapacidade do Estado estava mais relacionada à sua capacidade em oferecer respostas econômicas satisfatórias para “investimento” (e exploração) internacional que à sua eficácia em resolver as questões sociais (ou o chamado Estado de bem-estar social⁸⁹), que tem nas políticas sociais “o conjunto de medidas administrativas pelo Estado, tendo em vista a diminuição das desigualdades sociais” (Pereira, 1986, p.12). Em outras palavras, “aquelas medidas capazes de facilitar o

⁸⁹ Modelo de organização política e econômica que se desenvolveu principalmente no pós-Segunda Guerra Mundial nos países do norte global. Seu principal objetivo era garantir o bem-estar e a segurança social da população. Em síntese, buscava-se reduzir as desigualdades sociais e econômicas, promover a igualdade de oportunidades e proteger a população contra os riscos sociais e econômicos (Mishra, 1990).

acesso a bens essenciais de produção pública ou privada” (Pereira, 1986, p.12) para a classe que vive da venda da sua força de trabalho.

Os países do sul global, de capitalismo dependente, como o Brasil e outros países da América Latina, a partir dos anos de 1990, vivenciavam “a adoção (...) do receituário neoliberal e das chamadas medidas de ajuste estrutural preconizadas pelos organismos multilaterais, (...) um forte movimento de regressão dos direitos e das políticas públicas (Raichelis, 2006, p. 19), coincidindo com o momento em que o Brasil aprovava a Constituição Federal de 1988, expandindo a responsabilidade do Estado por meio da implementação de políticas de proteção social⁹⁰ e, conseqüentemente, o “gasto” social.

No entanto, em um contexto de medidas de ajuste fiscal, tributário e de privatização de empresas públicas, juntamente com a abertura econômica, surgiu uma tensão em relação ao papel do Estado. Por um lado, ele era pressionado a atender às exigências econômicas neoliberais, que priorizavam atender às demandas do mercado – principalmente de natureza econômica. Por outro lado, havia a necessidade de controlar as respostas do Estado às demandas sociais, levando em consideração que as políticas fiscais e tributárias não deveriam estar direcionadas ao apoio social.

Essas ideias forças nos levaram a entender as determinações do neoliberalismo como transcendentais de uma mera lógica econômica, passando a influenciar todo um contexto de vida. Nos termos de Dardot e Laval (2016, p. 17, grifo do original), isso significa que “o neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma *racionalidade* e, como tal, tende a estruturar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados”.

A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. O termo racionalidade não é empregado aqui como um eufemismo que nos permite evitar a palavra “capitalismo”. O neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida. O neoliberalismo pode ser definido como o

⁹⁰ Em linhas gerais, a seguridade social brasileira, entendida como políticas mínimas de proteção social, é estruturada em uma tríade: Contributiva por meio de política de proteção ao trabalhador registrado no campo da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), através da Previdência Social; e não contributiva, de acesso universal, por meio da política de Saúde e de Assistência Social.

conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência (Dardot e Laval, 2016, p.15).

Com base no conceito foucaultiano de *racionalidade política*, o neoliberalismo configura um tipo de racionalidade que remete a formas de administração das condutas dos indivíduos pelo Estado, entendido menos como instituição e mais como procedimentos de poder, de controle de condutas.

Assim, em nossa análise, é possível traçar um paralelo com as ideias de Zuboff (2020) e Silveira (2017) sobre capitalismo de vigilância, cujas práticas gerenciais são altamente intervencionistas para um maior controle das relações sociais. Diante disso, a concepção de Estado como práticas empresariais⁹¹, fortemente influenciadas pelo pensamento dos organismos multilaterais, altera a noção de Estado de "protetor" (de Bem Estar Social) para o Estado "conciliador". Isso representa uma nova interpretação do papel do Estado, já que no Brasil nunca houve, de fato, um Estado de Bem Estar Social.

No caso brasileiro, o Estado neoliberal consolida-se a partir da década de 1990, ameaçando a destruição do imaginário democrático que acabara de ser construído a duras penas após a crise e o fim da ditadura militar⁹² (1964 - 1985), durante o processo de redemocratização brasileira em que as demandas sociais estavam em efervescência, principalmente pela recente promulgação da Constituição Federal que instituiu um novo padrão de proteção social. “O ambiente

⁹¹ Dardot e Laval (2016) caracterizam como “*corporate states*”, ou “*corporate governance*”, ação em que o Estado fica diretamente ligado à vontade dos seus acionistas – capitalistas – assim como às empresas, sendo esta a lógica do Estado no contexto neoliberal.

⁹² Para entender melhor o contexto sócio-econômico e político do Brasil entre 1960 e 1980, é importante analisar a ditadura não apenas pelo seu caráter político repressivo e centralizador, mas também em seu compromisso de garantir e expandir as condições de acumulação de capital e os interesses da classe dominante, especialmente a burguesia. Segundo Netto (2017), esse período ditatorial no Brasil apresenta aspectos do que entendemos como uma autocracia burguesa, processo histórico que se desenvolveu no Brasil e culminou na consolidação de uma forma de dominação que se funda sobre si mesma. Em outras palavras, uma dominação sem limites entre a fundação e a forma como ela delimita o poder e em que o adjetivo (burguesa) revela de que tipo de dominação está se tratando: uma dominação de classe. Portanto, trata-se de uma dominação de classe sem limites, que reproduziu um regime ditatorial que manteve uma relação estreita com a burguesia nacional, a qual viu nos militares a base contra as tendências catalisadoras da revolução e do socialismo, e uma garantia de estabilidade para seus negócios. Dessa forma, coroando a aliança entre militares e burguesia, apesar de ser um regime militar, muitas das decisões econômicas tomadas durante a ditadura favoreceram diretamente os interesses da classe empresarial. Isso incluiu, por exemplo, políticas de atração de investimento estrangeiro, abertura do mercado brasileiro para multinacionais, repressão aos movimentos trabalhistas para manter baixos salários e estabilidade e promoção de grandes projetos de infraestrutura que beneficiaram grandes empresários.

da transição democrática motivou (...) parcela significativa da sociedade brasileira, a engrossar a onda progressista em defesa das liberdades democráticas e da democratização do Estado” (Mota, 2020, p. 201).

Essa tensão do cenário brasileiro “pós” ditadura militar, a partir da adoção do ideário neoliberal, impactou significativamente toda uma geração que passava a ser pautada por uma nova racionalidade (neoliberal), em que os princípios da competitividade orientadores do mercado adentraram em todas as esferas da vida social, e também o Estado. Neste sentido, as políticas sociais de educação, saúde, cultura, Assistência Social, entre outras, passaram a ser imbuídas dessa racionalidade do mercado regidas por medidas de eficiência, concorrência e individualismo no trato das expressões da questão social, moldando suas instituições e práticas sociais de acordo com essa “nova razão do mundo” (Dardot e Laval, 2016).

Diante disso, o neoliberalismo tem transitado entre uma política de ordenação e uma política reguladora, o que Dardot e Laval (2016, p. 111) resgatam do pensamento neoliberal, em que a política que competia ao governo conduzir deveria ser vista em dois níveis: “num primeiro nível, por um sólido enquadramento ou mesmo por uma educação da sociedade pela legislação e, num segundo nível, pela ação vigilante de uma ‘polícia dos mercados’”. Como apontado anteriormente, os autores ressaltam que o neoliberalismo não se reduz a uma política econômica, mas sim a um sistema de normas lógicas normativas universais que se dividem entre a norma transversal difusa da concorrência universal e a imposição do modelo de empresa, que passa a atender as necessidades do mercado e deixar de lado os anseios da população, instituindo o antidemocratismo, ou nas palavras de Demier e Gonçalves (2017), uma democracia blindada⁹³.

⁹³ “Dotadas de um caráter hegemônico – isto é, combinando de forma equilibrada elementos de consenso e coerção –, tais democracias apresentam estruturas de funcionamento hermeticamente fechadas às pressões populares, preservando seus núcleos institucionais decisórios como espaços exclusivos dos interesses da classe dominante. Impedindo, por meio de uma série de artifícios econômicos, políticos e culturais, que as demandas populares de cunho reformista possam adentrar a cena política institucional, essas novas democracias se definem pelo seu conteúdo essencialmente contrarreformista. Adequadas às necessidades da acumulação capitalista de dominância financeira, as democracias blindadas combinam retiradas de direitos sociais com a expansão (maior ou menor, a depender do momento e do gestor de plantão) de políticas sociais compensatórias, carentes de universalidade, além de um aumento seletivo da repressão estatal voltada aos setores indômitos” (Demier e Gonçalves, 2017, p. 2372-2373).

O “espírito” do capitalismo ainda convoca condutas, mas seu corpo não se deixa mais animar pela subjetivação das normas que um dia fizeram a lei e os valores da sociedade liberal. A intensidade do engajamento e da mobilização subjetiva, inscrita nas disposições individuais da “empresa de si” e na busca da eficácia pela eficácia, maximização dos objetivos divorciada do cálculo pela melhor relação entre meios e fins, revelaria o núcleo normativo dessa nova razão do mundo. Daí por que a democracia seja, a um só tempo, seu alvo e o que a coloca em risco (Dardot e Laval, 2016, p. 2).

Na concepção neoliberal, não pode haver processos (democráticos, autocráticos e outros) que possam intervir na economia. As recomendações neoliberais por si só devem ser entendidas como uma lei suprema, que independente do movimento do Estado e da população, não devem mudar o rumo econômico, o que nos leva a rememorar o típico regime “colonial” em que a ordem não podia ser questionada.

Desta forma, o neoliberalismo concede uma superioridade normativa absoluta à economia em relação a qualquer processo democrático que possa vir a ferir a “ordem”, pois esta não pode sofrer mudanças para que haja uma estabilidade no mercado, afinal, o mercado não pode ficar nervoso⁹⁴.

Ainda, nesta relação entre a política econômica e a política da sociedade, o capitalismo depende das ações políticas e de instituições jurídicas para que haja uma liberdade econômica, em que o Estado deve se comportar como arena para a liberdade econômica, pois o mercado só pode funcionar apoiada em uma sociedade que lhe proporcione sua maneira de ser.

No entanto, só a lei não basta, são necessários também que os costumes estejam de acordo com a ideologia neoliberal (Dardot e Laval, 2016), o que nos leva aos ativos de vigilância, trabalhados por Zuboff (2019), e sua relação com a influência de costumes, como já visto anteriormente. Afinal, a promoção de uma economia competitiva que impeça as falhas do mercado e abuse do poder econômico, para os liberais, é tida como uma ordem econômica socialmente “justa”.

⁹⁴ Ironicamente cunhado no texto em alusão a um discurso do atual Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, em 2022, ao refletir sobre mudanças necessárias nos gastos públicos para priorizar ações de cunho social, para além dos temas que interessam somente ao mercado: “O mercado fica nervoso à toa. Nunca vi mercado tão sensível como o nosso. É engraçado que o mercado não ficou nervoso nos quatro anos de Bolsonaro.” Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/11/10/mercado-fica-nervoso-a-toa-diz-lula-apos-repercussao-de-fala-sobre-estabilidade-fiscal.ghtml>. Acesso em março de 2024.

A racionalidade neoliberal molda a maneira como pensamos e agimos, promovendo a concorrência como um valor central e encorajando uma mentalidade empresarial em todos os aspectos da vida, do Estado à família. O neoliberalismo é visto como a lógica principal que impulsiona o capitalismo contemporâneo, influenciando a governança⁹⁵, as políticas econômicas e as relações sociais, daí a relevância das reflexões de Zuboff (2020) a partir da perspectiva do capitalismo de vigilância, como vimos no capítulo 2.

De maneira geral, a reorganização do Estado ocorre em duas frentes: na primeira, através da transferência de propriedade de empresas estatais para o setor privado, ou seja, a privatização de empresas estatais que não serão objeto de análise neste estudo; na segunda, por meio de reformas no funcionamento do Estado – políticas e serviços –, introduzindo a lógica do Estado gerencial, por meio do qual a gestão pública é moldada conforme os princípios de mercado, com base na lógica de uma empresa privada.

Essa mudança, muitas vezes justificada pela busca de redução de despesas sociais, como defendido pelo ideário neoliberal, não se limita apenas à atenção do Estado para as necessidades sociais. Ela também afeta a concepção do regime político democrático, modificando a ideia de um direito não contributivo para um sistema mais voltado para contribuições, seja através do Estado ou do mercado. Isso significa substituir um Estado mais rígido por um mais adaptável, influenciado pelo mercado e com foco no "consumidor" (Druck, 2021).

A “nova racionalidade” do Estado se baseia em uma abordagem que enfatiza a governança neoliberal, na qual o Estado atua como um facilitador e regulador dos mercados, promovendo a competição e a eficiência econômica, o que acaba por se afastar da função de proteção social por meio de políticas públicas e sociais voltadas à população. É sobre este Estado que nós estamos falando.

⁹⁵ Silveira (2016, p. 278), em seu artigo Governo dos Algoritmos, reflete sobre a incorporação destes na gestão do Estado. O autor ressalta que “governar implica utilizar dispositivos e tecnologias de controle. Para o exercício do governo das populações, desde o século XVIII, têm sido utilizados instrumentos estatísticos, as ciências sociais e outras tecnologias biopolíticas (Foucault, 2010). Atualmente, as tecnologias da informação trazem vantagens irrecusáveis para a gestão dos governos e instituições do Estado. A aplicação generalizada do big data na gestão pública tenderá a estruturar um campo bem maior para o uso de algoritmos, talvez na mesma direção em que eles são utilizados no mercado financeiro (Giles, 2012). Algoritmos são desenvolvidos fora do Estado. Talvez seja preciso repensar essa prática aclamada e voltada às empresas”.

A adoção de políticas voltadas à flexibilização do Estado através do mercado – terceirização, desregulamentação e redução da proteção social – acaba por ser o cenário encontrado junto aos trabalhadores das instâncias de tratamento de dados no campo da política de Assistência Social, como veremos no capítulo 4, uma racionalidade que tem sido implementada no âmbito do Estado, permeada pela lógica do mercado, privilegiando os interesses econômicos sobre os dados e informações sociais e acentuando as desigualdades sociais e econômicas.

Veremos, a seguir, como a Política de Assistência Social vem construindo sua estrutura organizativa, seu diálogo com a mercadorização das instituições públicas e os riscos e possibilidades presentes na catalização dos dados públicos.

3.2 Ondas de reestruturação administrativa na gestão social do Estado brasileiro

Como vimos anteriormente, a conjuntura desfavorável da década de 1990 apresentou desafios à implementação do projeto democrático de política social previsto na Constituição de 1988, como também às leis orgânicas recentemente lançadas à época, como a Lei Orgânica da Saúde (LOS), da Assistência Social (LOAS), além do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), entre outras.

O governo brasileiro – governos Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) – acolheram as recomendações do Consenso de Washington (1989) no que se refere ao receituário de medidas neoliberais nos planos político, econômico e social. Este movimento ficou conhecido como reforma administrativa do governo FHC, em que houve ondas de reestruturação macroeconômica com incidências em todas as áreas do governo, e também na área social, nas matérias que ainda não haviam sido regulamentadas nos termos da Constituição de 1988, o que acabou por diminuir a intervenção do Estado (Filho et al., 2012).

O governo também adotou elementos de um "social-liberalismo", uma abordagem que buscava combinar aspectos do liberalismo econômico com programas sociais, mas que, na prática, não se diferenciava significativamente das políticas neoliberais de redução do Estado na área social. Essa orientação política resultou em uma série de mudanças nas políticas públicas brasileiras, com cortes de gastos sociais, diminuição do investimento em áreas como saúde, Assistência

Social e educação, e um aumento da privatização de serviços públicos (Filho et al., 2012).

A busca pela eficiência econômica muitas vezes foi priorizada em detrimento do bem-estar social, o que gerou impactos significativos na distribuição de renda e no acesso a serviços básicos pela população mais afetada pelas desigualdades sociais. Assim, o período pós-1990 marcou uma transformação profunda no modelo de desenvolvimento brasileiro, com implicações duradouras para a sociedade e a economia do país, sendo as suas principais expressões a “mercantilização, re-filantropização e focalização das políticas sociais” (Filho et al., 2012, p.16) enquanto tendências dessas transformações.

Sobre este conjunto de características, Filho et al. (2012) referenciam-se em grandes nomes do Serviço Social brasileiro para afirmar seu pensamento, como Ana Elizabete Mota em seu livro intitulado *Cultura da Crise e Seguridade Social* (1995), em que a autora discute a relação entre a crise econômica e as políticas de seguridade social; Laura Tavares Ribeiro Soares em seu livro *Ajuste Neoliberal e Desajuste Social na América Latina* (2001), que reflete sobre os impactos do neoliberalismo no Brasil e na América latina, decorrentes da instabilidade econômica e política enfrentada pelo sul global; e Maria Carmelita Yazbek em seu livro *A Política Social Brasileira nos Anos 90: a Refilantropização da Questão Social* (1995) que apresenta a agudização da "refilantropização da questão social", destacando como as políticas sociais passaram a depender cada vez mais da atuação de instituições privadas, muitas vezes financiadas por recursos públicos para garantir a prestação de serviços e programas sociais.

Para os fins deste estudo, nos parece acertada a análise de Yazbek (1995), na qual a autora apresenta a repercussão do neoliberalismo nas políticas sociais brasileiras, com especiais observações sobre a evidência do terceiro setor enquanto expressão da privatização da oferta pública de proteção social. Para a autora, a “crise resultante do renascimento dos ideais liberais, que se confronta com as práticas igualitárias e traz no seu bojo o crescimento da exclusão e a despolitização da questão da pobreza” (Yazbek, 1995, p.11), apresenta as consequências dessa mudança de paradigma. Embora tenha havido uma ampliação da oferta de serviços sociais, estes são fragmentados e precarizados, contribuindo para a manutenção

das desigualdades sociais. Yazbek (1995), em diálogo com alguns autores, comenta que

as propostas neoliberais em relação ao papel do Estado na esfera da Proteção Social são propostas reducionistas, onde a Assistência "passa a ser para as situações extremas, portanto, com alto grau de seletividade, e direcionada aos estritamente pobres através de uma ação humanitária coletiva, e não como uma política dirigida à justiça social e à igualdade. Ou seja: é uma política social que passa a ser pensada de modo residual, apenas para complementar o que não se conseguiu via mercado ou ainda através de recursos familiares e/ou da comunidade (...). É o retorno do "Estado Caritativo ou Assistencialista" no qual o enfrentamento da desigualdade será "deixado à caridade pública ou a uma ação estatal evasiva e eventual" (Oliveira, 1988, p. 26). Apenas suficiente para minimizar as consequências negativas dos programas de ajuste estrutural. Estaremos de volta aos programas mais residuais, àquilo que Draibe (1993, p.99) denomina de "neobeneficência" sem "referência a direitos sociais de cidadania" (Yazbek, 1995, p.11).

O agravamento das condições de vida da população trabalhadora manifesta-se através da dificuldade de acesso aos serviços sociais essenciais e da expansão do número de excluídos da garantia de direitos sociais, o que significa não apenas a privação de bens materiais, mas também uma privação de direitos, oportunidades e perspectivas de futuro. Este cenário evidencia não só uma crise econômica e social, mas também uma crise moral e ética, que demanda uma abordagem mais ampla e inclusiva por parte das políticas sociais e, neste cenário, "a Assistência Social qualificada como política constitutiva da Seguridade, não obteve vontade política para sua efetivação" (Yazbek, 1995, p.12).

Essas reflexões nos levam a pensar sobre o capitalismo de vigilância, visto no capítulo 2, na medida em que a privatização de bens materiais, de direitos, de oportunidades, e também de perspectivas de futuro, a nosso ver, está intrinsecamente ligada à chamada "predição", pois a prática das empresas, e também do Estado, de coletar dados pessoais da população, analisá-los e utilizá-los para prever comportamentos, necessidades, entre outros, nos permitem considerar que a privatização não se limita apenas à transferência de propriedade de bens materiais do setor público para o privado, mas também à crescente mercantilização de aspectos da vida cotidiana que antes não eram valorizados enquanto um ativo de valor. Isso quer dizer que a privatização de serviços sociais essenciais, como saúde, educação e Assistência Social, faz com que bens públicos passem a ser tratados como mercadorias disponíveis apenas para aqueles que podem "pagar" por eles, não mais a quem deles necessitar.

Além disso, a predição do capitalismo de vigilância amplifica essa privatização ao explorar os dados pessoais dos indivíduos para segmentar mercados (e políticas públicas e sociais), oferecendo “produtos” e “serviços” personalizados, como por exemplo, a criação de microcréditos⁹⁶ para a população que acessa benefícios de transferência monetária. Isso cria uma dicotomia entre aqueles que têm acesso aos recursos necessários para participar dessa economia – através do fornecimento de dados – e aqueles que são excluídos e/ou que possuem dificuldades devido à falta de recursos e tecnologias. Agora, todos são de interesse do mercado e serão abordados de diversas⁹⁷ formas.

Como observado, essa exclusão não se restringe apenas aos bens materiais, mas se estende aos direitos, oportunidades e perspectivas de futuro das pessoas. Aqueles que estão excluídos do acesso aos serviços essenciais e às tecnologias ficam em desvantagem significativa em relação àqueles que podem se “beneficiar” – a custo de seus dados – desses recursos. Portanto, a privatização e a predição do capitalismo de vigilância aprofundam as desigualdades sociais e econômicas, criando uma estratificação na sociedade onde alguns têm acesso, enquanto outros ainda estão à margem de seus direitos, que no caso da política de Assistência Social, trata-se de um direito fundamental. Essa dinâmica não apenas perpetua a exclusão social, mas também levanta questões éticas e morais sobre quem controla e se beneficia do controle de dados e como isso impacta a sociedade como um todo.

⁹⁶ Embora não seja o foco de discussão desta tese, é oportuno trazer as reflexões de Ferreira (2023, p.4), inspirada em Moura (2016), quando afirma “que a expansão do crédito, nesse contexto, assume um duplo papel: possibilita a realização da mais-valia, ao mesmo tempo que se torna uma forma específica de consumo, permitindo o acesso a bens e serviços que não poderiam ser comprados apenas com os salários. Contudo, a autora adverte que, diferentemente do que ocorre entre capitalistas, os(as) trabalhadores(as) não produzem um novo valor com o dinheiro oriundo do crédito. Com isso, a remuneração do capital portador de juros é feita com parte do seu salário, o que impulsiona, de forma particular, a expropriação do trabalho”.

⁹⁷ Um exemplo da abordagem à população que, por diversos motivos, não transita com certa regularidade nos sistemas da política é a Instrução Normativa Conjunta Nº 5 / MDS / SAGICAD / GAB / MDS, de 4 de janeiro de 2024, que propõe qualificar os dados do Cadastro Único, que em nossa leitura, é uma ação compulsória de atualização e revisão cadastral da população que recebe benefícios de transferência monetária, sob a pena de perda de benefício caso as pessoas se recusem a receber as visitas e/ou atualizar.

Retomando o contexto histórico do Estado brasileiro no governo FHC⁹⁸, Filho et al. (2012) nos dizem que a política de Assistência Social possuía duas frentes principais: a primeira relacionada ao apelo à solidariedade⁹⁹ que nada mais é do que a desresponsabilização do Estado frente ao conjunto das desigualdades sociais, desenvolvendo ações focalizadas, fragmentadas e privatizadas. A segunda frente seriam os programas de transferência monetária com condicionalidades.

A partir destas estratégias, foi estruturada a Rede de Proteção Social, com prevalência para os programas de transferência de renda, que foram criados numa conjuntura sócio-econômica marcada pelo crescimento acentuado do desemprego, acompanhado do acréscimo de formas de ocupações precárias e instáveis, sem a proteção social garantida pela previdência social; rebaixamento do rendimento da renda proveniente do trabalho; crescimento da violência; ampliação dos índices de pobreza e da desigualdade social (Filho et al., 2012, p.17).

A análise da estruturação da Rede de Proteção Social, com ênfase nos programas de transferência de renda durante o governo FHC, evidencia a necessidade de um controle efetivo da pobreza por parte do Estado, seja para o controle dos benefícios, ou para o estabelecimento de “parcerias” fora do Estado.

Diante de uma conjuntura socioeconômica marcada pelo aumento significativo do desemprego, pela proliferação de formas precárias e instáveis de ocupação, pela ausência de proteção social assegurada pela previdência, pelo declínio dos rendimentos provenientes do trabalho e pelo crescimento alarmante da violência, a implementação desses programas se tornou uma resposta emergencial para enfrentar os crescentes índices de pobreza e desigualdade social, no entanto, por um viés liberal, por meio do qual o Estado acabou por adotar medidas estruturais de terceirização de suas responsabilidades por parte do chamado terceiro setor.

Com a eleição do governo Lula (2003-2011), Filho et al. (2012) mencionam que havia uma expectativa de ruptura com o neoliberalismo, uma expectativa de ampliação dos direitos sociais, o que acabou por não se consolidar, pois do ponto de vista macroestrutural, os planos econômico e social se mantiveram no governo FHC, seja pelas metas da inflação e ajuste fiscal, como também pela exportação de

⁹⁸ O Governo FHC ficou conhecido pela implementação da reforma do Estado (ou nas palavras de Behring (2003), pela contrarreforma do Estado) sob o ideário neoliberal, que de maneira geral refere-se à ideia de Estado mínimo e à reconfiguração da política social, como vimos acima, por meio do trinômio descentralização, privatização e focalização.

⁹⁹ São exemplos o primeiro damismo, o estímulo à filantropia, à caridade, entre outros.

commodities e bens primários. Assim, a marca principal do governo Lula, no que compete ao projeto de crescimento econômico, foi a inserção subordinada do Brasil no contexto internacional, que trouxe consequências internas significativas para o país.

No que tange ao plano interno, verifica-se a perda tendencial do poder aquisitivo dos salários com redução da participação destes na renda nacional. A reconcentração da renda nacional têm nas elevadas taxas de desemprego sua principal razão: os rendimentos do capital tem sido favorecidos por um sistema tributário regressivo que reduz os impostos sobre a produção e sobre aplicações financeiras, e até desonera integralmente os setores mais lucrativos voltados para a exportação e para os segmentos de tecnologia avançada e dinâmica (Filho et al., 2012, p.18).

A perda do poder aquisitivo dos salários e a reconcentração da renda nacional são características que afetaram diretamente o desenvolvimento social e econômico do Brasil, ocasionando uma vulnerabilidade estrutural que gerou uma “reprimarização que diminuiu o dinamismo industrial” (Filho et al., 2012, p.19). Essa tendência é alimentada, em grande parte, pela estrutura tributária regressiva do país, que privilegia os interesses do capital em detrimento do bem-estar da população.

Diante desse contexto, a expansão da Assistência Social emerge como uma resposta às consequências das políticas neoliberais implementadas no país. Se antes a Previdência ocupava um papel central na seguridade social, agora a Assistência Social tornou-se o foco principal, assumindo um papel estruturante por si só. Esse redirecionamento do lugar da referida política destaca a sua importância crescente como um instrumento fundamental do Estado para dirimir os efeitos negativos das desigualdades socioeconômicas e proteção social à população em situação maior de desigualdade social (Filho et al., 2012, p.25).

Há uma nova maneira de tratar a questão social na sociedade brasileira, focando-a enquanto objeto de programas e ações socioassistenciais de combate à pobreza, como orientam os organismos financeiros internacionais. A Assistência Social se torna, então, o principal mecanismo de enfrentamento da questão social. Devido às mudanças no mundo do trabalho, responsável por modificar o padrão de acumulação capitalista e transformar em números exorbitantes a massa de trabalhadores sem emprego, esta política é revalidada e colocada no centro da proteção social como proposta de combate às expressões da questão social. Assim, a parcela da população que não consegue atender suas necessidades por meio do mercado, torna-se público-alvo da Assistência Social (Filho et al., 2012, p.26).

Se por um lado o Estado regido pelo ideário neoliberal tende a agir minimamente no trato da questão social terceirizando a sua atuação perante a população em situação de maior desigualdade (como a população desempregada e subempregada, ainda que não só) e abrindo o Estado para intervenções terceirizadas e privatizadas; por um outro lado, observa-se uma adoção de práticas gerenciais para ampliar o monitoramento da população (por meio de sistemas e métodos importados de outras experiências no campo das políticas contributivas, e também de empresas e organismos internacionais), além de catalisar dados que podem ser úteis em suas transações. Afinal, quem não consegue atender suas necessidades por meio da venda direta da sua força de trabalho, ou seja, através do mercado, será dado a essas pessoas, pelo Estado, o recurso para a sua “manutenção”. Tais recursos são provenientes dos programas de transferência monetária, a mediação estratégica para atender as demandas da população e do mercado, inclusive financeiro. Como nos disse Dardot e Laval (2016), a promoção de uma economia competitiva que impeça as falhas do mercado e abuse do poder econômico de forma que emergja uma ordem econômica, para os liberais, é tida como socialmente “justa”.

Nos parece oportuno esse comportamento, uma vez que o setor privado tem buscado no Estado “parcerias” na atenção às “necessidades sociais”, visando oportunidades de negócios e lucratividade no campo da “coisa pública”, uma vez que a Política de Assistência Social no Brasil, ao ampliar os programas de transferência monetárias, inaugurou nichos ao mercado para a captura do “mercado-pessoas”.

Araújo (2022, p. 259) ao refletir sobre a mercadorização dos serviços sociais públicos, e suas tendências contemporâneas e inflexões no exercício profissional de assistentes sociais, defende a ideia de que as expressões capitalistas contemporâneas “contém uma tendência que consiste na transformação de serviços sociais públicos – que eram notadamente reconhecidos pelo seu valor de uso – em novos nichos de valorização do capital”.

Para o autor, este movimento tanto contempla os interesses do capital financeiro e portador de juros do fundo público, como também abre espaço para outras rentabilidades no campo da prestação de serviços. Neste sentido, o

movimento de tornar privado os “serviços sociais públicos e a constituição de um novo espaço de rentabilidade/mercantilização para empresas prestadoras de serviços profissionais”, através do fundo público, pode levar “a progressiva reestruturação na gestão e execução de serviços (...) submetidos (...) ao controle de sociedades empresariais, através de parcerias público-privadas.” (Araújo, 2022, p. 261).

As conjunturas “econômicas, políticas e sociais (...) foram as responsáveis por engendrar uma ampliação da mercantilização dos serviços sociais, caracterizando numa nova forma de enfrentamento da questão social” (Filho et al., 2012, p.26), daí a nossa hipótese de que o interesse no campo da Política de Assistência Social passa a ser central para captar o “mercado-pessoas” que se inscreve no âmbito do capitalismo de vigilância, a partir da ideia de “liberdade econômica” (ou autonomia para gastar os recursos financeiros recebidos) que os programas de transferência monetária propiciam a população contemplada. No entanto,

devido à ênfase dada nas relações de mercado, o reconhecimento da pobreza passou a ser representado por uma noção minimalista, resumindo-se apenas na averiguação da renda familiar, objetivando seu entendimento como aspecto essencialmente estrutural, complexo e multidimensional. (...) A linha da pobreza estipulada (...) representa uma maneira de reduzir o número real de pobres (...) os critérios de elegibilidade (...) utilizam-se dos famosos testes de meios para classificar a população pobre, forçando-a a comprovar sua pobreza para ter acesso a esse tipo de assistência do Estado (Filho et al., 2012, p.27-28).

A renda ganha um viés central na leitura da realidade, seja para aferir o grau de pobreza, como também para classificar a população. A redução da noção de pobreza limitada à ausência de renda nos parece ser a ideia central da Política de Assistência Social para manter uma determinada parcela da sociedade economicamente ativa e, para isso, a necessidade de monitorar a pobreza, e de dataficá-la. Neste sentido, a expansão da lógica gerencial e do Estado empresa não deveria ser reduzida a consumo, como nos aponta Sposati (2016, p.22): “consumo não significa finalidade de política social pública”. Contudo, no capitalismo, parece ser este o tom das políticas de proteção social, interesse principal do mercado na parceria com o Estado.

Portanto, constata-se que os limites quanto a esta política de Assistência Social pautada nos programas de transferência de renda caracterizados

acima são: o baixo montante das transferências monetárias às famílias vivendo em extrema pobreza; a fragmentação de programas de iniciativa municipal, estadual e federal; a não vigência destes programas com uma política macroeconômica de distribuição de riqueza socialmente produzida e de geração de emprego e renda faz com que esses programas cumpram uma função meramente compensatória” (Filho et al., 2012, p.27-28).

A necessidade de uma abordagem mais integrada e abrangente da política de Assistência Social, que vá além dos programas de transferência de renda e avance em questões estruturais de combate à pobreza (nos limites de pensar respostas dentro do sistema capitalista), é uma necessidade colocada desde então, ações que deveriam priorizar a distribuição da riqueza socialmente produzida, a geração de empregos, o desenvolvimento econômico associado ao desenvolvimento social, entre outros. Esse movimento começa a ganhar novos contornos quando se inicia o processo de visibilidade da intervenção da sociedade civil organizada por meio dos espaços de controle social, que desde o governo FHC vinha disputando proposta que incorporasse elementos democráticos previstos na Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica da Assistência Social.

A partir desses tensionamentos, o governo Lula avançou em algumas ações fundamentais para iniciar um redesenho na Assistência Social oferecida pelo Estado, como o fim do Programa Comunidade Solidária; o fortalecimento da rearticulação do Conselho Nacional de Assistência Social; a unificação dos programas de transferência monetária (o que ficou conhecido como Bolsa Família); a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a qual implementou o Sistema Único de Assistência Social (SUAS); e a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome (MDS) que centralizou as ações de Assistência Social a partir do ano de 2004 (Filho et al., 2012).

Neste momento, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) passa a ser pensado sob uma lógica organizacional em um formato de “sistema”, ou seja, um conjunto de serviços de atenção à população articulados de forma orgânica, que tem como foco apoiar famílias e indivíduos que estejam passando por situações de “vulnerabilidade social”, ou risco social, tendo como foco a observação de sua composição, seu território, sua dinâmica de vida, sua interlocução com outras políticas públicas e sociais, entre outras ações fundamentais para se pensar o indivíduo como um todo, integralmente.

O SUAS então, na lógica de seu sistema, divide-se, em linhas gerais, em Proteção Social Básica, ações destinadas a oferecer suporte e assistência às famílias em situação de maior exposição às desigualdades sociais, fortalecendo seus vínculos familiares e comunitários, promovendo a sua autonomia e garantindo o acesso a direitos básicos. Tem como foco a prevenção e a promoção do desenvolvimento social; e a Proteção Social Especial, cujo objetivo é atuar na violação de direitos como abuso, negligência, violência, exploração, entre outras situações de ameaça grave ou violação dos direitos humanos. Conforme Sposati (2009, p. 21) a Política de Assistência Social deve como um todo “assegurar a sobrevivência da população usuária a partir da oferta de rendimentos e autonomia, além de ser um espaço de acolhimento e de convívio, sendo ela familiar e comunitária”. Dito isso,

Construir o SUAS unitário significa conseguir incorporar o diverso, não como esgarçamento ou manifestação de fragilidade de propósitos, mas como força capaz de construir a universalidade pela aceitação da diferença. Busca-se, na proteção social distributiva, o entendimento da diversidade como força humanizadora que se manifesta pelo reconhecimento do outro, suas particularidades, necessidades, e direitos, entre os quais, o direito a ter a segurança social ao poder contar com proteção social pública face às desproteções sociais vivenciadas de forma individual, relacional em família, seja esta nuclear ou estendida, relacional ou coletiva, a partir do território de vivência vicinal ou de outras formas associativas (Sposati, 2016, p.16).

O Estado, agora organizado por meio do SUAS em atenção ao trato das manifestações das desigualdades sociais, em uma lógica distributiva, se vê no mar agitado da história no centro da mediação (intencional) das necessidades sociais da população, além de assegurar as necessidades econômicas do mercado em uma espécie de pluralismo de bem-estar entre os grupos da sociedade, tanto na atenção quanto no compartilhamento dessas responsabilidades.

O pluralismo de bem-estar expressa, na verdade, o processo de desresponsabilização do Estado que tem ocorrido na área social. (...) “é tratado como modo específico de implementação da privatização de medidas de bem-estar público, antes estabelecidas, com efeitos negativos em termos de redistribuição e qualidade” (...) Ou seja, (...) o Estado tem um menor domínio da política social, reduzindo seu papel e incentivando outros setores para o provimento da política. Com isso, a responsabilidade pelo bem estar é dividida em quatro setores-chaves: o informal, que é entendido pelos pluralistas como o setor que provê “assistência por parte dos grupos primários de pertença dos indivíduos, como a família, os amigos próximos e os vizinhos”); o voluntário, que se distingue do informal pelo fato de “apresentar maior organização e formalidade, embora não seja homogêneo”; o comercial ou mercantil, que “é o único lócus onde todos podem livremente expressar suas preferências na condição de consumidores”; e o oficial, que é “identificado com o Estado, ou mais

especificamente, com os governos (Pereira, 2004, p.139-140 *apud* Filho et al., 2012, p.34).

Ao descentralizar a responsabilidade pelo bem-estar, o Estado reduz seu papel e incentiva outros setores a se implicarem na oferta de serviços sociais, seja de forma forçada, como é o caso do informal trazida por Yazbek (2012), ou de forma intencional, como o voluntário e o comercial (ou mercantil).

Na perspectiva do informal, está incluída a assistência fornecida pelos grupos chamados “primários”, como família, amigos, vizinhos e outros, o que já é uma marca histórica e estrutural da política social brasileira. Mito e Prá (2012, *on-line*) destacam o familismo no âmbito do Estado, enquanto uma cultura instituída ao longo do tempo que considera que as “(...) unidades familiares devem assumir a principal responsabilidade pelo bem estar de seus membros”.

Isso corresponde a uma menor provisão de bem-estar por parte do Estado e uma forte presença do mercado. Por isso a insistência em se concordar com a afirmação de Esping-Andersen (2000) que a forma de gerir e distribuir os riscos entre o Estado, o mercado e a família, faz grande diferença nas condições de vida da população. Martinez-Franzoni (2008) acrescenta que o bem-estar depende das possibilidades de manejo que as famílias têm dos recursos provenientes dos outros setores que podem ser sinérgicas ou não. Segundo a autora, na América Latina na maioria das vezes não são (Mito e Prá, 2012, *on-line*).

A parceria com outros setores da sociedade para atender as necessidades sociais acaba por desencadear uma focalização em determinados investimentos, que ferem a proteção integral da população, remanejando os investimentos para aquilo que é de maior lucratividade, como é o caso dos benefícios de transferência monetária. Nas palavras de Sposati (2009, p.23),

há uma tensão ainda não resolvida, no modelo brasileiro, com gente puxando a corda dos dois lados. Alguns defendem que a proteção deve ser vinculada com a miséria, propondo ações focalizadas nos necessitados, enquanto outros, que o vínculo da proteção deve ter atenções baseadas em direitos, com perspectiva universal em face à uma dada necessidade (Sposati, 2009, p.23).

A desigualdade social tratada no campo da Política de Assistência Social não deve ser reduzida a repasse financeiro para “combater” a pobreza, deveria em tese assegurar a satisfação das necessidades básicas para o desenvolvimento social. No entanto, percebe-se que a centralização em torno da transferência monetária é o meio termo que costura essa tensão. Filho et al (2012) expressam que no governo

Lula, entre 2006 e 2008, cerca de 90% do investimento público na área de Assistência Social foi alocado em benefícios de transferência monetária.

A pedra angular da política de Assistência Social do governo Lula é a política de transferência de renda, principalmente a desenvolvida através do Programa Bolsa Família, que apesar de ter tido o mérito de unificar e racionalizar as ações dispersas nessa área o fez a partir de uma orientação tipicamente focalista, conformando um conteúdo classicamente neoliberal (Filho et al., 2012, p. 31).

A mercadorização das instituições públicas (Araújo, 2022), pela via do Estado, acaba por tendenciar uma lógica gerencial ao transformar os serviços públicos em mercadorias sujeitas aos princípios do mercado, em uma ênfase crescente na eficiência, produtividade e rentabilidade na gestão desses serviços. Essa lógica gerencial tende a se basear em princípios de administração do setor privado, através da busca por resultados quantificáveis, no estabelecimento de metas e indicadores de desempenho e na avaliação da eficácia e eficiência, dentre outros.

Além disso, a lógica gerencial na mercadorização das instituições públicas adota práticas como a terceirização, a privatização e a introdução de modelos de gestão baseados em contratos e parcerias público-privadas, o que Araújo (2022) apresenta, enquanto movimento atual, a ampliação para empresas que visam lucros e prestam serviços por meio de licitações e contratos. Essas medidas visam aumentar a eficiência e reduzir os custos operacionais, ao mesmo tempo em que transferem parte da responsabilidade pela prestação dos serviços para o setor privado.

A tecnologia de informação constituída pela Rede SUAS também é um dos avanços advindos com a atual PNAS, pois nos possibilita fazer uma leitura das ações federais na área de Assistência Social, até então inexistente, permitindo uma melhor apreensão a respeito de sua gerência (Filho et al., 2012, p. 31).

As tecnologias desempenham um papel significativo na promoção da lógica gerencial da mercadorização das instituições públicas, seja através da implementação de sistemas de automação e informatização dos processos de trabalho, ou da digitalização de processos administrativos, de uso de *softwares*, plataformas e sistemas de gestão. Além disso, as tecnologias de análise de dados permitem que as instituições públicas colem, processem e analisem grandes volumes de informações, fornecendo valiosas informações sobre o desempenho e a

eficácia dos serviços prestados. Em um movimento dialético, pode contribuir na tomada de decisões e no controle da população. A exemplo disso, passados 20 anos da construção do SUAS, em 2024 foi lançada a Inteligência Analítica¹⁰⁰ do SUAS, um espaço que reúne dados e informações da política. É um grande marco, sem dúvidas, da maturidade gerencial do Estado na área da política de Assistência Social.

No entanto, há de se pensar em uma dimensão contraditória das tecnologias. As tecnologias digitais de informação e comunicação - TDICs, como parte das forças produtivas da sociedade capitalista, têm o potencial de aumentar a eficiência da produção de dados e da comunicação, permitindo uma manipulação mais rápida e ampla entre os trabalhadores e um compartilhamento mais rápido de informações. Por outro lado, o uso e o desenvolvimento dessas tecnologias têm sido moldados pelas relações de produção e pela lógica do mercado, que tem se apropriado das informações públicas e comercializado os cenários de realidade do mercado-pessoas, propiciando lucros para os seus acionistas e assumindo o controle dos meios de produção.

Dessa forma, as TDICs são frequentemente utilizadas para intensificar a vigilância e consolidar o poder dos grandes grupos econômicos. Entretanto, há de se pensar também que as TDICs têm sido usadas, mesmo que timidamente, como uma ferramenta que, quando controlada democraticamente pelos trabalhadores, possibilita acessar informações que antes não se tinha acesso garantindo visibilidade aos dados.

A partir das entrevistas, pudemos observar que existe, no campo do Estado, uma terceirização focalizada na atividade meio de organização dos dados e informações dos serviços públicos, que seriam as empresas de tecnologias da informação. É possível notar um quádruplo movimento em torno do interesse da “parceria” com o Estado: (1) a venda de sistemas de gerenciamento de dados; (2) o contrato de serviço de manutenção deste mesmo sistema baseado no aprendizado

¹⁰⁰ A Inteligência Analítica é uma abordagem de análise de dados que se concentra na coleta, processamento, interpretação e apresentação de informações para auxiliar na tomada de decisões informadas. Envolve a aplicação de técnicas analíticas avançadas, como mineração de dados, modelagem estatística, análise de tendências e visualização de dados, para extrair insights significativos a partir de conjuntos de dados complexos (Brasil, 2024). Disponível em <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/inteligencia-suas>. Acesso em fevereiro de 2024.

do trabalho; (3) o armazenamento dos dados públicos; e o (4) livre acesso aos dados públicos. Daí a apreensão dos dados como ativo de produção de valor e mais valor para o capital, que na parceria com o Estado, busca novos nichos de valorização.

Evidencia-se, assim, a análise de Araujo (2022) ao chamar atenção para uma mudança não apenas nas formas contratuais que assume a relação do Estado com as instituições privadas, mas também na natureza tipicamente empresarial das organizações, movidas pelo lucro, diferente da clássica parceria no campo da Política de Assistência Social, predominantemente – em tese – com instituições sem fins lucrativos. Podemos levantar a hipótese de que estamos frente a um novo tipo de externalização de serviços socioassistenciais, uma modalidade de “terceirização 4.0”, com a presença de empresas mercantis disputando o orçamento público da Política de Assistência Social.

A incorporação da lógica de mercado traz ressalvas quanto à inserção da terceirização 4.0 na gestão dos serviços públicos. Por exemplo, quando essas empresas se apropriam de dados públicos, elas podem privar, limitar, influenciar o acesso, restringir sua disponibilidade, fazer uso comercial, ter acesso privilegiado a informações privativas da esfera de interesses do Estado, enfim, uma série de possibilidades que afetariam a democracia, a transparência, o interesse público, a isonomia, a legalidade, dentre outros princípios fundamentais do Estado brasileiro.

Além disso, é de conhecimento geral que grandes empresas que controlam uma quantidade significativa de informações (como o grupo GAFAM) criam um monopólio ou oligopólio no mercado de dados, exercendo um poder desproporcional sobre a coleta, uso e distribuição dessas informações. Isso pode levar à enorme concentração de poder econômico e influência política nas mãos de poucas empresas.

Um cenário ideal para minimizarmos o mercado de dados, no campo do Estado, seria a construção de uma soberania tecnológica nacional¹⁰¹. Enquanto isso não existir, viveremos contradições a todo tempo neste cenário de alto fluxo de

¹⁰¹ Considerado como a capacidade de um país desenvolver, controlar e utilizar tecnologias de forma autônoma e independente, sem depender excessivamente de tecnologias estrangeiras ou de empresas de outros países.

dados, do alargamento das tecnologias digitais de informação e comunicação no campo do Estado, da difusão de novas linguagens informacionais, entre outros. De maneira geral, o desenvolvimento de plataformas on-line e aplicativos móveis pode facilitar o acesso da população aos serviços públicos, permitindo que realizem transações, solicitem informações, entre outras ações. No entanto, essas também podem reproduzir novas desigualdades, como o acesso limitado ao maquinário tecnológico, as barreiras linguísticas dos sistemas, a limitação nas navegações, etc.

No campo das leis brasileiras, é possível notar avanços quanto a regulações de alguns princípios públicos fundamentais, como a LAI - Lei de Acesso a Transparência e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) que asseguram transparência das instituições públicas, permitindo que a população possa acompanhar os gastos públicos, monitorar o desempenho das instituições, participar das tomadas de decisões (como é o caso das consultas públicas), ter conhecimento de como ocorre o tratamento de seus dados, dar consentimento quanto o seu uso e também retirá-lo a qualquer tempo, entre outras ações¹⁰².

A monopolização dos dados, por parte das empresas, favorece a apropriação de informações públicas para fins comerciais, sem o consentimento adequado da população ou dos órgãos públicos. Isso pode resultar na exposição indevida de informações pessoais e sensíveis, colocando em risco o direito à privacidade e à segurança da população. Há de se pensar também que as empresas que se apropriam de informações públicas podem usar esses dados para criar segmentos comerciais e direcionar estratégias de *marketing*, publicidade e opiniões políticas, explorando informações sensíveis sobre os cidadãos para obter lucro. Isso pode levar à manipulação da população, bem como à criação de novas desigualdades econômicas e sociais.

A título de exemplo, durante as eleições presidenciais no Brasil em 2018, assim como em 2016, Jair Bolsonaro e Donald Trump foram eleitos, em parte (significativa), pela mídia. Ambos os políticos utilizaram estratégias de comunicação eficazes para alcançar e mobilizar seus eleitores, muitas vezes contornando os

¹⁰² Sabemos dos limites da LGPD quanto ao tráfego de dados e informações no cenário internacional. Embora a LGPD se aplique a empresas que realizam o tratamento, armazenamento e coleta de dados pessoais localizados no Brasil, independentemente da localização da empresa, cumprir com as disposições da LGPD é dever em atividades comerciais realizadas no país. Fora dele, não há esse controle.

canais tradicionais de comunicação (como a televisão) e recorrendo diretamente às mídias sociais e aos veículos de comunicação alternativos, os quais através dos algoritmos, criaram segmentos específicos para “panfletar” a partir das afinidades políticas de cada segmento populacional, além da divulgação de notícias falsas – a partir das sensibilização de causas morais – contra seus adversários. Em outras palavras, quem tem o poder de comprar os dados (e suas ferramentas algorítmicas) detém um poder manipulatório no capitalismo de vigilância.

Neste sentido, a apropriação de informações públicas por empresas põe em risco o funcionamento da democracia e do interesse público, uma vez que essas empresas podem influenciar indevidamente processos políticos eleitorais, decisões governamentais e opiniões públicas com base em seus próprios interesses comerciais. No próximo ponto, veremos como o SUAS vem organizando a gestão da informação, neste movimento dialético de possibilidades e riscos.

3.3 As marolas na organização da Política de Assistência Social no Brasil: a gestão da informação no SUAS

A ideia de "organização" na política de Assistência Social só se concretiza quando se torna uma política pública, de responsabilidade do Estado e estruturada pelo Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Antes disso, quando ligada a iniciativas religiosas ou laicas¹⁰³ da sociedade civil, a concepção de organização não era central para os serviços, devido à sua natureza filantrópica, e cada entidade possuía sua própria forma de organização e gestão institucional.

Com a implementação do Sistema Único de Assistência Social, o Estado passa a gerenciar e padronizar os serviços já existentes, que historicamente estavam sob a gestão das instituições religiosas e da sociedade civil, e a estabelecer uma abordagem mais abrangente de atendimento social.

O tratamento, no campo da política social brasileira de instrumentos de gestão, é um tema extremamente novo, principalmente se o campo de política for a Assistência Social, em que, historicamente, a “boa vontade”, o “amor aos pobres”, o “voluntarismo” têm uma larga aceitação como elementos de mediação (Couto, 2009, p.205).

¹⁰³ Esse é um dos argumentos que pode explicar a participação das organizações do terceiro setor, desde o início, na execução dessa política.

A política de Assistência Social, desde sua implementação, previu a função de vigilância social (a exemplo da vigilância epidemiológica na política de saúde), denominação controversa para designar a criação de uma instância de produção, sistematização, identificação das necessidades sociais, seja através dos dados organizados de forma direta, na execução direta dos serviços, seja através das informações repassadas pelas instituições executoras dos serviços.

Sposati (2016, p. 21) ao refletir sobre o papel da vigilância social na proteção social, afirma que se deve priorizar a captura das expressões de desproteção social vivenciada pela população “não só por estudos e dados secundários mas, também, pela sistematização dos conhecimentos advindos da relação dos serviços socioassistenciais com a população”. Na concepção da autora, as desproteções sociais seriam as manifestações das desigualdades sociais, papel que deveria ser preponderantemente adotado pelas instâncias de vigilância social.

Com o avanço das discussões desta política enquanto direito inscrito no campo do Estado, além da consolidação do SUAS no Brasil, há uma crescente valorização da necessidade de uma abordagem mais técnica e profissional na gestão dos programas sociais. Isso implica em dizer que o reconhecimento da importância de instrumentos de gestão, como planos, programas, projetos, indicadores de avaliação, entre outros, passou a ser premissa para a sua efetivação e consolidação, pois além de apresentar algumas garantias de efetividade e eficiência, também exige do Estado o exercício da transparência das intervenções sociais, como forma de qualificar a prestação destes serviços, coincidentemente (ou não) ancorados nos mesmos princípios do neoliberalismo que orientam a concepção do Estado-empresa.

Desta forma, é possível notar que desde a implementação da Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 e da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS/2005 (atualizada em 2012), foram estabelecidas¹⁰⁴, entre outras, novas bases para a relação entre Estado e

¹⁰⁴ São elementos essenciais e imprescindíveis à execução da Política de Assistência Social, possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial e, ainda, os eixos estruturantes e de subsistemas conforme aqui descritos: Matricialidade Sociofamiliar; Descentralização político-administrativa e Territorialização; Novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil; Financiamento; Controle Social; O desafio da participação popular/cidadão

Sociedade Civil, além de enfatizar a importância da informação, do monitoramento e da avaliação como elementos essenciais para a execução do SUAS.

No campo das novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil¹⁰⁵, os marcos regulatórios dessas parcerias se deram em três momentos no campo do Estado. No primeiro momento, através da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que “Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências”. Esta Lei (de 1992) foi criada antes da LOAS (1993) e apresenta forte conteúdo moral acerca da relação entre o público e o privado no que compete a atos de improbidade por parte de qualquer pessoa dentro ou fora do Estado, e também define penalidade sem declaração de bens, em condutas de um possível Estado gerenciado pelo mercado de forma abusiva.

No segundo momento, foi através da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, que “Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências”. Aqui, já há a qualificação da organização da sociedade civil de interesse público, na qual as pessoas e grupos começam a ganhar uma identidade e forma jurídica.

No terceiro momento, o escopo da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014

“Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco. Essa relação de parceria se efetiva mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, e de de fomento em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999 (Brasil, 2014).

Nessa lei de 2014, há avanços significativos, tais como o compromisso com a transparência, a isonomia nas parcerias firmadas, o fortalecimento do controle

usuário; A Política de Recursos Humanos; A Informação, o Monitoramento e a Avaliação conforme previsto na Política Nacional de Assistência Social.

¹⁰⁵ Na Política Nacional de Assistência Social, já há notas sobre esse ponto, ver mais em Novas Bases para a Relação entre o Estado e a Sociedade Civil (Brasil, 2004, p. 46).

social no uso dos recursos públicos e nitidamente apresenta o movimento histórico da luta da sociedade por uma regulação destas relações. No entanto, há de se pensar que este movimento também apresenta a necessidade de novos processos de controle, de intensificação de coleta de dados e informações que justifiquem os recursos públicos, entre outras atividades voltadas a uma *vigilância* que nos remete à relação entre a informação, o monitoramento e a avaliação desta política.

Essas leis, enquanto reflexo dos cenários conjunturais do Brasil e que ultrapassavam os limites da Política de Assistência Social, foram os principais marcos da mediação Estado e iniciativas privadas. É preciso salientar que existe todo um contexto de reivindicação social por participação da população no controle dos gastos públicos, na reivindicação e avaliação de serviços, entre outros movimentos que foram fundamentais para essas respostas do Estado através destas leis.

Se por um lado a nova base para a relação entre Estado e Sociedade Civil foi um dos pilares de implementação do SUAS, por outro lado, a regulação da informação, do monitoramento e da avaliação enquanto meios de gestão dessas parcerias se fazia necessário. Nesta direção, a Política de Assistência Social de 2004 definiu a atuação com base em três princípios básicos, três funções, que são: o de vigilância social, proteção social e o de defesa social e institucional. A vigilância social,

refere-se à produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que incidem sobre famílias/pessoas nos diferentes ciclos da vida. (...) Os indicadores a serem construídos devem mensurar no território as situações de riscos sociais e violação de direitos (Brasil, 2004, p. 39-40).

Nota-se que a vigilância, nesse momento da política, ganha um cunho de observação da realidade social, em uma tríade família, território e “vulnerabilidade social”¹⁰⁶. A ideia de vigilância social surge enquanto um estado de vigia, atento, no sentido de identificar para proteger. Algumas autoras como Alves (2022) e Pires (2016) comentam que esta é uma forma que a política encontrou para desconstruir a culpabilização individual das famílias e de seus membros para adotar uma leitura

¹⁰⁶ Sposati (2009, p. 33) aponta para o uso problemático desta expressão ao afirmar que “a concepção de vulnerabilidade social adotada pela PNAS-2004 tem recebido interpretações diferenciadas que precisam ser associadas às expressões da questão social”.

coletiva, de outros fatores alheio às vontades individuais, uma construção que visava, inclusive, superar paradigmas da ajuda, do clientelismo, da benemerência, entre outros.

A função de proteção social, em linhas gerais, estaria ligada à garantia de subsistência e independência financeira, para as quais a política forneceria benefícios contínuos e temporários aos segmentos populacionais em maior exposição a riscos sociais, como idosos, pessoas com deficiência sem fonte de renda, vítimas de calamidades, entre outros. Além disso, a promoção de convívio familiar e comunitário partiria de atividades no campo dos serviços, com o propósito de reconstrução de laços pessoais, familiares e comunitários. Isso envolveria oferecer experiências socioeducativas, recreativas e culturais em núcleos socioeducativos e espaços de convivência, adaptados para diferentes estágios da vida e suas necessidades específicas (Brasil, 2004).

No que compete à Defesa Social e Institucional, “a proteção básica e a especial devem ser organizadas de forma a garantir aos seus usuários o acesso ao conhecimento dos direitos socioassistenciais e sua defesa” (Brasil, 2004, p. 40). Isso quer dizer que deve se assegurar direitos na execução dos serviços do SUAS, como atendimento digno e com qualidade, direito à informação, à convivência, ao protagonismos e manifestações de seus interesses, entre outros princípios.

Daremos ênfase sobre a leitura da vigilância social, e da vigilância socioassistencial, que no decorrer dos anos foi ganhando novos vieses. Parece que a noção da vigilância da pobreza e das desproteções sociais se transfigurou para a vigilância dos pobres, desconsiderando as determinações sociais que levam segmentos da classe trabalhadora a situações de “vulnerabilidade”.

Reafirmando nossa hipótese analítica, a dataficação da pobreza é um dos pilares que sustentam a Política de Assistência Social. Isso pode ser lido tanto de maneira positiva, ao partir da realidade e pensar necessidades de formulação de políticas para enfrentar as desigualdades sociais, como também de maneira negativa, na manipulação política, na estigmatização dos grupos populacionais, na culpabilização da população pelas situações vivenciadas, na quantificação das necessidades para além da qualificação dos seus enfrentamentos. Em nossa leitura,

existe na política uma transição entre o estado de vigilância social e a construção de uma área de Vigilância Socioassistencial em que a leitura das realidades mediados por dados e informações acabam por ganhar uma centralidade nessa política.

Então, destaca-se que a Política de Assistência Social passou por 3 marcos principais relacionados à gestão da informação que ela produz: a Norma Operacional Básica (NOB) de 2004, 2006 e 2012. O primeiro ponto que queremos destacar é sobre a concepção de vigilância social, vejamos no quadro abaixo:

Tabela 2 - Quadro comparativo da concepção de vigilância social

VIGILÂNCIA SOCIAL		
NOB SUAS 2004	NOB-RH/SUAS 2006	NOB SUAS 2012
Entendida como uma referência e função do SUAS, no que compete à produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que incidem sobre famílias e pessoas nos diferentes ciclos da vida e em diversas situações entendidas como violadoras de direitos. Além disso, aparece a ideia de vigilância sobre os padrões de serviços de Assistência Social. Por fim, atribui-se à vigilância social o papel de construção de indicadores que devem mensurar no território as situações de riscos sociais e violação de direitos (Brasil, 2004).	“Inserida no campo do controle social e da gestão do trabalho no âmbito do SUAS, enquanto lugar potencial para sistematizar e georreferenciar as informações colhidas por meio de ouvidorias e dos conselhos de Assistência Social, quanto a denúncias de maus-tratos, negligências, dentre outros. O documento atribui à vigilância social a tarefa de organizar essas informações e, assim, subsidiar as equipes de referência e também possibilitar a voz aos usuários do SUAS” (Ferreira, 2011, p.90).	Não há menção à categoria vigilância social. Trabalha-se com a ideia de Vigilância Socioassistencial, sobre a qual vamos nos referir mais à frente.

Fonte: elaboração própria, 2024.

Pelas nossas leituras, em 2004 a concepção de vigilância social estaria compreendida enquanto uma atribuição dos trabalhadores do SUAS, de uma forma ampliada enquanto uma direção para o trabalho. Quando da NOB SUAS 2012, parece que a vigilância social enquanto uma atribuição dos trabalhadores do SUAS é deslocada para uma área, a de Vigilância Socioassistencial, ficando os trabalhadores responsáveis pela captação dos dados. Essa transição de concepção indica uma fragmentação na observação da realidade e uma divisão de trabalho entre os que produzem a informação e os que analisam a informação. Vejamos o quadro comparativo da concepção de Vigilância Socioassistencial.

Tabela 3: Quadro comparativo da concepção de Vigilância Socioassistencial

VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL		
NOB SUAS 2004	NOB-RH/SUAS 2006	NOB SUAS 2012
<p>Consiste no desenvolvimento da capacidade e de meios de gestão assumidos pelo órgão público gestor da Assistência Social para conhecer a presença das formas de vulnerabilidade social da população e do território pelo qual é responsável (Brasil, 2004).</p>	<p>Subsidiar planos de Assistência Social por meio de diagnósticos da totalidade das necessidades de proteção da Assistência Social (Brasil, 2006).</p>	<p>A instituição de monitoramento sistemático e a territorialização dos equipamentos de Assistência Social (...). A Vigilância Socioassistencial como estratégia fundamental para o reconhecimento e localização das vulnerabilidades e riscos e das violações de direitos nos territórios, que oriente e avalie a oferta de serviços socioassistenciais de acordo com as necessidades de seus usuários (Brasil, 2012, p. 13).</p> <p>A Vigilância Socioassistencial passa a ser função da política no lugar da vigilância social.</p>

Fonte: elaboração própria, 2024.

Embora pareça sutil, a supressão da ideia de vigilância social na NOB SUAS 2012 inscreve um ponto que nos parece central na elaboração desta tese. O deslocamento da análise ampliada do trabalho social no âmbito do SUAS para uma área a parte dentro do próprio SUAS, em uma espécie de fragmentação e de divisão do trabalho que ora terá como interlocução o próprio Estado, ora as instituições parceiras na execução dos serviços públicos, separa a captação e o registro dos dados de sua sistematização e análise. Nesse sentido, retira-se das equipes técnicas que atuam diretamente com os usuários a possibilidade de leitura dos dados de modo a subsidiar propostas que atendam às reais necessidades sociais. Reforça-se a cisão entre quem executa e quem planeja, entre quem coleta com a finalidade de viabilizar o acesso a serviços e direitos, e quem se apropria para garantir a gestão eficaz de recursos segundo critério de custo-benefício, que prevalece no espaço estatal, como viemos analisando.

A ausência da noção de vigilância social do “chão” do serviço, no sentido do Estado atento às necessidades sociais da população, também é deslocada para uma noção de vigilância enquanto um espaço de controle do trabalho social, da criação de linguagens com uma finalidade gerencial e produtivista. A vigilância enquanto um estado de *dataficação da pobreza*.

A Vigilância Socioassistencial enquanto área da política (e função) acaba por ser a tradução do Estado gerencial nos marcos da gestão desta política. Isso porque ela vai contribuir para reduzir o trabalho social do “chão” do serviço à captação de dados da realidade social e suas intervenções (dados), transformando o trabalho social em produtor de dados e informações padronizadas, de cadastramento ininterrupto (nos sistemas do Estado), dando uma nova identidade aos trabalhadores sociais (assistentes sociais e demais profissionais): o de cadastrador de dados sociais.

A perda da visão ampliada da vigilância social enquanto proteção social, alimentada pela reflexão e análise qualificada das equipes profissionais, reduz as possibilidades de resposta substantiva das políticas sociais às expressões da questão social na vida de amplos segmentos sociais da classe trabalhadora que demandam proteção social como direito de cidadania.

Desta forma, a lógica gerencial do Estado-empresa começa a ser pautada a partir dos dados gerados pelo próprio trabalho social, em sua divisão sociotécnica do trabalho no âmbito do SUAS – entre quem capta os dados e quem trabalha com os dados captados pelo trabalho no “chão” dos serviços. Embora quem capte também trabalhe com os dados produzidos, estes por vezes, conforme vimos nas entrevistas, não possuem a devolutiva por parte das instâncias que trabalham com a análise dos dados, o que acaba por reduzir o trabalho social à lógica colocada pelas instâncias de gestão da informação. A materialidade desta mudança se expressa quando em 2013 é lançado o Prontuário SUAS, o qual

representa um marco no amadurecimento e consolidação da Política de Assistência Social, colocando-se como um instrumento nacional de registros do trabalho social com famílias, pelo qual se pretende aprimorar a qualidade do serviço ofertado. É no prontuário da família que devem estar contidas as informações registradas que refletem as orientações, ações e atividades ofertadas à família durante o processo de acompanhamento nos serviços. (...) O MDS percebeu a importância e a necessidade da elaboração de um instrumento nacional que pudesse orientar e propor padrões para os registros das informações do trabalho social (Brasil, 2014, p.5).

Dado o histórico de construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com a significativa incidência das instituições privadas e/ou religiosas na sua implementação e prestação de serviço, nos parece ser uma estratégia sensata padronizar os procedimentos para garantir que os princípios fundamentais do SUAS – como vigilância, proteção social e defesa social e institucional – sejam efetivamente aplicados. No entanto, percebe-se que essa padronização pode ter levado a uma excessiva burocratização e rigidez no trabalho social, limitando-o às diretrizes estabelecidas nos prontuários do SUAS, transformando o trabalho que poderia ser mais flexível e abrangente em algo mais restrito e genérico.

O manual de instrução para a utilização do Prontuário SUAS afirma que a padronização dos registros sobre o trabalho social realizado com famílias e seus membros possibilita tanto a sistematização dos dados e informações, como também a organização do trabalho, “essenciais ao trabalho social desenvolvido, além de instrumentalizar a gestão com dados que fornecem subsídios para a realização do monitoramento e avaliação das ações e serviços ofertados nos territórios” (Brasil, 2014, p.6).

A padronização tanto pode propiciar uma centralização e controle por parte de quem detém os meios tecnológicos para esta organização e sistematização, como também influenciar novas padronizações e uniformização de processos de trabalhos que possam a vir qualificar os dados colhidos, para além do trabalho social desenvolvido, dadas as finalidades institucionais e das gestões políticas. Além disso, a padronização por via de instrumentos que deem a direção para o trabalho social pode aumentar a burocracia e a carga administrativa dos trabalhadores sociais, desviando seu tempo de trabalho ao cadastramento de dados, em vez do trabalho social no território e com famílias em um sentido socioeducativo.

O Prontuário SUAS enquanto uma estratégia de padronização para organizar e dar direção ao trabalho social no âmbito da Política de Assistência Social, tanto é tática para assegurar mínimos necessários para a efetivação da política, como também característica do Estado gerencial que estipula metas, engessa o trabalho no sentido da sua intensificação por via da sobreposição de sistemas e propaga a cultura de eficiência e eficácia. Além disso,

o Prontuário SUAS é o instrumento de intercomunicação, que deve contribuir para o diálogo constante da equipe técnica com a gestão. Para além de servir como instrumento de registro das informações do trabalho social com as famílias, o Prontuário SUAS contribui para armazenar dados que servirão para alimentar os sistemas da vigilância socioassistencial do Município ou DF, do Estado e do Governo Federal, como o Censo SUAS (preenchimento obrigatório anual), o Registro Mensal de Atendimento – RMA (preenchimento obrigatório mensal) e demais sistemas de acompanhamento de serviços ofertados no âmbito do SUAS (Brasil, 2014, p.11).

De fato, o Prontuário SUAS acaba por ser base de organização de diversos sistemas de informações que atendem as necessidades do cotidiano de trabalho, como também de dados e informações fundamentais para prestar contas do trabalho social realizado, além de gerir projetos e programas da política de Assistência Social. Um exemplo de interlocução de dados e informações destes sistemas é a relação do Prontuário SUAS (hoje em sua versão digital) com o Cadastro único. Embora tenha uma relação indireta, são sistemas complementares, uma vez que dialogam com as mesmas informações colhidas por via dos serviços socioassistenciais.

Embora o Prontuário SUAS seja um instrumento utilizado pelos trabalhadores da Política de Assistência Social para registrar informações sobre as famílias atendidas e o trabalho social realizado, o Cadastro Único é um instrumento de coleta de dados socioeconômicos das famílias e é utilizado majoritariamente como base para a seleção e a concessão de acesso a diversos programas sociais do governo federal, como Bolsa Família, Tarifa Social de Energia Elétrica, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e entre outros.

Enquanto um está para o registro da rotina do trabalho social (Prontuário SUAS), o outro (Cadastro Único) está para a caracterização das famílias brasileiras, daí o nosso interesse em focar no contexto de trabalho do SUAS para compreender o interesse do mercado nos ativos de vigilância (Zuboff, 2020) produzidos pela Política de Assistência Social. Afinal, é atribuição desta Política a produção dos dados por via do Prontuário SUAS, além da gestão do Cadastro Único, que possui uma outra lógica¹⁰⁷ por trás, como vimos na introdução da tese.

Desta forma,

As informações sistematizadas e consolidadas provenientes do trabalho social com as famílias ou algum(ns) do(s) seus membros (participação, permanência, desligamento, atividades desenvolvidas, encaminhamentos, etc.) deverão também ser utilizadas para subsidiar a gestão no monitoramento e na avaliação das ações e efetividade dos serviços socioassistenciais ofertados nos CRAS e CREAS. Além disso, é fundamental que a Gestão compartilhe com as equipes do CRAS e CREAS os resultados dos dados sistematizados, visando fomentar e suscitar discussões sobre o aprimoramento da gestão e dos serviços socioassistenciais ofertados. A sistematização dessas informações contribui para a elaboração e atualização de diagnósticos socioterritoriais, para o planejamento da oferta dos serviços prestados e para o avanço e consolidação do SUAS. Assim, o Prontuário SUAS é ferramenta fundamental para registrar informações sobre o trabalho social desenvolvido, tais como: principais demandas, ações realizadas, situações atendidas, atividades realizadas no acompanhamento da família/indivíduo, resultados atingidos, etc. (Brasil, 2014, p.11-12).

Há de se pensar que o Prontuário SUAS pode ser uma ferramenta útil para registro e acompanhamento das intervenções sociais, no entanto é importante fazermos a crítica sobre a necessidade de coleta de dados como garantia de

¹⁰⁷ Como vimos, a transferência dos dados para a Caixa Econômica Federal se dá pelo diálogo que ela faz com os demais órgãos – públicos e privados –, seja para formulação de políticas públicas, ou averiguações cadastrais.

prestação de serviços, uma vez que a redução do trabalho a coleta de dado pode mascarar a ineficiência desta Política, ou do trabalho social que se tem realizado.

O retorno dos dados à população, assim como para os trabalhadores do “chão” do serviço por parte da gestão – e também da Vigilância Socioassistencial –, são fundamentais para colegiar decisões sobre o que é melhor para o progresso social da região (ou a transformação da realidade), as necessidades e os desejos da população, além da opinião técnica de quem está no dia a dia vivenciando tais realidades. A política baseada em dados tende a subtrair a experiência sentida da experiência vivida, fotografando as realidades pelo que é aparente, não captando por vezes o que é a essência de determinadas realidades. Quem detém os dados possui o poder de influenciar a interpretação de leitura, seja por aspectos ideológicos, seja por aspectos políticos.

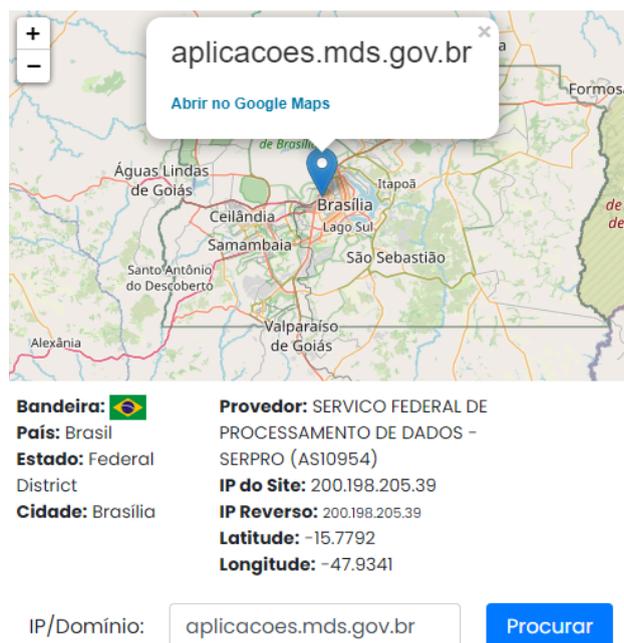
A preocupação com quem detém esses dados, seja em seu armazenamento, controle e/ou manipulação, se dá pela mercantilização destas relações que estão influenciadas diretamente pelo mercado, momento em que as tecnologias digitais de informação e comunicação se ampliam em todo o contexto da vida e passa a cruzar, todo tempo, as necessidades do estômago, do desejo ou da fantasia (Marx, 1996, p.165) e as necessidades do mercado, que tem na pobreza um nicho a ser explorado.

Os dados então como novos ativos de produção de valor passam a ser o objeto de desejo do mercado pela potência de materializar necessidades, desejos, localização da população, situação socioeconômica, entre outras formulações que tendem a ser o material estratégico para a expansão do consumo e a assertividade do mercado na circulação de suas mercadorias.

Atualmente, as empresas têm adentrado a Política de Assistência Social, oferecendo produtos (como *softwares*, sistemas, plataformas) e condicionando esta venda a prestação de serviços, como hospedagem em nuvem, manutenção de sistemas, entre outros, o que chamamos de “terceirização 4.0”, fazendo uso dos dados públicos para fins comerciais.

No capítulo 2 vimos o exemplo da presença da *Microsoft* na política de Educação, da *Amazon* na Política de Saúde, grandes empresas que despertaram o interesse para os dados destas políticas públicas. No campo da Política de Assistência Social, a gestão dos dados pelo MDS parece ter um cenário diferente das demais Políticas mencionadas.

Figura 9 - Localização do domínio Aplicações MDS, busca realizada em março de 2024



Fonte: LocalizeIP. Disponível em: <https://localizeip.com.br/>. Acesso em Mar. de 2024.

Os dados do SUAS estão sob a responsabilidade da empresa pública SERPRO¹⁰⁸, alocada no Brasil, especificamente no Distrito Federal, o que consideramos ser algo muito positivo, pois ter o controle sobre os nossos dados é uma maneira de proteger as informações sobre o nosso território e a nossa população. Nos municípios em que entrevistamos os trabalhadores, percebemos

¹⁰⁸ “O Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda - MF, criado, no dia 1º de dezembro de 1964, pela Lei nº 4.516, regido pela Lei 5.615, de 13 de outubro de 1970, com o objetivo de modernizar e dar agilidade a setores estratégicos da Administração Pública brasileira. A empresa, cujo negócio é a prestação de serviços em Tecnologia da Informação e Comunicações para o setor público, é considerada uma das maiores organizações públicas de TI no mundo. O Serpro desenvolve programas e serviços que permitem maior controle e transparência sobre a receita e os gastos públicos, além de facilitar a relação dos cidadãos com o governo. Dentre as várias soluções desenvolvidas com essas características, destacam-se a declaração do Imposto de Renda via Internet (ReceitaNet), a nova Carteira Nacional de Habilitação, o novo Passaporte Brasileiro e os sistemas que controlam e facilitam o comércio exterior brasileiro (Siscomex).” Disponível em <https://www.transparencia.serpro.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/competencias>. Acesso em março de 2024.

também iniciativas públicas na gestão dos dados, como foi o caso do município de São José do Rio Preto/SP e do estado de São Paulo na gestão dos dados das DRADS, conforme imagem abaixo:

Figura 10 - Localização dos domínios dos sistemas dos municípios São José do Rio Preto e da DRADS, respectivamente, busca realizada em março de 2024

<p>Bandeira: </p> <p>País: Brasil</p> <p>Estado: Desconhecido</p> <p>Cidade: Desconhecido</p>	<p>Provedor: EMPRESA MUNICIPAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (AS52623)</p> <p>IP do Site: 177.124.111.183</p> <p>IP Reverso: 177.124.111.183</p> <p>Latitude: -22.8305</p> <p>Longitude: -43.2192</p>	<p>Bandeira: </p> <p>País: Brasil</p> <p>Estado: São Paulo</p> <p>Cidade: São Paulo</p>	<p>Provedor: Cia Proc. de Dados do Estado de S Paulo - Prodesp (AS28637)</p> <p>IP do Site: 201.55.13.4</p> <p>IP Reverso: 201.55.13.4</p> <p>Latitude: -23.6283</p> <p>Longitude: -46.6409</p>
---	--	---	--

IP/Domínio: IP/Domínio:

Fonte: LocalizeIP. Disponível em: <https://localizeip.com.br/>. Acesso em Mar. de 2024.

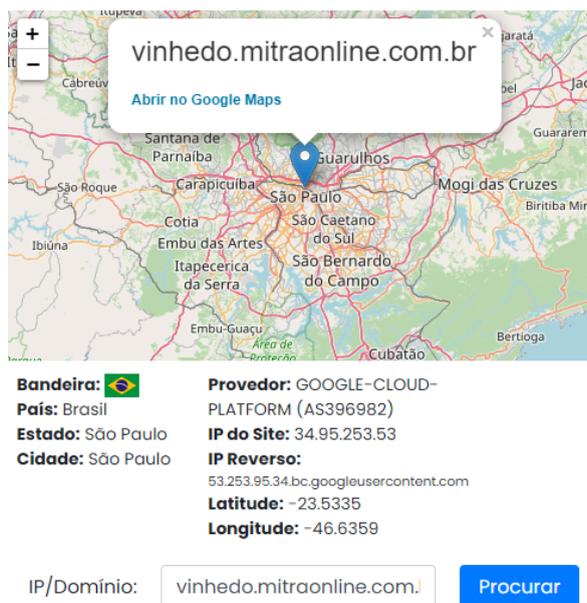
No entanto, no município de Vinhedo/SP, temos um cenário diferente. Entramos no portal da transparência do município e encontramos o contrato nº66/2021 - Pregão Presencial nº 38/2021 / Processo administrativo nº4.720/2021, cujo objeto é: Contratação de empresa para prestação de serviços de informática para o licenciamento de sistemas de gestão para a Secretaria Municipal de Assistência Social. De acordo com as condições estabelecidas no edital e seus anexos, não estava nítida a conclusão do licenciamento de uso de *datacenter* público no município. Abrimos uma solicitação junto a ouvidoria do município (sob o número NUP 00792.2024.000034-29), questionando sobre o edital, se o município possuía *datacenter* próprio ou se hospedava em algum parceiro, e em caso afirmativo qual seria a parceria. Recebemos o seguinte retorno:

“Pelo presente, com os devidos cumprimentos, venho por meio deste informar a solicitação anexa identificada sob o NUP 00792.2024.000034-29, informando que a Prefeitura de Vinhedo possui estrutura própria de Data Center, se tratando em relação à alguns ativos e sistemas, os quais não posso exemplificar mais detalhes por questões estratégicas sobre redes e segurança da informação. Contudo, também possuímos hospedagens

terceirizadas em outras situações, tal qual pelo mesmo motivo, não é de boa prática maior detalhamento. (...)” (Vinhedo, 2024, p.1 - Anexo 3).

No entanto, ao consultarmos sobre o provedor dos dados da Política de Assistência Social no município, a parceria seria com a empresa *Google*, conforme a imagem abaixo:

Figura 11 - Localização dos domínios do sistema do município de Vinhedo/SP, busca realizada em março de 2024



Fonte: LocalizeIP. Disponível em: <https://localizeip.com.br/>. Acesso em Mar. de 2024.

A necessidade de zelar pelos dados pessoais da população é uma cultura que temos que fortalecer, tanto por uma obrigação legal quanto por direito de cidadania, especialmente pela experiência de sistemas totalitários¹⁰⁹ que já presenciamos ao longo da humanidade. Os ativos de vigilância (Zuboff, 2020), enquanto expressão do controle de dados populacionais, é uma arma estratégica para intervir na sociedade.

A coleta indiscriminada e o uso inadequado desses dados podem representar uma ameaça aos direitos humanos, incluindo a privacidade e a liberdade de expressão. Sabemos que a população usuária da Política de Assistência Social é a

¹⁰⁹ Como o nazismo alemão e o fascismo italiano, entre outros.

que tem menos recursos para lidar com as consequências de sua privacidade hackeada¹¹⁰.

O cuidado com o fluxo destes dados, sua gestão e armazenamento devem ser prioridades para proteger o sistema de informações públicas de uso para fins políticos ou de interesses pessoais de grupos ou organizações.

A coleta e o compartilhamento de informações sensíveis (nos termos da LGPD) sobre as famílias atendidas levantam sérias questões sobre privacidade e segurança dos dados. Sem medidas adequadas de proteção e controle, há o risco de violação da confidencialidade e da intimidade da população atendida, podendo ocasionar em novas violações de direitos e expressões de desigualdade social, como foi o caso do motivo da criação da Lei nº 12.737, de 30 de Novembro de 2012, popularmente conhecido por Lei Carolina Dieckmann¹¹¹.

A história já nos contou que regimes autoritários frequentemente abusam do acesso a dados pessoais para identificar, monitorar e perseguir pessoas, seja no campo político, étnico, religioso, entre outros. Proteger os dados pessoais é uma estratégia para evitar o abuso de poder, bem como para preservar processos democráticos. Além disso, promover um ambiente de confiança e segurança dos dados da população deve ser a tônica do Estado, mesmo sabendo das tensões existentes.

No próximo capítulo, apresentaremos a perspectiva dos trabalhadores das instâncias de tratamento de dados, em nível municipal, estadual e federal frente ao

¹¹⁰ Em alusão ao documentário "Privacidade Hackeada" ("The Great Hack") (2019), que aborda o escândalo do uso indevido de dados pessoais de milhões de usuários do *Facebook* para influenciar eleições, especialmente o referendo do Brexit no Reino Unido e a eleição presidencial nos Estados Unidos em 2016. O documentário apresenta como a empresa de consultoria política britânica *Cambridge Analytica* utilizou informações pessoais coletadas na plataforma do *Facebook* para criar perfis psicológicos dos eleitores e direcionar mensagens altamente segmentadas, visando influenciar seu comportamento político. Esse é um exemplo contemporâneo do quanto estamos expostos ao mercado e nem percebemos, além do tráfico indiscriminado de nossos dados que a maioria de nós nem nos damos conta.

¹¹¹ Esta lei teve como exemplo motriz a divulgação de imagens íntimas da atriz Carolina Dieckmann após o seu computador ser invadido e ter as fotos publicadas. A partir dessa Lei, instituiu-se, enquanto crime, esse tipo de ação. Os dados hoje em dia, em seus diversos formatos, estão "protegidos" pela nuvem "majoritariamente" das grandes empresas de armazenamento, como já exemplificamos a partir do grupo GAFAM. É como se passássemos a responsabilidade de nossos dados a terceiros, sem saber o que está por trás destes serviços, uma divulgação (de dados) indireta ao mercado, que nos expõe de outras maneiras.

cenário de transformação do Estado em seu planejamento e processos gerenciais; o diálogo sobre dados, o lugar, o tipo de usos, os dilemas envolvidos, bem como os desafios do trabalho profissional; a percepção dos/as entrevistados/as sobre a relação entre o Estado e as empresas; assim como o rebatimento da cultura de produção de dados perante a população usuária dos serviços.

Nesse mar agitado da história, “rio e canoa sabem mais que o pescador¹¹²”.

¹¹² Rio e Canoa, canção de Fábio Jr., lançada em 1996. Em nossa leitura, o rio representa o capitalismo e a canoa os artifícios tecnológicos que o fazem transitar pela vida. Os pescadores somos nós, mas parece que perdemos o controle de navegar o barco que nós mesmos construímos. Que possamos despertar os pescadores para reassumir o controle dos barcos e navegar em outros rios, que não o capitalista.

CAPÍTULO 4: DESAFIOS E POSSIBILIDADES: A CONCEPÇÃO DOS TRABALHADORES DAS INSTÂNCIAS DE TRATAMENTO DE DADOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SOBRE O FLUXO E CIRCUITO DOS DADOS NO SUAS

“18 DE MAIO
...*Na favela tudo circula num minuto. E a notícia já circulou que a D. Maria José faleceu. Várias pessoas vieram vê-la. Compareceu o vicentino que cuidava dela. Ele vinha visitá-la todos os domingos. Ele não tem nojo dos favelados. Cuidar dos míseros favelados com carinho. Isto competia ao tal Serviço Social*”
(Jesus, 2014).

Sábios pensamentos de Maria Carolina de Jesus, uma poeta de seu tempo que já registrava movimentos políticos, econômicos e sociais da sua época. A autora nos lembra que essa política de Estado, a Assistência Social, é construída por gente, gente como a gente, gente que sofre das mesmas batalhas diárias de sobreviver na velocidade que tem sido a vida, nesta circulação acelerada entre trabalho e vida, no mesmo ritmo que a informação (notícias) tem transitado nos tempos atuais.

Cuidar de gente como a gente, acaba por ser uma atividade de pouco valor e por vezes, solitária, dadas as condições técnicas que o Estado, ao não investir como deveria, oferece ao conjunto de trabalhadores sociais. Mas, se é uma política cuja premissa está no relacionamento, ou seja, nas relações sociais, é por via do conjunto de trabalhadores que se torna possível humanizar a relação entre Estado e população, ainda que sob a lógica instituída pelo Estado gerencial, o qual tem reduzido o trabalho social à captação de números e dados.

O trabalho social no Estado, por vezes, tende a ser o de portador de más notícias, de dizer mais sobre o *não direito* do que *assegurar direitos*, dadas as condicionalidades dos benefícios, programas, projetos e serviços e a redução de investimento na oferta de serviço de proteção social e de defesa social e institucional, como previsto enquanto função do SUAS. Isso se deve ao fato de que as ondas econômicas-políticas atingem com mais força o direcionamento dos investimentos estatais e a espuma destas ondas acaba por agitar a história para gente como a gente no tocante à redução da proteção em vez de sua ampliação.

O lado de cá do Estado, ou seja, das pessoas que constroem o dia a dia deste Estado, está recheado de gente como a gente. Gente que fala, grita, se

posiciona, enfrenta, disputa perspectivas e defesas da esfera pública democrática que lutamos para construir ao longo do tempo, gente que sai em defesa, diariamente, do Estado de direito à proteção social. Gente como a gente é o que faz a certeza de que um novo horizonte é possível de ser almejado, alcançado, construído, mesmo sabendo dos limites do nosso tempo.

É neste cenário que realizamos as entrevistas com sujeitos que apresentaram uma noção de Estado que vem ao encontro do que defendemos: um Estado comprometido com uma Seguridade Social pública, universal, de qualidade, democrática, com investimento público regular e previsível, como defende a Carta de Maceió (CFESS, 2010, p. 1-2) ao explicitar a Seguridade Social enquanto

um campo de luta e de formação de consciências críticas em relação à desigualdade social no Brasil, de organização dos trabalhadores. Um terreno de embate que requer competência teórica, política e técnica. Que exige uma rigorosa análise crítica da correlação de forças entre classes e segmentos de classe, que interferem nas decisões em cada conjuntura. Que força a construção de proposições que se contraponham às reações das elites político-econômicas do país, difusoras de uma responsabilização dos pobres pela sua condição, ideologia que expressa uma verdadeira indisposição de abrir mão de suas taxas de lucro, de juros, de sua renda da terra (CFESS, 2010, p.1-2).

Embora não fosse critério para participar das entrevistas a afinidade política com a concepção de Estado que defendemos, este conjunto de trabalhadores contribuiu para problematizar os impulsos conjunturais que proporcionaram a digitalização da vida no campo do SUAS – e do Estado – como um todo. Profissionais que gentilmente trouxeram reflexões fundamentais que estruturam estes escritos. Um resultado feliz desta tese também é o de saber que existe gente como a gente construindo e enfrentando a correlação de forças que desvirtua a função protetiva do Estado, como Carolina Maria de Jesus nos disse, cuidando com carinho dos favelados, o que só é possível com a preservação de relações interpessoais diretas com os indivíduos, famílias, grupos sociais comprometidos com a construção de novas sociabilidades individuais e coletivas que possam ampliar a esfera pública democrática para as maiorias.

As entrevistas realizadas com as 6 pessoas foram fruto de uma adesão pessoal, portanto os sujeitos não falaram em nome das instituições nas quais trabalham, mas se referiram à forma como veem o trabalho hoje. Optamos pela não identificação das pessoas entrevistadas para que não haja qualquer risco pessoal,

profissional ou político em função da exposição de suas ideias. Estes escritos se referem a nossa interpretação das opiniões externalizadas pelas pessoas entrevistadas. A partir das narrativas, estruturamos o texto em 6 ideias forças que serão a base de nossas reflexões.

Tabela 4: Ideias forças das entrevistas

IDEIAS FORÇAS
Gestão e planejamento público
Dados: lugar, concepções e tipos de uso
Trabalho profissional na relação com os dados
Relacionamento entre o estado e as empresas
Instrumentais e sistemas de interlocução
Os rebatimentos na vida da população brasileira

Fonte: elaboração própria, 2024.

Esses eixos temáticos tanto organizaram as contribuições das pessoas entrevistadas, como também serviram de guia para realizar a exposição da análise. As entrevistas semi-estruturadas foram conduzidas a partir de um roteiro que proporcionou uma orientação para a condução do diálogo com os sujeitos e para que suas opiniões pudessem fluir. O roteiro foi dividido em 5 blocos, conforme a tabela a seguir:

Tabela 5: Roteiro da entrevista semi-estruturada

TEMA	OBJETIVO
BLOCO 1 - APRESENTAÇÃO DA PESQUISA	Breve explanação sobre a justificativa da pesquisa; Apresentação e assinatura do Termo de Consentimento; Pactuação da devolutiva da pesquisa.
BLOCO 2 - CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO	Experiência profissional na interface com o objeto da tese, identificando a região e tempo de trabalho geral e específico na gestão de dados; cargo e função desempenhados, entre outros.
BLOCO 3 - POSIÇÃO DA EQUIPE NA ESTRUTURA	Histórico da implantação da equipe e/ou setor e/ou instância de Vigilância

ORGANIZACIONAL HISTÓRICO	Socioassistencial; estrutura das secretarias; como foi a criação; quando; o que impulsionou a necessidade de “controle” dos dados; existência de regulação própria no município; concepção de vigilância na atualidade; objetivo e composição da equipe.
BLOCO 4 - ASPECTOS DA DATAFICAÇÃO	Tipo de dados trabalhados; origem dos dados; responsáveis pela produção dos dados; fluxo dos dados; forma de recepção dos dados; a quem retornam e como; processo de tratamento de dados; explorar se há algum processo de limpeza dos dados; cruzamento de dados; se os dados são combinados com outros bancos de dados; tipos de banco de dados; como é feita a seleção de dados; dados relevantes; responsáveis pela leitura dos dados; significados desses dados; formas de socialização dos dados; finalidades do uso; explorar se há análise coletiva dos dados, conversa entre as equipes, interlocução com instância produtora dos dados; destino dos dados; formas de manuseio; processos de inteligência artificial no tratamento ou transformação dos dados; existência de sistemas automatizados; instâncias de decisão sobre o que informar, como informar e com que objetivo informar; disputas de análises/visões na apresentação dos dados; como o trabalhador atua (e se atua) na gestão algorítmica e a dimensão técnica no tratamento e transformação dos dados; processo de definição dos padrões e/ou indicadores do setor.
BLOCO 5 - OS REBATIMENTOS NA VIDA DA POPULAÇÃO ATENDIDA	Explorar o rebatimento da coleta de dados pelos serviços na vida da população usuária: transparência do processo e formas de retorno dos dados para a população: principais problemas e prioridades da população do município.

Fonte: elaboração própria, 2024.

Este roteiro foi o guia que costurou as entrevistas e que permitiu levantar outras reflexões que ampliaram a visão do todo e trouxeram elementos para os capítulos. Foram momentos de trocas, reflexões, proposições e avaliações, nos

quais tanto os entrevistados como o pesquisador puderam refletir sobre o trabalho no SUAS na atualidade. Neste capítulo, apresentaremos a síntese das entrevistas, a partir das ideias forças apresentadas.

4.1 Sobre a gestão e o planejamento público

Como vimos no capítulo 3, o Estado brasileiro, sob o ideário neoliberal vem organizando o Estado gerencial no Brasil, de forma mais intensa, desde a década de 1990. Segundo alguns dos princípios dessa nova forma de gestão, o espaço de intervenção do Estado se reduz, concentrando-se em funções regulatórias e de controle; as políticas sociais de caráter compensatório são focalizadas e têm sua execução delegada a terceiros; bens e serviços públicos são avaliados por critérios de mercado; organismos públicos passam a adotar métodos empresariais de gestão (*management*); as políticas sociais devem ser organizadas com foco na eficiência e eficácia dos processos, e avaliadas segundo metas e resultados com base em planejamento estratégico, entre outros.

Nesses termos, a apropriação e organização de dados e informações para subsidiar sistemas gerenciais e tomada de decisões, no âmbito da gestão das políticas sociais, deveriam assumir um papel estratégico. Mas não foi o que ocorreu no contexto da política de assistência social.

Os dados coletados nas entrevistas evidenciaram uma desorganização geral nos espaços institucionais de operação da política de assistência social. Especificamente em relação ao processo de coleta e organização dos dados, os sujeitos entrevistados apontaram a sobreposição de sistemas, ausência de ferramentas tecnológicas e falta de direção da gestão institucional para o trabalho com dados.

Também enfatizaram a dificuldade de socialização¹¹³ das informações, em função da ausência de espaços ou de veículos próprios para a devolutiva das informações, seja para aqueles que produzem os dados ou para a população que os forneceu.

¹¹³ Como exemplo contrário, destacamos a experiência do município de São José do Rio Preto, que instituiu um boletim informativo chamado Conjuntura e que anualmente compartilha, com a sociedade civil, os dados coletados durante o ano. A exemplo, consultar: <https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-content/uploads/arquivosPortalGOV/planejamento/conjuntura/CONJUNTURA-2022.pdf>. Acesso em janeiro de 2024.

Em relação ao processo de trabalho, a entrevistada B qualificou como *desplanejamento* a dinâmica de coleta e tratamento dos dados, além de constatar uma baixa capacidade de transformação dos dados em informações. Questão também levantada pelo entrevistado A no que se refere à dificuldade de colocar em prática as diretrizes instituídas pela Política de Assistência Social ou o próprio “desejo” dos governantes. Tal quadro acaba por inviabilizar a propalada “eficiência” gerencial do Estado, bem como a promoção de mudanças na própria realidade vivenciada pela população usuária dos serviços.

A Entrevistada B observou que “quando chega um pedido para localizar onde estão os pobres, então existe um movimento de querer informações para fazer visitas” (Entrevistada B, 2024). Ela chama atenção para o caráter emergencial que move o processo de produção da informação, provocado por demandas pontuais. Dessa maneira, não há um trabalho contínuo e esquematizado de monitoramento, planejamento e vigilância, no sentido protetivo. Ainda sobre esse ponto, o entrevistado A afirmou que “o governo produz muito conhecimento cotidianamente, mas ele não é sistematizado de forma organizada” (Entrevistado A, 2024).

Nesse sentido, todas as pessoas entrevistadas alegaram que nas instituições onde atuam não há sistemas integrados ou inteligência artificial no processamento e análise de dados, embora observem movimentos para futura implementação¹¹⁴.

O Entrevistado A destaca que a concepção de planejamento estratégico poderia ser uma solução para qualificar a prestação de serviços pelo Estado, seus resultados, construção e objetivos, baseado nas ideias de Carlos Matus¹¹⁵ que “no entendimento dele (Carlos Matus), o planejamento privado (aquele realizado pelas empresas) poderia ser adequado, aceito ou compreendido, para que pudesse cumprir os objetivos da estrutura pública.” (Entrevistado A, 2024). O entrevistado apresenta, então, as possibilidades do Planejamento Estratégico Situacional no

¹¹⁴ É preciso destacar que reconhecemos o limite desta pesquisa, logo o conjunto de trabalhadores (nossos entrevistados) não representam e não correspondem à totalidade das áreas da Política de Assistência Social, e é de nosso conhecimento que outros setores desta Política possuem processos automatizados instituídos, como é o caso do setor de Vigilância Socioassistencial da DRADS São Paulo, relatado pela Entrevistada C, ainda que esteja fora do seu campo de atuação.

¹¹⁵ “O Planejamento Estratégico Situacional - PES - foi desenvolvido pelo economista chileno Carlos Matus, a partir da década de 70, como um método mais flexível, permitindo trabalhar com a complexidade dos problemas sociais. Neste método, o futuro não é determinístico e a realidade é continuamente acompanhada. Quando houver uma mudança da situação real, o plano é imediatamente ajustado” (Ilda, 1993, p.114-115).

SUAS, uma vez que compreende que não existe, ali, uma estrutura gerencialista:

o planejamento em si, é consequência desse processo que você relata, porque ele é final, não é o final do ponto de vista da sua concretude, da sua materialização, quando você tem um plano pronto, com datas responsáveis, esse processo é final. Ele é uma metodologia específica da estrutura pública, sendo que a própria estrutura pública não tem metodologia nenhuma no seu campo de planejamento. Sequer as metodologias gerencialistas, dentro do mundo privado. A questão dos *Swot*, da matriz *Swot*¹¹⁶ ou da matriz 5W2H¹¹⁷, PMBOK¹¹⁸, ou seja, você tem várias estruturas de planejamento privado, que nem essas são colocadas de forma integral dentro da estrutura pública, nem a lógica do fordismo, do taylorismo ao toyotismo que veio depois, a gente consegue avançar dentro da questão pública (Entrevistado A, 2024).

Concordamos em parte com o entrevistado que há uma ausência de ferramentas gerenciais no dia a dia dos serviços, na organização dos processos de trabalho e dos dados gerados, carência tecnológica de ferramentas de gestão social pelas equipes sociais. Em nossa visão, o fato de não possuir tais metodologias instituídas no processamento dos serviços não quer dizer que não exista a presença da lógica do mercado no funcionamento das políticas sociais e na estruturação do fundo público. Como analisamos no capítulo 3, a racionalidade empresarial penetra a instituição estatal e impõe práticas de governança orientadas pela lógica privatista do custo-benefício com finalidade de lucro.

Essa discussão coloca em questão a natureza dos serviços prestados pelo Estado que, como analisado por Raichelis (2018, p. 41), “em tese não têm o objetivo de produzir mercadorias e/ou extrair valor nem mais-valia, a não ser quando esses serviços são organizados sob a lógica da produção capitalista, como no caso das empresas estatais”. Contudo, trata-se de uma questão controversa que a autora, dialogando com outros pesquisadores, problematiza, trazendo novos questionamentos sobre a natureza (produtiva ou improdutiva) das relações de

¹¹⁶ “A análise SWOT é uma ferramenta utilizada para diagnóstico de cenário, sendo muito empregada no Planejamento Estratégico, informando aos gestores os pontos fortes e fracos de uma organização e evidenciando fraquezas e ameaças, possibilitando melhorias internas e externas (Silveira, 2021, p. 209). A sustentação da matriz SWOT, de acordo com Chiavenato e Sapiro (2009), se dá pela intersecção das oportunidades e ameaças externas que vão contra os propósitos da organização, levando em consideração sua missão, visão e valores” (Cruz et. al, 2017, p.144).

¹¹⁷ Criada no Japão com o objetivo de auxiliar o PDCA (*Plan – Do – Check – Action*) na fase do planejamento, foi muito difundida na indústria automobilística por ser uma ferramenta que auxiliava na execução das atividades dos colaboradores. Para Polacinski (2012), essa ferramenta consiste em um plano de ação que deve ser adotado pelos gestores, possibilitando uma maior clareza das informações e processos. Assim, para as organizações obterem melhores resultados com o 5W2H é necessário responder a sete questões pertinentes à elaboração da ferramenta (O que? Quem? Onde? Quando? Por que? Como? Quanto custa?)” (Cruz et. al, 2017, p.144).

¹¹⁸ É um guia para gestão de projetos que segue padrões e conhecimentos específicos, seguindo o *Project Management Institute* (PMI) (Luiz et. al, 2017, p. 465).

trabalho no Estado e sobre a política social como aplicação do fundo público e seu papel na produção e reprodução do capital¹¹⁹.

Não sendo nosso objetivo aprofundar essa complexa questão, no que se refere ao nosso objeto de estudo é possível afirmar que o valor da informação, nos termos de Dantas (2022), estaria sofrendo um processo político e econômico de privatização. Nesse contexto, o capital se apropria de áreas até então fora dos circuitos de valorização, como aquelas “detidas pelo Estado por serem constituídas de recursos considerados socialmente *comuns* e reuniram e organizaram uma imensa massa de dados e conhecimentos sobre a sociedade e seus indivíduos: educação, saúde, renda, gestão pública, fornecimento de serviços básicos ou universais etc.” (Dantas et al., 2022, p. 9, grifo do original).

É dessa forma que, no capitalismo contemporâneo, a informação se transforma em mercadoria, que tem na privatização dos serviços públicos um novo nicho de valorização. Contudo, é preciso enfatizar, como faz Dantas (2022, p. 12), as relações entre informação e trabalho, uma vez que “não há trabalho sem informação nem informação sem trabalho”.

Assim, a informação produzida pelo Estado, por meio dos seus trabalhadores sobre a vida da população usuária dos serviços, passa a ter valor de troca e é disputada pelo capital por meio dos processos de mercadorização dos serviços sociais públicos. O que pode ocorrer pela venda direta de sistemas e aplicativos (como o pacote *Office* da *Microsoft*, *G-Suit* (pacote de ferramentas do *Google*), como métodos gerenciais do tipo matriz *Swot*, *5W2H*, *PMBOK*, entre outros); ou pela apropriação de informações estratégicas sobre políticas e programas sociais que interessam ao capital na disputa pelo fundo público (como o Bolsa Família, Minha Casa Minha vida, entre outros).

No que se refere ao sistema de gestão da Política de Assistência Social, o entrevistado A afirma que

o Sistema Único da Assistência Social, enquanto um sistema complexo de gestão de uma Política Nacional, uma Política Constitucional e que a gente consegue perceber então, esse processo de fragmentação da funcionalização da política e que, dentro da institucionalização da política,

¹¹⁹ Para uma análise aprofundada das relações entre fundo público e valor, Estado e política social, a partir da crítica da economia política, consultar Behring (2021).

nós temos a vinda de sistemas e mecanismos de informação, dentro de uma visão extremamente verticalizada da Constituição, da política, mesmo que o pacto federativo tenha tratado isso de forma diferente no papel (Entrevistado A, 2024).

Neste ponto, concordamos com o entrevistado A, uma vez que a determinação da organização do resultado do trabalho serve mais ao Estado do que necessariamente à população, conforme todos os depoimentos colhidos na pesquisa.

A estrutura¹²⁰ que a política estabelece a partir dos níveis hierárquicos (Federal, Estadual e Municipal) cria determinações organizacionais que espelham a forma como o Estado gerencial institui seus processos de trabalho, o controle do trabalho e a dataficação da pobreza, estratégia bem sucedida quando observamos os mapas da pobreza que temos hoje, com as determinações, índices e indicadores ideológicos que medem as “vulnerabilidades”¹²¹, índices de pobreza, riqueza, entre outros.

A busca da lógica, de dados e informações “verdadeiras” é colocada nos sistemas em simples padrões de “verdades” congeladas, o que podemos chamar de lacunas dos sistemas informacionais (os campos que preenchemos nos sistemas das políticas). Um exemplo disso é o próprio imaginário suscitado pelos sistemas nas formas de pensar e agir dos trabalhadores sociais. A Entrevistada C compartilhou uma situação que nos remete diretamente à fiscalização (e da dataficação) da pobreza. Ela compartilhou o fato de que os cadastradores dos sistemas da Política (treinados pela Caixa Econômica Federal para preenchimento do Cadastro Único)

odeiam a ideia de “autodeclaração”, odeiam o fato porque querem pegar a pessoa na mentira e eles falam: a pessoa falou que não é casada, mas dá até pra ver a marca da aliança que ela tirou antes de entrar ali (Entrevistada C, 2024).

Isso nos faz pensar que a máquina vem influenciando o humano no discernimento e na determinação do trabalho, em uma inversão de lógica, pois se

¹²⁰ O Entrevistado D compartilhou a experiência do município de São José do Rio Preto, o qual instituiu parâmetros de unificação dos territórios, em uma perspectiva de qualificar a espacialização da atenção por parte do poder público e não gerar uma sobreposição de abordagem à população, fortalecendo a comunicação entre as políticas. Essa experiência nos pareceu muito interessante e estratégica esta iniciativa, uma vez que a hierarquização, nesse caso, pareceu qualificar a oferta de serviços públicos.

¹²¹ Ler mais em Arregui et al. (2023).

antes ela era uma ferramenta de trabalho, parece que hoje nós somos a ferramenta de trabalho da própria máquina¹²².

A verticalização do Estado, bem traduzida na atuação da DRADS a partir do relato da Entrevistada C, parte dos sistemas, ou seja, a gestão ocorre pela *gestão dos sistemas*, em um distanciamento com a realidade vivida, como se eles trabalhassem com uma realidade que é virtual, alimentada por agentes. Entendemos que este pode até ser um estilo de gestão, mas que deveria se complementar com outras ações *in loco*. Ou como a Entrevistada C falou, “esquentar os dados com dados de realidade”. Neste sentido, completou outro Entrevistado: “o sistema traz uma racionalidade gerencial que está deslocada da estrutura da política brasileira, que é a negação do ato de planejar” (Entrevistado A, 2024).

A dimensão do gerencialismo no Estado, para o Entrevistado A, teria ainda um conceito de gerencialização, “que traz dentro do estrangeirismo, alguns conceitos de eficiência, eficácia, modernidade, uma série de questões, que tem a ver com a tecnologia¹²³” (Entrevistado A, 2024), segundo o entrevistado, é daí que vem o apego, à história de modernização do Estado, por causa de uma relação *de/com* o mercado,

então esse tensionamento entre o mercado, a sociedade e o Estado, tomam outro contorno por conta dessas relações nesse momento, então o Estado sai de protagonista, de indução de um Estado Social, e ele passa a ser um Estado fiscal, e hoje o que temos na garantia do direito social é uma relação fiscalista que sobreponha a garantia do direito sobre uma lógica de que: se tem orçamento, podemos fazer, se não tem orçamento, não vamos fazer, como se o Estado não fosse dentro da estrutura do campo de jogo, como se o Estado fosse isento dessa relação de transformação dessa sociedade, em função de uma demanda neoliberal externa. Eu acho que nesse momento isso acontece, que a Política da Assistência Social, a partir desse momento, nessa relação, passa a caminhar e dar passos nesse sentido, introduzindo sistemas de informação (Entrevistado A).

O Estado fiscalizador nos parece a melhor tradução para o Estado gerencial, que a partir da terceirização da execução de seu papel, adota um comportamento fiscalizador em vez de executor, exemplificando aqui a nova morfologia do trabalho,

¹²² Por essa razão, Marx (2013, p. 495) afirma que com a maquinaria há uma inversão entre meios de trabalho e trabalhador: “Transformado o trabalhador num autômato, o próprio meio de trabalho se confronta, durante o processo de trabalho, com o trabalhador, como capital, como trabalho morto a dominar e sugar a força de trabalho viva”.

¹²³ O entrevistado A apresenta como exemplos, a *internet*, o próprio uso do telefone, computadores, dentre outros.

como bem apresenta Raichelis (2020) no campo do SUAS. A Entrevistada C também corrobora com esse entendimento de Estado fiscalizador ao compartilhar o seu sentimento de fiscalizar os municípios via DRADS de São Paulo. Ela fala do sentido fiscalizador assumido pelo órgão no que diz respeito à vigilância: “acaba tendo essa vigilância no sentido de verificar qual é a demanda que se tem, (...) se a quantidade de serviços descreve o universo (...) tendo essa vigilância no sentido quase só expiratória” (Entrevistada C, 2024).

Sobre as reflexões que o Entrevistado A nos apresenta acerca do orçamento do Estado, concordamos com a opinião de que o Estado se esconde no debate sobre orçamento para se omitir e se desresponsabilizar perante as expressões de desigualdade social, jogando para as famílias, voluntários e o mercado a efetivação dos direitos sociais. É por via também do controle orçamentário que se nota a crescente implantação de ferramentas eletrônicas para prestação de contas e controle de investimento social.

Ao se referir a gerência do Estado, a Entrevistada C compartilha que a seleção de dados importantes, as ênfases, o tratamento para gerar determinadas informações, vêm de fora da Política de Assistência Social, seja pela necessidade de justificar determinadas ações (ou omissões de ações); seja pela área sociojurídica; ou por denúncia da sociedade civil. Parece curioso que o movimento da direção do tratamento dos dados nas instâncias de controle da informação seja externo à política, o que reforça a tese do Estado-empresa, do Estado que age a partir do interesse de seus acionistas.

Esses dados estão colocados dentro de uma lógica gerencialista da burocracia do Estado, e não daquilo que Max Weber coloca, do ponto de vista da necessidade da burocracia do Estado. A burocracia é necessário para que você regule essas questões do Estado, mas me refiro mais ao que Lipsky¹²⁴ coloca na burocracia de rua, onde temos uma estrutura colocada de dados e informação, e você precisa fazer aquilo, mesmo que isso não tenha sentido na sua formação, e você não tem condição alguma de fazer uma gestão dessa informação, para que ela vire alguma coisa de fato, algo que mude a realidade; então os dados vão para um lugar, que é o não lugar, é uma presença fria. Esses dados estão nas mãos de um grupo de profissionais, que geralmente no SUAS é dominado pela Vigilância Socioassistencial, e temos muita informação e contra-informação a partir dos dados que são produzidos. Temos o dado a partir da informação, mas

¹²⁴ Referindo-se a Michael Lipsky em seu livro *Burocracia de Nível de Rua: Dilemas do Indivíduo nos Serviços Públicos*. Brasília: Enap, 2019. Disponível em https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4158/1/Burocracia%20de%20n%C3%ADvel%20de%20rua_Michael%20Lipsky.pdf. Acesso em fevereiro de 2024.

não temos a gestão dessa informação (Entrevistado A, 2024).

O Entrevistado A apresenta uma série de desafios na gestão dos dados e na forma como lidamos com o esvaziamento do conteúdo técnico relacional dos trabalhadores do SUAS e com as determinações institucionais atuais. É muito comum culpabilizarmos os trabalhadores do SUAS pela redução do trabalho à burocracia, o que também estamos chamando de coleta de dados. No entanto, temos que ampliar a crítica e pensar nas determinações conjunturais que acabam por influenciar esta onda. A perda do controle das ferramentas como aliadas ao trabalho parece ser o desafio deste tempo, pois temos vivenciado a onda da inversão desta lógica, no qual nós somos os aliados das ferramentas e temos trabalhado para elas. Neste sentido, é urgente nossa apropriação das ferramentas computacionais para que possamos voltar a usá-las como ferramentas do nosso trabalho, e não o contrário. Não podemos ser a ferramenta do trabalho dos sistemas. Eles que devem servir ao nosso trabalho.

Nesse sentido, é nítido a quem o Estado quer servir. Para a população, se coloca como um agente cartorário (Entrevistado A, 2024). Para o mercado, como um agente parceiro. Para o sistema capitalista, como um agente mediador. A Entrevistada B (2024) menciona que “às vezes, eu acho que eles usam essas informações para outro fim, que não a implementação da política pública e não de controle também”. Ao nosso ver, o Estado tem utilizado os dados para a dataficação da pobreza, geoespacializando suas informações e oferecendo ao mercado nichos de negócios, seja através do perfil populacional, seja pelos ativos de vigilância (Zuboff, 2020). O Entrevistado D, refletindo sobre os avanços da gestão dos dados, compartilhou que

o dado da localização como cerne, ele traz um aspecto que vai influenciar todas as outras relações e todos os outros dados que vão compor, desde a renda, adensamento populacional, escolaridade, acesso ao serviço público, educação, moradia etc., então todos os outros dados são interessantes, e que compõe essa relação da família com a política de assistência, elas têm o cerne na localização, onde a pessoa vive (Entrevistado D, 2024).

Embora este relato tenha enfatizado a importância da coleta de dados da população com objetivo de qualificar a atenção, também traduz a tese da dataficação da pobreza: ao dataficá-la, cartografa as realidades. Esse é o

movimento no interior do Estado, um “estica e puxa”¹²⁵ entre interesses conflitantes em relação à apropriação dos dados da população.

Dessa forma, a entrevistada E compartilha que um dos motivos que a levou à SAGI, “seria para inaugurar um espaço, um campo, onde a informação fosse a base para a tomada de decisões, para o processamento de transações, para a distribuição de informações e possíveis produções de conhecimentos” (Entrevistada E, 2024).

Essa modernização, no duplo movimento entre qualificação dos processos para ampliação da atenção e fiscalização da pobreza, parece-nos ser o fio condutor que costura a história da crescente centralidade dos dados como forma de extração e monitoramento da vida das pessoas, definida aqui como dataficação da pobreza.

A entrevistada E complementa sua reflexão dizendo que, com a sua chegada, muda-se a lógica da produção, geração, armazenamento e organização dos dados da Assistência Social:

E nós tínhamos duas fontes de dados, que eram apenas financeiras, uma o valor financeiro do município, que era quanto de valor recebia, por conta do tipo de atendimento, que ainda era aquela série clássica da LBA¹²⁶, e o retorno desse repasse de recursos, que é um relatório físico financeiro, com o número de atendimentos e o dinheiro gasto; então eram essas duas fontes de informação, que eram muito irrisórias, feudo de algumas áreas. Com as mudanças, os engenheiros já seguiam e obedeciam à linha do que achávamos importante ter como dado; para nós não interessava só o valor, o número de pessoas idosas atendidas per capita, então é com a chegada do SUAS e com essa nova perspectiva de gestão, que foi muito gerencial naquele momento, pois era tudo muito incipiente, uma gestão tímida, acanhada, uma gestão pública neandertal, como se fosse um legado de primeiro damismo, como se não fosse profissional, como se fosse algo acessório (Entrevistada E, 2024).

A entrevistada E confirma a tese de que os sistemas informacionais no campo do SUAS surgem para o controle do investimento público na área (o que eles

¹²⁵ Tensão entre aqueles que buscam utilizar os dados para promover o bem-estar social, acessar direitos ou promover o conhecimento acerca das famílias e territórios trazendo benefícios para a população, e aqueles que buscam se apropriar desses dados para outros fins, como controle político, mercadorização ou vigilância indevida.

¹²⁶ LBA significa Legião Brasileira de Assistência, “fundada em 28 de agosto de 1942 por Darcy Vargas, esposa de Getúlio Vargas, com a finalidade de ‘amparar os soldados brasileiros e seus familiares’ por parte dos ‘brasileiros de boa vontade’ durante os anos em que o Brasil participou da 2ª Guerra Mundial. A Legião Brasileira de Assistência foi criada em parceria com o Estado e com o empresariado brasileiro e se fixou como instituição fortemente marcada pelo trabalho voluntário feminino. Contudo, foi além de seu objetivo inicial e organizou, desde os primeiros meses de atuação, uma rede de assistência que, por intermédio do voluntariado, abrangeu todo o território nacional. Em alguns casos específicos, a LBA prestou Assistência Social a grupos sociais que nunca haviam sido alcançados pelo poder público no Brasil” (Barbosa, 2017, p.11).

chamam de gastos), prática predominantemente contábil. No entanto, é possível verificar que houve uma qualificação no uso destes sistemas, que no movimento dialético serve tanto para controlar (investimentos e a população), como também para qualificar a observação da realidade. A Entrevistada reflete sobre a tensão no estilo de gestão dos dados do SUAS no contexto do Estado-empresa-gerencial. Ao dialogar com outros profissionais da área de tecnologias, diz que “precisávamos conhecer a demanda e a necessidade para poder tomar as decisões, usar os recursos de maneira mais coerente e possibilitar algum tipo de alteração na vida das pessoas, e a linha de entendimento deles era mercadológica”.

A Entrevistada E diz ainda que ela entendia a Política de Assistência Social como uma arena de direitos, no sentido de comparar sua organização com a organização das demais políticas da Seguridade Social brasileira (Saúde, Previdência Social e Assistência Social), assim como as diferenças de investimento público entre elas, sendo a Assistência Social a de menor recurso, com destaque para a Saúde que se adiantou muito na perspectiva de gerar dados para produzir conhecimentos que, por sua vez, pudessem ser revertidos em maior orçamento, assim como a Previdência Social.

Quando pegamos os anuários estatísticos, eles podem não ser analíticos, mas eles são absolutamente descritivos do ponto de vista da Previdência Social no Brasil. A Assistência Social entrava nessa ‘arena’ para disputar o direito à informação, era essa a tendência. A gestão nacional, a partir da minha chegada, colocou essa inovação em outra relação com estados e municípios. Por exemplo, é impossível uma política pública que dependa de 60 dias para um recurso chegar e as coisas acontecerem, então nós tivemos que beber na fonte de quem já conhecia, e o que levava de 30 a 60 dias, passou a levar de 17 a 20 segundos para chegar nas contas bancárias dos municípios, isso é muita coisa para um município, independente do porte, é algo sensacional. E também, a partir do momento que fomos construindo essa base de dados, tivemos elementos para uma coisa absolutamente importante, por isso que escolhemos ‘arena’, porque, como vamos solicitar incremento orçamentário se não sabemos, não temos ideia, de como esse investimento foi tratado, o que aconteceu, qual foi o impacto desse investimento na Assistência Social dos municípios brasileiros. Então, precisávamos muito de argumentos, porque, nós da assistência social, ela sempre foi uma política de um discurso muito forte, mas com comprovações muito frágeis (Entrevistada E, 2024).

O Entrevistado F corrobora com essa mudança qualitativa no sistema de informação do SUAS. Ele afirma que, de fato, desde a sua implementação, houve um salto de qualidade na forma de apresentação do trabalho, seus impactos nas realidades, o perfil da população atendida e também em “planejamentos” mais coerentes com as realidades vivenciadas. Nas palavras dele, “compreender melhor

as demandas de informação e diagnósticos sócio-assistenciais” (Entrevistado F, 2024).

No entanto, chamamos a atenção para o fato de que o mercado tem subsumido à intenção da organização do trabalho. Reconhecemos a potência da ferramenta Inteligência Analítica do SUAS, tratada no capítulo 3 desta tese, um espaço que reúne dados e informações da referida Política¹²⁷. É inegável o quanto contribui para o trabalho no SUAS e para a transparência das ações e investimento público para a população. Mas a questão é: *como limitar o uso que o mercado faz daquilo que produzimos em uma outra lógica?*

Essa é uma reflexão que atravessa as respostas cotidianas da organização do trabalho. A entrevistada E observou que a estratégia da qualificação da informação do SUAS serve para dar visibilidade à Política, ou seja, a Assistência Social antes desse salto de qualificação de suas informações era invisível no tripé da Seguridade Social Brasileira (Saúde, Assistência Social e Previdência Social). É inegável que hoje temos uma visibilidade maior, talvez por isso hoje somos a bola da vez no mercado de dados.

Foi quando um engenheiro me questionou por que queríamos sistemas, pois o imposto de renda gera arrecadação, o sistema eleitoral gera voto, gera rapidez, transparência, e foi citando outros exemplos, inclusive da saúde, e nós só falávamos de território, as diferenças de territórios, que foi quando começamos a passar para eles o que nós queríamos da tecnologia (Entrevista E, 2024).

A quem serve a organização dos dados do SUAS no campo do Estado? O que eles geram enquanto valor para o Estado? O depoimento de nossa entrevistada apresenta a lógica da sofisticação das tecnologias em alguns setores do Estado, em detrimento de outros, como a Assistência Social, uma vez que a sofisticação tecnológica do SUAS apenas explicitaria a não cobertura do Estado perante as expressões de desigualdade social, ou “os efeitos da não prestação de serviços” (Entrevistado F, 2024). Ou ainda, como bem trouxe o Entrevistado A (2024), ao refletir sobre a relação do sistema com a ideia de garantia da melhoria da política, “vale até a página 2, pois os sistemas dentro do SUAS, estão vinculados à garantia do direito e a garantia do direito na relação social pressupõe aumento de orçamento, e isso não é o objetivo de nenhum governante no Brasil” (Entrevistado

¹²⁷ Disponível em <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/inteligencia-suas/>. Acesso em fevereiro de 2024.

A, 2024).

De fato, concordamos com o Entrevistado F (2024) ao dizer que a Política de Assistência Social é uma política em construção, em legitimação, que durante muito tempo resistiu ideologicamente, orçamentariamente e tecnicamente porque profissionais comprometidos com a política social do Estado enquanto um bem público insistem em pensar o direito social à Assistência Social. Portanto, os dados expressam uma arena de interesse, com diferentes usos e interpretações, o que veremos no próximo item.

4.2 Sobre a concepção de dados e tipos de uso

Inicialmente, o Entrevistado A nos apresentou uma ideia de que a discussão sobre os dados e sua produção, é algo que não existe no campo do SUAS. Ele simplesmente existe por determinações dos instrumentais, dos sistemas, das requisições que por vezes vêm de cima, sem grandes elaborações para o que se tem produzido, ou o que se quer produzir, como dissemos no tópico anterior. Ou seja, há uma ausência de planejamento para o trabalho com dados.

A experiência de Vinhedo materializa a dificuldade desse trabalho com dados, materializa a ausência de direção e proatividade enquanto atributos da área da Vigilância Socioassistencial. A entrevistada B compartilhou sua experiência no trabalho com dados:

Eu tento juntar alguns dados e gerar informações que vão dando indícios sobre algumas situações de proteção, relacionadas com a segurança que temos que atender. Não é um processo fácil, pois temos dados 'frios'. Então o tratamento de nossos dados é muito manual, é tudo no Excel, onde eu gero relatórios específicos que o sistema me dá, pois ele também tem essa parte de gerar relatórios, por exemplo, pessoas atendidas no mês, o que aconteceu com ela no serviço, e vou juntando esses relatórios (Entrevistada B, 2024).

A entrevistada apresenta muitas pistas para refletirmos sobre a concepção dos dados. Primeiro sobre o lugar que a Vigilância Socioassistencial acaba por ocupar: a de organizadora de dados. Se formos verificar sua atribuição no SUAS, a Vigilância deveria ser a “estratégia fundamental para o reconhecimento e localização das vulnerabilidades e riscos e das violações de direito nos territórios, que oriente e avalie a oferta de serviços socioassistenciais de acordo com as necessidades de seus usuários” (Brasil, 2012, p. 13). Devido à falta de investimento

na área, observamos o esforço da trabalhadora de bancar de forma solitária um movimento que deveria ser apoiado, impulsionada pelo seu compromisso de gerar informações que ela elege como prioritárias.

Em segundo lugar, temos que pensar sobre a concepção de dados frios. Como vimos no capítulo 1 ao refletir sobre as concepções de dados, ao longo das entrevistas, os entrevistados trouxeram seus entendimentos sobre essa temática, elaborando uma classificação entre dados frios, dados puros e dados sujos. Essas classificações nos fazem perceber que, no processo de transformação do dado em informação (ou vice versa), existe um movimento de escolhas intencionalmente colocadas pelo discernimento técnico-político do profissional na resposta que deve dar diante da requisição institucional, por exemplo, em relação ao uso de ferramentas sistêmicas para essa organização/classificação.

Como vimos que há uma ausência de inteligência artificial ou de sistemas automatizados, esse trabalho “manual” de seleção dos dados acaba por reforçar a nossa hipótese de que há no trabalho de organização de dados uma mineração, que parte da limpeza de dados, integração de dados, seleção e transformação desses dados. Todas as pessoas entrevistadas trouxeram essas características durante as entrevistas.

A mineração de dados é um modelo utilizado pelas ciências de dados que, por meio do processo de limpeza, integração, seleção e transformação dos dados, é gerado um conhecimento, um resultado, uma informação. Para Han (2011), o termo “mineração de dados” é frequentemente usado para referir-se a todo o processo de descoberta de conhecimento, adotando uma visão ampla da funcionalidade de mineração de dados enquanto processo de descobrir padrões interessantes e conhecimentos a partir de grandes quantidades de dados, dataficando-os. Esses padrões, podemos entender como os indicadores da política, ou, interesses específicos por determinadas informações durante o processo de produção de um conhecimento, ou seja, de desvelar a realidade.

No entanto, sobre essa percepção da mineração, a Entrevistada E discorda a partir das dificuldades encontradas pelos trabalhadores sociais de compreender a lógica da Vigilância Socioassistencial no campo do SUAS. A entrevistada até concorda com a ideia de que somos mineradores de dados sociais, no entanto,

Quando você diz que somos mineradores de dados, isso pode ser visto de uma maneira pejorativa, ou pode ser vista de uma maneira bastante alvissareira, que é a minha opinião. A gente organiza, elege, analisa, produz uma narrativa, etc, sobre esses dados. Então essa sua hipótese é importantíssima, porque se você fizer uma analogia com a própria mineração, vai ter algumas coisas que servem e outras não, mas no nosso caso, tudo precisa servir, porque nós somos garantidores de direito; até aquilo que não é ouro, valioso, acaba sendo valioso, pois você elege isso eticamente, metodologicamente, para compreender o seu território de vivência, que vai muito além da questão de qualificar uma pessoa para um serviço ou outro, então é valioso, porque nós podemos pleitear a ampliação, expansão de direito, é valioso justamente porque nós elegemos eticamente uma narrativa, uma análise, um diagnóstico e produzimos uma narrativa de defesa de direitos, e não o contrário. A Vigilância não funciona, porque em um município temos cinco SUAS, então ela não é uma inteligência que está no Olimpo, não é uma deusa; a dificuldade da Vigilância é manter-se como função do SUAS, da ciência social, mais do que o sistema, e o objetivo da Assistência Social é uma só, ampliar, abrir a janela. Pra mim, Vigilância é inteligência (Entrevistada E, 2024).

De fato, a mineração dos dados pertence ao processo de trabalho no campo do SUAS, e não a uma função da Política de Assistência Social, daí o limite de se refletir sobre ela. No entanto, embora concordemos que todas as informações sobre a população são importantes para a formulação de novas políticas, programas e projetos que atendam ao movimento do real frente às expressões de desigualdade social, cabe também termos a crítica sobre quem está grudado no Estado, de “olho” nesses dados, como refletimos nos capítulos 2 e 3.

Dessa forma, a partir das entrevistas, é possível notar que os dados ganham uma concepção de retratos da realidade (Entrevistada E, 2024), que nas palavras do Entrevistado D (2024) vão “representar exatamente o grande objeto, da definição e composição de como a política vai atuar de uma maneira mais macro”, em linhas gerais, dataficando a pobreza. O Entrevistado D (2024) menciona ainda que “a atuação técnica vai se debruçar sobre as questões do dia a dia das famílias, mas não vai fugir (...) de conseguir enxergar aquele território todo”, ponto que veremos a seguir a partir de como o trabalho profissional tem sido realizado perante os dados.

4.3 Trabalho profissional na relação com os dados

Sobre o trabalho profissional no campo do Estado e na relação com os dados, o Entrevistado A menciona que, na sua perspectiva, o trabalho social está no campo do imaterial, mesmo propiciando a transformação concreta da realidade da população. Porém, mesmo com a transformação da realidade, do ponto de vista do trabalho, “o norte dentro da coisa pública é a revelação de desproteções sociais, e a

Vigilância tem muito a ver com isso, para garantia de uma proteção social não contributiva” (Entrevistado A, 2024).

Nesta perspectiva, a Entrevistada B apresenta que o trabalho em torno dos dados, realizado pelos trabalhadores sociais como um todo, acaba por ser o de inserção dos dados da população no circuito dos sistemas do SUAS, “basicamente é a equipe técnica do PAIF , PAEFI e eventualmente do SCFV e serviços da base. Equipes que estão no atendimento e que depois vão no sistema e registram o que aconteceu” (Entrevistada B, 2024). A trabalhadora afirma ainda que os dados e informações que ela utiliza enquanto Vigilância Socioassistencial são de profissionais de nível superior vinculados aos serviços do SUAS, considerando a diversidade que é a composição das equipes sociais.

Essa informação nos fez refletir sobre uma hierarquia dentro do próprio SUAS, quando falamos da produção dos dados da Política de Assistência Social, cuja base são as informações do prontuário SUAS, o que é diferente dos cadastradores do CadÚnico que são profissionais, em sua grande maioria, de ensino médio. A produção de dados desta política é majoritariamente qualificada, considerando que os profissionais de nível superior detém um acúmulo maior de métodos de observação da realidade que permitem produzir um dado mais “qualificado”, no sentido de informações mais elaboradas.

Na experiência de Vinhedo, os profissionais que são responsáveis por “alimentar os sistemas” possuem senha, com níveis de acesso de visualização dessas informações, o que pode garantir limites de acesso a informações pessoais da população. No entanto, os gestores da área certamente possuem uma senha “master” (aquela que acessa todos os níveis do sistema) e assim conseguem acessar os dados produzidos. Embora o poder público possa determinar o que é público ou não (dados os limites técnicos sigilosos) das informações da população, nos preocupa o uso político que se faz dessas informações. No campo da Vigilância Socioassistencial, a Entrevistada B comenta que o tratamento desses dados passa por uma “limpeza”, no sentido de fazer escolhas de qual informação se quer gerar ou juntar com determinados dados:

Temos várias limpezas, pois muitas vezes chega alguma solicitação para o setor, vinda do gabinete, do gestor, geralmente é sobre a pobreza, por exemplo, onde estão os benefícios do Bolsa Família, sempre como uma

ação pontual de alguma coisa que eles querem fazer. Eu não deixo de entregar essa informação, mas eu também a qualifico, a partir daquilo que eu entendo, passo a informação, e junto coloco outras colunas, às vezes coloridas, às vezes como gráfico, eu vou escolhendo de acordo com quem irá analisá-la, e fazemos sim, essa limpeza estratégica (Entrevistada B, 2024).

De maneira geral, o trabalho social em torno do tratamento de dados, dada os seus limites institucionais, está no sentido de qualificação dos dados de realidade, mesmo tendo relatos da entrevista que o trabalho se resume apenas à coleta e não à sua análise (Entrevistada C e E). A Entrevistada E menciona que “trabalhar com dados não é trabalhar com planilhas, nem com gráficos, nem com mapas, é trabalhar com inteligência”. Ao nosso ver, a coleta seletiva é uma forma de análise, mesmo que essa análise não seja um conhecimento amplamente divulgado pela “gestão”. É como se fosse uma instância de validação e direcionamento da leitura de realidade, lugar extremamente estratégico para se pensar, propor, influenciar a política.

O Entrevistado F, ao se referir ao surgimento da motivação para a criação dos registros mensais de atendimento nos CRAS/CREAS, diz que “era porque havia um certo questionamento sobre a qualidade do preenchimento dessas informações no censo SUAS (...) onde se procurava ter uma ideia da carga de serviço prestado (...) a partir do preenchimento das informações nesses censos” (Entrevistado F, 2024).

A Entrevistada C, quando provocada a pensar sobre a limpeza dos dados enquanto trabalho no SUAS, em especial na DRADS, concorda que existe esta instância de escolhas, ou seja, de limpeza dos dados para determinadas finalidades. Ela afirmou que a Secretaria Estadual de Assistência Social direciona os dados fornecidos pelos municípios à DRADS para qualificação. “Eles pegam essa informação pelo estado todo, encaminham para as DRADS e a gente faz uma limpeza” (Entrevistada C, 2024).

Estamos chamando, aqui, a limpeza de qualificação, característica do trabalho social no campo do tratamento de dados. Isso porque o Entrevistado D, a partir da experiência de São José do Rio Preto, ao refletir sobre o histórico de implementação de sistemas que possibilitam a circulação dos dados e sua qualificação, afirma que a prática que os trabalhadores sociais utilizavam em

prontuários de papel era “escrever da sua forma, muitas vezes debaixo do braço, e até se achando dono daquela informação. Mas observamos que a informação não é da unidade e nem do profissional, a informação é da família” (Entrevistado D, 2024). Tanto a detenção da informação quanto a titularidade dos dados, são ideias importantes para a reflexão, na medida em que o desejo dos trabalhadores sociais de deter as informações pode ser interpretado como compromisso com a proteção dos dados, e não necessariamente uma privação dos dados. O Entrevistado D coloca como um espaço de embate entre os diversos profissionais:

Tivemos alguns embates com alguns profissionais que não aceitavam, por exemplo, que a Proteção Básica ou a Proteção Especial tivesse acesso aos registros uma das outras, e não era uma questão de sigilo profissional, são informações do prontuário da família atendida, onde o profissional tinha essa relutância em dizer que aquilo não poderia ser colocado para que um outro profissional tivesse acesso (Entrevistado D, 2024).

Eis aqui o velho dilema entre o que são materiais técnicos-sigilosos e o que se pode compartilhar. Isso nos leva a reflexões que parecem ainda não apresentar consenso, como por exemplo: *o que é sigiloso para o Serviço Social? O registro profissional? O histórico da família? O que é sigiloso para aquele serviço, é importante registrar? Se sim, com que finalidade? Como? Quem poderá ter acesso? O que isso irá mudar para o acesso a determinados direitos sociais que por vezes se limitam a informações que normalmente estão em outro campo?* Essas são reflexões que nos possibilitam pensar que os dados produzidos sobre as famílias são marcas que dificilmente sairão do sistema. Portanto, cabe a indagação: *quais marcas queremos deixar sobre as famílias que atendemos?*¹²⁸

O entrevistado D compartilhou uma experiência positiva a partir de uma assessoria, observando que esta

conseguiu unir e fazer com que o objetivo da Vigilância como um todo, produção de informação, identificação de situações de vulnerabilidade, ameaças que poderiam tornar-se um risco, tudo deveria estar completamente alinhado com o que a equipe buscava, desde a composição do primeiro diagnóstico, onde optamos por produzir localmente pela equipe de Vigilância, não sendo um diagnóstico encomendado, então toda essa vivência das diversas situações que a gente estava conseguindo fazer a leitura dos territórios foi essencial para que a equipe estivesse a todo tempo sintonizada e envolvida com aquilo que a Vigilância tem como propósito (Entrevistado D, 2024).

¹²⁸ Recentemente, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) lançou o E-book Produção de Documentos e Emissão de Opinião Técnica em Serviço Social (2022), nele há orientações acerca do sigilo profissional nos atos de registro de informações pessoais. Deve-se compartilhar “o que for estritamente necessário para o acesso ao serviço ou programa” (CFESS, 2022, p. 154).

A experiência compartilhada destaca a importância de uma assessoria eficaz que não apenas uniu a equipe, mas também garantiu que os objetivos da Vigilância estivessem alinhados com as necessidades e realidades locais. Ao optar por produzir o diagnóstico localmente (em vez de encomendá-lo externamente), fez com que a equipe de Vigilância demonstrasse um compromisso com a compreensão direta das nuances e desafios específicos enfrentados pelos territórios em suas realidades. Cabe dizer ainda que a vivência e a leitura dos territórios permitiram que a equipe se mantivesse constantemente sintonizada com os propósitos da Vigilância.

A escolha coletiva do sentido do trabalho é sempre uma saída estratégica, uma vez que o alinhamento de princípios como o de não identificação de determinados dados que podem expor famílias e/ou territórios, acaba por ser o processo de qualificação dos dados, as escolhas que direcionam leitura preservando privacidades. Quando questionado sobre o processo de implementação dos sistemas no SUAS, o Entrevistado F (2024) nos trouxe que os “questionários foram recebendo quesitos e mais quesitos, sem uma reflexão crítica sobre a possibilidade de substituições de determinados tipo de informações e assim por diante”. Isso porque na época,

não cabia uma discussão metodológica a respeito de redundância ou não da informação, detalhamento excessivo ou não da informação preenchida, porque o debate era um debate sobre a legitimidade das políticas, e nosso tempo não era esse, então era preferível manter e agregar novas informações do que correr o risco de retirar alguma informação que poderia ser absolutamente fundamental para o aprimoramento das políticas dos serviços sócio-especiais (Entrevistado F, 2024).

A Experiência de São José do Rio Preto fala muito do cuidado da sobreposição de abordagens, e percebemos também que a Política de Assistência Social poderia dialogar melhor com as demais políticas para evitar a propagação e perda do controle dos dados. Sabemos que o gov.br¹²⁹ pode ser lido como essa tentativa na perspectiva cadastral, porém no SUAS o cuidado deve estar no sentido do registro dos dados relacionais, que ultrapassam as barreiras cadastrais.

Então, o trabalho profissional mediado por sistemas informacionais caminha na perspectiva da qualificação dos dados, a partir dos atendimentos da população

¹²⁹ O gov.br reúne, em um só lugar, serviços para o cidadão e informações sobre a atuação de todas as áreas do governo.

em suas necessidades sociais e acesso a direitos, que passa obrigatoriamente pela coleta de dados para ter acesso a informações e acaba por receber um “selo” de uma dada classificação de perfil populacional.

No entanto, há de se refletir que independente do uso dos sistemas na mediação do trabalho social, de quem é a propriedade dos dados é uma questão que paira no ar, seja do que escrevemos e registramos sobre a família, como também da circulação dessas informações no acesso a direitos, princípio que deveríamos usar em todo ato de coleta de informações. *Esse dado vai servir para quê? Para acessar direitos ou construir uma determinada concepção sobre a família?* A Entrevistada C compreende o processo de coleta como uma investigação por meio dos dados, e não necessariamente uma invasão de privacidade, que ao nosso ver, acaba sendo este uma das dimensões contraditórias do trabalho social.

Isto posto, todas as pessoas entrevistadas foram genéricas quanto ao conhecimento do destino dos dados, seja virtualmente, seja fisicamente. A maioria relatou que o trabalho social no campo do tratamento de dados se finda na qualificação¹³⁰ pois há um limite de se pensar para onde vão esses dados, seu armazenamento físico e virtual. A propriedade e o destino dos dados coletados no trabalho social levantam questões fundamentais sobre privacidade, ética e transparência. A preocupação com quem controla e utiliza esses dados tem que ser um alerta constante, pois é através deles que podem incidir diretamente no acesso aos direitos da população e na construção de conhecimento objetivo sobre suas necessidades sociais.

A falta de nitidez sobre o destino dos dados coletados cria uma sensação de incerteza e insegurança entre os usuários dos serviços e os trabalhadores, pois a ausência de acompanhamento do fluxo das informações, de como estão sendo utilizadas e quem está no seu controle, pode se transformar em barreiras no acesso a direitos sociais, uma vez que a informação é a base de cadastro na proteção social.

¹³⁰ A qualificação dos dados no âmbito do SUAS, segundo as entrevistas realizadas, é o processo de correlacionar dados frios/brutos em informações referenciadas na realidade e correlacionadas com outros dados e informações. Normalmente este processo ocorre no âmbito da Vigilância Socioassistencial ou na DRADS para atender a solicitações eventuais ou a mensurações cotidianas dentro dos sistemas da Política de Assistência Social.

Além disso, a fragmentação do processo de trabalho social e a falta de compreensão sobre os impactos da coleta indiscriminada de dados podem comprometer os resultados do trabalho social. É essencial que os trabalhadores envolvidos no trabalho social tenham uma compreensão mais profunda do contexto em que estão operando e das implicações de suas ações na vida das pessoas atendidas. Ainda, a fragmentação do trabalho como um todo nos preocupa pois, como veremos adiante, os profissionais têm dificuldades de compreender os rebatimentos da coleta indiscriminada dos dados na vida da população usuária, que de maneira geral se dá no atendimento diário para a quantificação do trabalho ou preenchimento dos sistemas que fazem a mediação do trabalho, ponto de atenção que gostaríamos de deixar registrado.

Portanto, é necessário promover espaços de discussões para apreensão do circuito dos dados no campo da proteção social no Estado, iniciativa que julgamos ser ética e que visa a qualificação e a transparência na coleta e utilização dos dados do trabalho social. Isso requer uma reflexão crítica sobre os valores e princípios que devem orientar o trabalho social, bem como um engajamento mais amplo com as comunidades atendidas para garantir sua participação e consentimento no processo de coleta de dados.

De maneira geral, o trabalho das instâncias de tratamento de dados do SUAS nos faz pensar no rigor (e na necessidade de qualificação) da fiscalização do Estado sobre a população, que em nossa análise se dá também por via dos sistemas informacionais da Política de Assistência Social. Percebemos muitas camadas de vigilância que mais observam e quantificam os dados do que intervêm nas realidades, sendo este um movimento a ser mudado. Afinal, o trabalho da Vigilância Socioassistencial (e das instâncias de tratamento de dados) deve servir ao aprimoramento das intervenções sociais, e nos parece que essa não tem sido a direção.

No entanto, essa função de “organizador dos dados” que as instâncias de tratamento de dados (Vigilância Socioassistencial e a DRADS) têm ocupado nos remete diretamente ao que Zuboff (2020) chamou de digitalização do trabalho, pois a partir das entrevistas percebemos que está em curso uma implementação (mesmo que tímida) de sistemas automatizados para análise dos dados, talvez por isso que

essas instâncias devem servir apenas para organizar os dados para as máquinas lerem e analisar, na racionalidade de quem encomendou os sistemas.

A tendência crescente de automatização e de digitalização do trabalho, especificamente no contexto da coleta e análise de dados, leva o Estado a implementar instâncias (a nosso ver, como a Vigilância Socioassistencial e a DRADS) para organizar banco de dados, pois os sistemas automatizados precisam de bases sólidas e organizadas para processarem os comandos, essencialmente delegando parte do trabalho de interpretação e análise para algoritmos e sistemas computacionais, e parte para o trabalho humano.

Sendo assim, as instâncias de tratamento de dados estão, em última análise, servindo como intermediárias entre os dados brutos e as máquinas que realizam a análise, seguindo a lógica e os propósitos definidos pelos que encomendaram e desenvolveram esses sistemas (os capitalistas e seus mercados). A objetividade, a transparência e a adequação das análises resultantes são questões que devem ser debatidas, bem como o impacto dessas práticas na qualidade do trabalho social e na proteção dos direitos da população e de sua privacidade.

Esse entendimento surge ao observarmos o movimento do governo federal a partir da adesão à cultura de dados abertos. A partir do Decreto Nº 10.046, de 9 de outubro de 2019, que dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados, é possível notar que pelo discurso de disponibilização dos dados públicos para a população (e para o mercado), o Estado poderá, através de sistemas automatizados, ampliar seu poder de fiscalizar e vigiar a população. Um grande exemplo disso é a análise de Bitencourt e Martins (2023) sobre inteligência artificial nos órgãos constitucionais de controle de contas da administração pública brasileira. As autoras se referem ao uso da inteligência artificial no âmbito do controle das contas públicas, dando ênfase ao processo da predição da decisão dos tribunais de contas.

Dentre essas funções, destacam-se a predição e a decisão. A predição disponibiliza diferentes cenários ou alternativas de ação pública, dessa maneira estrutura e promove a celeridade na tomada de decisões, apresentando possíveis correlações entre massivas bases de dados, que supostamente não seriam de fácil percepção para o servidor.

Em contrapartida, a imputação de algoritmos mandatórios na máquina permite a automação de decisões, sem qualquer intervenção humana. Ademais, outro cenário do uso de IA seria municiando a tomada de decisão, através dos dados processados por ela, logo a máquina depende de uma deliberação humana, tendo associação com os atos administrativos discricionários. Portanto, atuam de forma indireta nos atos decisórios.

Nos modelos preditivos mantém-se a imprescindibilidade da instância revisora das decisões algorítmicas, além de ser necessário zelar pela presunção da inocência, uma vez que os falsos positivos podem marcar presença (Bitencourt e Martins, 2023, p. 8-9).

As análises apresentadas pelas autoras levantam questões importantes sobre o uso de sistemas de informação e gestão algorítmica no SUAS. A distinção entre predição e decisão, bem como a discussão sobre a automação de decisões por meio de algoritmos, são questões complexas que desafiam eticamente o uso dessas tecnologias. Isso porque a capacidade de predição oferecida por algoritmos pode ser útil na estruturação e agilização da tomada de decisões (como, por exemplo, suspensão de benefícios de transferência monetária se detectadas “incongruências” de informações), especialmente ao apresentar possíveis correlações entre grandes conjuntos de dados, como são as bases de dados das políticas sociais. No entanto, é importante reconhecer que a automação total das decisões pode resultar em uma desprofissionalização da oferta de proteção social e, conseqüentemente, em possíveis injustiças e/ou discriminações. A necessidade de revisão humana das decisões algorítmicas é essencial para garantir a justiça social.

Além disso, Bitencourt e Martins (2023) refletem sobre o aprendizado¹³¹ de máquina, que neste cenário interferirá no trabalho profissional com dados. As autoras apresentam alguns modelos existentes que têm sido utilizados por instâncias de controle do Estado, como o Tribunal de Contas de São Paulo, que instituiu um robô chamado Íris, cujo nome significa Informações de Relevante Interesse Social (ÍRIS). Este robô integra diversas informações, como dados de

¹³¹ As autoras compartilham que o aprendizado de máquina (*machine learning*) refere-se ao processo no qual o computador aprende com ele mesmo, “sobrepasar o originalmente programado e ‘evoluir’ enquanto há o processamento de informações, essa é a característica do *machine learning*, onde esses algoritmos recebem modelos de execução ideal de tarefas, sendo treinado através da repetição. Cada vez que o algoritmo realiza aquela atividade se torna mais eficaz (...). Entre as modalidades de *machine learning* (ML) estão: *supervised learning* (aprendizado supervisionado) em que um agente humano ou outra IA supervisionam por meio da classificação de dados. Já no *unsupervised learning* (aprendizado não supervisionado) a máquina aprende a lidar com dados brutos, sem uma figura supervisora. Através desse aprendizado, pode-se notar um risco sistêmico: a *black box* (caixa preta), que surge quando um algoritmo decide de uma forma que é muito difícil explicar para a pessoa média, portanto é possível perceber os dados de entradas e os dados de saída, mas as operações internas são extremamente complexas e não muito bem entendidas” (Bitencourt e Martins, 2023, p. 8-9).

receitas, despesas, dotações, empenhos, zeladoria, regionalização, fornecimentos, licitações, tutoriais, dados abertos, entre outros, que são lidas de forma artificial por ele (Bitencourt e Martins, 2023).

Sobre este ponto, pensemos também no Número de Identificação Social, NIS, que é o garantidor do acesso a diversos programas sociais do governo, ações que nem sempre passam pela mediação da Política de Assistência Social, como foi o caso do Auxílio Emergencial, programa criado durante a pandemia de Covid-19. O acesso a ele dava-se única e exclusivamente por aplicativo sem qualquer mediação técnica profissional, e nem associação a qualquer política social, o que acabou por desprofissionalizar a assistência à população mais vulnerável.

Nesse caso, a Política de Assistência Social está participando da produção/organização/sistematização de um grande banco de dados sobre a população beneficiária para a incorporação de inteligências artificiais que poderão servir não propriamente para a oferta de novos serviços adequados às suas necessidades, mas sim para intensificar o controle sobre ela, sem que os “produtores” desses dados tenham conhecimento e controle sobre isso. Ou seja, novamente aparece aqui a questão do fluxo e destino dos dados, que são apropriados por assistentes sociais e demais trabalhadores sociais e seu uso por outras instâncias externas ao SUAS, passando muitas vezes pela intermediação de empresas contratadas, com pouca ou nenhuma transparência para todos os envolvidos, inclusive a própria população, o que é o mais grave! Diante disso, vejamos a relação do Estado com as empresas que prestam serviços de tratamento e armazenamento de dados.

4.4 O relacionamento entre o Estado e as empresas no campo do tratamento de dados

Como vimos no capítulo 3, a parceria entre o Estado e as empresas que atuam na área de Assistência Social, através da venda de sistemas e também da prestação de serviços de manutenção e armazenamento de dados, alarga o conceito da terceirização como a externalização de um serviço que deveria ser realizado pelo Estado, por meio de um contrato de prestação de serviços, para a posse de dados públicos por empresas privadas para fins mercadológicos.

O Entrevistado A (2024), ao refletir sobre o lugar dos sistemas enquanto aliados para organizar os dados e compreender as desproteções vivenciadas pelas famílias, cita Marc Augé, etnólogo e antropólogo francês que ficou muito conhecido pelo livro *Não-Lugares* (1992). Sá (2014), ao pensar sobre as obras de Marc Augé, comenta que o autor tem um traço característico ao pensar o quanto o *não lugar* provoca a perda de nós, mesmo quando em grupos e em sociedade, pois entende que prevalece apenas o indivíduo solitário perante o todo. Ao se referir à alteridade no campo das identidades, Sá (2014) menciona ainda o seguinte:

Os três tipos de alteridade apresentados pelo autor – social (diferença de sexo, idade, classe social etc.), íntima (aquilo que cada um consegue fazer de si próprio) e completa (o estrangeiro, entendido como o inimigo) (cf. Idem, *ibidem*) – sempre existiram na história das sociedades. Mas o que se passa hoje, no período que Augé denominou sobremodernidade, marcado pelos excessos de acontecimentos, imagens e referências espaciais e individuais (cf. Augé, 1994a), é a perda da categoria do outro (...) (Sá, 2014, p.211).

Pensar a alteridade na relação com os sistemas informacionais nos parece interessante para refletirmos sobre o quanto os sistemas transformam nossas identidades. Por exemplo, quando vou me cadastrar no CadÚnico do governo, adquiro um Número de Identificação Social - NIS que passa a ser a forma como o sistema me identifica. Esse número é o conjunto de informações sobre a minha realidade que, a partir do ato do cadastro, passa a ser uma marca lógica, com um novo significado. Questão que remete ao capítulo 1 quando tratamos da concepção de objetivação, que não implica na extinção da natureza, mas sim na sua metamorfose conforme os anseios humanos, o que significa dizer que a intervenção humana molda o ambiente de acordo com suas aspirações e necessidades.

Com base em Marc Augé, os dados nos sistemas informacionais da Política de Assistência Social, segundo o Entrevistado A (2024), ficam no *não lugar*.

Se, por um lado, os “não lugares” permitem uma grande circulação de pessoas, coisas e imagens em um único espaço, por outro transformam o mundo em um espetáculo com o qual mantemos relações a partir das imagens, transformando-nos em espectadores de um lugar profundamente codificado, do qual ninguém faz verdadeiramente parte. Como afirma Gérard Althabe, a relação de cada um com o planeta é uma relação direta, sem mediadores, é “a imagem vertiginosa da solidão” (Idem, pp. 135-136). A relação com o outro é minimizada em detrimento da relação com nós mesmos – não temos tempo para estar/parar, estamos de passagem, em viagem, espaço onde a ação racional se impõe à vida de qualquer coisa: “O não lugar é o espaço dos outros sem a presença dos outros, o espaço constituído em espetáculo (Augé, 1994b, p. 167)” (Sá, 2014, p.211-2012).

Parece interessante pensar o lugar dos dados no sistema por esta perspectiva porque a cultura gerencialista do Estado reduz os dados sociais a espetáculos, traduzidos das mais diferentes formas (mapas, gráficos, indicadores, censos, diagnósticos, etc.). Um outro ponto que nos parece interessante é pensar no que a autora destaca sobre a capacidade do *não lugar* de aumentar a circulação das pessoas (dados) como também de esse mesmo dado ser codificado, como vimos no exemplo do NIS ao transformar a identidade em um código, e também a própria textualização do trabalho, como vimos no capítulo 2. Parece acertada a análise do Entrevistado A (2024) ao provocar tais reflexões, entendendo que o *não lugar* dos dados tem sido o espaço do *tudo* (a centralização de dados e informações) e do *nada* (ao nada se fazer com isso).

O desejo de tudo fazermos em um período de tempo cada vez mais curto, de não perdermos nada do que se passa já não só à nossa volta, mas também no mundo, não permite a vida nos espaços físicos que ocupamos. Os espaços físicos transformam-se em meios que possibilitam a interação no espaço virtual: nunca estamos onde estamos fisicamente – contatos, informações, publicidade (celulares, computadores, cartazes, monitores, alto-falantes) –, tudo isso nos transporta para outras realidades, problemas, alegrias, desejos, nos faz sonhar sem o sonho. Essa substituição do espaço real pelo espaço virtual surge como um constrangimento que parece libertar-nos e manifesta-se nas transformações que estão a emergir na organização do espaço, das quais não nos damos conta facilmente, porque parecem a resposta mais simples à resolução dos nossos problemas do dia a dia (Sá, 2014, p.212).

A transposição do mundo real para o mundo virtual representa um constrangimento significativo, seja no âmbito do processo de trabalho, como também no rebatimento na vida da população. Isso porque, no campo do trabalho, intensifica-se a necessidade de fazer uso do registro para tudo, como se não importasse a narrativa da pessoa atendida ou o que se sente quando em visitas *in loco*. Tudo, a todo tempo, é reduzido à capacidade descritiva do que se faz, do que se vê, do que se observa.

Ao nosso ver, perde-se a noção da realidade em detrimento da construção de uma virtualidade, que tem resultado futuro (predição) em um tempo que é presente. Na vida da população, essa situação rebate tanto em não atenção às necessidades compartilhadas, como também em segregação social maior, uma vez que a atualização dos dados e informações de determinados grupos populacionais se dará em um outro ritmo, dada as dificuldades estruturais presentes nos serviços públicos atualmente.

Perante a esses desafios do Estado, as empresas de tecnologia aproximam-se de propostas de soluções para a organização dos dados do Estado, em um movimento suspeito de adquirir expertise para futura mercadorização de tal experiência. A Entrevistada B compartilhou que vivenciou um caso em que uma empresa, a partir da prestação de serviços, moldou seus planos de negócios para vender a outras empresas e/ou prefeituras. Esta empresa, inclusive, era a única que conseguia cruzar os dados públicos (como os do CadÚnico) com os dados privados do município. A Entrevistada B menciona que a sensação é de que a empresa privada quando adentra o Estado com propósito de organizar a estrutura administrativa pública, acaba colhendo mais os dados da população para o seu aprimoramento do que necessariamente para solucionar o problema que deu origem a sua contratação.

A Entrevistada E, quando questionada sobre o mercado de dados, como também sobre o de sistemas privados para a gestão pública, comenta que quem criou esse nicho de mercado fomos nós mesmos, daí a ideia de uma política em construção: “hoje, realmente existem empresas especializadas em montar sistemas, e elas só tiveram lugar, porque nós não tivemos tempo de fazer isso nacionalmente” (Entrevistada E, 2024). A entrevista reflete ainda sobre alguns cuidados que deveríamos ter:

Primeiro, eu não consigo admitir um termo de referência, ou um contrato, que não deixe um legado, uma base de dados para o município, segundo empresas que fazem das secretarias entidades reféns, falando que irão apagar todos os dados, é necessário ter backups diários na nuvem da secretaria, do município, onde for, mas as pessoas não pensam nisso, não pensam nesses detalhes, porque nós que construímos, que produzimos os dados, e esse é um dado da Assistência Social e não das empresas (Entrevistada E, 2024).

A entrevista nos leva a pensar sobre a privatização dos dados públicos, os quais nos levantam uma série de preocupações e cuidados que devem ser considerados para proteger o interesse público e garantir a transparência e o acesso democrático à informação. Portanto, é essencial que haja cuidados rigorosos ao considerar este movimento – de privatização dos dados públicos – nas políticas sociais.

É importante garantir que os interesses da sociedade sejam protegidos, que os dados sejam gerenciados de forma segura. Como Augé (1998, p. 7 *apud* Sá,

2014, p. 212) nos disse: “todos nós temos a impressão de estarmos sendo colonizados, mas sem que saibamos ao certo por quem”. A exploração e extração de dados de populações ou regiões específicas do mundo de maneira semelhante à exploração colonial de recursos naturais, além da escravização de povos, é um movimento que deve estar na agenda permanente de discussão.

O colonialismo de dados compreende a coleta, processamento e uso de dados provenientes de países ou comunidades em desenvolvimento por empresas (como o grupo GAFAM) e entidades externas (Como o Banco Mundial, FMI, entre outros) à nação e é uma prática que deve ser denunciada, enfrentada e combatida. Para isso, o Estado tem um papel estratégico e fundamental a partir da implementação de regulamentações de extração, armazenamento e tratamento de dados, além de incentivar iniciativas de cooperação e compartilhamento de dados que beneficiem a sociedade como um todo, em vez de privilegiar interesses comerciais particulares. Com base nisso, vejamos os principais sistemas utilizados hoje nas instâncias de tratamento dos dados no âmbito da Política de Assistência Social.

4.5 Instrumentais e sistemas de interlocução

Inicialmente, cabe dizer que algumas entrevistadas disseram que há no campo do SUAS uma sobreposição de sistemas, ou seja, um conjunto de sistemas que coletam as mesmas informações com origens distintas. Embora o gov.br possa ser uma tentativa de aglutinar informações em uma mesma base de dados, esta iniciativa não tem reduzido o uso dos demais sistemas do SUAS, que são de maneira geral, a partir das entrevistas, os seguintes:

Tabela 6 - Sistemas utilizados pela Vigilância Socioassistencial nos municípios entrevistados

PRINCIPAIS SISTEMAS USADOS
VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL
CadÚnico - Cadastro Único (CadÚnico), instrumento utilizado para identificar e caracterizar as famílias brasileiras, para fins de inclusão em programas sociais;
CECAD - Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico.
ID - Indicador de Desenvolvimento

RMA - Registro Mensal de Atendimentos

SENARC - Secretaria Nacional de Renda de Cidadania

SISC - Secretaria Nacional de Assistência Social

SOCIAL SMART - O AISR *Social Smart* é um sistema de informação que foi desenvolvido para atuar no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e para suportar a formulação de propostas de gestão de ofertas com a articulação das várias dimensões da realidade institucional, de modo que possa gerar informações qualificadas e adequadas para oferecer às unidades de gestão condições de interferir nos processos e, ao mesmo tempo, favorecer a relação intersetorial exigida;

SIGAF WEB - Sistema Integrado de Gerenciamento da Assistência Farmacêutica;

RELCAD - Relatório de Informações Gerenciais do Cadastro Único;

Fonte: elaboração própria, 2024.

Tabela 7 - Sistemas utilizados pela DRADS a partir do relato da entrevistada

PRINCIPAIS SISTEMAS USADOS
DRADS
CGE - Centro de Gerenciamento de Emergências; E-gov - Governo Eletrônico GSUAS - <i>Software</i> para gestão do Sistema Único de Assistência Social, o Prontuário SUAS digital e <i>on-line</i> ; ID CRAS CREAS - Indicador de Desenvolvimento; PMAS WEB - Sistema dos Planos Municipais de Assistência Social; RMA - Registro Mensal de Atendimentos; SAA - Sistema de Autenticação e Autorização; SICON - Sistema de Condicionalidades;

Fonte: elaboração própria, 2024.

De forma geral, os entrevistados destacaram a necessidade de dedicar esforços à organização dos dados para alimentar esses sistemas. No entanto,

observou-se que nem todos os sistemas são eficientes na geração de relatórios ou na facilitação do tratamento de dados. Isso resulta em um foco excessivo na organização e limpeza dos dados, o que muitas vezes sobrecarrega as equipes (no caso da Vigilância Socioassistencial) ou os municípios (no caso das DRADS), que são cobrados a fim de fornecer ao governo federal acesso às informações produzidas pelos serviços do SUAS.

Além disso, percebe-se que há uma sobreposição de sistemas, onde a mesma informação precisa ser alimentada em diferentes plataformas, agravando ainda mais o volume de trabalho das equipes envolvidas. Nesse contexto, é crucial ressaltar que muitas vezes esses sistemas não são percebidos como aliados no trabalho cotidiano, mas sim como demandas adicionais que consomem tempo e recursos valiosos.

Através das entrevistas, foi possível notar que as equipes vêm dedicando uma parcela significativa de seu tempo à tarefa de preencher esses sistemas, muitas vezes sem que estes forneçam os recursos necessários para facilitar o trabalho de tratamento, análise de dados ou apoio ao trabalho social. Essa situação resulta em uma sobrecarga adicional, desviando o foco das atividades essenciais de atendimento e suporte à população usuária para atividades burocráticas. Em outras palavras, os recursos humanos e financeiros que poderiam ser direcionados para melhorar o atendimento são, ao invés disso, consumidos na gestão e organização de dados para atender às exigências dos diferentes sistemas.

Nota-se ainda que a falta de integração entre os sistemas resulta em atrasos na disponibilização de informações para a formulação de políticas públicas, repasse de verbas ou alocação de recursos. Portanto, é essencial repensar não apenas a eficiência dos sistemas de informação, mas também a forma como são concebidos e implementados. Os sistemas devem ser projetados de forma a realmente apoiar e facilitar o trabalho das equipes, garantindo uma gestão mais integrada e eficiente dos dados. Em vez disso, tem burocratizado e distanciado o trabalho social de sua real função. Diante dessa realidade, refletimos sobre as consequências para a vida da população usuária, um aspecto que exploraremos no próximo item.

4.6 Mas e a população? Os rebatimentos no cotidiano da classe que vive da venda de sua força de trabalho

Quando questionados sobre os possíveis rebatimentos da coleta de dados pelos serviços da Política de Assistência Social, na vida da população usuária, levando em consideração a excessiva captação de dados na mediação deste direito social, a maioria das pessoas entrevistadas disse que esta coleta serve mais ao Estado do que à população, mesmo compreendendo que o Estado faz isso para, em tese, construir a própria política pública.

Em algumas narrativas, foi possível até perceber que a própria trabalhadora, nesta instância de tratamento de dados, não se via como Estado, sendo este também um estranhamento quando da sua reflexão. O entrevistado que respondeu, de forma objetiva, a esta pergunta apresentou o Boletim Informativo Conjuntural que o município de São José do Rio Preto emite anualmente como forma de devolutiva para a população sobre o trabalho realizado no ano, sobre a organização e a sistematização desses dados de forma a entender que a população poderia fazer uso de tais informações.

Este Boletim¹³² nos parece ser uma ideia interessante, pois ele apresenta de forma sintética (gráficos e infográficos) as principais informações do município, que perpassam desde aspectos históricos e políticos, a aspectos físicos, territoriais, demográficos e financeiros. Além disso, apresenta indicadores de desenvolvimento social, econômico, pesquisa, ciência e tecnologia, infraestrutura urbana, turismo, esporte, cultura, lazer e também sobre as instituições públicas.

De maneira geral, a partir das outras experiências, preocupa-nos essa falta de leitura crítica das consequências da coleta exacerbada dos dados pessoais da vida da população atendida no âmbito do SUAS, tendo em vista o já exposto anteriormente sobre a transformação dos dados, quando cooptados por empresas privadas, em ativos de produção de mais valor a partir da manipulação de comportamentos e desejos (capitalismo de vigilância) que, para serem supridos, levam famílias vulnerabilizadas ao endividamento. O aumento das dívidas da classe

¹³² Disponível em:
<https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-content/uploads/arquivosPortalGOV/planejamento/conjuntura/conjuntura-2023.pdf>

trabalhadora, ao consumir o orçamento familiar, gera impactos negativos na capacidade protetiva das famílias, isto é, no acesso a condições mínimas de sobrevivência e de oferta de cuidado aos seus membros – questões que se desdobram em uma multiplicidade de demandas que pertencem ao escopo de atuação da Política de Assistência Social: violação de direitos, dificuldades relacionais familiares e comunitárias, desemprego, entre outras expressões de desigualdade que tem na ausência de renda, o principal desafio para minimizar as consequências das expressões de desigualdade social.

Outro importante rebatimento, na vida da população, guarda relação com a atual bancarização dos benefícios assistenciais e os ganhos do capital financeiro nesse processo, ponto que também não foi mencionado pelos entrevistados. As famílias cadastradas em benefícios de transferência monetária, de forma automática, passam a ser possíveis vítimas de microcréditos, uma vez que seus benefícios são mediados por instituições bancárias, e, como vimos no capítulo 3, tais benefícios são majoritariamente o campo de resposta do Estado no enfrentamento às expressões de desigualdade social diante da necessidade histórica de atender às demandas da população sem esquecer do mercado.

A ausência de reflexões em torno das consequências da coleta de dados, por parte dos entrevistados, é um importante dado desta pesquisa, tanto no que diz respeito a reflexões em torno da bancarização dos benefícios assistenciais, que ao nosso ver é um perigoso campo de endividamento das famílias, como também no tocante ao destino dos dados, revelando uma lacuna que deveria ser enfrentada pelos trabalhadores do Estado.

CONCLUSÃO: A CENTRALIDADE DOS DADOS E INFORMAÇÕES PARA A DATAFICAÇÃO DA POBREZA E DA VIDA

Estamos vivendo em um mundo onde tudo, a todo tempo, está sendo quantificado, racionalizado, codificado, em um ritmo acelerado de dataficação da vida. As tecnologias digitais de informação e comunicação têm possibilitado a digitalização de todas as dimensões da nossa existência, seja o trabalho, os relacionamentos interpessoais, os desejos, etc. Cada ação, interação e transação é intensamente capturada, registrada e transformada em dados que servirão como ativos de produção de valor e mais valor para o capital.

A dataficação da vida tem sido impulsionada pelo aumento do acesso a dispositivos conectados à rede de *internet*, pela disseminação de algoritmos de análise de dados e pela crescente capacidade de armazenamento e processamento de informações. Vivemos em um cenário forjado pelo capitalismo monopolista, que tem dominado o mercado de dados através de estratégias de fusões (a título de exemplo: *Amazon, Apple, Google* pertencem à *Alphabet*; *Facebook, WhatsApp e Instagram* à *Meta*; e *LinkedIn, Skype, Pacote Office, entre outros*, à *Microsoft*), e aquisições por gigantescos conglomerados globais e práticas anticompetitivas, visando consolidar seu poder de mercado e maximizar seus lucros. Isso resulta em uma concentração significativa de riqueza e poder nas mãos de poucas empresas e grupos empresariais.

No campo da gestão e do planejamento público, percebe-se que há um movimento de instituir processos de trabalho cada vez mais baseados em modelos empresariais, padronizados, intensificados e descritivos. Destaca-se o tipo de resultado que esse trabalho tem oferecido: ao invés de dar visibilidade às desproteções sociais com vistas à ampliação da proteção social e de sua cobertura à população socialmente vulnerabilizada, o Estado acaba por repassar os dados para usos privados mercantis, sonogando a devida devolução à população, do que foi elaborado e executado, em termos de intervenções, a partir da coleta dos sus dados (captação de dados para que?).

Ao longo da tese, fizemos alguns destaques sobre a dataficação das relações sociais, partindo do mundo do trabalho através da textualização de seus processos

(Zuboff, 2020) e da consequente instauração da nova morfologia do trabalho (Antunes, 2014; Raichelis, 2020), espraiando as reflexões para o contexto da cultura e do lazer, na captação do superávit comportamental (Zuboff, 2020), entre outros aspectos. Isto posto, percebeu-se que as grandes organizações têm se aproveitado dos dados para tomar decisões por meio do acesso a informações privilegiadas e mais eficientes para os seus próprios fins comerciais e econômicos e, no caso do Estado, ao invés de se ampliar a política pública, a presença destes sistemas tem restringido ainda mais o público atendido, considerando as condicionalidades da oferta de programas sociais e a agilidade do monitoramento sistêmico.

Pensar os espaços de tratamento desses dados, no campo do Estado (Política de Assistência Social), nos apresentou um cenário fundador de muitas instâncias de qualificação da informação, sistemas automatizados que fazem o “trabalho” que os governantes desejam mostrar. Embora esse processo ainda seja tímido no SUAS, atualmente há um movimento crescente de implementação de sistemas automatizados para o gerenciamento dos dados produzidos pelo trabalho social.

É preciso destacar que reconhecemos os limites desta pesquisa, na medida em que o conjunto de trabalhadores (nossos entrevistados) não representam e não correspondem à totalidade das áreas da Política de Assistência Social, e é de nosso conhecimento que outros setores (e municípios) possuem processos automatizados instituídos.

Neste sentido, a coleta de dados no âmbito do SUAS deve ser pensada considerando a heterogeneidade que caracteriza a Política de Assistência Social como uma política em consolidação, que não tem o histórico de investimentos e práticas voltadas à criação de sistemas e do uso da informação como estratégia de proteção social, como é o caso da Política de Saúde e, mais especificamente, da Vigilância Epidemiológica (que serviu de referência para a constituição da função de Vigilância Socioassistencial no SUAS, ressalvadas as especificidades das Políticas de Saúde e de Assistência Social), que atua na detecção de surtos e epidemias, na investigação de causas e fatores de risco associados às doenças, na orientação de políticas de saúde pública e na promoção de intervenções para reduzir a transmissão de doenças e proteger a saúde da população.

A nosso ver, a Vigilância Socioassistencial – enquanto função de um “Estado vigilante das necessidades sociais da população” -, precisa ser deslocado do inegável sentido do termo vigilância como fiscalização e controle social dos pobres. Assim, no campo do SUAS, o Estado e a gestão social pública devem atuar no horizonte de detecção de fatores que restringem a proteção e os direitos de cidadania dos segmentos mais subalternizados da classe trabalhadora, que auxiliem com subsídios para a gestão da política não só no que diz respeito à gestão da informação, mas como referência na elaboração de respostas institucionais baseadas no perfil da população, nas demandas dos usuários dessa política, de forma resolutiva e preventiva, não apenas fiscalizatória.

Percebemos ainda que, a partir da pesquisa, foi possível notar que a demanda gerencial no campo do SUAS nunca foi prioridade, ela sempre ocorreu de forma imediatista e sob demanda (a partir da provocação de agentes externos, como o poder legislativo ou judiciário, ou ainda, da sociedade civil e demais segmentos de controle social), por isso a permanência de formas precárias de registros (como os chamados prontuários em papel), relatórios técnicos, entre outros, que não consolidam informações relevantes capazes de aprimorar a política. Nesse sentido, a demanda gerencial acaba por se reduzir à coleta de dados e informações sem fins estratégicos, enunciativos ou propositivos. O dado aparece como um dado que é dado, não como um aliado na ampliação do escopo da política, o que acaba servindo apenas aos interesses privados e mercantis.

Esse lugar dos dados enquanto um *não lugar* também nos parece uma chave de análise interessante para pensarmos a transformação da realidade vivida em realidade virtual, deslocando o sentir real para uma espécie de “avatar¹³³”, desumanizando processos que já careciam de abordagens mais sensíveis¹³⁴. Os dados, como ativos de valor para o capital, no campo do SUAS, ganham vieses que marcarão todo o contexto de vida da população, instituindo históricos (por meio da

¹³³ Um avatar é uma representação gráfica, muitas vezes personalizada, de um usuário em ambientes virtuais, como jogos eletrônicos, fóruns online, redes sociais, entre outros.

¹³⁴ A título de exemplo, percebe-se que a instituição da Política Nacional de Humanização (PNH) do SUS (desde 2003) alerta para processos em curso de sucateamento do atendimento social nas diversas políticas sociais que têm como público esperado a população em situação de maior desigualdade social. A substituição do atendimento humano por atendimento maquínico certamente não contribuirá para uma abordagem mais empática e acolhedora, premissa de um atendimento humanizado que a cada tempo se desumaniza mais em função da nova morfologia do trabalho com mediação das tecnologias digitais.

historicização dos dados) a partir dos quais torna-se difícil mensurar os rebatimentos e consequências na vida da população a médio e longo prazos. Esta é uma cultura que temos que começar a debater mais amplamente para despertar os cuidados necessários quanto aos processos já instituídos de coleta de dados, como vimos na relação dos sistemas no campo do SUAS em suas sobreposições e parcerias com empresas privadas.

O trabalho profissional na relação com os dados, como analisado ao longo dessa tese, acaba por se reduzir à organização a partir da coleta, qualificação, alimentação em sistema e circulação, carecendo de momentos de reflexão, produção de conhecimento sobre a realidade, devolutiva aos produtores dos dados e também à população que tem seus dados coletados. Os profissionais têm participado de um circuito do qual carecem de conhecimentos sobre a finalidade desse trabalho de coleta e registro de dados, dos produtos que a partir deles são gerados, dos riscos e consequências da veiculação de tais informações, materializando a presença de um trabalho estranhado, ou seja, sobre o qual seus e suas trabalhadores/as não têm controle, nem dos processos nem dos produtos.

Em suma, é fundamental que os profissionais que lidam com dados adotem uma abordagem crítica, reflexiva e ética em seu trabalho, reconhecendo o impacto significativo que suas práticas podem ter na sociedade e buscando promover o uso responsável e transparente das informações. Nessa direção, a partir das entrevistas, foi possível notar movimentos interessantes que podem ser ampliados e compartilhados com o conjunto dos trabalhadores sociais, como o exemplo de São José do Rio Preto, a partir do Boletim Conjuntural e do exercício de trabalhar uma mesma base de dados comum às diversas políticas sociais; a experiência de Vinhedo de estimular os trabalhadores do SUAS a refletir sobre suas práticas, de coletivizar as análises dos dados com os demais trabalhadores e de disputar narrativas com a gestão das secretarias e prefeitura.

O trabalho com dados na política de Assistência Social, tanto através daqueles que produzem os dados, como daqueles que analisam os dados (ou vice e versa ou concomitantemente), não deve estar no horizonte da dataficação da pobreza, pois isso acaba por estigmatizar o lócus de atuação da Política de Assistência Social. O trabalho reduzido a isso exclui as pessoas do acesso aos

direitos sociais, considerando o enquadramento em determinadas classificações, indicadores e condicionalidades que vão servir à restrição do acesso, ao invés de ampliá-lo. Além disso, a falta de controle dos dados por parte de quem produz ou operacionaliza o tratamento dos mesmos, evidencia armadilhas sistêmicas sobre as quais não conseguimos mensurar os rebatimentos.

O cuidado com as empresas de dados é outro elemento fundamental, especialmente considerando o papel significativo que elas desempenham na coleta, processamento e mercadorização desses processos. Temos que insistir que as empresas de dados estejam sujeitas a regulamentações públicas rigorosas para garantir que operem de maneira ética e legal. Ainda, devem ser transparentes sobre suas práticas de coleta e uso de informações, fornecendo à população informações nítidas sobre como seus dados serão utilizados e dando-lhes controle sobre suas próprias informações pessoais.

Essa crescente vigilância, quantificação e racionalização da vida têm despertado para o abuso da invasão de privacidade, segurança e poder, seja pelas empresas, seja pelo Estado. O uso de dados pessoais tem levantado preocupações sobre o estado de vigilância em massa (capitalismo de vigilância), com sequelas como a discriminação algorítmica e a manipulação de comportamento. Diante disso, *como podemos ressignificar essas invasões e abusos de poder?*

Os autores Didier e Bruno (2021), ao refletirem sobre o “estatativismo” como uso militante da quantificação, apresentam o conceito de práticas estatísticas direcionadas às lutas sociais, afirmando que temos que fazer uso desta mesma tecnologia para que ela não fique sob o domínio das grandes empresas. De maneira geral, o “estatativismo” é uma abordagem estratégica que utiliza a quantificação de dados estatísticos como uma ferramenta poderosa para promover a conscientização e a ação em questões sociais e políticas que interessam à maioria da população.

Em consonância com o que discutem os autores, nossa tese buscou contribuir, justamente, com a difusão e apropriação do debate acerca do uso dos dados, especialmente no campo da Política de Assistência Social, com o objetivo de fomentar o pensamento crítico acerca desta temática ainda tão pouco acessível à classe trabalhadora, com destaque para os trabalhadores sociais, que dela fazem parte. Dessa forma, nossa tese buscou oferecer elementos à compreensão crítica

sobre o papel dos dados na sociedade capitalista contemporânea, partindo da premissa de que o conhecimento é o caminho para a utilização dos dados como ferramentas de justiça social e não de exclusão e exploração.

A disputa pela análise e proteção dos dados é a tarefa do nosso tempo. Como vimos no capítulo 1, o ato de nomear a realidade por sistemas de classificação lógicos como as linguagens, as métricas matemáticas, os conceitos, dentre outros, é a forma com a qual nós nos desenvolvemos ao longo da humanidade, é o patrimônio que construímos. Que possamos, então, nos apropriar bebendo em novos conhecimentos de outras áreas para influenciar a visão de mundo a partir da nossa perspectiva crítica, nesta relação com o Estado e mercado.

Embora os dados expressos em narrativas possam assumir uma concepção hegemônica por parte dos detentores dos meios técnicos da informação e comunicação, ou seja, uma concepção particular da classe dominante transmutada em universal (neoliberal), essa dominância entendida como verdade acaba por ser uma métrica comparativa sobre as demais concepções de verdade e de signos linguísticos, processo que Bakhtin (2014) nomeou de consenso entre indivíduos socialmente organizados. Embora os capitalistas detenham os meios de produção, se nos organizarmos, podemos construir novos consensos contra hegemônicos inaugurando espaços de resistências e de potenciais ressignificações. Afinal, a objetivação da vida tem que ser coletiva para que possamos socialmente referenciá-la. Os novos consensos devem se basear em valores de solidariedade, justiça social, sustentabilidade e outros princípios que vão além dos interesses individuais ou comerciais/mercadológicos.

A resistência não se limita apenas à esfera econômica. Ela pode/deve se manifestar em todas as áreas da vida social e política, incluindo questões como justiça racial, de gênero, ambiental e entre outros. Se a população se unir em torno das questões que assolam a sua vida, podem trabalhar para promover mudanças sociais, contribuindo para a construção de uma ordem societária mais livre.

A importância da objetivação da vida de forma coletiva é o nosso caminho estratégico. Isso significa reconhecer que nossas experiências individuais estão intrinsecamente ligadas às experiências dos outros coletivos, e que, portanto, a transformação social tende a beneficiar toda a sociedade. Ao fazê-lo, podemos criar

uma base sólida para a construção de projetos contra hegemônicos que promovam o bem comum e a transformação social.

Vimos que este conhecimento, no capitalismo de vigilância (Zuboff, 2020), é apropriado pelas grandes empresas do norte global, em uma relação de colonialidade com o sul global. Esse movimento explicita a necessidade de organização política do sul global, como vimos no exemplo do capítulo 3, através de Cassino (2021), autor que compartilhou as experiências de países do sul global em organizar eventos internacionais cujo países colonizadores estavam barrados de participar. Tais eventos tinham como finalidade discutir a soberania tecnológica nacional e a integridade territorial, que, nas palavras de Silveira (2021, p. 50), podem ampliar “o controle democrático de dados pela sociedade”.

O capitalismo, ao longo do tempo, vem se desenvolvendo em meio a crises de reprodução, sempre em torno do controle do trabalho – sua principal fonte de lucro – através de tecnologias que precarizam, flexibilizam e intensificam o trabalho, mudanças que Antunes (2014) e Raichelis (2020) chamaram de “nova morfologia do trabalho”.

Neste contexto, as contribuições de Zuboff (2020) ao apresentar o aprendizado do trabalho enquanto uma subdivisão da divisão social, técnica, sexual e racial do trabalho, avançam na análise do trabalho na atualidade e vem ao encontro do que se observa na Política de Assistência Social. É urgente ampliar o debate coletivo sobre as implicações negativas da mediação de benefícios socioassistenciais quase que totalmente por algoritmos de cruzamentos de dados, a partir da aprendizagem do trabalho (textualização do processo de trabalho). Tal processo, ao promover a substituição do agente humano pela máquina no processo de concessão de benefícios, subtrai do trabalho a dimensão propriamente social e dialógica entre sujeitos capazes de transformar a realidade de desproteção e denegação de direitos. Embora o processo de automação digital não seja ainda uma realidade predominante da Política de Assistência Social, foco deste estudo, é possível perceber que através da ideologia neoliberal e do desempenho do Estado gerencial, temos caminhado para este cenário, muito impulsionado pelo mercado que está atento e tem se fortalecido a cada dia na captura dos dados para produção dos ativos de produção de valor.

Neste sentido, chamamos atenção para as parcerias público privadas que têm inaugurado novos cenários de terceirizações, em que as empresas, a partir de um produto (*softwares*), alargam seus serviços e se apropriam de dados públicos para outros fins, que não os de proteção social. Além disso, em macro escala, as grandes empresas de tecnologias e de dados também têm se aproximado dos dados públicos, a partir da oferta de seus armazenamentos espalhados pelo mundo e que nos mantém reféns/dependentes de suas tecnologias, em práticas de colonialidade.

As práticas de colonialidade, por parte do norte global, nos aproximaram das reflexões do que é o Estado na atualidade, neste ideário neoliberal que tem nas recomendações dos grandes organismos internacionais suas referências de bem estar social. Neste sentido, chegamos à dataficação da pobreza ao constatarmos que, na Política de Assistência Social, o principal foco de atuação é a pobreza, com base em uma visão reducionista entendida como ausência de recursos financeiros que possam incidir em situações de violação de direitos. E, para isso, torna-se imprescindível coletar, mensurar, registrar, armazenar, comparar dados sobre os sujeitos *pobres* para melhor enquadrá-los nos indicadores e classificações orientados pela gestão algorítmica do Estado.

Percebe-se que este comportamento do Estado tanto tende a atender aos anseios do mercado, na medida em que entende a pobreza como ausência de recursos financeiros e atuará na perspectiva de estimular o consumo, como bem nos disse Sposati (2016, p.22): “consumo não significa finalidade de política social pública”, como também aos anseios da população, a partir de suas necessidades sociais – contradição ineliminável do trabalho no capitalismo. Diante disso, surge a questão: *como produzir resistências em relação ao poder dos dados?*

Observa-se que o enfoque na coleta de dados do SUAS inicialmente se concentra no controle dos investimentos sociais nessa área. Com o passar do tempo, há uma ampliação do “vigiar/monitorar” os aspectos de pobreza, resultando em um panorama mais abrangente da realidade da população brasileira. No entanto, apesar disso, não se nota o correspondente fortalecimento da proteção social através da ampliação de serviços, programas e projetos no campo social, ou seja, não se nota maior investimento nessa área. Em outras palavras, as lacunas do

Estado no campo da proteção social são cada vez mais evidentes a partir da não capacidade (ou interesse/vontade política) de fornecer respostas estruturais e estruturantes ao enfrentamento da pobreza.

Sendo assim, instala-se o movimento de dataficação a pobreza na Política de Assistência Social através de sua função de vigilância social (ou Vigilância Socioassistencial) desde a sua implementação, na tensa relação entre Estado, empresas e o controle social dos pobres. É importante destacar que a dataficação deve ser entendida como um processo de trabalho, que como tal apresenta resultados, e que conota intensidade/excesso (de coleta e tratamento de dados e informações).

Destacamos que a dataficação da pobreza nada mais é do que o retrato do Brasil que desvela suas desproteções sociais para a ampliação da terceirização do cuidado às famílias e seus membros em maior exposição às expressões das desigualdades sociais, chamando a família, os voluntários e as iniciativas privadas para a assistência (financiadas pelo próprio Estado) aos mais necessitados.

Neste sentido, o retrato das desproteções sociais torna-se campo de produção de ativos de produção de mais valor – seja para as iniciativas privadas com fins lucrativos ou não, uma vez que essas podem investir em nichos específicos a partir das desproteções sociais. Isso quer dizer que o mercado de “olho no dinheiro do pobre” (aquele concedido por benefícios de transferência monetária, que é a forma com a qual o Estado neoliberal enfrenta a pobreza), passa a manipular os comportamentos e desejos da população através de seus dados, bombardeando a população com mercadorias que não suprem as necessidades humanas, levando ao endividamento das famílias atendidas e gerando um ciclo vicioso de dívida, fome e pobreza. Esse é o tom do capitalismo de vigilância no campo da Política de Assistência Social.

Como se não bastasse o empresariamento das políticas públicas, a partir da oferta de softwares (sistemas) e da consequente usurpação dos dados públicos, o Estado, através da política de transparência dos dados, tem caminhado para um cenário ainda mais temeroso, em que, a partir de sistemas automatizados, disponibilizará gratuitamente a toda a sociedade civil, à iniciativa privada e

organismos internacionais, informações valiosas sobre a população brasileira, a serem apropriados sem controle público e democrático sobre seus possíveis usos.

No campo do trabalho social no Estado, nota-se a redução das atividades profissionais de natureza socioeducativa dos diversos trabalhadores sociais que lidam com os dados e informações da população. Há uma notória ampliação da função de cadastramento e organização dos dados pelas equipes sociais, ação inicial à implementação de sistemas automatizados de análise de dados, fato que gostaríamos de deixar como alerta para o que está por vir, ressaltando o que foi exposto sobre a inteligência artificial Íris, do Tribunal de Contas do município de São Paulo, uma inteligência artificial que utiliza os bancos de dados públicos para o monitoramento da população.

Esse cenário suscita preocupações significativas sobre a exposição dos dados públicos e o potencial abuso por parte de governos autoritários ou totalitários. A coleta e o uso indiscriminado de dados por parte do Estado, especialmente quando alimentam sistemas de inteligência artificial como a Íris, podem abrir caminho para a vigilância em massa, a violação da privacidade da população e a manipulação política.

Nas entrevistas realizadas na pesquisa, uma trabalhadora compartilhou a experiência de uma outra profissional do seu setor que foi convidada, pelo governo da França, para explicar o funcionamento do programa Bolsa Família e do sistema SICON (Sistema de Condicionalidades do governo Federal). Na época, o Bolsa Família havia sido indicado pelo FMI e pelo Banco Mundial como uma política de sucesso no enfrentamento à pobreza. A trabalhadora relatou partilhou que, enquanto explicava o sistema de condicionalidades, especificamente o Cadastro Único (CadÚnico), a plateia francesa interagiu dizendo que o formato do programa seria impossível de ser reproduzido na França, pois após a Segunda Guerra Mundial, os europeus jamais aceitariam disponibilizar dados sobre a sua população dessa forma. A entrevistada compartilhou ainda que esse controle que o Estado brasileiro possui sobre a população pobre, é muito grande e guarda o potencial de facilmente localizá-la: “a gente sabe o endereço, o nome, a família, o trabalho, a gente sabe tudo” (Entrevistada C). A reflexão que nos atravessa é: *por que o Brasil compartilha tão abertamente os seus dados?*

A hipótese em resposta a essa questão percorre várias direções, todas elas destacando diferentes aspectos que facilitam a exposição dos dados públicos e os potenciais riscos associados a isso.

Em primeiro lugar, a política neoliberal a brasileira frequentemente se alinha com as diretrizes estabelecidas por organismos internacionais. Desde o surgimento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a disponibilização de dados tem sido enfatizada como parte de uma estratégia de desenvolvimento social e fortalecimento das relações comerciais. Essa orientação política muitas vezes prioriza a abertura de dados como parte de uma agenda de transparência e modernização do Estado, mas ignora as implicações sobre privacidade e segurança da população.

Em segundo lugar, há a perspectiva de oferecer esses dados como ativos de produção de valor para o mercado, alimentando modelos de negócio baseados em análise de dados e sistemas automatizados. Essa tendência é impulsionada pela crescente demanda por informações para tomada de decisões nos setores público e privado. A pesquisa apresentou que há um movimento de empresas com interesses na prestação de serviços de armazenamento, gestão e controle de dados, tanto para aprimorar os seus serviços quanto também para acessar – e dispor – de informações públicas privilegiadas.

Em terceiro lugar, há a preocupação com o controle da população sob o pretexto de vigilância e segurança. A coleta massiva de dados pode ser justificada como uma medida necessária para combater ameaças à segurança nacional, mas também pode abrir espaço para a instauração de governos totalitários que utilizam essas informações para monitorar e reprimir discordâncias políticas e marcadores sociais de classe, raça/etnia, gênero, território, entre outros.

A exposição dos dados públicos no contexto brasileiro é influenciada por uma combinação de fatores políticos, econômicos e sociais. É essencial analisar criticamente esses processos e garantir que os interesses dos cidadãos sejam protegidos em meio às transformações digitais e às crescentes demandas por transparência e eficiência governamental.

Sem dúvida, as tecnologias têm proporcionado um avanço significativo no acesso à informação em todo o mundo. A *internet*, em particular, tornou possível o acesso instantâneo a uma quantidade incrível de dados, conhecimento e recursos. Podemos até afirmar que há uma democratização da informação, com uma potencial capacidade de incluir a população no circuito dos direitos e da informação, no entanto, nos chamam mais atenção os riscos do que a promoção das novidades tecnológicas.

Como vimos no capítulo 4, há um desconhecimento das consequências da dataficação na vida da população usuária dos serviços, o que nos convoca à construção de estratégias políticas, como as seguintes:

- Promover a capacidade interna do Estado para lidar com o armazenamento, coleta e tratamento dos dados, investindo em tecnologias nacionais (rumo à soberania) e capacitação de pessoal na área de ciência de dados e tecnologia da informação;
- Articular quantificação com qualificação social, uma vez que a ênfase excessiva na quantificação de dados e métricas sociais acaba por desconsiderar ou subestimar a diversidade e singularidade das experiências humanas;
- Cuidar para, por meio da dataficação, não estigmatizar territórios e grupos populacionais por suas condições sociais, raciais, sexuais, territoriais, culturais entre outras. Além disso, a dataficação da pobreza levanta preocupações sobre a privacidade e segurança dos dados das pessoas em maior exposição às situações de desigualdade social. Zelar para que a coleta e compartilhamento de informações pessoais necessárias ao trabalho social não exponham a população a riscos de violações de privacidade e uso indevido de dados por parte de governos, empresas ou outras entidades;
- Preservar o sentido da função de Vigilância Social no âmbito do SUAS, na perspectiva de vigiar para proteger e não vigiar para monitorar comportamentos. O vigiar para proteger deve ser função de todos os trabalhadores do SUAS e não deve ser entendido como uma área à parte do “chão” do serviço. Entendemos que não deve ser função do SUAS a dataficação da pobreza. A função do SUAS é

assegurar serviços e programas que promovam proteção e inclusão social, tanto por meio da prevenção das chamadas “vulnerabilidades” (desigualdades sociais), quanto do atendimento especializado a pessoas em situações de desproteção social. Além disso, o SUAS deve promover a participação da população na formulação e controle das políticas sociais;

- Incidir no enfrentamento do aprendizado do trabalho por máquinas e na textualização da vida, uma vez que essas ações podem transformar experiências humanas em dados e narrativas digitais, e levar à despersonalização, desprofissionalização e alienação do trabalho no campo do Estado. Ao reduzir a complexidade da vida humana a números e estatísticas, há o risco de que as pessoas sejam vistas apenas como pontos de dados em vez de pessoas humanas, com suas histórias, desejos, dificuldades e necessidades;
- Conferir visibilidade às práticas de colonialidade do norte global através das grandes empresas de tecnologias da informação e comunicação, pois a exposição dos abusos e exploração dos dados do sul global pode levar à tomada de consciência sobre a importância do Estado nacional, por meio do incentivo/financiamento à pesquisa e à produção de conhecimentos das universidades e centros de excelência, desenvolver suas tecnologias próprias e manter a propriedade dos dados como um bem público sob sua jurisdição;
- Influenciar os sistemas de classificação que carregam vícios ideológicos de leituras de realidades dominantes (neoliberal), ampliando o controle social democrático e dando vozes aos grupos populacionais envolvidos;
- Ocupar os espaços de construção e implementação dos sistemas de automação digital dos governos, enfrentando os vieses que refletem preconceitos e discriminações, além de estimular o compartilhamento e a transparência das informações sobre como os algoritmos são desenvolvidos, definidos e utilizados. Além disso, garantir a proteção da privacidade e segurança dessas informações estabelecendo mecanismos de responsabilização e prestação de contas para garantir

que os sistemas e plataformas digitais sejam utilizados de maneira responsável e sem abuso de poder;

- Refletir com a população sobre o lugar que o Estado tem ocupado e a quem ele tem servido, principalmente quando nos referimos à coleta massiva dos dados da população (dataficação). A dimensão político-pedagógica do trabalho social deve direcionar uma atenção especial à informação, tanto enquanto direito como também na denúncia da comercialização destes ativos de valor para o capital.

Em linhas gerais, essas são as contribuições destes escritos que visam alertar aqueles e aquelas (*gente da gente*) que diariamente enfrentam os desafios de trabalhar no campo das políticas públicas. Buscamos destacar a importância de uma abordagem sensível à alteridade e à complexidade das experiências humanas, chamando a atenção para os riscos da quantificação excessiva e da simplificação no trato das desigualdades sociais.

Além disso, ao enfatizar a importância de uma abordagem mais humanizada à população, no que compete à oferta de serviços públicos e à atenção do Estado aos desdobramentos das expressões de desigualdade social, incentivamos reflexões sobre o papel e a responsabilidade dos agentes públicos na promoção do bem-estar e da justiça social, tensionando o Estado a rever suas práticas mercadorizadas.

Em linhas gerais, a dataficação (da pobreza) enquanto centralidade do trabalho profissional (em torno dos dados e informações sociais) na Política de Assistência Social é um alerta do desvio da função do SUAS e da urgente necessidade de ressignificação do trabalho social no campo dos serviços na Política de Assistência Social.

Esperamos oferecer um conjunto de ideias que possam contribuir na transformação de processos de implementação (como é o caso da implementação dos sistemas automatizados no campo da Política de Assistência Social e do SUAS), alertando para as armadilhas do discurso de eficiência e eficácia da prestação de serviços sociais públicos e para tensionar o movimento histórico das relações de poder entre norte e sul global. Que possamos contribuir e construir uma sociedade justa e inclusiva, em que as tecnologias sejam utilizadas como meios

potentes para reverter desproteções, expropriações e desigualdades sociais. Rumo a autênticas tecnologias afrodiaspóricas!

Tecnologia Afrodiaspórica

Pra existir a fome
Tem alguém com a mesa farta
Pra existir a dor
Tem alguém que gargalha
Quando a festa tá boa
Cê já sabe quem trabalha
Exploração, mão de obra barata
Festeja, celebra, mas em casa não tem pão
Se pinta, e monta o circo com a própria mão
Amazônia cinza, São Paulo escuridão
Já acabou à previdência
Cocaína no avião
Pobreza estrutural
Se explora a miséria pra poder vender jornal
Em fevereiro esquece tudo
E viva o carnaval
E o ciclo continua, acha que isso é normal
Igrejas fomentando uma lavagem cerebral
O aumento da lgbtfobia é anual
Há queda na nossa economia e o aumento em dow jones
Contra o lucro que causa miséria, e aumenta a fome

Convoco a todes
Informe seus amigos e parentes
Sejam torres
Transmitam informações
E destruam os valores
De moral e bons costumes
De todos conservadores
Que conservam o seu privilégio
Implantando temores
E encobrem crimes dos seus clérigos
Dos bispos, e pastores
Lavagem de dinheiro, adultério
São senhores
De gravata e de terno usando o nome de Deus
Pra arrancar o seu dinheiro, tudo que for seu
Casa, o carro, a senha do cartão
E se acabar a grana: Tem que ter mais fé, irmão
Jesus não era crente e nem era judeu
Era o homem que pregava contra aqueles fariseus
Informação liberta
Informe de norte a sul
Tecnologia afrodiaspórica bantu

Falei de Jesus, mas não quero gerar tumulto
Só não acredito que pra ter a bênção, tem que ir no culto
Minha irmã escute, e pense primeiro
Se Deus é o dono do ouro e da prata, pra que seu dinheiro?
Invista nos seus filhos, e no seu bem estar
Na sua saúde, na melhoria do seu lar
Pegue seu dízimo e faça um propósito
Invista dez por cento do que ganha e abra seu negócio
Circule seu dinheiro na mão dos pobre e preto
É assim que movimenta a economia no gueto
O tempo de povo subjugado
Acabou
Nós não aceita menos do que as preta ceo!

Aula de economia
Informe de norte a sul
Tecnologia afrodiaspórica bantu
O afeto liberta
(Ferreira, 2022¹³⁵)

¹³⁵ Música da cantora brasileira Bia Ferreira, do seu álbum Faminta, lançado em 2022.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Uberização: a era do trabalhador just-in-time?** In: Revista Estudos Avançados, v. 38, 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ea/a/VHXmNyKzQLzMyHbgcGMNNwv/#>.

ALVES, Paula Cristina. **Vigilância Socioassistencial para que(m)?: conformações e implicações teórico-metodológicas e técnico-operativas.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

ANTUNES, Ricardo. **A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990.** In: Revista Sociologia, v. XXVII, 2014. Disponível em:

ANTUNES-Ricardo.-A-Nova-Morfologia-do-Trabalho-e-as-Formas-Diferenciadas-da-Reestruturação-Produtiva-no-Brasil-dos-Anos-90.-2014.pdf (ufpel.edu.br).

_____. **O privilégio da servidão : o novo proletariado de serviços na era digital** / Ricardo Antunes. – 1. Ed. – São Paulo : Boitempo, 2018.

ARAÚJO, Álison Cleiton de. **A mercadorização dos serviços sociais públicos: tendências contemporâneas e inflexões no exercício profissional de assistentes sociais.** Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

ARREGUI, Carola Carbajal; SANTOS, Aila Fernanda dos; FERREIRA, Camila Caroline de Oliveira; DIAS JUNIOR, Ubiratan de Souza. **Vulnerabilidade social: fundamentos teórico-metodológicos e implicações no campo da proteção social.** In: SILVA, Maria Ozanira da Silva; GONÇALVES, Cláudia Maria da Costa; FREITAS, Ana Teresa Silva; DESTERRO Rodrigo (org.). **Vulnerabilidades sociais: direitos negados.** Curitiba: CRV, 2023.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem.** São Paulo: Hucitec, 2014.

BARBOSA, Michele Tupich. **Legião Brasileira de Assistência (LBA): o protagonismo feminino nas políticas de assistência em tempos de guerra (1942-1946).** Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/48900/R%20-%20T%20-%20MICHELE%20TUPICH%20BARBOSA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos.** 8. ed. - São Paulo, Cortez, 2010. Barroco, 2010

BARRA, Alex Santos Bandeira. **Marxismo e a produção do conhecimento.** In: Revista Urutáguá, n. 11, 2007.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos.** In: Caderno Dívida Externa, n. 6, 1994. Disponível em

<https://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Consenso%20de%20Washington.pdf>

BEHRING, E. R. **Fundo público, valor e política social**. São Paulo: Cortez, 2021.

BELLUZZO JR, Walter. **Avaliação contingente para a valoração de projetos de conservação e melhoria dos recursos hídricos**. In: Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE). Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, 1999.

BITENCOURT, Caroline Müller; MARTINS, Luisa Helena Nicknig. **A inteligência artificial nos órgãos constitucionais de controle de contas da administração pública brasileira**. Revista de Investigações Constitucionais, Curitiba, vol. 10, n. 3, e253, set./dez. 2023. DOI: 10.5380/rinc.v10i3.93650

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. **Trabalho intelectual, comunicação e capitalismo. A re-configuração do fator subjetivo na atual reestruturação produtiva**. In: Revista Sociedade Brasileira de Economia Política, Rio de Janeiro, n. 11, 2002. Disponível em

<https://eptic.com.br/wp-content/uploads/2020/06/Trabalho-intelectual-comunica%C3%A7%C3%A3o-e-capitalismo-Bola%C3%B1o.pdf>.

BRASIL. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília, DF, 1990.

_____. LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências**. Brasília, DF, 1990.

_____. LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992. **Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências**. Brasília, DF, 1992.

_____. LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências**. Brasília, DF, 1993.

_____. LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999. **Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências**. Brasília, DF, 1999.

_____. LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011. **Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências**. Brasília, DF, 2011.

_____. LEI Nº 12.737, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012. **Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências**. Brasília, DF, 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica NOB - SUAS**. Disponível em https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf. Brasília, DF, 2012.

_____. RESOLUÇÃO Nº 32, DE 31 DE OUTUBRO DE 2013. **Dispõe sobre o Pacto de Aprimoramento da Gestão dos Estados e do Distrito Federal no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, estabelece a revisão das prioridades e metas específicas para a gestão estadual e do Distrito Federal e os compromissos do governo federal, estabelecidos na Resolução nº 17, de 18 de novembro de 2010, da Comissão Intergestores Tripartite - CIT, e dá outras providências**. Brasília, DF, 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social. **Manual de Instruções para utilização do Prontuário SUAS**. Disponível em [Manual_Prontuario_SUAS_VERSAO_PRELIMINAR.pdf](#) (mds.gov.br). Brasília, DF, 2014.

_____. LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014. **Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999**. Brasília, DF, 2014.

_____. LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014 - **Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil**. Brasília, DF, 2014.

_____. LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**. Brasília, DF, 2018.

_____. DECRETO Nº 10.046, DE 9 DE OUTUBRO DE 2019. **Dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados**. Brasília, DF, 2019.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Informe n. 13 Pessoa com renda atualizada pelo MDS deve ser excluída somente após atualização cadastral no domicílio**. Disponível em [Pessoas com renda atualizada pelo MDS deve ser excluída somente após atualização cadastral no domicílio](#). Brasília, DF, 2023.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Minha rede SUAS**. Brasília, DF, 2024.

CASSINO, João Francisco. **O sul global e os desafios pós-coloniais na era digital**. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu; SOUZA, Joyce; CASSINO, João Francisco (Orgs.). *Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal*. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2021.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**/Manuel Castells ; tradução Roneide Venancio Majer; atualização para 6ª edição: Jussara Simões. – (A era da informação : economia, sociedade e cultura ; v.1) São Paulo : Paz e Terra, 2013.Castell, 2013

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Carta de Maceió**. Maceió, 2010. Disponível em https://www.cfess.org.br/arquivos/encontronacional_cartas_maceio.pdf.

_____. **Produção de Documentos e Emissão de Opinião Técnica em Serviço Social**. Ebook. Brasília, 2022. Disponível em <https://www.cfess.org.br/arquivos/EbookCfess-DocOpinioTecnica2022-Final.pdf>.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. Editora Xamã. 1996.

COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulisses Ali. **Data Colonialism: Rethinking Big Data's Relation to the Contemporary Subject**. In: Television & New Media, v. 20, n. 4., 2019. Disponível em <https://doi.org/10.1177/1527476418796632>.

COUTO, Berenice Rojas. **O Sistema Único de Assistência Social: uma nova forma de gestão da Assistência Social**. In: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília, DF, 2009. Disponível em [Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil; 2009 \(mds.gov.br\)](http://www.mds.gov.br).

CRUZ, Diogenes Marco de Brito; NERIS, Lucas Magno; BOAS, Lucas Gomes Vilas; **Dados**. In: Dicio, Dicionário *On-line* de Português. Porto: 7Graus, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/dado/>.

DANTAS, Marcos. **Informação como trabalho e como valor**. In: Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, Rio de Janeiro, n. 19, 2006.

_____. **Mais-valia 2.0: produção e apropriação de valor nas redes do capital**. In: Revista Eptic On-line, v. 16. n. 2, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/154557>.

_____. MOURA, Denise; RAULINO, Gabriela e ORMAY, Larissa. **O Valor da informação : de como o capital se apropria do trabalho social na era do espetáculo e da internet / Marcos Dantas ... [et al.]**. – 1 ed. 1 São Paulo : Boitempo, 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DEMIER, Felipe. GONÇALVES, Guilherme Leite. **Capitalismo, Estado e democracia: um debate marxista**. In: Revista Direito e Práxis, v. 8, n. 3, 2017. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rdp/a/fd6dNvLtdRhJ3GGBCCmjyrS/?lang=pt#>.

DIAS JUNIOR, Ubiratan de Souza. **Tecnologias da Informação e Comunicação no Serviço Social: Um estudo de trabalhos apresentados nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais). Universidade Federal de São Paulo, Santos, São Paulo, 2018.

DIDIER, Emmanuel. BRUNO, Isabelle. **O “estatativismo” como uso militante da quantificação**. In: Revista Sociologias, Porto Alegre, n. 56, 2021.

DIJCK, José Van. **Dataficação, dataísmo e dataveillance: Big Data entre o paradigma científico e a ideologia**. In: Revista Vigilância & Sociedade, v. 12(2), 2014.

DRUCK, Graça. **A terceirização no serviço público brasileiro: instrumento de privatização do Estado**. In: Cadernos da reforma administrativa, Brasília, 2021. Disponível em <https://fenaud.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Cadernos-Reforma-Administrativa-17-V4-final.pdf>.

EVANGELISTA, Rafael. **Mais-valia 2.0**. Dicas-L, Zona de Combate, 2007. Disponível em: http://www.dicas-l.com.br/zonadecombate/zonadecombate_20070714.php#.YRKqMXVKjIU. Acesso em fevereiro de 2024.

FELIX, Bruno. **Microsoft recupera data center que estava embaixo d’água há dois anos**. Olhar Digital, 2020. Disponível em <https://olhardigital.com.br/2020/09/15/noticias/microsoft-recupera-data-center-que-estava-embaixo-d-agua-ha-dois-anos/>. Acesso em março de 2024.

FERREIRA, Stela da Silva. **NOB-RH Anotada e Comentada**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

FERREIRA, Verônica Maria. **Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social: uma análise de suas tendências**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

FERREIRA, Camila Caroline de Oliveira. **Endividamento da classe trabalhadora no Brasil: elementos para análise a partir da categoria superexploração da força de trabalho**. In: Revista Serviço Social e Sociedade, 146 (3), São Paulo, 2023.

FILHO, Rodrigo de Souza; OLIVEIRA, Ester de Almeida. **Gestão do SUAS em Juiz de Fora: análise da estrutura burocrática**. In: MOLJO, Carina Berta; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs.). Sistema Único de Assistência Social, Organizações da Sociedade Civil e Serviço Social: Uma análise de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

FRAGOSO, Nathalie; VALENTE, Mariana; LANGENEGGER, Natalia; RUIZ, Juliana Pacetta. **Proteção de dados em Políticas de Proteção Social: contribuições a partir do Programa Bolsa Família**. In: Diagnósticos e Recomendações, n. 6. São Paulo: InternetLab, 2021. Disponível em [Protecao-de-Dados-Pessoais-em-Politicas-de-Protecao-Social.pdf\(internetlab.org.br\)](https://internetlab.org.br/Protecao-de-Dados-Pessoais-em-Politicas-de-Protecao-Social.pdf)

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

GILES, J. **Stock trading ‘fractures’ may warn of next crash**. New Scientist, [S. l.], feb. 2012. Disponível

em:<<https://www.newscientist.com/article/dn21455-stock-trading-fractures-may-warn-of-next-crash/>>.

HALAL, William E. **The New Capitalism**. Wiley, 1986.

HAN, Jiawei. **Data mining : concepts and techniques** / Jiawei Han, Micheline Kamber, Jian Pei. – 3rd ed. 2011.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Editora Loyola, 1992.

_____. **Para entender o Capital. Livro I**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Para entender o Capital. Livro II e III**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **O Neoliberalismo: história e implicações**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Editora Loyola, 2008. Disponível em: Ponto 01 - 24-09-2014 - HARVEY, David - Neoliberalismo história e implicações - pg 11 a.pdf (usp.br).

HEGEL, Friedrich. **Fenomenologia do espírito, parte I**. Petrópolis: Vozes, 1992. Disponível em

https://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/autores/hegel,%20friedrich/fenomenologia_do_esp%C3%ADrito_parte_i.pdf

_____. **A Ciência da Lógica**. Tradução: Reinaldo Pedreira Cerqueira da Silva. Primeira Edição: 1812-1816. Disponível em

<https://www.marxists.org/portugues/hegel/1812/logica/index.htm>

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. Disponível em

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6816990/mod_resource/content/1/Leo%20Huberman%20Historia%20da%20Riqueza%20Do%20Homem.pdf

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. In CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Publicação Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Brasília, 2009)

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. Marilda Villela Iamamoto. - 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

_____. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil : esboço de uma interpretação histórica-metodológica** / Marilda Villela Iamamoto, Raúl de Carvalho. - 37. ed. - São Paulo : Cortez, 2012.

IIDA, Itiro. **Planejamento Estratégico Situacional**. In: Revista PES, 1993. Disponível em

<https://www.scielo.br/j/prod/a/pCwYWXkFS6NyL3FYC8FwxWw/?format=pdf&lang=pt>.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2014.

KELLER, Kevin Lane. **Strategic Brand Management: Global Edition**. Hoboken, New Jersey, EUA: Prentice Hall, 2012.

KHATIB, Ahmed Sameer. **Governança no setor público: indicadores de governança do banco mundial e sua relação com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. In: Revista Técnica dos Tribunais de Contas, Curitiba, ano 4, n. 1, 2019. Disponível em 24228_arquivo.pdf (al.sp.gov.br).

KWET, Michael. **Digital Colonialism: US Empire and the New Imperialism in the Global South**. In: Revista Race & Class, v. 60, n. 4, 2019. Disponível em Digital Colonialism: US Empire and the New Imperialism in the Global South by Michael Kwet :: SSRN.

LASH, Scott. URRY, John. **The End of Organized Capitalism**. Madison, Wisconsin, EUA: Univ. of Wisconsin Press, 1987.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. São Paulo: Instituto Lukács, 2004.

_____. TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LUIZ, João Victor Rojas; SOUZA, Fernando Bernardi de; LUIZ, Octaviano Rojas. **Práticas PMBOK e Corrente Crítica: antagonismos e oportunidades de complementação**. In: Revista Gestão e Produção, São Carlos, v. 24, n. 3, 2017. Disponível em <https://www.scielo.br/j/gp/a/pBNgmJgwhQvgVykW4ZhR6Qr/?lang=pt&format=pdf>.

LUKÁCS, Georg. **Prolegômenos para a ontologia do ser social: obras de Georg Lukács**. Tradução de Sérgio Lessa e revisão de Mariana Andrade. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. 1973. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Editora Sundermann, 2017. Disponível em https://www.pstu.org.br/FormacaoConteudo/Livros/01_Marx-Engels_Manifesto-Comunista_NOVO.pdf.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultura, 1985. Disponível em <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/livro-o-capital-livro-2-os-economistas-nova.pdf>

_____. **Maquinaria e trabalho vivo (os efeitos da mecanização sobre o trabalhador)**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **O Capital, Livro I, Tomo 1**. São Paulo: Abril Cultural, 1996. Disponível em

<https://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/autores/Marx,%20Karl/Marx%20-%20Os%20economistas.pdf>

_____. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. Tradução, apresentação e notas de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/764945/mod_resource/content/1/Aula%206%20texto%201.pdf

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2010. Disponível em <https://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Marx,%20Karl/Critica%20da%20Filosofia%20do%20Direito%20de%20Hegel.pdf>

_____. **O capital: crítica da economia política: livro I** / Karl Marx; tradução de Reginaldo Sant'Anna. – 28ª ed. – Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2011.

_____. **O Capital, Livro I**. Maquinaria e a grande indústria. São Paulo: Editora Boitempo, 1ª Edição. 2013.

MAYER-SCHOENBERGER, Viktor; KENNETH Cukier. **Big Data: A Revolution that will transform how we live, work, and think**. London: John Murray Publishers, 2013.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MICHAELIS, Dicionário On-line de Português. **Dados**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2024. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/DADO/>.

MIOTO, Regina Célia Tamasco; PRÁ, Keli Regina Dal. **Serviços sociais e responsabilização da família: contradições da política social brasileira**. XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Juiz de Fora, Minas Gerais, 2012. Disponível em https://nisfaps.paginas.ufsc.br/files/2015/05/texto-9_capacita%C3%A7%C3%A3o-trabalho-com-familias_Mioto-servi%C3%A7os-sociais-e-familia.pdf.

MISHRA, Rajendra. **The Welfare State in Capitalist Society: Policies of Rentrenchment and Maintenance in Europe, North America and Australia**. Toronto, Canada: University of Toronto Press, 1990.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da Previdência e da Assistência**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário**. In: Revista Katálysis, Florianópolis, v. 23, n. 2, 2020.

MOURA, Rivânia. **Crédito consignado: potência inteiramente nova de expropriação do trabalho**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MURO, Mark; SIFAN, Liu; WHITON, Jacob; KULKAMI, Siddharth. **Digitalização e a força de trabalho americana**. Metropolitan Policy Program, Brookings Institution, 2017. Disponível em <https://www.brookings.edu/articles/digitalization-and-the-american-workforce/>

NETTO, José Paulo. **Uma face contemporânea da barbárie**. In: Revista Novos Rumos, v. 50 n. 1, 2013. Disponível em <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/3436/2657>.

PAULA, Renato Francisco dos Santos. **Serviço Social, Estado e Desenvolvimento capitalista: (im)possibilidades desenvolvimentistas e projeto profissional**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/17645/1/Renato%20Francisco%20dos%20Santos%20Paula.pdf>

PEREIRA, Potyara. **O Estado de Bem Estar e as Controvérsias da Igualdade**. In: Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 20, 1986.

PIRES, Flavia Cristina de Paula Gomes. **A institucionalização da Vigilância Socioassistencial no Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

RAICHELIS, Raquel. **Articulação entre os conselhos de políticas públicas – uma pauta a ser enfrentada pela sociedade civil**. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, Ano XXVII, mar. 2006. n.85, p. 109-116.

_____. **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria (Orgs.). A NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO NO SERVIÇO SOCIAL. São Paulo: Cortez, 2018.

_____. **As atribuições e competências profissionais à luz da “nova” morfologia do trabalho**. In: CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. Atribuições privativas do/a assistente social em questão, volume 2. Brasília, DF, 2020.

_____. ARREGUI, Carola Carbajal. **O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia**. In: Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 140, 2021.

_____. **Serviço social, trabalho e tecnologia: o trabalho profissional em tempos pandêmicos**. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; VIEIRA, Nuria Pardillos (Orgs.). Nova-velha morfologia do trabalho no Serviço Social - TICS e pandemia. São Paulo: EDUC, 2022.

RAULINO, Gabriela. **Capital e trabalho nas plataformas sociodigitais**. In O Valor da informação : de como o capital se apropria do trabalho social na era do espetáculo e da internet / Marcos Dantas ... [et al.]. – 1 ed. 1 São Paulo : Boitempo, 2022

SÁ, Teresa. **Lugares e não lugares em Marc Augé**. In: Revista Tempo Social, USP, São Paulo, v. 26, n. 2, 2014. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ts/a/sDhTTskCGVGDyqwRTyLnWpM#>.

SALVADOR, Evilásio. **Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo**. In: Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 104, 2010. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/JjjhnQzh9FGx9q3t7WsT35g/?format=pdf&lang=pt>.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora USP, 2002.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Governo dos Algoritmos**. In: Revista de Políticas Públicas, São Paulo, 2016. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4452794/mod_resource/content/1/S%C3%A9rgio%20Amadeu%20SILVEIRA%20%20Governo%20dos%20Algoritmos.pdf

_____. **Tudo sobre tod@s: Redes digitais, privacidade e venda de dados pessoais**. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2017.

_____. SOUZA, Joyce; CASSINO, João Francisco (Orgs.). **Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal**. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2021.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SOUZA, Joyce; MALDONATO, Fabio de Oliveira. **SUS digital**. A Terra é redonda, 2024. Disponível em <https://aterraeredonda.com.br/sus-digital/>. Acesso em fevereiro de 2024.

SPOSATI, Aldaíza. **Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes**. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

_____. **Gestão organizacional, Vigilância Socioassistencial e trabalho em uma década de gestão do SUAS 2005-2015**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2016.

SRNICEK, Nick. **Platform capitalism**. Cambridge, Reino Unido: Polity Press, 2017.

SWYNGEDOUW, Erik. **The Socio-spatial Implications of Innovations in Industrial Organization: Just-in-time Manufacturing and Regional Production Milieus**. Bolonha, Itália: Centre Européen Johns Hopkins, 1986.

TAPAJÓS, Luziele. **A gestão da informação em Assistência Social. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2009.

TELLES, Vera. **Medindo coisas, produzindo fatos, construindo realidades sociais**. SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE INDICADORES SOCIAIS PARA

INCLUSÃO SOCIAL. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Seguridade e Assistência Social do Programa de Estudos Pós-Graduados da PUC-SP. São Paulo, mai, 2003.

Varian, Hal Ronald. **Beyond big data.** *Business Economics*, 49(1), 27-31. <https://doi.org/10.1057/be>. 2014

VICENTE, Vilmar Adelino. **Considerações críticas à concepção positivista de ciência.** In: Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 29, 1989.

VINHEDO-SP. LEI Nº 4.075, DE 19 DE MAIO DE 2022. **Dispõe sobre a Política Pública de Assistência Social do Município de Vinhedo e dá outras providências.** Vinhedo, São Paulo, 2022.

WANDERLEY, Luiz Eduardo Waldemarin. **Ética e resgate das dívidas sociais.** In: Revista Pensamento e Realidade, ano VI, n. 13, 2003. Disponível em *Ética e resgate das dívidas sociais | Pensamento & Realidade* (pucsp.br).

YAZBEK, Maria Carmelita. **A política social brasileira nos anos 90: a refilantropização da questão social.** In: Cadernos Abong, São Paulo, n. 3, 1995. Disponível em <http://bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/11465/245/1/ABONG%20-%20%20AS%20ONGS%20E%20A%20REALIDADE%20BRASILEIRA%20-%204.pdf>

_____. **Classes subalternas e Assistência Social.** São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento.** In: Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 110, 2012. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/X7pK7y7RFsC8wnxB36MDbyx/?format=pdf&lang=pt>.

ZUBOFF, Shoshana. **Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação.** Tradução de Heloísa Cardoso Mourão. In: BRUNO, Fernanda [et. al.] (Orgs.). *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem.* São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder.** Tradução de George Schlesinger. Rio de Janeiro, RJ: Intrínseca, 2020.

ANEXO 1 - ROTEIRO DE ELABORAÇÃO PRÓPRIA DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS

ENTREVISTA XXXXXXXXXXXXXXXX - XX/XX/2023 | XXH

BLOCO 1 - APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

- Breve explanação sobre a justificativa da pesquisa;
- Assinatura do Termo de Consentimento;
- Pactuação da devolutiva da elaboração da pesquisa.

BLOCO 2 - CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

- Experiência profissional com interface do tema:

LOCAL	REGIÃO DE TRABALHO	TEMPO DE TRABALHO GERAL	TEMPO DE TRABALHO NA GESTÃO DE DADOS	CARGO FUNÇÃO

BLOCO 3 - POSIÇÃO DA EQUIPE NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL | HISTÓRICO

- Implantação na estrutura | Como é criado? Quando foi criado?
- De onde vem essa necessidade de “controle” dos dados?
- Tem regulação própria no município?
- Qual a vigilância hoje?
- Qual é o objetivo da equipe?
- Qual é a composição da equipe?

BLOCO 4 - ASPECTOS DA DATAFICAÇÃO

- Com que dados você trabalha?
- De onde vêm os dados?
- Quem produz esses dados?
- Qual é o fluxo dos dados? Como chegam? Como voltam?
- Como é o processo de tratamento de dados?
- Há algum processo de limpeza dos dados, de dados inconsistentes?

- Há cruzamento de dados? Há dados que podem ser combinados com outros bancos de dados? Se sim, quais bancos de dados?
- Como é feita a seleção de dados? Quais dados são relevantes?
- Quem faz a leitura desses dados?
- Qual é o significado desses dados?
- Como se socializa esses dados?
- Esses dados são usados para quê?
 - Redefinição das políticas?
 - Controle da gestão?
- Tem análise coletiva?
- Há conversas entre as equipes | rede?
- Quem produz o dado é chamado para essa análise?
- Para onde vão os dados?
 - Armazenamento virtual?
 - Armazenamento Físico?
- Como os dados são transformados?
- Há processos de inteligência artificial no tratamento dos dados? Se sim, quais?
- Há processos de inteligência artificial na transformação dos dados? Se sim, quais?
- Até onde os sistemas estão automatizados?
- De quem são as escolhas do que informar, como informar e com que objetivo informar?
- É possível disputar análises/visões nas apresentações dos dados?
- Como você percebe a gestão algorítmica e a dimensão técnica no tratamento e transformação dos dados? (ficar atento para o trabalho humano, técnico, qualificado, na relação com a máquina)
- Como se definem os padrões | indicadores?

BLOCO 5 - OS REBATIMENTOS NA VIDA DA POPULAÇÃO ATENDIDA

- Na sua opinião, qual tem sido o rebatimento da colheita de dados pelos serviços na vida da população usuária?

- Conhecer a população através dos dados, muda algo para a população ou serve só ao Estado?
- Atende melhor às necessidades?
- Se você pudesse fazer uma síntese, quais são os principais problemas da população do seu município?
- Quais seriam as prioridades do município?
- E quais são hoje?
- Quais são os principais desafios hoje para aproximações de resolução dos “problemas”?
- Como se dá a relação entre técnicos da equipe - Social, TI, Gestão, etc?
- É possível incidir neste sistema por outra perspectiva, por exemplo, do social?
- Sentiram alguma mudança, no que se refere ao sistema de dados, no atual governo federal?



COMPOSIÇÃO FAMILIAR

Outras observações referentes ao diagnóstico da composição familiar

(Atenção! Toda anotação incluída neste espaço deve ser precedida de data, nome e função do profissional responsável pela mesma)



CONDIÇÕES HABITACIONAIS DA FAMÍLIA		
Características do Domicílio	Marque o item correspondente	Utilize para atualização do domicílio
a. Tipo de residência		
Própria	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alugada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cedida	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ocupada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b. Material das paredes externas do domicílio		
Alvenaria ou madeira aparelhada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Madeira aproveitada, taipa ou outros materiais precários	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c. Acesso a energia elétrica		
Sim, com Medidor próprio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sim, com Medidor compartilhado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sim, sem medidor	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não possui energia elétrica no domicílio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d. Possui água canalizada		
Sim	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e. Forma de abastecimento de água		
Rede geral de distribuição	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Poço ou nascente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sistema de captação de águas de chuva	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Carro pipa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outra forma	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
f. Escoamento sanitário		
Rede coletora de esgoto ou pluvial	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fossa séptica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fossa rudimentar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Direto para vala, rio, lago ou mar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Domicílio sem banheiro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
g. Coleta de lixo		
Sim, coleta direta	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sim, coleta indireta	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não possui coleta	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
h. Qual o número total de cômodos do domicílio		
Número de Cômodos	<input type="text" value=""/>	<input type="text" value=""/>
i. Qual o nº de cômodos utilizados como dormitório		
Número de dormitórios	<input type="text" value=""/>	<input type="text" value=""/>
j. Quanto é o nº de pessoas do domicílio dividido pelo nº de dormitórios ?		
Número médio de pessoas por dormitório	<input type="text" value=""/>	<input type="text" value=""/>
k. O domicílio possui acessibilidade para pessoas com dificuldade de locomoção?		
Sim, tanto nos espaços internos como na comunicação com a rua	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sim, apenas nos espaços internos, mais possui "barreiras" na comunicação com a rua.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não possui condições de acessibilidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
l. O domicílio está localizado em área de risco de desabamento ou alagamento?		
Sim	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
m. O domicílio está localizado em área de difícil acesso geográfico?		
Sim	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
n. O domicílio está localizado em área com forte presença de conflito/violência?		
Sim	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4

Data da Anotação: ___/___/___ ___/___/___



CONDIÇÕES HABITACIONAIS DA FAMÍLIA

Outras observações referentes ao diagnóstico das condições habitacionais da família

(Atenção! Toda anotação incluída neste espaço deve ser precedida de data, nome e função do profissional responsável pela mesma)

01 - Perfil Econômico - Diagnóstico

CONDIÇÕES EDUCACIONAIS DA FAMÍLIA

Data da primeira anotação: ___/___/___ Data de Atualização: ___/___/___ Data de Atualização: ___/___/___

Nº de Ordem	Primeiro Nome (Liste as pessoas obedecendo sempre o mesmo nº de ordem)	Idade	Sabe ler e escrever?	Frequenta escola atualmente?			Escolaridade (Última série concluída com aprovação)			Códigos de escolaridade
				1ª Anotação	Atualização	Atualização	1ª Anotação	Atualização	Atualização	
1			() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não				00 - Nunca frequentou escola
2			() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não				01 - Creche
3			() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não				02 - Educação Infantil
4			() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não				11 - 1º ano E. Fundamental
5			() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não				12 - 2º ano E. Fundamental
6			() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não				13 - 3º ano E. Fundamental
7			() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não				14 - 4º ano E. Fundamental
8			() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não				15 - 5º ano E. Fundamental
9			() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não				16 - 6º ano E. Fundamental
10			() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não				17 - 7º ano E. Fundamental
11			() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não				18 - 8º ano E. Fundamental
12			() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não				19 - 9º ano E. Fundamental
13			() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não				21 - 1º ano E. Médio
14			() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não				22 - 2º ano E. Médio
			() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não				23 - 3º ano E. Médio
			() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não				30 - Superior Incompleto
			() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não				31 - Superior Completo
			() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não				40 - EJA - Ensino Fundamental
			() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não				41 - EJA - Ensino Médio
			() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não				99 - Outros

Identificação de Vulnerabilidade Educacional			
Faixas Etárias	Qtd. de Pessoas	Qtd. de Pessoas (Atualização)	Qtd. de Pessoas (Atualização)
Qtd. de pessoas entre 0 e 5 anos que não estão frequentando escola ou creche			
Qtd. de pessoas entre 06 e 14 anos que não estão frequentando escola			
Qtd. de pessoas entre 15 e 17 anos que não estão frequentando escola			
Qtd. de pessoas entre 10 e 17 anos que não sabem ler/escrever			
Qtd. de pessoas entre 18 e 59 anos que não sabem ler/escrever			
Qtd. de pessoas com 60 anos ou mais que não sabem ler/escrever			

Anotações sobre o descumprimento de condicionalidades de educação no Programa Bolsa Família				
Nº de Ordem	Data da ocorrência (Mês/Ano)	Efeito* (Código)	Solicitada suspensão do efeito?	* Códigos para os Efeitos gerados por descumprimento de Condicionalidades
	___/___		() Sim () Não	1. Advertência 2. Bloqueio 3. Suspensão 4. Cancelamento
	___/___		() Sim () Não	
	___/___		() Sim () Não	
	___/___		() Sim () Não	
	___/___		() Sim () Não	
	___/___		() Sim () Não	

0180



CONDIÇÕES EDUCACIONAIS DA FAMÍLIA

Outras observações referentes ao diagnóstico das condições educacionais da família

(Atenção! Toda anotação incluída neste espaço deve ser precedida de data, nome e função do profissional responsável pela mesma)



CONDIÇÕES DE TRABALHO E RENDIMENTOS DA FAMÍLIA

Outras observações referentes ao diagnóstico das condições de trabalho e rendimentos da família

(Atenção! Toda anotação incluída neste espaço deve ser precedida de data, nome e função do profissional responsável pela mesma)

Importante! Para uma melhor avaliação da condição econômica da família, é necessário que além da renda, você conheça também os principais gastos/despesas da família, especialmente despesas com aluguel e com medicamentos de uso contínuo.



PLANEJAMENTO E EVOLUÇÃO DO ACOMPANHAMENTO FAMILIAR

REGISTRO SINTÉTICO DE AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DO ACOMPANHAMENTO FAMILIAR

A Avaliação de Resultados do Acompanhamento Familiar pode ser realizada a qualquer momento, a critério do profissional responsável. Entretanto, recomenda-se que o registro sintético da avaliação de resultados seja preenchido, no mínimo, uma vez a cada seis meses durante o período de acompanhamento; e obrigatoriamente, sempre que houver o desligamento de uma família do PAIF ou PAEFI.
A Avaliação de Resultados deve ser realizada com a participação da família acompanhada (ou indivíduo), e a avaliação do profissional também deve considerar as opiniões e percepções da própria família (ou indivíduo). Deve, ainda, haver especial atenção com a identificação dos fatores que contribuíram, ou que dificultaram, o alcance dos resultados esperados.

Nome do Profissional Responsável: _____
Data da Avaliação: ____/____/____ Número de meses que a família está sendo acompanhada: ____|____ meses

Foram efetivamente disponibilizadas para a família/indivíduo todas as ofertas de Assistência Social (em termos de serviços, benefícios, programas e projetos) cuja necessidade havia sido identificada pelo profissional?
 Sim Parcialmente Não

Em relação aos encaminhamentos da família/indivíduo para as demais políticas, houve atendimento efetivo e resolutivo por parte da área que recebeu o(s) encaminhamento(s)?
 Sim Parcialmente Não Não se aplica, pois não houve necessidade de encaminhamentos para outras áreas

A família reconhece o Serviço de Acompanhamento como algo que contribui para a superação ou enfrentamento dos seus problemas e dificuldades e deseja continuar recebendo atenções deste Serviço?
 Sim Parcialmente Não

Como você classifica os resultados obtidos, até o presente momento, no que se refere à ampliação da capacidade de enfrentamento ou superação das condições de vulnerabilidade e/ou risco social e pessoal por parte da família/indivíduo?
 Houve um agravamento/piora em relação à situação inicial da família/indivíduo
 A situação atual é equivalente à situação inicial, sem avanços identificáveis
 Houve avanço/melhora da capacidade de enfrentamento ou de superação dos riscos e vulnerabilidades
 Houve significativo avanço/melhora da capacidade de enfrentamento ou de superação dos riscos e vulnerabilidades, justificando-se o desligamento do acompanhamento sistemático, sem prejuízo da eventual permanência da família ou indivíduo em outros programas, projetos, serviços ou benefícios da Assistência Social.

Registre, descritivamente, os principais resultados alcançados, bem como fatores que contribuíram ou dificultaram o alcance dos resultados:



TABELA DE CÓDIGOS DE ENCAMINHAMENTOS

- 05 – Para Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos voltados a crianças e adolescentes
- 06 – Para Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos voltados para idosos
- 07 – Para atualização cadastral no CadÚnico (inclusive quando realizada nesta própria Unidade)
- 08 – Para inclusão no CadÚnico (inclusive quando realizada nesta própria Unidade)
- 09 – Para o INSS, visando acesso ao BPC
- 10 – Para o INSS, visando acesso a outros direitos, que não o BPC
- 11 – Para acesso a Benefícios Eventuais
- 12 – Para acesso a Documentação Civil (Certidão de Nascimento, RG, Carteira de Trabalho, etc)
- 13 – Encaminhamento do CRAS para o CREAS (marcação exclusiva para o CRAS)
- 14 – Encaminhamento do CREAS para o CRAS (marcação exclusiva para o CRAS)
- 15 – Encaminhamento para outras unidades/serviços de Proteção Social Especial

- 30 – Para Serviços de Saúde Bucal (por exemplo: Brasil Sorridente)
- 31 – Para Serviços de Saúde Mental
- 32 – Para Serviços de Saúde voltados ao acesso de órteses e próteses para pessoas com deficiência
- 33 – Para Unidades de Saúde da Família
- 34 – Para outros serviços ou unidades do Sistema Único de Saúde

- 40 – Para Educação – Creche e Pré-escola (ensino infantil)
- 41 – Para Educação – Rede regular de ensino (ensino fundamental e ensino médio)
- 42 – Para Educação de Jovens de Adultos (por exemplo: Brasil Alfabetizado)

- 50 – Para Serviços, Programas ou Projetos voltados à capacitação profissional
- 51 – Para Serviços, Programas ou Projetos voltados à geração de trabalho e renda
- 52 – Para Serviços, Programas ou Projetos voltados à intermediação de mão-de-obra
- 53 – Para acesso a microcrédito
- 54 – Para o Programa BPC-Trabalho

- 60 – Para programa da área de habitação
- 61 – Para acesso à Tarifa Social de Energia Elétrica

- 70 – Para Conselho Tutelar
- 71 – Para Poder Judiciário
- 72 – Para Ministério Público
- 73 – Para Defensoria Pública
- 74 – Para Delegacias (especializadas ou não)

- 85 – Outros encaminhamentos (código livre, a ser utilizado conforme interesse específico de cada município)
- 86 – Outros encaminhamentos (código livre, a ser utilizado conforme interesse específico de cada município)
- 87 – Outros encaminhamentos (código livre, a ser utilizado conforme interesse específico de cada município)
- 88 – Outros encaminhamentos (código livre, a ser utilizado conforme interesse específico de cada município)
- 89 – Outros encaminhamentos (código livre, a ser utilizado conforme interesse específico de cada município)

Registro de Encaminhamento

Código da área para a qual está sendo realizado o encaminhamento: ____|____
(Utilize a tabela de códigos)

Especifique o Órgão/Unidade para o qual está sendo feito este encaminhamento:

Objetivo/Motivo:

Data: ____/____/____

Nome do Profissional: _____

Registre no verso desse canhoto o resumo das informações de acompanhamento relativas a esse encaminhamento



Formulário de Encaminhamento

SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS

(Para informações básicas de contra-referência, utilize o verso desta ficha)

Encaminho o Sr(a) _____
e solicito atenção para seu atendimento, no(a) _____

localizado(a) na _____

tendo em consideração as necessidades identificadas pela Assistência Social e expostas a seguir:

Data: ____/____/____

Nome da Unidade responsável pela origem do encaminhamento: _____

Telefone para contato: _____

Nome do Profissional: _____

ANEXO 3 - MEMORANDO DTI 23022024-01 REFERENTE A VINHEDO-SP



VINHEDO
PREFEITURA

Vinhedo, 23 de fevereiro de 2024
Memorando DTI 23022024-01

Da **Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI/Sec. de Administração)**
À **Secretaria Municipal da Gestão Pública e Transparência**
Att., Sr. Diretor de Ouvidoria
Dr. Rogério Banzato

Pelo presente, com os devidos cumprimentos, venho por meio deste formalizar a solicitação anexa identificada sob o **NUP 00792.2024.000034-29**, informando que a Prefeitura de Vinhedo possui estrutura própria de Data Center, se tratando em relação à alguns ativos e sistemas, os quais não posso exemplificar mais detalhes por questões estratégicas sobre redes e segurança da informação. Contudo, também possuímos hospedagens terceirizadas em outras situações, tal qual pelo mesmo motivo, não é de boa prática maior detalhamento.

Sem mais, aproveitamos a oportunidade para renovar meus préstimos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente
gov.br JOSE CARLOS SENO
Data: 23/02/2024 13:27:38 -03:00
Verifique em <http://validar.iti.gov.br>

JOSÉ CARLOS SENO
Diretor de Tecnologia da Informação

Prefeitura de Vinhedo
www.vinhedo.sp.gov.br